

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
(UNOCHAPECÓ)
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Zenaide Collet

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE
MULHERES CAMPONESAS (MMC) EM DEBATE: UM
DIÁLOGO ENTRE AS MULHERES E AS CRIANÇAS**



Chapecó – SC, 2017

ZENAIDE COLLET

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE
MULHERES CAMPONESAS (MMC) EM DEBATE: UM
DIÁLOGO ENTRE AS MULHERES E AS CRIANÇAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, Linha 2: Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas, como parte dos requisitos à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Professor Orientador: Dr. Maurício Roberto da Silva.

Chapecó – SC, set. 2017

CCZ54pp Collet, Zenaide
As práticas educativas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
em debate: Um diálogo entre as mulheres e as crianças / Zenaide Collet;
orientador Mauricio Roberto da Silva. -- Chapecó, 2017.
302 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação) – Universidade
Comunitária da Região de Chapecó, 2017.

1. Movimento de Mulheres Camponesas. 2. Feminismo Camponês. 3.
Infância Camponesa. 4. Práticas Educativas. I. Silva, Mauricio Roberto da,
orient. II. Título.



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES
CAMPONESAS (MMC) EM DEBATE: UM DIÁLOGO ENTRE AS
MULHERES E AS CRIANÇAS**

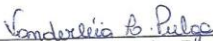
Zenaide Collet

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de
Mestre em Educação
sendo aprovada em sua forma final.



Prof. Mauricio Roberto da Silva, Dr. Ciências Sociais Aplicadas à Educação
Orientador

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Vanderléia L. Pulga, Dra. em Educação (Ênfase na Saúde)



Prof. Edivaldo José Bortoleto, Dr. em Educação

Chapecó, 11 de setembro de 2017

DEDICATÓRIA

A todas as crianças camponesas, filhas e filhos, mulheres/mães/militantes do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC que, com suas lutas em prol do feminismo camponês, étnico/racial e de classe, resistem e lutam contra a reprodução do sistema patriarcal e capitalista no campo e na cidade. Ademais, às crianças que, com sua imaginação, representações e cultura lúdica, contribuem para a persistência na luta de resistência por direitos, na construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica, pela libertação das mulheres de todas as formas de violência, opressão e exploração e por relações de igualdade entre mulheres e homens e com a natureza, juntamente com as “mulheres-meninas” e as famílias do movimento e da classe trabalhadora em geral.

AGRADECIMENTOS

É preciso agradecer porque a realização desta pesquisa é um trabalho coletivo. Muito obrigada a todas as mulheres camponesas que criaram, construíram e continuam lutando no Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, especialmente as militantes/dirigentes Carmem da Rosa Kilian Munarini, Terezinha Rosa Kilian, Noeli Welter Tabora, Lucimar Margarete Roman, Ana Elza Munarini, Justina Inês Cima, Andréia da Silva Fossá, Letícia Pereira, Noemi Margarida Krefta, Geneci Ribeiro dos Santos e Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto, pela contribuição na análise da demanda do Movimento e, conseqüentemente, a escolha da temática da pesquisa e durante todo o processo de estudo.

Minha gratidão aos sujeitos da pesquisa, mulheres/mães/militantes e crianças camponesas que aceitaram o convite, dedicaram tempo, participaram no Círculo Epistemológico de Cultura - CEC, socializando suas vivências, que foram fundamentais para a realização desta dissertação. Obrigada à equipe de apoio Letícia Pereira e Carolina Timm pelo trabalho de registro na realização do CEC. Da mesma forma, à Elizete de Oliveira Zucco, pela disposição em auxiliar nas informações sobre os documentos do MMC.

Ao orientador, Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva, pela sua opção e compromisso com as lutas das trabalhadoras(es), sua indignação em face à opressão e exploração, pelo seu exemplo de pesquisador militante, militante pesquisador das grandes causas, entre elas, das crianças e das mulheres camponesas. Pelo tempo dedicado à orientação, à realização do CEC e por ter acreditado neste projeto individual/coletivo de vida.

Agradecer a incansável lutadora, educadora e militante do MMC, Sirlei A. K. Gaspareto, pelo incentivo de fazer o mestrado, apoio nos momentos de crise, pelas reflexões referentes ao tema, deixando sua marca de firmeza e comprometimento com a luta das mulheres e da classe trabalhadora. Estendo este agradecimento à companheira, militante do MMC e colega de mestrado, Marinês Palavicini Sotili.

Agradeço às amigas e professoras Sandra Regina Tubin, Rosimari Tumelero, Lilian Sandra Riedi Cima, Elizete Maria Perin e Delcivane Troian Kottiwitz e ao amigo e professor Ivan Cesar Cima, que, neste tempo de estudo, contribuíram auxiliando na correção dos textos, formatação dos trabalhos e artigos, tradução de resumo, aulas de espanhol e permanente incentivo.

Obrigada à família de Sirlei, Darci e Matheus Gaspareto, pela acolhida em sua casa durante o período de aula e pesquisa. Darci e Matheus, obrigada pela dedicação no preparo das refeições e disponibilidade em contribuir em tudo o que precisei.

Ao companheiro Ivair Torteli, pela presença amiga, compreensão e disponibilidade em assumir os trabalhos, o cuidado e amor para com nossa filha. Agradecer à Jandira Torteli pela dedicação no preparo da alimentação, no cuidado da Kauane, especialmente nas ausências durante este tempo de estudo. O assumir dos trabalhos e do cuidado foram essenciais para dedicar-me à pesquisa.

Minha filha Kauane Maria Collet Torteli, a você meu eterno amor. Sua energia e ousadia me desafiam a cada instante a colocar-me numa atitude aprendiz junto às crianças. Pelo prazer em “roubar” meus livros, muitas vezes encontrados entre seus brinquedos, e por seu desejo de querer e insistir em participar da luta das mulheres camponesas. Filha, que a força revolucionária das mulheres camponesas nos ajude a permanecermos sempre na luta.

Obrigada querida mãe Catarina Bassani Collet e querido pai Olivio Collet. Lembro como se fosse hoje vosso esforço e coragem de enfrentar as dificuldades e buscar as condições para que eu pudesse estudar. Gratidão a minha irmã Elenice e meus irmãos José, Juarez e Juliano, cunhadas(o) e sobrinhas(os), pelo apoio e incentivo.

Às professoras e professores da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unochapecó, que durante as aulas provocaram e contribuíram para um maior aprofundamento da pesquisa. Muito obrigada profa. Dra. Maria de Lourdes Bernartt pelo apoio, reflexões e incentivo para participar em eventos e durante a pesquisa. Ao Prof. Dr. Ivo Dickmann e à Profa. Nadir Castilho Delizoicov, com quem, na disciplina sobre “Concepção Freireana na educação escolar” aprendi e encontrei luzes para optar pelo CEC como caminho de pesquisa. Aos professores Drs. Ivo Dickmann e Edivaldo José Bortoleto - Unochapecó e profa. Dra. Mírla Cisne Álvaro – UERN, pelas contribuições na qualificação desta dissertação.

Ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – da UNIEDU, pela concessão da bolsa, indispensável para realizar a pesquisa.

Com a mesma ternura
com que fazemos
nossos filhos e filhas
e as mesmas mãos com que
levantamos seus sonhos,
transformaremos a terra,
distribuiremos o pão e
construiremos um mundo novo.
(PALUDO; DARON, 2011, p. 24).

RESUMO

COLLET, Zenaide. **As práticas educativas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em debate**: um diálogo entre as mulheres e as crianças. 2017. 258 f. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.

Esta pesquisa tem como lócus de investigação o Movimento das Mulheres Camponesas, que tem suas origens na década de 1980 e, pela sua história de organização, formação e lutas por direitos, constituiu-se no primeiro Movimento Nacional Autônomo de Mulheres do campo. Assim, o estudo visa a identificar e problematizar as práticas educativas desse Movimento a partir do diálogo entre mulheres e crianças, com o objetivo de acolher nessas representações elementos que possam potencializar os processos formativos do Movimento à luz de uma maior participação efetiva das crianças em suas ações. A questão que orienta a construção da dissertação é: no diálogo entre mulheres e crianças do Movimento, quais são as representações sociais sobre o processo formativo e as práticas educativas construídas nas lutas do Movimento? Os pressupostos teórico-conceituais e teórico-metodológicos, que orientam a construção do objeto, baseiam-se em algumas leis e categorias do materialismo histórico-dialético e educação popular fundamentada em Paulo Freire. Para a coleta de dados, foram usados os procedimentos do Círculo Epistemológico de Cultura, fotografias e diário de campo. A pesquisa revelou que, além das reflexões teórico-conceituais, há alguma esperança em termos de prática educativa e coletiva, formação humana e política, feminismo e luta camponesa, elementos essenciais para continuar fortalecendo a resistência ao capitalismo e ao patriarcalismo no campo. Também foi possível observar como as crianças com seu imaginário e suas representações demonstraram conhecer os meandros político-pedagógicos das práticas educativas e o desejo de participar de um projeto popular igualitário em um ambiente político-social de militância. Com sua garra e consciência política, mulheres, crianças e suas famílias constroem dentro desse Movimento popular um projeto anticapitalista e antipatriarcal no campo.

Palavras-chave: Movimento das mulheres camponesas. Feminismo Camponês. Infância Camponesa. Práticas Educativas.

ABSTRACT

COLLET, Zenaide. **The educational practices of the Peasant Women's Movement (Movimento de Mulheres Camponesas – MMC) in debate**: A dialogue between women and children. 2017. 258 f. (Master in Education) - Postgraduate Program in Education, Community University in the region of Chapecó, Chapecó, 2017.

This research has as locus of investigation the Movement of the Peasant Women that has its origins in the decade of 1980 and by its history of organization, formation and struggles for rights constitutes the first National Autonomous Movement of Women of the field. Thus, the study aims to identify and problematize the educational practices of the movement, from the dialogue between women and children, with the purpose to accept in these representations elements that can power the formative processes of the Movement in the light of a greater effective participation of the children in its actions. The question that guides the construction of the dissertation is: in the dialogue between women and children of the Movement, what are the social representations about the formative process and the educational practices built in the struggles of the Movement? The theoretical-concepts and theoretical- methodological assumptions that guide the construction of the object are based on some laws and categories of historical-dialectical materialism and popular education based on Paulo Freire. For the collection of data, it was used the procedures of the Epistemological Circle of Culture, photos and field diary. The research revealed that, besides the theoretical-concepts reflections, there's some hope in terms of educational and collective practice, human and political upbringing, feminism and peasant fight, essential elements to continue strengthening the resistance to capitalism and patriarchalism in the field. It was also possible to observe how children with their imaginary and their representations could demonstrate to know the political and pedagogical meanders of the educational practices and the desire to participate to an equalitarian popular project in a political-social milieu of militancy. With their drive and political awareness, women, children and their families build inside this popular Movement an anti-capitalist and anti-patriarchal project in the field.

Keywords: Peasant Women's Movement. Peasant Feminism. Peasant Childhood. Educational Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Levantamento sobre as pesquisas produzidas em torno das problemáticas: Mulheres e crianças camponesas do MMC no Portal da ANPED	35
Figura 2 – Levantamento sobre as pesquisas produzidas em torno das problemáticas: Mulheres e crianças camponesas do MMC na Biblioteca do Centro de Formação Maria Rosa – MMC	36
Figura 3 – Levantamento sobre as pesquisas produzidas em torno das problemáticas: mulheres e crianças camponesas na Biblioteca da Unochapecó	38
Figura 4 – Curso de formação para dirigentes	56
Figura 5 – Mística de abertura do planejamento do MMC/SC	56
Figura 6 – Caracterização das crianças participantes do CEC	60
Figura 7 – Caracterização mulheres/mães/militantes participantes do CEC	61
Figura 8 – Primeiro momento do CEC: jogos com crianças/mulheres/mães	62
Figura 9 – Segundo momento do CEC com as crianças camponesas	63
Figura 10 – CEC com crianças e mães/militantes do MMC	63
Figura 11 – CEC, brincadeiras com as crianças camponesas	64
Figura 12 – Compartilhando moranguinho agroecológico produzido pela família de Joana Sebbem	64
Figura 13 – Categoria: criança camponesa	67
Figura 14 – Categoria: MMC	70
Figura 15 – Categoria práticas educativas	73
Figura 16 – Desenho do espaço privado (MMA/SC, 1997, p. 15)	77
Figura 17 – Primeira caravana do MMA/SC à Brasília. Entrega de abaixo-assinados reivindicando o direito a aposentadoria, abril de 1986	85
Figura 18 – A presença das crianças na história do MMC	92
Figura 19 – Primeiros encontros das mulheres camponesas	92
Figura 20 – Encontro da regional de Descanso/SC	97
Figura 21 – Mobilização em São Miguel do Oeste/SC, 12 de agosto. Dia nacional de luta contra a violência no campo pela reforma agrária	99
Figura 22 – Bandeira do MMA/SC	101

Figura 23 – Lançamento da Campanha da documentação do MMC: “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos”	102
Figura 24 – Romaria do MMA/SC. Dia nacional de luta contra a violência no campo pela reforma agrária, 12 de agosto de 1996	105
Figura 25 – Concentração dos 15 anos do MMC no Município de Nova Itaberaba/SC, 8 de março de 1997	106
Figura 26 – Oficina de reeducação alimentar – município de São Carlos/SC	109
Figura 27 – Ato público: panfletagem e denúncia do modelo de produção capitalista de agricultura química. Concórdia/SC, novembro de 2001	110
Figura 28 – Congresso dos 20 anos do MMA/SC, Chapecó/SC	112
Figura 29 – Congresso Nacional de Consolidação do MMC, Brasília, 5 a 8 de março de 2004	115
Figura 30 – Mobilização e seminário em Curitiba/SC, 8 de março de 2003	116
Figura 31 – Assembleia Estadual em Itapiranga/SC, novembro de 2004	116
Figura 32 – Cartaz da Campanha Nacional pela produção de alimentos saudáveis, 2007	119
Figura 33 – Mobilização regional de Lages no dia 8 de março de 2010, em Curitiba/SC, em defesa da biodiversidade	120
Figura 34 – Mística de abertura da Assembleia Estadual do MMC, Dionísio Cerqueira/SC, 30 e 31 de julho de 2014	121
Figura 35 – Desenho: Divisão sexual do trabalho (AIMTR-Sul, 1994, p. 13)	125
Figura 36 – Mobilização no Dia Internacional da Mulher pelo fim da violência contra a mulher, Chapecó/SC, 8 de março de 2016	157
Figura 37 – Mobilização no Dia Internacional da Mulher pelo fim da violência contra a mulher. Chapecó/SC, 8 de março de 2016	158
Figura 38 – MMC – Brasil. Capa da cartilha ([s.d.])	159
Figura 39 – Mística de abertura da concentração 30 anos de MMC/SC, Xanxerê/SC, 2013	164
Figura 40 – Crianças filhas(o) de mães/militantes, brincando no parquinho do Centro de Formação Maria Rosa. Chapecó/SC, 30 e 31 de outubro de 2006	165
Figura 41 – VIII Assembleia Estadual: Que agricultura queremos? Concórdia/SC, 19 a 21 novembro de 2001	166

Figura 42 – VIII Assembleia Estadual: Mística, Concórdia/SC, 19 a 21 nov. 2001	167
Figura 43 – II Congresso do MMC/SC: “Nenhuma mulher agricultora sem estudar”. Chapecó/SC, 16 e 17 setembro de 1998. Recanto Infantil	168
Figura 44 – II Congresso do MMC/SC: “Nenhuma mulher agricultora sem estudar”. Chapecó/SC, 16 e 17 setembro de 1998. Mística de compromisso com a luta pelo direito de estudar	169
Figura 45 – Dança: A valsa da bailarina. Chapecó/SC, 28 novembro de 2015	171
Figura 46 – Encontro do MMC	176
Figura 47 – Mandala de sementes. Simbologia da XII Assembleia Estadual do MMC/SC. Dionísio Cerqueira/SC, 30 e 31 de julho de 2014	180
Figura 48 – Divisão do trabalho doméstico	181
Figura 49 – Mística de abertura do Encontro Nacional do MMC, Brasília/DF, fevereiro de 2013	183
Figura 50 – ANMTR – Brasil, Capa da Cartilha, 1998	197
Figura 51 – Colheita de sementes de girassol	211
Figura 52 – Brincando entre os tomateiros	211
Figura 53 – Mobilização nacional “contra a Reforma da Previdência e contra todas as formas de violência”, Chapecó/SC, 8 de março 2017	221
Figura 54 – Greve geral contra a reforma da previdência, trabalhista e Lei de terceirização, Foz do Iguaçu/PR, 28 abril de 2017	222
Figura 55 – Mística da 2ª etapa do curso de formação. Chapecó/SC, 11 de dezembro de 2016	226
Figura 56 – Mística de abertura do Congresso dos 20 anos do MMC/SC, Chapecó/SC, novembro de 2003	228
Figura 57 – Cena da peça: “MMC: Uma história de organização, luta e conquista”. Apresentação do grupo teatral: “Resistência e Arte”, Chapecó/SC, 28 de julho de 2008	230
Figura 58 – Cena da peça: “MMC: Uma história de organização, luta e conquista”. Apresentação do grupo teatral: “Resistência e Arte” na Festa e Congresso dos 25 anos do MMC, São Miguel do Oeste/SC, novembro de 2008	231
Figura 59 – Cena de mística apresentada durante a assembleia estadual, Chapecó/SC, 1999	232

Figura 60 – Apresentação das crianças durante a assembleia realizada em Itapiranga/SC, 2004. A criança representando a recuperação de sementes crioulas de hortaliças	233
Figura 61 – Encenação da música “cuida de mim” apresentada às mulheres no planejamento estadual em Chapecó/SC, outubro de 2016	233
Figura 62 – Acampamento e mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais, Florianópolis/SC, 8 de março de 2001	236
Figura 63 – Abertura das atividades do dia Internacional da Mulher – 8 de março, Curitiba/SC, 2003	238
Figura 64 – Mística de compromisso e encerramento do seminário. Entrega de mudas de couve as participantes, Curitiba/SC 8 de março de 2003	239
Figura 65 – Mulheres preparando a técnica compostagem	240
Figura 66 – Logomarca do programa de recuperação produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC	241
Figura 67 – Oficina de Plantas Medicinais, durante o IV Congresso do MMC: “Mulheres camponesas na luta por saúde integral”, São Miguel do Oeste/SC, 19 de novembro de 2008	244
Figura 68 – Alimentação Saudável	246
Figura 69 – Oficina de alimentação saudável, Chapecó/SC, 2006	247
Figura 70 – Preparando a massa caseira, São José do Cedro/SC, 2016	248
Figura 71 – Unidade de produção de Justina e Otila Cima, Quilombo/SC, 2014	251
Figura 72 – Produção de Amoras - Janete Valler e seu filho Victor. Linha Consoladora – Maravilha/SC	251
Figura 73 – Quintal produtivo agroecológico. Flor de Lins brincando com a borboleta, seu bichinho de estimação, 3 de junho de 2017	254
Figura 74 – Produto da horta, de Cecília Schbarun e sua neta Danieli, Saudades/SC	255
Figura 75 – Quintal Produtivo Agroecológico de Lourdes Bodanese, Marema/SC	256
Figura 76 – Quintal Produtivo Agroecológico de Lourdes Bodanese, Marema/SC	256
Figura 77 – Encontro sobre alimentação saudável realizado pelas Regionais do MMC do extremo oeste catarinense	

(Descanso, São José do Cedro e São Miguel do Oeste/SC), São Miguel do Oeste/SC, 22 de outubro de 2016	260
Figura 78 – Categoria: Mulher Camponesa	304
Figura 79 – Subcategoria: Quintais Produtivos	305
Figura 80 – Subcategoria: Luta contra o patriarcalismo/violência	306
Figura 81 – subcategoria: Trabalho/dupla jornada	306
Figura 82 – subcategoria: Mística	308
Figura 83 – subcategoria: Participação Política	309
Figura 84 – Subcategoria: Comunidade	310

LISTA DE SIGLAS

AIMTR-Sul: Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras do Sul
Alca: Área de Livre Comércio das Américas
Anped: Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Capes: Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEBs: Comunidades Eclesiais de Base
CEC: Círculo Epistemológico de Cultura
CESIR: Centro de Estudo Sindical Rural.
CIA: Agência Central de Inteligência Norte-Americana
CIIC: Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CUT: Central Única dos Trabalhadores
FAO: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IDEAU: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
ITEPA: Faculdade de Teologia e Ciências Humanas
MMA/SC: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMC: Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR-RS Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OMA: Organização de Mulheres Agricultoras
PAISM: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PT: Partido dos Trabalhadores
SUS: Sistema Único da Saúde
SUAS: Sistema Único de Assistência Social
UERN: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UNIEDU: Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina
UNIJUÍ: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora/MG
UNOCHAPECÓ: Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – DIÁLOGO ENTRE AS MULHERES E AS CRIANÇAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO.....	27
1 CAPÍTULO I – DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	43
1.1 Indicações epistemológicas sobre o método.....	43
1.2 Sobre a concepção de infância e as representações das crianças....	46
1.3 Os círculos epistemológicos de cultura	51
1.4 Procedimento de “colheita” de dados.....	57
1.5 A construção do Círculo Epistemológico de Cultura	61
1.6 Procedimentos de organização e análise de dados	65
2 CAPÍTULO II – O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA: GÊNESE E TRAJETÓRIA DE LUTAS: AS CRIANÇAS NESSE CONTEXTO.....	77
2.1 Caracterizando o contexto histórico do surgimento do MMC/SC...	78
2.2 As raízes do MMC na luta feminista e camponesas	86
2.3 A presença marcante das crianças na construção do Movimento de mulheres camponesas	96
3 CAPÍTULO III – MULHERES CAMPONESAS: TRABALHO, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA	125
3.1 A trajetória de trabalho das mulheres camponesas na vida cotidiana do MMC	126
3.2 As representações sociais nas vozes das crianças e das mulheres.	139
3.3 Um desafio: Ser mulher, militante e mãe em diálogo com as crianças.....	158
3.4 Infância camponesa: As “vozes” das crianças.....	184
4. CAPÍTULO IV – O DIÁLOGO DAS MULHERES E CRIANÇAS SOBRE OS PROCESSOS FORMATIVOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS.....	197
4.1 Narrativas da infância camponesa na voz das mulheres/mães/militantes do movimento de mulheres camponesas ...	198
4.2 As representações sociais das crianças sobre os processos e práticas educativas do Movimento de Mulheres Camponesas: em busca dos sentidos de suas “palavras”	215
4.3 As práticas educativas e as lutas por direitos	219

4.4 As crianças, as místicas e a arte: a presença da identidade feminista e camponesa.....	224
4.5 As práticas educativas e as crianças na construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica	234
CONCLUINDO PARA RECOMEÇAR PESQUISANDO, LUTANDO E RESISTINDO...	265
REFERÊNCIAS	279
ANEXO	303

INTRODUÇÃO

Nascem mulheres! Nascem homens!
 Que lutam um dia, um ano, toda a vida.
 Mulheres que ousam romper com as correntes
 que teimam algemar os braços
 para que não se aproximem e se deem às mãos.
 Na coragem de suas lutas, na firmeza de seu agir,
 na responsabilidade de seus atos
 continuemos na caminhada para conquistar nosso espaço.
 Porque somos herdeiras de mulheres lutadoras,
 que trazem em suas mãos calejadas as sagradas lutas do viver
 e a esperança de ver seus filhos e filhas viver dignamente.
 Eternos são os sonhos, a beleza, a solidariedade,
 as novas relações.
 Eterna é a certeza de vencer!
 (MULHER LUTADORA – Autor(a) desconhecido(a), MMC/SC(a), 2010,
 [s/p].)

DIÁLOGO ENTRE AS MULHERES E AS CRIANÇAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Antes de problematizar sobre o tema e, conseqüentemente, o problema de pesquisa e seu recorte, considero pertinente apresentar, de forma introdutória, alguns elementos relativos à gênese e construção do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC. O Movimento foi e é construído por mulheres camponesas que ousaram, conforme a epígrafe supramencionada, “[...] romper com as correntes que teimavam algemar os braços, os pés e as mentes para que não se aproximassem e se dessem às mãos [...]”, para que, em 1981, começassem a pensar na organização autônoma de mulheres agricultoras (POLI, 1999, p. 122). Pode-se dizer que: “[...] somos herdeiras de mulheres lutadoras, que trazem em suas mãos calejadas as sagradas lutas do viver e a esperança de ver seus filhos e filhas viver dignamente” (MMC/SC(a), 2010, [s/p].).

As lutas pelo fim do regime militar, por democracia, participação, direitos e dignidade estavam na roda de debate e ganhavam força frente a grave crise econômica que atingia os(as) trabalhadores(as)

da roça e cidade. Na agricultura, o setor que enfrentava sérios problemas, consequências do Programa Revolução Verde¹, era o dos pequenos proprietários, que sentiam na pele os impactos da alteração do modo de vida camponês.

Nessa mesma época, destacou-se o papel da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB no processo de organização das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, através da organização dos grupos de reflexão e da Comissão Pastoral da Terra - CPT. O Bispo D. José Gomes², Padres, Irmãs Religiosas, Pastores e Pastoras, motivadas(os) pela releitura bíblica à luz da Teologia da Libertação³, passaram a refletir no processo de formação das lideranças sobre as causas do empobrecimento do povo. Assim, “[...] descobrimos que esta pobreza não é uma etapa causal, mas sim produto de determinada situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja outras causas da miséria [...]” (CNBB, 1982, p. 70) que provocam desigualdade, violência, fome, sofrimento e marginalização. Motivados pela fé e pelo compromisso social, intensificaram o processo de formação de lideranças, ancorados nos princípios da educação popular.

Assim, mediada por lideranças da Igreja, no dia primeiro de maio de 1983, no Distrito de Nova Itaberaba, Município de Chapecó (SC), com a presença de 28 mulheres agricultoras, o padre Ivo Oro⁴ e a agente de Pastoral Jurilde Fazollo constituíram a Organização de Mulheres

¹ Segundo Carvalho (2005, p. 221): “‘Revolução Verde’ é uma expressão genérica que designa o processo de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais no meio rural brasileiro a partir da ampliação das políticas públicas de subsídios à agroindústria que propiciaram alterações nos padrões tecnológicos com a introdução massiva de sementes híbridas, dos agrotóxicos, dos fertilizantes de origem industrial, dos herbicidas, da motomecanização, de novos cruzamentos genéticos animais, dos hormônios para animais, etc. provocando a especialização na produção, a concentração de terra e o êxodo rural.”

² D. José Gomes, bispo de Chapecó, repassava à sua Diocese a reorientação da Igreja Católica, à luz do Concílio Vaticano II, com base nos ensinamentos latino-americanos de Medellín e Puebla, a respeito da ação e prática pastoral, sob os princípios da Teologia da Libertação (SCHIAVINI; GASPARETO, 2002, p. 238).

³ A expressão *Teologia da Libertação* é fruto de um movimento pastoral teológico que amadurece na América Latina e começa ser adotada por alguns teólogos a partir da Conferência de Medellín em 1968. Porém foi a partir do primeiro congresso sobre Teologia da Libertação, realizado em Bogotá em julho de 1971, intitulado *Teologia da Libertação: opção da Teologia Latino-americana na década de 70* e da publicação do livro de Gustavo Gutiérrez, intitulado *Teologia da Libertação. Perspectivas*, que se expande a formulação de uma pastoral e de uma teologia latino-americana que atendessem às necessidades urgentes deste povo (ANDRADE, 1991, p. 57).

⁴ Relato de Padre Ivo Oro em entrevista a Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto para a Tese de doutorado em Desenvolvimento Regional pela UNISC. *A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas: Uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina – Brasil* (2017, p. 107).

Agricultoras⁵ - OMA. Definiram como objetivo: lutar pela libertação das mulheres, por direitos e pela transformação da sociedade (OMA, [s.d.], p. 14-15), que foi consolidada na concentração realizada no dia 8 de março de 1984. Os princípios de condução dessa organização nascente foram a luta de gênero e classe, perpassando três eixos prioritários: a formação de lideranças, a organização de base e a luta pelos direitos e mudanças sociais.

As demandas das lutas apontavam para a necessidade de unificação nacional dos movimentos autônomos, que, depois de um processo de debate nos grupos de base nos estados, realizaram um congresso nacional dos movimentos autônomos em Brasília (DF), de 5 a 8 de março de 2004. Participaram cerca de 1.500 mulheres camponesas⁶, representantes de 14 estados⁷. Definiram pela consolidação do Movimento⁸ de Mulheres Camponesas e reafirmaram “[...] a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores.” (MMC, 2004, p. 1). Atualmente, assume-se como um Movimento autônomo, de classe, feminista e camponês.

Deliberaram também pela inserção na Via Campesina⁹, entendida como espaço de articulação nacional e internacional com as mulheres do campo que lutam contra o sistema capitalista globalizado e patriarcal (MMC, 2004).

⁵ Organização das Mulheres Agricultoras (OMA). *Não importa onde estiver, sempre mulher*. Cartilha de estudo nos grupos de base ([s.d.], p. 14).

⁶ Para o MMC, a partir de 2004, “[...] *mulher camponesa*, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS.” (MMC, 2004, p. 2).

⁷ Conforme as dirigentes do MMC Rosângela Piovesan Cordeiro e Justina Inês Cima, o Congresso Nacional dos movimentos autônomos, realizado em Brasília, de 5 a 8 de março de 2004, contou com a participação de mulheres/militantes representantes dos estados de: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Roraima, Amazonas, Acre, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Paraíba, Alagoas, Mato Grosso, Rondônia, Pará. Entrevista concedida em abril de 2015.

⁸ A partir desse momento da dissertação, ao me referir à OMA e ao Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), antes e depois de 2004, tratarei como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). É o mesmo Movimento, que foi dando passos em sua organicidade, conforme as exigências das lutas e o acúmulo das diferentes experiências das mulheres do campo organizadas nos movimentos autônomos.

⁹ Gaspareto (2009, p. 38) afirma que a “Via campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas, comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.”

Após apresentar o lócus da pesquisa, considero importante discorrer sobre a minha inserção no MMC. Senão vejamos: conheci o MMC no ano de 1986, em São Miguel do Oeste (SC) e Descanso (SC), onde atuava como agente de pastoral na formação catequética. Cheguei àquele espaço como religiosa pertencente à Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição – CIIC. O debate na Vida Religiosa sobre a Teologia da Libertação, a opção pelos pobres e a inserção junto aos empobrecidos era intenso (PUEBLA, 1982). Esse contexto e atenta à mobilização das mulheres que também eram catequistas e traziam para a formação seus desafios despertou em mim esse olhar mais atento às dificuldades enfrentadas pelas mulheres no campo.

A formação e orientação que recebíamos da coordenação diocesana de pastoral e do bispo D. José Gomes¹⁰ era fundamentada na releitura bíblica a partir da Teologia da Libertação, em que a metodologia prática-teoria-prática incentivava as lideranças a conhecer e inserir-se nas lutas do povo. Comecei a participar das reuniões, encontros e mobilizações em que as mulheres camponesas estavam organizando os grupos de mulheres nas comunidades rurais.

Era um tempo de debate intenso entre mulheres e homens nas comunidades, na igreja, por vários motivos. Um deles diz respeito à constituição do Movimento autônomo provocando certo mal-estar entre as lideranças, pois a decisão de criar este Movimento representava quebra de paradigmas. A autonomia desestabilizava padrões de uma sociedade cujas relações se movem pelo sistema patriarcal e capitalista (KROTH, 1999). Hoje, entendo melhor as artimanhas do patriarcalismo, porém, na época, falava-se do machismo presente na família, na sociedade, nos meios de comunicação, na igreja.

De modo geral, as lideranças apoiavam a incentivo de as mulheres se organizarem, mas nem todas admitiam a autonomia. Por atuar na pastoral, era muito cobrada pelas mulheres camponesas sobre certas

¹⁰ As autoras descrevem: “D. José, é uma referência viva de comunhão de valores solidários e luta dos trabalhadores. Motivou a organização dos movimentos sociais no Oeste do Estado, destacando sua defesa do direito das mulheres à cidadania e do direito a luta social. A história da luta dos trabalhadores e trabalhadoras é uma antes e outra depois das lições que nos ensinou D. José.” (SCHIAVINI; GASPARETO, 2002, p. 238). A apresentação do livro inicia dizendo: “D. José, foi um divisor de águas na história da Igreja e do Oeste Catarinense. Oitenta e um anos de vida e história o tornaram conhecido como ‘Bispo dos Pobres’, ‘Profeta da Esperança’, ‘Pastor dos Oprimidos’, ‘Bispo da Libertação’, entre outras denominações, na tentativa de sintetizar a sua ação.” (UCZAI, 2002, p. 11).

interpretações bíblicas¹¹ que reforçavam a submissão da mulher ao marido. Esse contexto me impulsionou ao estudo da atuação das mulheres na história do povo de Deus: Miriam, Débora, Judite, Sara, Maria, Madalena, entre outras.

Foram tempos de conflito pessoal, de busca e processos de grande aprendizado que vêm marcando minha experiência de vida, pois aprendi, desde cedo, a participar da comunidade cristã, junto com meu pai e minha mãe. Eles sempre exerceram lideranças na comunidade onde residem. Dessa aproximação, deve-se o engajamento nas pastorais sociais e nas CEBs. A necessidade de estudar faz parte da exigência dessa imersão. Cursei, assim, Teologia Pastoral pelo Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo - ITEPA, em regime de férias.

Reafirmo que, envolvida neste contexto, cabe destacar que a releitura bíblica, principalmente os estudos das mulheres na Bíblia e o legado de Freire, contribuíram para me aproximar do MMC. “Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas”, pelo contrário, a inserção implica em “[...] *decisão, escolha, intervenção* na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de *estudar por estudar*.” (FREIRE, 2002, p. 30, grifos no original).

No tecer do Movimento autônomo, participei, contribuí e aprendi muito com o processo formativo de estudo, seminários, abaixo-assinados, acampamentos, audiências, mobilizações para a conquista dos direitos previdenciários, pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, a documentação, a participação política da mulher na sociedade, educação, saúde, políticas agrícolas, entre outras. É no limiar dessa atuação militante que nasce o *slogan* cuja natureza político-pedagógica tem suas raízes nos pressupostos epistemológicos e metodológicos da educação popular e perpassa o processo formativo do Movimento: *Quem faz já sabe, quem pensa sobre o que faz, faz melhor*¹² (GASPARETO, 2004, p. 1).

¹¹ Na Bíblia Sagrada, principalmente a carta de São Paulo, mais lida nos casamentos, como em Colossenses 3, 18: “mulheres sejam submissas a seus maridos, pois assim convêm as mulheres cristãs”. Efésios 5, 22: “mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor”, provocava intensos debates. Se apresentava a necessidade de compreender esse contexto e, ao mesmo tempo, as mulheres cobravam uma posição da equipe de pastoral e da Igreja. Foram tempos de muita busca, estudos, reflexões, aprendizados.

¹² O *slogan* que expressa a metodologia da Educação Popular de Paulo Freire. Encontra-se no texto base *Planejar para avançar na luta*. Subsídio de preparação para o planejamento estadual do MMC escrito pela dirigente Sirlei A. K. Gaspareto, 11 a 13 de novembro de 2004, p. 1.

Portanto, foi assim que tive os primeiros contatos com a proposta pedagógica da educação popular que me levou a assumir centralmente a militância junto com as mulheres camponesas. Em 1991, passei a integrar a equipe de pastoral da Paróquia Santa Inês, de Quilombo (SC). Minha opção e comprometimento com a formação do povo, com as organizações, especialmente na luta pela terra, pelos direitos dos agricultores(as) e das mulheres, fortaleceu-se. Vivenciei intensos conflitos, contradições, debates relacionados ao papel da igreja na sociedade evidenciando a luta de classes e gênero.

Esse processo permitiu inúmeras reflexões, levando-me a pensar e repensar elementos relacionados à vivência da fé, ao significado de ser mulher, trabalhadora e militante, numa sociedade predominantemente capitalista e patriarcal. Senti a necessidade de estudar para compreender melhor a sociedade e o próprio Movimento. Assim, em período de férias, cursei graduação em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, em Ijuí (RS), concluindo em 1998, e como trabalho de conclusão de curso escrevi sobre: “Mulheres Agricultoras construindo sua história” (1996).

Chamou-me a atenção na pesquisa de campo com as mulheres camponesas seus relatos¹³, que desde a infância tiveram responsabilidades com o trabalho. Deixaram de estudar para cuidar dos irmãos e irmãs e contribuir com a mãe nos trabalhos da casa, ao mesmo tempo, destacavam que, ao participar do Movimento, encontravam ali um espaço para repensar e dar sentido à vida. Já a partir desse estudo, comecei, de forma não explícita, a pensar numa aproximação, ainda que tímida, com a problemática das crianças camponesas.

No cotidiano de organização das mulheres, observava que muitas líderes dos grupos de bases não eram alfabetizadas. Umhas tinham desejo de aprender e o MMC, atento a essa necessidade, constrói a luta pelo acesso à educação formal, da qual participei ativamente, e muitas mulheres foram se organizando e retomaram os estudos. A partir de 2001,

¹³ As mulheres que ouvi na pesquisa relataram uma vida de muito trabalho. Maria Aparecida disse: “Criei todos meus filhos na roça”. Inês expressou: “Quando tinha as crianças pequenas, ia à roça, era difícil”. Iraci: “minha saída, te digo a santa verdade era em casa e na roça” (p. 12). Ivone: “O movimento ensina que a mulher tem direito”. Cacilda: “O movimento ensina como a mulher deve se defender para não sofrer, e viver uma vida mais feliz e renovar sua aparência.” (p. 25). Soeli fala que o Movimento contribui para sua formação: “[...] a gente pensava em trabalhar, trabalhar, nem pensava em sair um pouco, nem em participar. Agora quando sei que tem reunião mulheres não fico mais em casa, achei bom que tá loco. Não perco mais isso aí.” (p. 35). Tereza disse que “[...] participar dos Movimentos sociais significa uma abertura para o mundo e a possibilidade de crescer, estudar, conhecer, mudar de vida, sair da rotina doméstica.” (COLLET, 1996, p. 47).

sem abandonar a militância no MMC, comecei a me dedicar ao magistério, efetivando-me como professora da rede pública estadual de Santa Catarina em 2002, onde atuo até os dias atuais na Escola de Educação Básica Professora Jurema Savi Milanez – Quilombo/SC.

O espaço da escola se constitui num ambiente heterogêneo, de múltiplos aprendizados, contradições e tensões, onde cotidianamente ocorrem relações de acolhimento e exclusão, de amor e preconceito, de amizade e discriminação de gênero, etnia/raça, lugar (campo, cidade e bairro), entre outros. Essa realidade sempre provocou em mim questionamentos, inquietações e desafios para um agir mais atento.

Como militante do MMC, frequentei o curso de extensão universitária, denominado “Realidade brasileira, a partir dos pensadores brasileiros”, promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST/Escola Nacional Florestan Fernandes. Para o trabalho de conclusão do curso, busquei ouvir as mulheres sobre o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC. Notei a importância do método prática-teoria-prática no despertar das mulheres para a necessidade de dialogar com a família sobre o sentido da produção. Produzir sementes crioulas “[...] é trabalhar pensando: o que fica para as futuras gerações, para os (as) filhos(as) e netos(as). Como eles vão viver?” (COLLET, 2003, p. 42-44).

A militância no Movimento me possibilitou a participação na Assembleia Latino-americana das Mulheres Camponesas, no Congresso Latino-Americano da Via Campesina e no Fórum Social Mundial. O contato com outras culturas, outras realidades permitiu um olhar sobre os desafios e as lutas das mulheres camponesas para além do local. Ouvi relatos e participei de ações de denúncia das graves consequências do sistema capitalista industrial tecnológico sobre os camponeses(as), bem como a dominação e a violência do sistema patriarcal sobre as mulheres. Vivenciei a socialização de iniciativas inovadoras de resistência e enfrentamento, a exploração capitalista e a dominação patriarcal, em que mulheres e homens estão tecendo outras possibilidades de produção na perspectiva agroecológica, bem como estratégias de luta para a construção de relações de igualdade, de respeito às diversidades entre a classe trabalhadora. Percebi a grandeza das diferentes experiências e, ao mesmo tempo, os desafios de identificar as lutas que nos unificam e fortalece na luta pela superação.

Na especialização em Ciências Sociais: geografia e história, pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU,

aprofundi na monografia de conclusão do curso a “Identidade da mulher no espaço da agricultura camponesa” (COLLET, 2005). Percebi o quanto persistem na vida das mulheres camponesas sofrimentos relacionados ao sistema patriarcal e capitalista, de relações hierarquizadas no âmbito familiar, comunitário e social que exige profundas transformações. A militância no MMC e os estudos me mostraram que trabalhar-estudar-militar é uma luta permanente de quem acredita na construção da nova sociedade.

Necessário se faz dizer também que, em 2009, quando me preparava para fazer o mestrado em História, chegou nossa filha adotiva Kauane Maria. Só na fila de adoção estávamos quase cinco anos esperando esse momento de encontro. Um novo aprendizado - ser mãe. Uma nova condição, *mãe, trabalhadora, militante*, ou *militante, trabalhadora, mãe!* O mestrado foi adiado. Surgem novos desafios. Menciono um deles: na perspectiva feminista, a luta diária pela superação das manifestações do patriarcalismo que perpassa a vida pessoal, familiar, social. Ser mãe, militante e trabalhadora exige reorganização do tempo, dos trabalhos, dividir responsabilidades, priorizar metas, alimentar sonhos e ideais. Essa experiência, juntando-se à trajetória explicitada, foi decisiva para a escolha deste objeto de pesquisa, que trata do diálogo entre as mulheres e as crianças no MMC.

No meu entender, toda a pesquisa necessita ser pensada e produzida à luz de uma justificativa que abarque a relevância nas seguintes dimensões: pessoal, acadêmica e social. Quanto à relevância acadêmica do problema de investigação, explícito que realizei alguns levantamentos no Portal da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped; no Portal da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Capes; na biblioteca da Unochapecó e na biblioteca do MMC para identificar o “estado do conhecimento” sobre as pesquisas produzidas em torno das problemáticas relativas ao MMC e as possíveis aproximações das pesquisas com as crianças. Em suma, a ideia era buscar nos bancos de dados as pesquisas relacionadas ao tema em questão, que, de algum modo, trouxessem em seus aportes teórico-metodológicos a participação das crianças e das mulheres camponesas e suas representações sobre as práticas educativas no MMC.

Esse procedimento visava a encontrar possíveis “lacunas” que pudessem apontar para a necessidade de estudos que colocassem as crianças e as mulheres em diálogo, numa espécie de encontro de gerações com as especificidades de suas representações sociais sobre o Movimento;

como também de suas contribuições para a superação da própria ideia de infância e práticas educativas realizadas pelos adultos (mulheres) no cotidiano político-pedagógico das lutas.

Na busca das fontes documentais, encontrei várias pesquisas sobre o MMC e suas lutas, de acordo com os quadros¹⁴ a seguir.

Figura 1 – Levantamento sobre as pesquisas produzidas em torno das problemáticas: Mulheres e crianças camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas no Portal da ANPED

PORTAL DA ANPED				
ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO				
2009	Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	LUSA, <u>Mailiz Garibotti</u> .	Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras catarinas – Uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia.
2011	Letras	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (UFRGS)	LASSEN, Dulce Beatriz Mendes.	No tecer dos fios: Resistência no discurso das mulheres camponesas.
2012	Mestrado Acadêmico em Teatro	Universidade do Estado de Santa Catarina. (UDESC)	GUBERT, Rosa Ana.	Teatro de Camponesas: Práticas Teatrais no Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina.
TESE DE DOUTORADO				
2007	História	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (<u>Unisinos</u>)	TEDESCHI, <u>Losandro Antônio</u> .	Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais 1970-1990.

Fonte: Portal da Anped.

¹⁴ Este levantamento foi realizado em conjunto com a estudante do mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó: Marines Rosa Palavicini Sotili pesquisando as *Práticas pedagógicas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC) em contextos educativos* e a estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC, Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto sobre *A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas: Uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina – Brasil*.

Figura 2 – Levantamento sobre as pesquisas produzidas em torno das problemáticas: mulheres e crianças camponesas na Biblioteca do Centro de Formação Maria Rosa – Movimento de Mulheres Camponesas.

BIBLIOTECA NO CENTRO DE FORMAÇÃO MARIA ROSA – MMC				
ANO	AREA	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TITULO DA DISSERTAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE Mestrado				
1999	História	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	KROTH, Sirlei <u>Antoninha</u>	Atalhos da luta: Trajetórias e experiências das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. 1983-1993.
2009	Agro ecossistemas	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	ADAO, Nilton Manoel Lacerda.	Movimento de Mulheres Camponesas e a semeadura de novas perspectivas: os significados da (re) produção de sementes crioulas para as mulheres no oeste catarinense.
2009	Ciências Sociais	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	GASPARETO, Sirlei A. <u>Kroth</u> .	As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): Trabalho, família e projeto de vida.
2009	Letras	Universidade Católica de Pelotas	RODRIGUES, Cristina Zanella	As mudas romperam o silêncio discurso ecológico e movimento campesino
2011	Educação nas Ciências	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)	CONTE, Isaura Isabel.	Mulheres camponesas em luta: Resistência, libertação e empoderamento.
2012	Educação nas Ciências	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)	CINELLI, <u>Catiane</u> .	Programa de sementes crioulas de hortaliças: Experiências e identidade no Movimento de Mulheres Camponesas.

2015	Sociologia Política	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).	HERRERA, <u>Karolyva Marin</u> .	Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola.
2016	Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	BARBOSA, <u>Yamira Rodrigues de Souza</u>	Mulheres camponesas do oeste catarinense: organização, trabalho e cuidado.
2017	Políticas Sociais e Dinâmicas regionais	Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)	VALANDRO, <u>Andressa Bertocello</u> .	O MMC e a política de Saúde das populações do campo, da floresta e das águas.
2017	Mestrado em Educação	Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)	SOTILI, <u>Marines Rosa Palavicini</u>	Práticas pedagógicas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC) em contexto educativos
TESES DE DOUTORADO				
2010	Ciências Humanas	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SALVARO, <u>Giovana Ilka Jacinto</u> .	Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero.
2012	Sociologia Política	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	BONI, <u>Valdete</u> .	De agricultoras a camponesas: O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas.
2014	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	CONTE, <u>Isaura Isabel</u> .	O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres da via camponesa no Brasil, UNORCA/UNIMIN e CONAMI no México.

2014	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	<u>PULGA, Vanderléia Laodete</u>	Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida.
2015	Interdisciplinar em Ciências Humanas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).	<u>MURACA, Mariateresa</u>	Práticas pedagógicas, populares, feministas e <u>descoloniais</u> do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: Uma etnografia colaborativa.
2016	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	<u>CINELLI, Catiane</u>	A experiência das e vivida pelas mulheres camponesas: resistência e enfrentamento na luta diária pela libertação.
2017	Desenvolvimento Regional	Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)	<u>GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth</u>	A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas: Uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina – Brasil

Fonte: Acervo da Biblioteca do MMC. □

Figura 3 – Levantamento sobre as pesquisas produzidas em torno das problemáticas: Mulheres e crianças camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas na Biblioteca da Unochapecó

BIBLIOTECA DA UNOCHAPECÓ				
A N O	ÁREA	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO				
2013	Ciências ambientais	Universidade Comunitária da Região de Chapecó, (UNOCHAPECÓ)	CONSTANCI, Caroline.	O uso de plantas medicinais por integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas do Oeste de Santa Catarina.
2014	Educação	Universidade Comunitária da Região de Chapecó, (UNOCHAPECÓ)	OLDIGES, Mônica Maria Tourinho.	O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e os cursos de licenciatura em pedagogia: Investigando as possibilidades de intercâmbio e diálogo no âmbito das práticas educativas.

Fonte: Acervo Biblioteca da Unochapecó.

Além disso, identifiquei um número maior de pesquisas sobre a infância, principalmente em relação à educação infantil e aos movimentos sociais, entre eles, o MST. Também encontrei o artigo *Movimento das Mulheres Camponesas (MMC): 30 anos de história e conquistas, reafirmando a luta camponesa e feminista* (FINATTO; OLDIGES; PIOVEZANA, 2015), em que os(as) autores(as) fazem referência às crianças que estão com as mães na concentração dos 30 anos do Movimento.

Contudo, mais especificamente, não encontrei trabalhos que tratassem da problemática envolvendo a relação das crianças e das mulheres no MMC. Nesse sentido, há lacunas na produção do conhecimento, pois os saberes desses sujeitos se encontram à margem da academia¹⁵, sendo oportuno dar visibilidade às suas problemáticas (demandas, necessidades e especificidades). Além do mais, as pesquisas sobre o MMC começam a ganhar maior visibilidade a partir de 2009, como pode ser observado nas figuras 1, 2 e 3. Esses dados provocaram inquietações e um desejo de aprofundar as razões apresentadas nesses quadros, que somente na última década o MMC é objeto de estudo, porém isso pode servir de base para novas pesquisas.

Do ponto de vista da relevância acadêmica, esta pesquisa, de caráter exploratório, traz a sistematização das vivências relacionadas às mulheres camponesas e a participação das crianças no Movimento. Vale destacar que a relevância acadêmica possui estreita relação com a relevância social do conhecimento produzido. Sendo assim, as pesquisas realizadas na universidade devem estar voltadas para as problemáticas sociais contemporâneas.

Em síntese, é a partir da relevância pessoal-acadêmico-social que deve ser considerada a necessidade de pesquisar as dinâmicas pedagógicas sociais e políticas no interior do Movimento, problematizando o papel e o lugar das crianças no processo de construção do MMC. Nessa perspectiva, Apple, Au e Gandin (2011, p. 14), falando para os educadores(as) críticos frente as complexidades das relações sociais, convidam para um “[...] processos de reposicionamento, isto é, devemos ver o mundo pelos olhos dos despossuídos e agir contra os processos ideológicos e institucionais e contra as formas ideológicas e institucionais que reproduzem condições opressivas.”

¹⁵ Reflexão do Professor Dr. Edivaldo José Bortoleto, por ocasião do II Colóquio do Grupo de Pesquisa Linha II *Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas*. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unochapecó, em 23 de outubro de 2015.

Nesse sentido, é preciso pensar minha atuação militante no MMC, isto significa “ver o mundo” com os olhos das crianças (do MMC) em diálogo com as mulheres do MMC. Os autores supramencionados afirmam que é dever dos(as) pesquisadores(as) politicamente comprometidos(as) com a transformação social “participar e dar nosso conhecimento especializado aos movimentos” que se organizam e lutam por direitos e dignidade e transformação social.

Ainda, essa investigação, à luz dos direitos das crianças e das mulheres em suas lutas pela superação da dominação, opressão e exploração no âmbito da luta feminista, camponesa, de classe e dos elementos teórico-metodológicos, trouxe algumas contribuições para entender as contradições, limites e potencialidades presentes na vida do MMC. O Movimento de posse aos “achados” poderá colocá-los em análise, visando a refletir sobre o papel das crianças para o movimento e vice-versa.

Em relação ao escopo do trabalho, a pesquisa situa-se no âmbito das problemáticas que envolvem o processo formativo no MMC, a infância e práticas educativas e, como já foi evocado, apresenta significativa relevância pessoal, acadêmica e social. E, considerando a exposição sobre a minha inserção na construção histórica do movimento, uma pergunta se impõe: como se situa o problema de pesquisa e como ele surge? O problema surgiu das experiências vivenciadas em minha trajetória no Movimento. Sendo assim, ao iniciar o mestrado em Educação, optei por ouvir as mulheres militantes do MMC/SC sobre as principais demandas políticas, pedagógicas e sociais, implícitas e explícitas na vida do Movimento, antes de definir o objeto de pesquisa. Para tanto, realizei uma primeira intervenção junto ao coletivo dirigente do MMC/SC com o objetivo de eleger e delimitar o problema de pesquisa.

A partir desse encontro e da reflexão sobre os desafios do MMC/SC, o tema em questão transformou-se na seguinte “pergunta-problema”: *No âmbito do diálogo entre as mulheres e as crianças do MMC, quais as representações sociais sobre o processo formativo e práticas educativas construídas nas lutas do movimento?*

Dessa pergunta-problema-síntese, emergiram outras “questões de pesquisa”, que se colocam didaticamente como desdobramento da pergunta-problema sem, contudo, transformarem-se em novas indagações descoladas da centralidade do objeto. Nesses termos, vale destacar que as perguntas são consideradas como “as locomotivas do conhecimento”, pois as questões de pesquisa visam a guiar o processo de construção da investigação a partir da “dialética entre perguntas e resposta” (GAMBOA,

2013, p. 87). Assim sendo, os desdobramentos da pergunta-problema serviram como elementos balizadores teórico-empíricos, no sentido de viabilização do processo de construção do objeto.

- a) O que é ser criança camponesa e qual seu lugar (papal) no Movimento à luz das representações das próprias crianças e das mulheres/mães/militantes do MMC?
- b) Como as crianças camponesas estão inseridas no processo de organização, formação e lutas do MMC?
- c) Quais as contribuições que as crianças camponesas podem dar para a construção do Movimento, em termos de práticas educativas?

Postos os argumentos supramencionados, o objetivo central da investigação foi assim formulado: *identificar e analisar as práticas educativas do MMC, no diálogo entre mulheres e as crianças, buscando eleger nas suas representações elementos que possam ampliar e potencializar os processos formativos do movimento.*

Esta pesquisa, que trata do diálogo das crianças e das mulheres/mães/militantes no percurso histórico do MMC, está organizada em quatro capítulos.

O Capítulo 1 trata dos “Caminhos teórico-metodológicos”, no que se refere às questões epistemológicas sobre o método e a realização do Círculo Epistemológico de Cultura.

O Capítulo 2, “O Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: Gênese e trajetória de lutas: as crianças nesse contexto”, busca identificar como as crianças camponesas estão inseridas nas lutas feministas camponesas a partir do processo histórico no Movimento.

O Capítulo 3, “Mulheres camponesas: trabalho, educação e família”, aborda sobre as representações das crianças e de suas mães/mulheres/militantes, incluindo a problemática do viver no campo, principalmente, no que se refere às questões do trabalho, educação e família e suas possíveis relações com os processos formativos no MMC, consecutivamente sobre criança camponesa.

O Capítulo 4, “O diálogo das mulheres e crianças sobre os processos formativos e práticas educativas do MMC”, procura compreender como as crianças que acompanham suas mães/mulheres/militantes interagem com as práticas educativas no MMC.

1. DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 INDICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O MÉTODO

As indicações ou elementos teórico-metodológicos, nesta pesquisa, foram desdobrados didaticamente em “elementos teórico-conceituais” e “abordagem metodológica”. Realizei essa escolha a partir de alguns elementos introdutórios do materialismo histórico-dialético, tomando como eixo epistemológico algumas leis e categorias desse método, em especial, a “luta dos contrários” (contradições).

Nesse sentido, tomo como referência algumas ideias de Marx e de seus interlocutores nas ciências humanas e sociais, como: Frigotto (1989), Sánchez Vázquez (1990), Gadotti (1995), Silva (2002), Arenhart (2007) Gamboa (2012), Saffioti (2013; 2015). Seguindo essa linha de pensamento, baseio-me em algumas categorias freireanas de análise, como: práxis; relação sujeito-objeto (sujeito – sujeito), dialogicidade e outras.

Em Freire (2014, p. 52), práxis “[...] é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido.” Relacionando com minha trajetória no MMC, é possível identificar que as contribuições do autor enquanto pedagogia “reflexão e ação” continuam sendo apropriadas pelas mulheres que, ao fazerem suas leituras de mundo, criam, ou não, estratégias de superação das contradições. Isso pode ser percebido pela análise das proposições de lutas pelos direitos, lutas de resistência e lutas de enfrentamento às determinações na lógica do capital e do patriarcado.

Nesse sentido, Sánchez Vázquez (1990, p. 185), ao estudar a práxis em Marx, chama atenção: “toda a práxis é atividade, mas nem toda a atividade é práxis”. Isso faz sentido, porque muitas vezes a ação se torna rotina, um fazer sem reflexão, sem uma intencionalidade transformadora. Quanto a esse respeito, também Sánchez Vázquez (1990, p. 237) lembra que: “[...] a prática não fala por si mesma e exige uma relação teórica com ela: a compreensão a práxis.” O autor ainda esclarece que: “A teoria por si mesma – como produção de finalidades ou de conhecimento – não transforma nada real: ou seja, não é práxis.” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1990, p. 239). Mostra que teoria e prática são diferentes, mas há necessidade de construir unidade entre ambas que é a própria prática. Em outras palavras, a teoria precisa realizar-se.

No caso do MMC, a práxis social pode ser compreendida enquanto uma “práxis política”, mais, ainda, como uma práxis político-

pedagógica. Conforme Kosik (2002, p. 222, grifos no original): “A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, *portanto*, compreende a realidade (humana e não-humana), a realidade na sua totalidade.” Foi a partir dessas leis que busquei entender e ouvir as crianças e mulheres militantes camponesas, enquanto sujeito partícipe no conjunto das práticas educativas no processo de luta do MMC.

Em suma, a abordagem “[...] materialista da história sustenta que o conhecimento se efetiva *na e pela* práxis. A práxis expressa, justamente, unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação.” (FRIGOTTO, 1989, p. 81). Nesses termos, pode-se dizer que no MMC é possível realizar reflexões teóricas no contexto das ações políticas de gênero, classe, geração, étnico/racial e outras categorias sociológicas.

Para Cisne (2012, p. 94), a perspectiva marxista nos instrumentaliza “para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas às mulheres” e podem-se incluir as crianças, desvelando a realidade na totalidade sem perder a particularidade e a essência das suas representações. Ainda, “[...] a tradição marxista possibilita uma ruptura real com o conservadorismo ao analisar criticamente a subordinação da mulher, percebendo suas determinações reais e não apenas as aparentes” (CISNE, 2012, p. 95).

Saffioti (2015, p. 133) usa a metáfora do nó que envolve “três subestruturas: gênero, classe social, raça/etnia” para mostrar as implicações das relações do sistema patriarcal. Cada uma delas se apresenta de forma diferente e complexa que se interligam pela estrutura de poder que na contradição gera “patriarcado-racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 2015, p. 134). A autora traz em seu livro *Gênero, patriarcado e violência* a contribuição de outros autores que também perceberam “[...] que o patriarcado se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que formam um círculo vicioso” (SAFFIOTI, 2015, p. 129) de dominação, opressão e exploração sobre as mulheres.

Embora o patriarcado diga respeito, em termos específico, à ordem de gênero, expande-se por todo o corpo social. Isto não significa que não existam violências praticadas em, por exemplo, sociedades coletoras. Mas o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social. (SAFFIOTI, 2015, p. 130).

Nesse sentido, a autora afirma “[...] que pessoas podem se situar fora do esquema de dominação/exploração das classes sociais ou do de raça/etnia. Ninguém, [...] fica fora do esquema gênero patriarcal” (SAFFIOTI, 2015, p. 130). Essa concepção da autora contribuiu para compreender como o sistema patriarcal, que perpassa toda a estrutura da sociedade e se manifesta pelo poder de controlar e pelo sentimento de medo na vida das mulheres e se estende às “mulheres/meninas” camponesas, pôde ser encontrado em diferentes experiências e contextos ao mesmo tempo.

Essa situação foi confirmada e denunciada por Saffioti (2015, p. 61), que constatou a presença ativa das mulheres no processo produtivo em todas as épocas e lugares, seja no trabalho de subsistência, seja de acumulação do capital, e que foram “esquecidas”. Na sociedade pré-capitalista, “[...] a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e lojas; nos mercados e oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas”. Nesse mesmo tempo, na agricultura, ou seja, na “[...] unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2013, p. 62), porém não reconhecido.

Essas contribuições de Saffioti (2013, 2015) e dos autores contribuíram nesta investigação para compreender as relações, o lugar social e o papel que mulheres e conseqüentemente as crianças camponesas ocuparam historicamente na sociedade. Assim, também ajudaram a explicar as relações de gênero, classe social e a luta feminista camponesa no MMC e, por conseguinte, serviram de base para analisar as representações sociais das crianças no Movimento.

Os documentos do Movimento mostram que os princípios do processo formativo se alicerçam na concepção freireana de educação e, neste sentido, as contribuições de Freire (1997, 2014) foram fundamentais para compreender as representações das crianças sobre as práticas educativas. É notório que as mulheres camponesas foram organizando o percurso formativo inspiradas em princípios marxistas e da educação popular com leituras de clássicos, como: Rosa de Luxemburgo, Marx, Freire, Muraro, Saffioti e outros. “É necessário capacitar as dirigentes a serem educadoras e a participarem do trabalho educativo de suas bases. Articular teoria e prática a fim de que haja uma práxis transformadora.” (MMA/SC(a), [s.d.], p. 11).

As mulheres se questionam sobre a educação que interessa ao Movimento e assim o definem: “O projeto de educação integral, leva-nos a pensar e agir não só como sujeito autônomo, individual, mas também

enquanto classe social e enquanto povo.” (MMA/SC(a), [s.d.], p. 11). Explicita-se a necessidade da interação pessoal e com a classe trabalhadora “[...] e é dessa junção ‘teoria – prática’, ‘pensar – agir’ que se têm respostas diferenciadas na sociedade” (MMA/SC(a), [s.d.], p. 13).

Esse comprometimento e busca de coerência entre teoria e prática se constitui na sociedade uma força transformadora. Gohn (2011, p. 336) reafirmou a ideia de outros autores dizendo: “os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade”. Eles denunciam realidades de opressão e exploração e propõe alternativas pensadas coletivamente. Nesse viés, os movimentos aglutinam as energias antes dispersas, canalizando-as para possíveis práticas emancipatórias (GOHN, 2011, p. 336). Ou quando os(as) oprimidos(as) refletem sobre suas realidades, vão tomando consciência do seu lugar social, seja no grupo familiar, na comunidade ou no trabalho. A identificar seus opressores podem traçar caminhos de superação e transformação (FREIRE, 2014).

Sobre a infância, busquei nas contribuições de Silva (2002, 2003), Arenhart (2007), entre outros que investigaram a infância na perspectiva marxista e se debruçaram para compreender as realidades das crianças no meio rural. Silva (2002, 2003), na região canavieira e a exploração do trabalho infantil e Arenhart (2007), em seus estudos sobre as crianças na luta pela terra no MST. Suas constatações serviram de luzes para entender as crianças camponesas do MMC.

Assim, também algumas produções sobre o MMC, entre elas, Kroth (1999), Gaspareto (2009), Pulga (2014) e Cinelli (2012), apresentaram elementos teórico-metodológicos que contribuíram para tencionar as análises na perspectiva das reflexões epistemológicas sobre o MMC. E também em relação às representações das crianças acerca dos processos e práticas educativas construídas na vida desse movimento popular.

1.2 SOBRE A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E AS REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS

Antes mesmo de debater sobre as concepções de infância e as representações das crianças, no ponto de vista das especificidades do MMC, considero importante, de forma mais geral, trazer à tona algumas reflexões. Senão vejamos: Minayo (2014, p. 231) apresenta a contribuição de Gramsci sobre representações sociais destacando quatro aspectos: a) em todas as classes sociais está presente “o caráter de conformismo e de ilusão”; b) para a autora, Gramsci rompe com a visão de que “o senso comum seja algo negativo e inerente à ignorância das massas”; c) além

disso, exalta o potencial de mudanças e mostra a existência “do conservadorismo próprio da repetição cotidiana das ideias e dos comportamentos” que acomodam a cultura; d) por fim, a autora valoriza ainda “[...] as representações sociais nas interações, nas contradições de classe e nas expressões de qualquer grupo social [...]” e em cada momento histórico (MINAYO, 2014, p. 232).

Esses aspectos evidenciados pela autora serviram de baliza teórico-metodológica, no sentido de dar voz e vez às representações das crianças, em articulação com concepções emancipatórias de infância e criança. Nessa perspectiva, não se trata pura e simplesmente de “dar voz” a elas, mas considerá-las como sujeitos de direitos; como sujeitos/cidadãos que constroem a vida juntamente com os adultos e, neste caso, do MMC.

De fato, elas podem ser consideradas como referências empíricas, quando se pretende desenvolver metodologias e instrumentos não convencionais de pesquisas que qualifiquem suas vozes, conforme algumas pesquisas no campo da chamada sociologia da infância. Na verdade, pesquisas de perspectiva pós-moderna, quando se reduzem apenas os aspectos da infância em si, podem apresentar algumas lacunas e terminam por emprestar às reflexões sobre a infância e, nesse caso, à infância camponesa, uma visão subjetivista de educação e de criança (MARTINS FILHO, [s.d.] *apud* LAMARE, 2016).

Essas observações são de suma importância, pois não basta dar voz às crianças do MMC, considerando que as práticas educativas no Movimento devem ser pensadas a partir da totalidade das problemáticas. Essas devem estar situadas no âmbito da sociedade de classes e, portanto, nos princípios e valores do Movimento, mas também nas especificidades das crianças camponesas (seus imaginários, direitos, medos, sonhos, lutas, utopias).

Com efeito, esses aspectos são inseparáveis, principalmente se for considerado que as crianças são sujeitos sociais e que, neste sentido, podem contribuir com suas visões de mundo, de homem, de mulher e de sociedade para um “diálogo” (no sentido freireano) com as mulheres do Movimento em prol da construção da nova sociedade, com novas relações entre as pessoas e destas com a natureza (AMTR-Sul, 2008). Diante disso, vale ressaltar que é de suma relevância pensar a infância, não só por seus próprios méritos, ou de uma “criança em si”, mas sim pensar as crianças

como sujeitos sociais na totalidade social (BARATA; MOURA, [s.d.] *apud* LAMARE, 2016, p. 148-149)¹⁶.

Outra questão que se faz necessário observar quando se trata das representações das crianças é a dimensão histórica de como foi e vem sendo compreendida a infância. Acerca de reflexões historiográficas, vale lembrar que, na sociedade feudal, as crianças acompanhavam os adultos nas atividades produtivas. Já na modernidade, com o desenvolvimento do capitalismo, a ascensão da burguesia e melhorias das condições sociais de determinados grupos, a infância nesse contexto social e histórico, também foi beneficiada. Isso pode ser verificado com “[...] a redução de alguns índices de mortalidade infantil, graças ao avanço da ciência e a mudanças econômicas e sociais.” (KRAMER, 2000, p. 3).

Tudo isso apresenta pequenas mudanças, embora, no capitalismo, ainda continue deplorável o quadro de pobreza na infância no mundo e das famílias da classe trabalhadora empobrecida, que vivem ainda imersas nas seguintes situações: fome, miséria absoluta, exploração do trabalho infantil, prostituição infantil, violência sexual, discriminação e outras mazelas do capitalismo atual.

Retomando a questão da concepção de infância e suas relações com as representações das crianças, Silva (2003, p. 49) e Arenhart (2007, p. 16) mostram que “[...] a concepção de infância construída na modernidade coloca a criança na condição de *infans*, ou seja, aquele que não deve falar.” Não fala, porque é concebida como ingênua e como aquela que não sabe. Também pode ser considerada como uma “folha de papel em branco”. Ainda a modernidade reconhece a infância “[...] como uma categoria específica, diferente dos adultos. Essa condição tem colocado as crianças numa condição de seres irracionais e inferiores em relação aos adultos.” (ARENHART, 2007, p. 16-17).

Martins (1993, p. 54) ao fazer referência aos ideais liberais da modernidade, em que “[...] o indivíduo é o sujeito que fala e não se cala. É o que proclama seus direitos e reconhece seus deveres”. O Indivíduo,

¹⁶ No texto dessa autora, o objetivo é a filiação filosófica e ideológica da Pedagogia da Infância com a concepção neoliberal e pós-moderna de educação. A compreensão de formação é articulada à ideia de infância como um momento único e determinante no desenvolvimento humano, difundindo a concepção de que as creches e pré-escolas (voltadas para a classe trabalhadora) não devem ser “escolas” ou espaços de perpetuação e produção do conhecimento, mas de socialização, inclusão e coesão social. Nesse texto, nos apropriamos da crítica às pesquisas pós-modernas que se preocupam única e exclusivamente a dar “voz” às crianças e, com isso pensar a infância por seus próprios méritos. Nesse sentido, as crianças são consideradas como referências empíricas, no intuito apenas de desenvolver metodologias, procedimentos e instrumentos não convencionais de pesquisas que qualifiquem as vozes das crianças, conforme algumas pesquisas no campo da chamada sociologia da infância.

para o autor, é somente o homem, e não a mulher. Portanto, a mulher não fala, não tem direitos e, conseqüentemente, as crianças enfrentam realidades semelhantes às das mulheres/mães. Biroli (2014, p. 52), ao se referir à família, lembra “a institucionalização do poder masculino” que se incorporou na vida social, no controle jurídico, na burocracia do Estado, ao mesmo tempo em que o poder das mulheres era e, em muitos casos, continua sendo exercido principalmente no espaço doméstico e sagrado. Porém, no espaço da Igreja era e é permitido a mulher frequentar na condição de servidora. Ainda assim, Elas não fazem parte da hierarquia e nem dos espaços de decisão.

Porém, no último século, as ideias sobre criança e infância vêm sendo problematizadas e recriadas, como identificou Kramer (1997) em suas pesquisas. A autora buscou diferentes epistemologias para “compreender a educação e nela atuar e para conhecer a criança e com ela agir” (KRAMER, 1997, p. 14), seja enquanto investigação científica, seja quanto intervenção educacional.

A autora partiu dos estudos de Philippe Ariès¹⁷ (1978) sobre as mudanças na concepção de Infância e Família na Modernidade por entender que esse autor é quem “inaugura uma linha de investigação: a *história da infância*” (KRAMER, 1997, p. 18). Ariès constatou que, com o surgimento do sistema capitalista urbano industrial, surge a família nuclear, a escola e a consciência da particularidade infantil. Para a autora, os estudos de Ariès (1978) trouxeram outros aspectos para interpretar e problematizar o papel da família e da escola na sociedade e compreender a infância numa perspectiva histórica (KRAMER, 1997, p. 19).

Embora Kramer (1997) não concorde com a importância que Ariès (1978) dá à particularidade infantil em prejuízo da totalidade, sua contribuição permite concluir que, “[...] numa sociedade de classes, as crianças desempenham, nos diversos contextos, papéis diferentes” (KRAMER, 1997, p. 20). Também Moraes (2010) disse que Ariès (1978) abriu “possibilidade de estudar a infância na sua historicidade, [...] na sua sociabilidade [...] seu papel na dinâmica social a que pertence e em muitos outros campos de estudo que foram inventados e reinventados pelos pesquisadores da infância” (MORAES, 2010, p 18).

Esses estudos se contrapõem ao padrão universal da modernidade burguesa de conceber a criança usando os critérios da idade e da

¹⁷ “Philippe Ariès (1978), pesquisador francês do campo da nova *história* que se tornaria conhecido no Brasil na década seguinte por pesquisar a vida privada, publicara nos anos de 1970 sua *História social da criança e da família*, estudo que fez a partir de pinturas, antigos diários e testamentos, inscrições em igrejas e pedras tumulares.” (KRAMER, 1997, p. 18).

dependência do adulto. Ainda apresentou outras duas atitudes contraditórias dos adultos compreenderem as crianças: a “paparicação”, e a “moralização”, que, de certa forma, ainda perpassam as relações com as crianças e estão carregadas de simbologia cultural e religiosa. A “paparicação” representada pela visão da criança perfeita, boa, inocente, ingênua, um anjinho e a “moralização” representada pela criança imperfeita, má, rebelde, pecadora, um diabinho ou capeta.

Ainda Kramer (1997) buscou nas análises de Charlot as representações da infância de “paparicação” e a “moralização”. Para ele, esses sentimentos não são contraditórios, mas, sim, “[...] complementares da infância enquanto essência infantil. [...] e que a dependência da criança diante do adulto é um fato social e não é natural” (KRAMER, 1997, p. 21).

Para Arenhart (2007, p. 33), “[...] a forma de compreender a infância e a criança consolidada na Modernidade tem argumentado que, por trás do discurso da negatividade, encontra-se uma cultura ‘adultocêntrica’ que insiste em olhar a criança com base no referencial adulto.” Compreender essas concepções como construção social permite romper com a visão uniforme e homogênea e desafiar-se em olhar a criança e a infância na complexidade e no conjunto das relações. Daí a importância dos estudos de Charlot em conceber a infância na totalidade.

Isso “favoreceu a crítica à naturalização da criança e consolidou a análise de caráter histórico, ideológico e cultural” da infância (KRAMER, 1997, p. 22). A autora também buscou fundamentação em Walter Benjamin (1984), que se empenhou em estudar a criança, filhos(as) dos(as) trabalhadores(as), e alertou para a necessidade de articular a singularidade com a totalidade¹⁸.

Além disso, Kramer (1997) busca em Paulo Freire a dimensão do ser humano sujeito e, neste caso, a criança. Mesmo que o objeto principal de estudo de Freire tenha sido com os adultos, ele chama a atenção para considerar “[...] adultos e crianças como cidadãos. Criadores *de* e criados

¹⁸ Kramer (1997) considera que Benjamin (1984) “oferece a possibilidade teórico-prática de entrecruzamento das perspectivas”. *Histórica*: pelo interesse, pela história dos brinquedos, dos livros infantis [...] e pelo ato de ressignificação na linguagem [...]; *filosófica*: ao entender a infância como categoria central no estudo do homem [...] e questionar a forma da linguagem [...]; *psicológica*: por entender que esse sujeito da linguagem faz, pensa, sonha, constrói, desconstrói, [...]; *política*: por sua posição contra o fascismo, por sua crítica à desigualdade, por seu projeto de discutir a busca da felicidade [...]; *Cultural*: por fazer a crítica da cultura e da modernidade [...] propondo outra relação com a tradição; *Antropológica*: por ter uma visão aguda das diferenças, [...] por não sacrificar o singular em nome da totalidade, [...]; *Artística*: pelo resgate da dimensão do belo, por ser sensível à necessidade de se renovar o velho [...]; *Ética*: pela relação nova que estabelece com os valores [...].” (KRAMER, 1997, p. 37-38).

na cultura, produtores *da* e produzidos *na* história, feitos *de* e *na* linguagem” (KRAMER, 1997, p. 25, grifos da autora). Ademais, pode-se dizer que as crianças produzem história e cultura, sobretudo, por meio de seus imaginários e da cultura lúdica (PERROTTI, 1990, p. 18-27). Isso posto, cabe ressaltar que as contribuições desses autores(as) foram fundamentais para, durante a pesquisa, compreender e problematizar a infância camponesa e suas representações sobre as práticas educativas no MMC.

1.3 OS CÍRCULOS EPISTEMOLÓGICOS DE CULTURA

Convencionalmente, a “abordagem metodológica” se refere aos métodos de análise da realidade. Esses modos de investigar a realidade incluem o tipo de estudo (natureza do estudo) e os pressupostos epistemológicos que orientam o tipo de pesquisa (TRIVIÑOS, 2001, p. 72). Além disso, pelo fato da pesquisa realizar-se no ambiente em que atuo, ou seja, no MMC, sendo ao mesmo tempo militante e pesquisadora, levei em consideração algumas abordagens participativas da pesquisa, nomeadamente o Círculo Epistemológico de Cultura - CEC a partir dos estudos de Brandão (1983), Romão *et al.* (2006), Freire (2014) e outros.

No ponto de vista da natureza do estudo, esta pesquisa é predominantemente qualitativa, inspirada na metodologia da educação popular. Embora possa fazer uso de dados quantitativos, considerando a possibilidade de fazer sínteses dialéticas entre qualidade e quantidade (MINAYO, 2014, p. 54), conforme uma das leis da dialética “transformação da quantidade em qualidade”.

Considerando que o problema de pesquisa não apresenta estudo diretamente ligado às representações das crianças e das mulheres no MMC, pode-se dizer também que é uma pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória é toda aquela que cumpre a tarefa de cobrir uma lacuna na produção do conhecimento existente sobre a problemática investigada. Esse tipo de pesquisa levanta dados e questões e, por esse motivo, dá elementos para que o próprio(a) pesquisador(a) ou outros possam debruçar-se nos seus achados e resultados. Com isso, abrem-se possibilidades de novos problemas de pesquisa. Também se pode dizer que toda pesquisa tem uma etapa exploratória (MINAYO, 2009, 2014).

Assim sendo, a “abordagem metodológica” (metodologia ou estratégias metodológicas) tem como objetivo explicitar quais os procedimentos para abordagem da realidade para além da ideia de método, como técnica. A abordagem metodológica é uma prática teórica

que se faz levando em consideração outros elementos da pesquisa no ponto de vista da “matriz paradigmática”¹⁹ (ontológicos, epistemológicos, gnosiológicos, teórico e metodológicos), que pode ser denominado “nível técnico”. Esse nível de articulação não esgota o processo nem se explica separado de outras dimensões que articulam todo o processo de construção da pesquisa, seja na abordagem da realidade, seja nos instrumentos de coleta, bem como na análise dos dados da realidade (GAMBOA(a), 2013, p. 27-28).

No ponto de vista epistemológico, ou da “teoria que orienta a pesquisa”, Triviños (2001, p. 42) assenta suas bases em algumas leis e categorias do materialismo histórico-dialético, a partir das ideias de Marx, Engels e alguns de seus comentadores, como de Frigotto (1989), Gadotti (1995) etc. Nessa linha de pensamento, o método é alternadamente a expressão das leis ou princípios universais da dialética, descrita por Gadotti (1995) como:

- a) o *princípio da totalidade* compreendendo que tudo está relacionado;
- b) o *princípio do movimento* entendendo como tudo se transforma;
- c) o *princípio da mudança qualitativa*, pois a realidade não muda de forma circular, a mudança agrega outros elementos de quantidade e qualidade;
- d) o *princípio da contradição* compreendendo a relação entre unidade e luta dos contrários (GADOTTI, 1995, p. 24-27).

Portanto, é no âmbito dessas leis que se imbricam umas às outras que tomei como referência para as análises teóricas e empíricas as problemáticas do MMC, especificamente, os significados dos processos formativos e práticas educativas para as crianças e mulheres no Movimento. Em termos de análise e síntese, o desafio é buscar problematizar as “contradições” (luta dos contrários) que emergem dessa realidade. Portanto, “[...] o método dialético ao estudar determinada realidade objetiva, analisa, metodicamente, os aspectos e elementos contraditórios dessa realidade” (GADOTTI, 1995, p. 31).

Da mesma forma, Frigotto (1989, p. 79) entende a dialética materialista da história como unidade entre teoria e prática. Além disso, a dialética materialista pode ser compreendida, “[...] ao mesmo tempo, como uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e transformação”.

¹⁹ A “matriz paradigmática” é um instrumento que supõe o conceito de paradigma. Entendo este como uma lógica reconstituída ou maneira de organizar os diversos recursos utilizados no ato da produção de conhecimentos. A unidade básica da análise paradigmática corresponde à lógica de um processo de produção do conhecimento presente em todo o processo de investigação (GAMBOA, 2012, p. 75).

Para Gadotti (1995, p. 19), “[...] a dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo”. Ou, como afirma Frigotto (1989, p. 79), “[...] a dialética materialista é ao mesmo tempo como uma postura, um método de investigação e uma práxis”. Daí que a pesquisa se propõe não somente a ouvir as crianças e mulheres, mas estabelecer um diálogo sobre suas vivências, desafios, conflitos e possibilidades de ações.

O(a) pesquisador(a) que segue o princípio da dialética precisa aprender e exercitar o “[...] tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento ‘novo’, e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação” (FRIGOTTO, 1989, p. 79). Esse foi um desafio que enfrentei durante a construção da pesquisa. Aprender a problematizar os processos e práticas educativas à luz das representações das crianças e mulheres fazendo o exercício da crítica e autocrítica e construir um conhecimento novo a partir do diálogo entre os sujeitos investigados (crianças e mulheres) não foi e não é algo fácil.

Mas esse exercício foi fundamental para compreender e abordar a realidade, buscando com esse procedimento teórico-metodológico e teórico-empírico, conforme já evidenciado, apreender, *no diálogo entre as mulheres e as crianças do MMC, quais as representações sociais sobre o processo formativo das práticas educativas construídas nas lutas do movimento.*

Na esteira do pensamento marxista, cujo conceito de práxis é essencial, tomo também como referência os princípios do método freireano²⁰, cuja síntese pode ser traduzida em: ação-reflexão-ação, ou então pode ser entendida como *metodologia da práxis*. Método que num primeiro momento foi aplicado na alfabetização de adultos por meio dos círculos de cultura, e posteriormente recriado na prática da educação popular em espaço não escolar.

Na essência dessa metodologia está o diálogo entendido como “[...] uma relação horizontal de matriz crítica que gera criticidade. [...] Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé e da confiança.”

²⁰ Conforme Freire (1991), sua metodologia parte da inserção do(a) educador(a) junto à comunidade com o objetivo de conhecer anotar as aspirações, sonhos, dificuldades, vocabulário e outros aspectos. Em seguida os educadores(as) no coletivo socializam a observação e extraem a “palavra geradora” ou “situações-problemas”. Na terceira fase a situação-problema deverá ser “[...] codificadas, guardando em si elementos que serão decodificados pelos grupos, com a colaboração do coordenador.” (FREIRE, 1991, p. 114). A quarta fase é a elaboração de um roteiro básico de trabalho que parte da realidade local para o regional e nacional e na quinta fase é a decomposição das famílias fonéticas de acordo com a palavra geradora que ocorre nos círculos de cultura (FREIRE, 1991, p. 112-115).

(FREIRE, 1991, p. 107). Sendo assim, o ato de educar se dá na provocação de outras práticas. Isso faz sentido porque, na concepção freireana, há três categorias ontológicas no processo de busca do conhecimento presentes em todas as pessoas que não podem ser interpretadas como sinônimos.

Nela todos os seres humanos “[...] são *incompletos*, porque necessitam um dos outros; são *inconclusos*, porque estão em evolução, e são *inacabados*, porque são imperfeitos” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 178, grifos meus). Nessa perspectiva, o ser humano se diferencia dos demais porque é capaz de se reconhecer e saber seus limites e potencialidades ou, nas palavras de Romão *et al.* (2006, p. 178), “[...] acaba por viver uma tensão permanente entre a insatisfação de ser, que é (incompleto, inconcluso e inacabado) e a aspiração de ‘ser mais’ (completo, concluído e acabado)” Isso no cotidiano gera permanente conflito e busca que se desenrola no âmbito da educação e autoeducação “[...] que o torna, ao mesmo tempo, um ser profundamente marcado pela esperança e pela pedagogia [...] para conhecer mais, para ser mais” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 178).

Romão *et al.* (2006, 173) reinterpretam os “círculos de cultura” de Paulo Freire e apresentam como uma possibilidade “de instrumento de pesquisa ou investigação científica”, adotando-o como: “círculo²¹ epistemológico de cultura” e lembra que, para isso, é preciso considerar os conceitos freireanos no âmbito-teórico metodológico da investigação.

Optei por esse procedimento metodológico por se aproximar da minha trajetória militante no MMC, juntamente com os eventos-campos de Silva (2003). Concordo com Gamboa (2013, p. 99) ao dizer que “[...] somente quando os sujeitos indagam, pensam e sentem essas necessidades é que elas se transformam em problemas, a partir do lugar desses sujeitos, de seus interesses, suas ponderações e perspectivas”.

A partir dessa concepção de pesquisa, devo reafirmar que o problema desta investigação foi construído no debate com a direção do MMC/SC em agosto de 2015, consoante ao que afirmei na introdução. Assim, vale destacar que o problema de pesquisa em questão representa um desafio para o MMC e para mim como pesquisadora, professora e militante.

Dessa maneira, tomo as palavras de Gamboa (2013, p. 47) como inspiração quando o autor diz que a pesquisa deve emergir da necessidade

²¹ “A denominação de ‘círculo epistemológico’, para a metodologia de pesquisa, é conveniente, não apenas para distinção de sua fonte, que é o círculo de cultura, formulado por Paulo Freire para a intervenção, mas também, e principalmente, pela consideração dos ‘pesquisados’ como sujeitos da pesquisa.” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 177).

social e que, no mesmo lugar que surgem as perguntas, estão também as respostas. Isso exigiu de mim, enquanto pesquisadora, outro olhar em relação aos pesquisandos(as), reconhecendo-os(as) como sujeitos em relação ao problema de investigação. No CEC, “[...] pesquisadores e pesquisados, são sujeitos da pesquisa, que enquanto pesquisam, são pesquisados e que enquanto investigados, investigam” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 177-178).

Outro aspecto diz respeito às relações de poder, ou seja, à noção do(a) pesquisador(a) como detentor(a) do saber precisa ser revista e compreendida. Afinal, todos(as) têm saber. Romão *et al.* (2006, p. 181) apontam para a necessidade de romper com a relação de poder, ou seja, “essa relação de dominação e subordinação na pesquisa implica uma desconstrução social”. Eis minha tarefa: criar um ambiente favorável e responsável durante a realização da pesquisa sem, contudo, cair no basismo.

Como já explicitiei, a escolha política de militância no MMC, que antecede o momento de estudante e pesquisadora, desafia a optar pelos CEC como caminho metodológico de coleta de dados junto aos sujeitos: crianças e mulheres/mães/militantes do MMC. Em Freire (2014), o conhecimento é uma construção compartilhada. Nesse aspecto, essa escolha teórico-metodológica dos CEC é muito coerente com minha inserção orgânica na trajetória de construção do MMC. Ela se caracteriza pelo fato de não ser constituída da chamada “neutralidade científica”, uma vez que tudo o se faz no Movimento possui intencionalidade e compromisso ético-político com a realidade, com a superação da opressão e das desigualdades sociais, e, respeito à diversidades de gênero, geração, raça/etnia e cultura.

Nesse aspecto, Brandão e Borges (2007, p. 54) orientam que: “[...] realizar um trabalho de partilha na produção social de conhecimento não significa o direito de pré-ideologizar partidariamente os pressupostos da investigação e a aplicação de seus resultados.” O fato de ser militante do MMC não me autoriza a direcionar intencionalmente a pesquisa para os anseios pessoais, mas exige ética para fazer ciência, cujo processo e produto possibilitem para além do que já está posto, e, buscar elementos para contribuir com a luta de emancipação de mulheres, crianças e demais sujeitos.

Ainda busquei nas fotografias a presença das crianças nas ações do MMC. Conforme Aued e Vendramini (2009, p. 27), “[...] a fotografia é um meio que permite ao pesquisador construir progressivamente a sua teorização”. E Saint-Georges (2005, p. 20), ao referir-se a fotografia, diz

que “[...] estes meios de registro remedeiam, ao mesmo tempo, o caráter parcial das nossas percepções e o caráter efêmero do registro de nosso sentido. Além disso, permite contemplar a observação humana no espaço e no tempo.” Como pode ser observado, as figuras 4 e 5 são reveladoras da presença das crianças nas ações do MMC, falando ao microfone e participando da mística.

Figura 4 – Curso de formação para dirigentes



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Figura 5 – Mística de abertura do planejamento do MMC/SC



Fonte: Acervo do MMC/SC.

1.4 PROCEDIMENTO DE “COLHEITA” DE DADOS

*Plantado e colhendo flores e frutos
no campo minado de conhecimento e luta
(Maurício Roberto da Silva)²².*

À luz do referencial teórico-metodológico de Freire (2014), Brandão (1983) Romão *et al.* (2006) e outros, conforme aludido nas páginas anteriores, o CEC, para se efetivar, exige um conjunto de condições:

a) Conjuga técnicas consolidadas de coleta de dados (entrevista coletiva semi-estruturada, discussão de grupo e observação participante), para produzir dados no espaço grupal, de forma dinâmica, dialógica e interacional; b) Apropriar-se dos mais variados instrumentos e procedimentos adotados na pesquisa qualitativa; c) Levanta maior quantidade de dados da realidade, graças ao trabalho conjunto; d) Facilita a organização dos dados para análise e permite sua validação no próprio grupo pesquisado; e) Identifica informações mais variadas, considerando que sujeitos de diferentes visões de mundo iluminam, com seu olhar, aspectos diferentes dos dados; f) Permite lições de abismo mais profundas, por causa do sujeito transindividual; g) ‘Encharca’ de sensibilidade, mediada pelo diálogo respeitoso (por sua vez, fundado na escuta sensível, as unidades de conhecimento, construindo um outro tipo de (cons)ciência omnilateral, que não deriva apenas da racionalidade científica, mas também de outras formas de representação humana da realidade. (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 184-185).

Essa abordagem metodológica é uma relação calcada no diálogo, no aprendizado corresponsável. De posse das orientações de Romão *et al.* (2006) e pelo acúmulo de minha trajetória militante no MMC, avaliei que seria possível organizar e realizar a investigação utilizando como estratégia de pesquisa o CEC e extrair as contribuições sobre os processos formativos e práticas educativas no fazer-se do Movimento. Ainda como militante e pesquisadora, tenho em mãos a possibilidade de “observação

²² Palavras do orientador durante o processo de construção da pesquisa.

participante”, considerando o fato de ser militante desde a juventude nesse Movimento, como descrevi anteriormente sobre minha inserção no MMC. Esse contexto ofereceu-me diferentes oportunidades para a coleta de dados e informações que emergiram da convivência, da relação dinâmica, dialógica, interacional pelo fato de ser militante do Movimento.

A partir do momento em que decidi e optei pelo caminho teórico-metodológico do CEC, tive o cuidado de seguir as orientações de Romão *et al.* (2006, p. 190), que me alertaram para “livrar-me” das pré-noções e pré-julgamentos. Sendo assim, procurei interpretar as manifestações dos(as) pesquisandos(as) com coerência, ética e rigor científico.

Como já explicitiei²³, a contribuição de Silva (2003, p. 59) nos eventos-campos auxiliou no encontro com a direção do MMC/SC, onde coletivamente avaliamos a demanda do Movimento, que resultou neste objeto de pesquisa. Tanto Silva (2003) quanto Romão *et al.* (2006), no limiar da pesquisa de campo, priorizaram o diálogo com os sujeitos. Silva (2003) relatou que se apropriou de diversas atividades de conteúdos/linguagens lúdicas de comunicação com as crianças: jogos, oficina de fotografia, pinturas, desenhos, brincadeiras, teatros, músicas e outros no intuito de colher o máximo de dados para a pesquisa.

Ao estar no MMC, lancei um olhar mais atento durante os processos formativos e práticas educativas, como: mobilizações, místicas, oficinas de sementes, plantas medicinais, reeducação alimentar, teatro e outros para captar as representações das crianças e das mulheres/mães/militantes, suas concepções de gênero, feminismo camponês, criança camponesa, luta política, resistência e outros aspectos da vida do Movimento.

O círculo epistemológico de cultura *permite que o pesquisador e o pesquisando reflitam sobre o objeto investigado, mobilizados por uma questão geradora de debate.* A partir dela, acontece a enunciação de situações existenciais, carregada de conteúdo emocional, manifesto pelo universo cultural vocabular. *Ambos, pesquisador e pesquisando, analisam os temas e subtemas codificados e decodificados, a partir dessas situações existenciais, mediados pela*

²³ Ingressei na Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Educação na Unochapecó com o tema do pré-projeto de pesquisa: “As pedagogias do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC: aproximações e/ou distanciamento com a educação básica”. Ao dialogar com a direção do Movimento, outras necessidades surgiram, que exigiram redimensionar o tema da pesquisa por se constituir uma preocupação que há mais tempo, a direção tem se questionado como lidar com as crianças que acompanham suas mães no fazer militante.

problematização das situações. Ao proceder dessa forma, eles *denunciam suas condições existenciais, movidos pela ação-reflexão-ação e pela proposição de saídas para o impasse, anunciando novas possibilidades de intervenção na realidade.* (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 185, grifos meus).

Conforme o autor, esse caminho de busca do conhecimento é uma construção coletiva que ocorre na liberdade e no comprometimento, em que pesquisador(a) e pesquisandos(as) são sujeitos da pesquisa. Sendo assim, para efetivar essa investigação de campo²⁴ com base nesses procedimentos, realizei um CEC, com momento distinto.

Contatei com a direção do MMC solicitando a autorização para realização da pesquisa. Em seguida, conversei com mulheres/mães/militantes e crianças sobre o objetivo, a forma da pesquisa e convidei para participar do CEC. Todas aceitaram e a maioria se fez presente no dia marcado. Na ocasião, encaminhei a autorização para a mãe, pai ou responsável das crianças e das mulheres para uso das imagens, áudio, depoimentos para análise no sentido de responder aos objetivos desta pesquisa.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são predominantemente mulheres/mães/militantes e suas filhas(os) que indicam a realidade familiar no contexto do MMC/SC, caracterizando-se enquanto uma família nuclear²⁵. Isso não significa ignorar outros tipos de organização familiar. São, na sua grande maioria, descendentes de migrantes²⁶ italianos, alemães e caboclos²⁷. Estes possuem terra, caracterizando-se como agricultura camponesa familiar. De acordo com sua realidade, de alguma maneira ou de outra, cultivam a diversidade de alimentos para o autossustento e renda. A renda é obtida do trabalho na produção de milho

²⁴ Por se tratar de um procedimento metodológico que vem das experiências dos movimentos populares e garantir a seriedade científica na realização do CEC, contei com a contribuição do orientador, professor Maurício Roberto da Silva, e uma equipe de militantes do MMC para o registro dos dados brutos em imagens e áudio.

²⁵ Para um estudo mais aprofundado sobre tipos de configurações familiares, sugerimos LÉVI-STRAUSS, Claude. O problema do incesto. In: CANEVACCI, Massimo (Org.). *Dialética da Família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1976.

²⁶ Sobre as migrações de italianos, alemães e poloneses pode-se consultar, Renk (1999).

²⁷ Durante o processo de colonização da região oeste de Santa Catarina praticamente o caboclo foi expulso da terra. De acordo com Poli (1995, p. 174): “O caboclo sempre teve sua vida à margem da sociedade, servindo de mão de obra a fazendeiros, ervateiros e madeireiros. Embora representassem a maioria da população, os caboclos sempre foram despossuídos. Raramente conseguiam obter a propriedade de uma pequena área de terra, onde pudessem manter-se com suas pequenas roças caboclas.”

e soja; da criação do gado de leite, aviários, suínos, do trabalho assalariado de membros da família e aposentadoria.

De acordo com Minayo (2014), é importante situar o grupo, pois o indivíduo, ao falar, expressa sua representação sobre determinadas situações. Isso ocorre “[...] porque tanto o comportamento social como o individual obedece a modelos culturais interiorizados, ainda que as expressões pessoais apresentem sempre variações em conflito com as tradições” (MINAYO, 2014, p. 208).

O critério para a escolha dos sujeitos da pesquisa foi decidido coletivamente, a exemplo do processo de delimitação do objeto de estudo. Assim, foram elegidas as mulheres/mães/militantes e suas filhas e filhos, as quais eram em número de 16 crianças de quatro a 14 anos. Nesse sentido, objetivando, eticamente, preservar os nomes reais dos participantes, optei, junto ao grupo, em dialogar com as crianças no sentido de elas próprias atribuírem-se outro nome para a sua identificação nesta pesquisa, conforme as figuras 6 e 7.

Figura 6 – Caracterização das crianças participantes do CEC

	NOME	IDADE	ESTUDO	COMUNIDADE
1.	Larissa	7	1ª ano	Chapecó/SC
2.	Rosa	11	6º ano	Chapecó/SC
3.	Lucas	5	Pré	Quilombo/SC
4.	Maikeli	8	3º ano	Quilombo/SC
5.	Heitor	10	4º	Chapecó/SC
6.	Davi Luís	11	5º ano	Saudades/SC
7.	João Vitor	6	1º ano	Saudades/SC
8.	Guto	11	6º ano	Chapecó/SC
9.	Pinha	11	6º ano	Chapecó/SC
10.	Maria Clara	7	2º ano	Quilombo/SC
11.	Eloisa	8	2º ano	Chapecó/SC
12.	Nataly	9	3º ano	São José do Cedro/SC
13.	Guerreiro	14	9º ano	Chapecó/SC
14.	Magnólia	14	1º ano	Curitibanos/SC
15.	Alice	4	Pré	Quilombo/SC
16.	Camyli	11	6º ano	São Miguel do Oeste/SC

Fonte: elaboração da autora.

Figura 7 – Quando de caracterização mulheres/mães/militantes participantes do CEC

	NOME	IDADE	ESTUDO	COMUNIDADE
1.	Regina	37	Ensino Fundamental	Quilombo/SC
2.	Marilize Beatriz	43	Quinto ano	Saudades/SC
3.	Natalia	30	Ensino médio	Quilombo/SC
4.	Nega	54	Ensino médio	São José do Cedro/SC
5.	Mariza	48	Superior	Chapecó/SC
6.	Maria Salete	61	Ensino médio	Chapecó/SC
7.	Ivania	45	Ensino Médio	São Miguel do Oeste/SC
8.	Poliana	53	Mestrado	Chapecó/SC
9.	Rosa Terezinha	49	Ensino Fundamental	Chapecó/SC

Fonte: elaboração da autora.

Entre as crianças participantes, havia dez meninas com diferentes idades: uma de quatro anos, duas de sete anos, duas de oito, uma de nove, três com 11 e uma de 14 anos. Os meninos foram em número de seis: um com cinco anos e outro com seis anos, um com dez anos, dois com 11 anos e um com 14 anos. Participaram nove mães militantes, sendo que três, por motivos particulares, não se fizeram presentes.

1.5 A CONSTRUÇÃO DO CÍRCULO EPISTEMOLÓGICO DE CULTURA

O CEC foi construído da seguinte forma: num “primeiro momento”, as mulheres/mães/militantes e crianças participaram da mística, jogos e brincadeiras do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal (1982), além das dinâmicas de apresentação do grupo, como pode ser observado na figura 8. Em seguida, conversamos sobre o objetivo e metodologia do CEC para o desenvolvimento da pesquisa.

Figura 8 – Primeiro momento do CEC: jogos com crianças/mulheres/mães



Foto: Letícia Pereira.

Num “segundo momento” foi retomado o objetivo do CEC com as crianças, além da apresentação e discussão por meio de um diálogo lúdico sobre os seguintes aspectos: importância das fotografias e do vídeo para a pesquisa, planejamento das atividades, e, em seguida, utilização da dinâmica “brincando com o nome”. Num “terceiro momento”, iniciou-se o CEC propriamente dito, cujas perguntas de “partida” foram:

- Que brincadeiras vocês sabem?
- O que é MMC para as crianças?
- O que pensam as crianças sobre as mulheres do MMC?
- O que é ser criança camponesa no MMC?
- O que é prática educativa? As crianças participam das práticas educativas? Como?
- O que pensam sobre práticas educativas no MMC no que se refere às questões da produção da vida, como: trabalho, educação, família, direitos, lutas, quintais produtivos, plantas medicinais, sementes crioulas, entre outras?

No “quarto momento”, organizamos juntas(os) as brincadeiras escolhidas pelo grupo “pular corda”, “alerta”, “caçador”, brincadeiras de roda. Logo após, tempo livre para o almoço.

Na sequência, reiniciamos as atividades com as crianças, motivando-as a “brincar de entrevistas” no diálogo com as mulheres. Em seguida, refletimos sobre o que havia sido debatido pela manhã; iniciando esse momento com dinâmica do “jogo do espelho”. Daí em diante começou efetivamente o diálogo entre crianças e as mulheres sobre diversas questões: origem do MMC e suas lutas, participação das crianças

nos processos educativos do MMC, experiências marcantes para vida das mulheres e, por fim, as diversas dimensões das práticas educativas.

No “quinto momento”, foram realizadas brincadeiras e jogos teatrais, em que as crianças e as mães interagiram por meio de jogos, como: “adivinha” e “coelhinho sai da toca”. As fotografias das figuras 9, 10, 11 e 12 ilustram esses momentos.

Figura 9 – Segundo momento do CEC com as crianças camponesas



Foto: Carolina Timm.

Figura 10 – CEC com crianças e mães/militantes do MMC



Foto: Letícia Pereira.

Figura 11 – CEC, brincadeiras com as crianças camponesas



Foto: Letícia Pereira.

Figura 12 – Compartilhando moranguinho agroecológico produzido pela família de Joana Sebbem



Foto: Letícia Pereira.

Também utilizei o diário de campo como instrumento de registro de informações significativas que ocorreram durante a convivência no período da pesquisa, não apenas no momento do CEC. O próprio Freire orientava os(as) educadores(as), na busca de identificar o tema gerador, a procurar também conhecer as relações interpessoais do grupo envolvido. Assim, fiz uso do diário de campo para registrar informações significativas na relação entre mulheres e crianças, levando em conta a necessidade de mergulhar na realidade, isto é, na vida cotidiana do MMC. Por isso, no decorrer do texto, farei referência às crianças que participaram do CEC e outras crianças que também participaram das

práticas educativas com suas mães no Movimento durante o período da pesquisa.

Isso porque, quando Freire se refere ao tema gerador, chama a atenção para a importância de se envolver na vida dos sujeitos para melhor compreendê-los(as) (FREIRE, 2014). Sugere que a pesquisadora participe da vida comunitária, das reuniões e outros momentos, seja na família, seja no lazer ou trabalho, e observar o envolvimento do grupo, a linguagem usada, as manifestações em relação às mulheres, mulheres e homem/esposo, mulheres e crianças, mães e filhos(as) e outros. Todos esses elementos poderão contribuir para melhor responder o objetivo desta pesquisa (FREIRE, 2014).

Os registros fotográficos das atividades realizadas no percurso histórico do MMC foram adotados enquanto documento complementar aos demais dados da pesquisa, visando a destacar o grau de envolvimento e participação das crianças no linear das práticas educativas no MMC. Todo esse material imagético foi utilizado na “[...] intenção de buscar o maior número de imagens que pudessem retratar as marcas e os signos [...]” (SILVA, 2003, p. 88) das crianças no MMC.

1.6 PROCEDIMENTOS DE ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para realizar os procedimentos de análise dos dados, tomei como referência a abordagem da hermenêutica-dialética (MINAYO, 2014; VALMORBIDA, 2016), principalmente, considerando a coerência em relação à perspectiva dialética materialista histórica de produção de conhecimento, relevância e possibilidades que tal procedimento metodológico oferece quando está em análise o diálogo das crianças com as mulheres do MMC sobre as práticas educativas desse movimento. Nesse sentido, para proceder às análises, foi de suma importância considerar alguns elementos fundamentais para preservar, de forma introdutória, a unidade, articulação e complementaridade entre o método dialético (com seus pares de opostos/complementares e a ideia de mudança, de transformação permanente) e o método hermenêutico (com ênfase em seus métodos e técnicas para a análise dos dados, dos fatos históricos e do cotidiano). Todos esses procedimentos revelaram-se de grande potencial para as análises dos dados.

A partir desse processo, a análise dos dados foi realizada tendo como inspiração a análise de conteúdo a partir de uma de suas variações: a análise temática. Esse procedimento foi realizado a partir das seguintes

etapas: (pré-análise, exploração do material e interpretação), permitindo, assim, a organização dos dados de uma forma mais sintética, sem prejuízos quanto à sua riqueza de relações e significados. Nesse aspecto, foi de suma importância levar em consideração as “unidades de registro” (palavras e frases inteiras) e as “unidades de contexto” (conjuntura, episódios etc.) (MINAYO, 2014, p. 315; VALMORBIDA, 2016, p. 40). As unidades de contexto, entendidas como sendo “a delimitação do contexto de compreensão da unidade de registro” (MINAYO, 2014, p. 317).

A análise hermenêutico-dialética, em sua essência, busca a articulação entre as potencialidades da hermenêutica com as leis e categorias do materialismo histórico-dialético. Todavia, essa não foi uma tarefa fácil no âmbito dos limites e possibilidades da construção do objeto. Nesse sentido, reconheço que as limitações de influência e compartilhamento entre a hermenêutica e a dialética puderam, parcialmente, ser superadas, considerando o movimento gnoseológico dos seguintes aspectos: o determinismo histórico da produção da pesquisa; a ideia de que jamais somos imparciais enquanto pesquisador(a); somos parte do processo de investigação e da realidade investigada; necessidade de se manter uma postura crítica diante da técnica e a noção de provisoriedade de conhecimento produzido. Convém ressaltar as observações feitas por Minayo (2014) e Valmorbida (2016) sobre a necessidade de se superar o reducionismo metodológico que limita o debate e, neste caso, em relação às condições de vida das mulheres e crianças no campo, exigindo consciência de que, compreender, interpretar e criticar são fatores da totalidade do mundo real.

De posse do material coletado, é hora da classificação dos dados. Para Minayo (2009, p. 21), nas intervenções de cunho qualitativo, o(a) pesquisador(a) precisam ter em mente “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...]” do grupo envolvido. Ainda, Minayo (2014, p. 196) chama a atenção para a necessidade de se preocupar “com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão” das manifestações.

As orientações de Minayo (2014, p. 308): “[...] partem de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos no material.” Grosso modo, “[...] consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” A “análise temática” está ligada à noção de “tema”, ou seja, a uma afirmação a

respeito de determinados assuntos e conteúdos que se destacam no âmbito da construção teórico-empírica do objeto.

Em suma, para realizar uma análise de significados, a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes ao discurso dos sujeitos (narrativas). Além de tudo, é necessário passar por três etapas, a saber: pré-análises, ou seja, tratamento dos resultados obtidos, interpretação e análise (MINAYO, 2014).

De posse do material em áudio sobre os CEC transcrevi todo o diálogo realizado com as crianças e com as mães, e selecionei as anotações do diário de campo. Em seguida, agrupei, tomando como referência as seguintes categorias empírico-teóricas: crianças camponesas, MMC e Práticas educativas, que se encontram nas figuras 13, 14 e 15. Os quadros, contendo as subcategorias mulher camponesa, quintais produtivos, luta contra o patriarcalismo/violência, trabalho/dupla jornada, mística, participação política e comunitária, encontram-se no Anexo I.

Figura 13 – Categoria: criança camponesa

Categoria: CRIANÇA CAMPONESA	
Davi Luís	<p>Ser criança camponesa eu acho legal. Eu acho, comparar com os da cidade, eu tenho mais liberdade. Eu também gosto se eu quero descansar lá de baixo da casa tem uma sobra. [...]</p> <p>Eu moro com meu pai, minha mãe, meu avô e minha vó, meu irmão. De manhã eles fazem tudo o serviço porque estou na escola. Eles tratam os terneiros, pegam silagem, ajudam tirar leite, tratam as vacas, tiram o esterco. Nós tinha 31 vacas. Agora não é nós que tira mais leite, porque é junto. Quem mais tira leite é a Salete. [...] O marido da Salete é irmão do meu pai. A gente trabalha junto [...] Só que quando minha mãe sai eu tenho que fazer mais trabalho. Nós vamos tratar os terneiros, minha mãe enche o cesto e eu ajudo. [...] Daí quando minha mãe não está, tenho que tratar os terneiros e encher o cesto sozinho e fazer os outros trabalhos. [...] Mas quando ela sai meu pai tem que fazer tudo. A mãe conta que quando era pequeno. Eu chorava. Um dia a mãe teve que voltar do Movimento porque fiquei doente.</p>

João Vitor	Eu também. É bem legal brincar na sombra.
Rosa	Uma criança que acompanha as mulheres camponesas, que convive com elas, que ajuda na roça. [...] não exatamente nasce no campo. Mas tem criança que nasce e que mora na cidade e que produz alimento e participa do Movimento. [...] Daí a gente vai naquele mato que tem pra cima da casa, não do galinheiro, lá tem um monte de bichinho. Lá tem esquilo , daí a gente olha, tira foto. É bom morar na roça. [...] porque quando a gente tem algum trabalho de aula dá pra fazer uma filmagem. A professora pede às vezes grãos/sementes a gente tem e tira foto. [...] Tem gente que estuda, lá do Simoneto, que não tem. É tudo comprado. [...] Esses dias a professora pediu pra tirar foto de animais, cabra , essas coisas daí, lá em casa não tinha. Daí a gente foi lá na tia Maria, tirou foto das cabras e de tudo lá.
Guerreiro	Aquela que [...] vive num lugar bom e quando cresce colhe os frutos [...] são as principais defensoras do meio ambiente.
Eloisa	Criança camponesa pra mim é aquela que ajuda as mães a trabalhar e fazer os serviços do campo.
Camyli	São as crianças que vivem no campo.
Pinha	São aquelas que vivem no campo, colhem os frutos, ajudam plantar e colher.
Elza	No meu tempo de criança meio que nós brincava de boneca com essas abóboras. Mas não falei nada, disse, “essas aí é pra vocês brincar” e continuei colhendo amendoim. [...] me surpreendi quando viu Olga pegar uma abóbora imitando um microfone e falava para os pés de amendoim como se tivesse muita gente. Depois ela e Eloisa começaram a fazer entrevista. Diziam: “Você sabe que pé é este? Esse pé é um pé de gergelim. Você pode abrir a vaguinha e tem sementinha dentro. Minha vó usa pra pôr em cima das bolachas. Sabe o que é de bom? Espere um pouco. E gritavam: vó pra que é bom o gergelim? ” Daí eu explicava e elas continuavam a fala delas.
Amaralinda	Ser criança camponesa é defender as questões do campo [...] é levantar as 6:20 para ir de ônibus pra

	<p>escola. [...] tocar as vacas do pasto, cuidar dos animais, [...] ajudar a arrumar os produtos pra feira e pro PAA. [...] estou aprendendo a identidade de camponesa e de classe trabalhadora. Eu gosto de ser camponesa.</p>
Mãe	<p>Minhas filhas me chamaram para uma reunião, o assunto: “Quando você chega em casa não dá atenção pra nós. Nós queremos falar, conversar assistir um filme juntas, nem que seja a novela da Chiquititas e você fica no celular respondendo coisa do trabalho, do trabalho [...]. Outra reclamação era sobre as regras, queriam mais tempo livre e também queriam passear no <i>shopping</i>. Eu, fiquei..., daí pensei..., escutei, e daí fomos dialogando e disse que têm algumas coisas que vocês têm razão, como quando estou em casa ficar com vocês. Isso posso me comprometer de melhorar. Refleti sobre as regras e citei exemplo: a diretora disse que vocês são participativas, as duas. Quando não fazem as tarefas vocês assumem que não fizeram e se comprometem em fazer. Então o que a mãe está ensinando, as regras, está contribuindo pra vocês se construir e ser pessoas melhores. [...]”. Do passeio no <i>shopping</i>, expliquei: tem outros espaços que a mãe pode ir com vocês. A mãe não acha importante ir lá porque é uma coisa que nós não temos dinheiro pra comprar o que fornece lá. Então pra quê vamos lá? [...] tem outros lugares legais que eu posso passear com vocês e combinamos um passeio. Foi bom. Conversamos bastante e tudo certo.</p>
Julia	<p>Eu e minha família podíamos estar morando na cidade, em uma casa melhor que a nossa, mas não, o lugar que mais amamos é ficar no interior [...]. Aqui há diversas coisas bem diferentes que na cidade. O ar puro, a tranquilidade, o canto dos pássaros de manhãzinha é muito diferente é um canto puro cheio de alegria que com certeza traz a paz. Podemos também cultivar nossos próprios alimentos sendo que com certeza ele é muito mais saudável. Temos mais liberdade para nos divertirmos. Aqui onde moro é tudo bem mais tranquilo que uma cidade, pois é muito mais difícil de passar</p>

	carros e motos. Muita gente já me disse que o interior é sem graça, mas e a cidade, tem essa paz toda? Só vejo reportagem nas cidades de pessoas assaltando, poluindo os rios, o lixo jogado nas ruas [...].
CEC	Gostam de brincar: “de esconde-esconde, pega-pega, voleibol, caçador, casinha, balanço, pular corda, cantigas de roda, fazer piquenique, brincar de fazer reunião, de escola e outros” [...]
Rosa Terezinha	[...] no Movimento, as crianças são a renovação. Tenho esperança que estas crianças que acompanham as mães desde pequenas vão continuar nossa caminhada, assim também esperamos das jovens [...].
Poliana	As crianças camponesas dão sentido pra luta das mulheres camponesas e do próprio Movimento. E ao mesmo tempo, as crianças no Movimento ensinam pra nós, as mães também aprendem. As crianças camponesas aprendem e ensinam a viver uma outra forma de vida . São muito importantes essas crianças. São as que desde já ensinam nós cuidar de meio ambiente, valorizar as sementes crioulas, criar novas relações. Olha, eu fico até emocionada de falar com vocês e pra vocês, porque vocês são a expressão mais profunda de que esse movimento é vida por causa de vocês . E nós temos certeza que vocês vão dar continuidade de uma forma ou de outra na luta pela vida.

Fonte: elaboração da autora.

Figura 14 – Categoria: MMC

Categoria: MMC	
Guto	Quem inventou o MMC?
Rosa Terezinha	Um grupo de agricultoras com o apoio do bispo e de outras entidades . [...] Nós criamos o MMC para defender a luta das mulheres camponesas e as famílias do campo . Nós temos muita esperança nas crianças .
Nataly	Até o bispo? A gente pode participar mais com as mulheres .
Davi Luís	Eram quantas mulheres que participava?
Maria Salete	O MMC não foi inventado, ele nasce das necessidades, das lutas das mulheres . O que nós mulheres fazia? Nós

	<p>trabalhava em casa. Fazia todo o serviço da casa. Ia na roça. Fazia na roça, vinha pra casa. Nós tirava leite. E o homem simplesmente não fazia nada na casa. Não adianta dizer que fazia, porque não fazia. Não fazia nada em casa! [...] uma experiência que eu levo pra minha vida. É minha mãe e minha sogra. Minha mãe era contra assim sabe, que a mulher tinha que ficar em casa, obedecer ao homem, porque, né? A minha sogra já é diferente: “vai tu que é nova que eu cuido da tua filha”! A sogra me dizia: “Vai e lute e defenda nós, que eu vou ficar em casa, eu fico, eu faço os serviços teus e os meus, e tu vai”. Então assim uma experiência diferente que geralmente é a sogra que é mais contra a nora do que a mãe contra a filha. Eu, essa experiência vou sempre lembrar na vida o que aprendi com minha sogra. Porque Ela era de mais idade e dizia “Vai você que é mais nova”. Pra mim é uma das maiores experiência que eu tive em toda a caminhada e têm muitas outras. As mulheres se reuniram e começaram a pensar assim. Se nós trabalhemos na roça, trabalhemos na casa, temos dupla jornada de trabalho e não temos direito nenhum. Não é certo. Temos que lutar.</p>
Poliana	<p>Quem descobriu uma bandeira sabe que descobriu o seu lugar para lutar. O MMC é um espaço. É para as mulheres, como uma pátria grande. Todos os dias tenho que renovar minha opção na luta das mulheres, na luta do povo.</p>
Heitor	<p>Porque vocês criaram o MMC? [...]</p>
Nega	<p>As mulheres não tinham uma identificação. As mulheres camponesas não tinham uma identificação. Elas eram a mulher do fulano, do ciclano. Eu não era a Nega, era a mulher do cara lá. Pô, desde do comércio era o homem que assinava, a mulher assim fazia parte da família as não era família no caso. Ela não tinha vez, não tinha identidade própria. Hoje a mulher é reconhecida como profissão, como agricultora. A mulher tem essa profissão antigamente não tinha. Então a luta foi ser reconhecida a nossa profissão de agricultora.</p>

Marisa	Elas começaram a participar e se sentiram discriminadas [...] quem tinha que mudar o que estava ruim era as próprias mulheres.
Eloisa	No Movimento, a Salete cuida da gente.
Maikeli	Vocês quando saem de um encontro no MMC, você se sentem melhor?
Regina	No Movimento a gente encontra mais força, mais coragem de lutar.
Marilize Beatriz	O MMC pra mim, na minha vida particular ele tem um significado muito grande. Eu nunca conhecia o Movimento e a partir de um convite de uma grande amiga, isto há 19 anos. Eu me desafiei. De uma pessoa que vivia, assim, da casa pra roça e da roça pra casa. Eu me desafiei a sair de casa, depois de casada, porque antes de casar eu não tinha essa liberdade.
Rosa	No MMC me chama atenção o planejamento. É que vocês sabem o dia que tem que fazer as coisas. A hora que tem que fazer. Vocês sabem como que têm que fazer. Vocês não sabem, né? Vocês têm que avaliar [...] na luta, participar.
Guerreiro	[...] Então as professoras da escola dizem: que a escola é a nossa segunda casa. Né, que elas dizem? Mas não é, a segunda casa é o Movimento.
Natalia	A gente vem estudar , a gente conversa, a gente troca experiências. Fala sobre o que acontece no Brasil, o que acontece em nossas casas. Troca de experiências.
Magnólia	As crianças podem ajudar as mulheres na luta pelos direitos [...] ajudando a mãe e o pai.
Pinha	A gente pode participar da luta, como já fizemos. Convidar outras crianças.
Ivania	Tenho muita esperança nas crianças. Elas são decididas. [...] as crianças é tudo pra gente. A Camyli vem junto na comunidade, ela sabe e faz muita coisa, ela gosta e a gente espera que continue.

Fonte: Elaboração da autora.

Figura 15 – Categoria práticas educativas

Categoria: PRÁTICAS EDUCATIVAS	
Heitor	As sementes significam paz e mais um monte de coisa, alegria. [...] O lixo orgânico, dá pra fazer adubo em vez de jogar em qualquer lugar.
Eloisa	Acho difícil na roça esperar a planta nascer. [...] porque não gosto de ter paciência, [...]. Ir caminhando até a roça. [...] Ficar naquele sol. [...] são os quintais das sementes . São os encontros no MMC porque falam sobre alimentos que faz bem [...] tem salame, melado batido, gosto das frutas, banana e melão, tem bolo caseiro [...].
Rosa	Pra mim o mais difícil é você ter o controle da plantação . [...] Porque você planta uma coisa você tem que saber o dia o mês, a lua que você pode colher . [...] Você têm que ver que mês dá pra plantar, porque têm mês que dá mais chuva, tem mês que não. [...] As mães na roça sofrem mais. Quando estraga o alimento que plantaram. Vem vento forte que estraga tudo. Sofre para conseguir aquilo e no final não tem e não produz. [...] Uma vez eu fui na casa de uma lá, na casa de uma mulher e lá na casa dela, tinha um monte de árvores. Eu gostei daquilo lá. Daí, por isso que eu gosto de ir lá no Movimento.
Marilize Beatriz	[...] a gente consegue, agora com as crianças, como posso dizer, assim, distribuir as tarefas dentro de casa com as crianças. [...] Eu aprendi a usar as plantas medicinais. A gente aprende no MMC que não precisa pra qualquer coisa estar correndo no médico. A gente aprende ter mais autonomia, cuidar mais da gente, da saúde de todos. [...] Eu aprendi, a gente aprende no Movimento que pra estas coisas mais simples do dia a dia , você tem como na tua propriedade, a minha propriedade oferece estas condições com que eu possa tratar minha família, com o que eu tenho em casa, aproveitar o que a natureza oferece. A gente fez assim no município várias etapas. Depois disso as mulheres vinham e me dizia: “Meu Deus, que coisa boa você trouxe pra cá”. Tinha uma época que nossa horta virava um deserto . Não dava nada, muito calor, falta de chuva, daí com esse curso a gente aprendeu a manejar

	e fazer com que nossa horta fique produtiva o ano inteiro. Que a gente tenha algo para oferecer, mostrar pra família, amigas o nosso serviço o que a gente faz no Movimento. Eu vejo assim, se você quer ter saúde a principal coisa é você mostrar na mesa como você consegue trazer do trabalho, do dia a dia, possa tá oferecendo pra família saúde e qualidade de vida.
Amaralinda	Ser partilhada as tarefas domésticas entre todos e todas na família. “[...] no Movimento a gente aprende não se intimidar diante da opressão e lutar por direitos de mulher camponesa.”
Guerreiro	É tudo! Prática educativa é isso que nós estamos fazendo. [...] Pode ser uma brincadeira [...] fazer pudim... Fazer bolo. [...] Quem comeu bolo, levanta a mão? Viu aquele bolo, foi eu e a mãe que fizemos. O bolo de morango.
Nataly	É a educação.
Heitor	São as aulas que dão aqui no movimento.
Lucas	Trabalho na casa [...] bons modos.
Maria Clara	As aulas.
Rosa	As práticas educativas é quando elas trabalham nos quintais, cuida das flores e tudo isso... [...] na minha vó, na minha vó Rosa, Ela faz remédio de chá. Tem uma estufa. Daí ela coloca um monte, tudo o tipo de chá assim. Ela tem um lugar lá na roça que está cheio de chá, de plantas que dá chá... das plantas medicinais.
Pinha	Que pode ser as lutas também.
Elza	Esses dias o Tonho foi comigo preparar a terra para o plantio. Ele achava que era aquela terra dura, seca, mas não, estava bem fofinha. Estranhou e perguntou. Daí expliquei a cobertura verde, o pó de brita, a compostagem. Essas técnicas muda o solo. Tá lá pra vê.
João Victor	As plantas medicinais... Quem é perita nisso, é minha mãe. Eu quase não entendo nada. Só conheço a babosa.
Camylí	O bolo de moranguinho estava gostoso.
Mariza	[...] A luta pela libertação também está nas sementes crioulas, no resgate de uma alimentação saudável, sem químicos e venenos inseticidas, de base natural. As ervas medicinais é outra prática educativa,

	pedagógica. Outra são os quintais produtivos são muito importantes porque serve para o campo e para a cidade.
Natalia	Uma prática educativa é o curso . A gente aprende e prática no município e quando a gente volta à gente compartilha.
Davi Luís	As crianças se desenvolvem e desenvolvem o planeta.

Fonte: Elaboração da autora.

Por fim, do ponto de vista ético, o meu compromisso político-pedagógico, uma vez que sou organicamente militante do movimento, é apresentar ao MMC e principalmente às crianças e mulheres as constatações e resultados da pesquisa realizando um CEC com este objetivo. Essa minha insistência pela devolutiva da pesquisa se dá, principalmente, pelo fato de ter sido o próprio movimento que, coletivamente, deu os elementos imprescindíveis para a delimitação do objeto centrado em suas próprias demandas e necessidades.

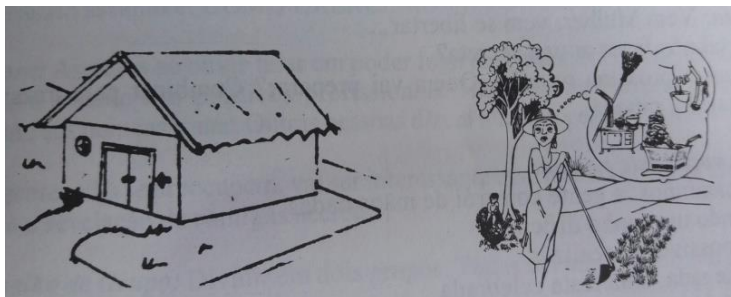
Por essas razões, torna-se iminente não apenas socializar os destaques e achados da pesquisa, mas também transformar as evidências empírico-teóricas em possibilidades de novos projetos, debates e diálogos permanentes entre as crianças e as mulheres camponesas, as crianças e suas famílias como um todo, acerca das práticas educativas do movimento e outras questões. Mas também desejo que essa contribuição possa problematizar as contradições e os possíveis caminhos de intervenção na ação do MMC. Este trabalho trouxe para o cerne da pesquisa o processo político-pedagógico e o papel das representações sociais das crianças e mulheres na construção desse Movimento autônomo, de gênero, de classe, feminista e camponês.

Postas essas reflexões, o desafio para a pesquisadora militante é ser coerente, como disse Freire (2002, p. 14): “Pesquisa para constatar, constatando, intervir, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

2. O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA: GÊNESE E TRAJETÓRIA DE LUTAS: AS CRIANÇAS NESSE CONTEXTO

*Ela desperta antes de clarear o dia, acende
o fogo e tira o leite pro café.
Atende os filhos, ajuda a tratar os bichos, tudo
ela faz com amor e muita fé.
Vai pra roça, ao meio dia faz o almoço, lava
os pratos enquanto o pessoal sesteia.
Limpa a cozinha, amassa o pão, estende a roupa.
A sua vida de serviço é sempre cheia.
(Música²⁸: Mulher da roça, p. 23).*

Figura 16 – Desenho do espaço privado (MMA/SC, 1997, p. 15)



Fonte: Acervo do MMC/SC.

O objetivo deste capítulo é identificar, por meio do processo histórico de organização, formação e lutas do MMC, como as crianças camponesas estão inseridas nas lutas feministas camponesas, respondendo as questões da pesquisa. Para tanto, necessário se faz, primeiramente, trazer à baila a gênese do MMC, suas lutas, seus avanços, recuos e propostas para a efetivação deste movimento popular, principalmente no que diz respeito à simbiose entre classe e gênero no campo. Diversas facetas desse processo são de suma relevância, sobretudo, quando está em jogo um diálogo político-pedagógico com as crianças sobre o movimento.

Antes de analisar o trabalho de campo com o CEC, trago alguns elementos - caminhos e pistas sobre a história do Movimento, suas

²⁸ MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Cartilha: *Mergulho na história das mulheres*. Chapecó/SC, 1997.

representações, imagens ou referências feitas nos documentos sobre as crianças do MMC e, inclusive, neste caminho, busco vislumbrar o modo como as crianças estão ali inseridas em termos de práticas educativas.

Para essa análise, tomarei como referência as cartilhas, fotografias, relatórios e cadernos produzidos pelo MMC, bem como algumas narrativas das crianças e mães/militantes que participaram do CEC e diário de campo. Faço essas evidências empíricas em articulação com os aportes teórico-metodológicos anunciados no referencial dessa dissertação.

2.1 CARACTERIZANDO O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO MMC/SC

Inicialmente, trago, à guisa de ilustração e reflexão, o desenho que consta na cartilha de estudo nos grupos de base²⁹ do MMC relativo ao terceiro encontro, cujo tema é: “como ocupamos o tempo³⁰”. No desenho, a casa, a lavoura e nela a mulher grávida amparada pela enxada. Enquanto trabalha, atenta aos cuidados do(a) filho(a) que está na sombra da árvore, certamente planeja como vai se organizar ao voltar para casa e dar conta dos trabalhos.

Trabalhos que envolvem desde o preparo da refeição, as roupas para lavar, o trato e ordenha da vaca, organizar o leite para venda ou fazer o queijo, lavar o balde, limpar o estábulo, a horta e outros trabalhos na lida da casa. Para Heredia, Garcia, Garcia Jr. (1984, p. 31), “[...] a casa não se restringe ao espaço físico ocupado pela construção; ela inclui também o terreiro (pátio) que a rodeia, local onde vive a criação (aves de quintal), cabras e porcos”

Nessa mesma imagem, ao lado da figura feminina, a descrição desta jornada de trabalho em forma de música³¹. Percebi ali uma representação clara da saga de uma vida dura – o cotidiano das mulheres camponesas. Essas questões estão imersas na problemática da “divisão sexual do trabalho no espaço de reprodução”, que, por sua vez, se origina

²⁹ No MMC, grupo de base são os grupos de mulheres, coordenado por uma ou duas liderança indicada entre o grupo, que se reúnem nas comunidades rurais e/ou município para estudar, encaminhar, informar-se sobre as deliberações do Movimento em relação ao processo de organização, formação e lutas por direitos e emancipação das mulheres.

³⁰ O texto e o desenho encontram-se na cartilha: *Mergulho na história das mulheres* do MMA/SC (1997, p. 11-17).

³¹ GRINGO, Antônio. Música: *Mulher da roça*. Encontra-se na cartilha: *Mergulho na história das mulheres*, do MMA/SC (1997, p. 23-24).

da divisão social do trabalho e que abarca os diversos aspectos sobre a presença das diferenças entre homem e mulher na sociedade atual (NOGUEIRA, 2006, p. 25).

Sobre a gênese do MMC: quando as mulheres começam a questionar sua rotina diária no coletivo é indicativo que estão preparando o terreno e semeando a semente que deu origem ao MMC. Na cultura camponesa, fortemente marcada pelo patriarcalismo, como pode ser observado nas representações sociais, a casa e o trabalho que ela implica são responsabilidades das mulheres reafirmado na expressão “dona do lar” ou “rainha do lar” (KROTH, 1999, p. 99).

Nos documentos elaborados pelo MMC e nas declarações que ouvi, muitas vezes durante os encontros das mulheres, a casa é um lugar de muito labor. Além da dupla/tripla jornada, o cuidado com as crianças exige atenção e dedicação de acordo com a idade. Quando pequenas, dependem da proteção de alguém, quando frequentam a escola, as necessidades de garantir as refeições, o deslocamento até o ponto de ônibus para ir à escola, acompanhamento da aprendizagem, tempo para o diálogo, ouvir suas dificuldades e alegrias. Enfim todo esse trabalho, na sua grande maioria, recai sobre a mulher, sem ser considerado trabalho. Ainda, em determinados momentos, soma-se o cuidado com doentes e idosos. Há uma “naturalização”, como se fosse a sina dessa mulher tomar conta de tudo.

Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1984) confirmam que as crianças pequenas eram de responsabilidade materna. Desde a infância começam a desenvolver alguns trabalhos definidos por sexo. Para as meninas, a vassoura, buscar água, lavar pratos, enquanto os meninos executam trabalhos ligados à produção, como tocar o gado, acompanhar a venda dos produtos, poder sair de casa até o vizinho sozinho, estão mais livres para percorrer a lavoura acompanhado pelo pai. Porém, esse modelo de educação começa a ser problematizado na medida em que as mulheres camponesas se organizam.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, em todo o Brasil, criavam-se grupos, movimentos populares e sindicais com lutas específicas e gerais e que tinham em comum a luta pelo fim da ditadura militar e a retomada da democracia. Na região oeste de Santa Catarina, essas organizações tiveram grande expressão no campo, destacando-se a organização das mulheres. Paulilo (2016, p. 252) referiu-se a esse período dizendo: “Os movimentos autônomos de mulheres rurais, surgidos no início da década de 1980, foram um produto típico da época dos

movimentos sociais no Brasil e apresentam trajetória semelhante a muitos outros destes movimentos.”

Naquele contexto, a Igreja da Diocese de Chapecó, por meio de D. José Gomes, que desde os anos de 1960 participava do Concílio Vaticano II e, juntamente com Agentes de Pastorais, padres, irmãs religiosas e leigas, foi imprimindo a Teologia da Libertação como base teórica/teológica que passou a dar rumos para a atuação Pastoral dessa Igreja³². Uma Igreja “CEBs”, “Povo de Deus” que estava ali nascendo. Uma igreja comprometida com os pobres e marginalizados, consequências do sistema capitalista contra o qual as(os) camponesas(es) historicamente lutaram e resistiram (UCZAI, 2002). Mas também na região oeste de Santa Catarina se faz necessário reconhecer a opção de liderança da IECLB, por meio do Pastor Lobo e da Pastora Lola, e outros(as) que muito têm contribuído no processo formativo no MMC.

Isso começa a se efetivar em meados da década de 1970 com a organização e formação de lideranças: catequistas, ministros(as) da eucaristia, dirigente dos grupos de reflexão e outros. Essa formação cristã seguia os princípios da educação popular fundamentada no amor, na esperança e no diálogo entre prática-teoria-prática (FREIRE, 2002, 2014), que na ação pastoral ressignificaram “na metodologia do ver, julgar e agir” (UCZAI, 2002, p. 85).

Ali estavam as mulheres participando e atuando nas CEBs, (OMA, [s.d.]). Muitas delas não demoraram em despertar a consciência para a necessidade de mudança da própria situação e do contexto em que viviam. Outras não aceitaram e teve quem voltou para suas casas (KROTH, 1999).

D. José Gomes³³, à luz da Teologia da Libertação, apoiava as mulheres agricultoras, motivando-as e alertando-as em relação à opressão a que estavam sendo submetidas, seja na família, seja na sociedade. Em

³² A Assembleia diocesana do clero de 09 a 12/12/1974, embora ainda tinha o mínimo de participação de leigos, questionou seriamente o trabalho de Pastoral fundamentado nas formas tradicionais de sacramentalização e de educação da fé. Essa assembleia indicou outros rumos para a ação pastoral, ou seja, “novos caminhos de evangelização e para a formação de cristãos autênticos” (UCZAI, 2002, p. 78-79).

³³ D. José Gomes marcou a história do povo e teve um papel fundamental em relação às causas do povo. Foi alguém que se posicionou frente a problemática dos povos indígenas que depois de longos anos de batalha reconquistaram suas terras, porém estas encontravam-se devastadas dificultando a reprodução da vida. Ao mesmo tempo em que entende o direito dos agricultores(as), percebe que estes foram manipulados e usados pela burguesia local e regional. Não se cala diante as injustiças. Incentivou também as mulheres a se organizarem (UCZAI, 2002).

um de seus sermões³⁴, enviado às comunidades cristãs da Diocese, reflete sobre as relações de dominação do homem sobre a mulher e os filhos na família.

Tem muito homem por aí que faz da mulher uma escrava e não uma companheira. E quantos maridos que só sabem falar de maneira áspera com sua esposa. Só gritam para que se faça economia. Não quer cuidar da saúde de seus filhos. Não ajudam a esposa no cuidado e educação dos filhos. E o pior de tudo é quando os maridos não cuidam nem da comida dos filhos. Gastam à toa pelas bodegas. Bebem, jogam fora o seu dinheiro e deixam faltar tudo em casa. Para eles sempre tem dinheiro. Mas para a mulher e os filhos o dinheiro anda sempre curto. (LOVERA *et al.*, 2013, p. 166-167).

Suas reflexões falavam da vida, das dificuldades, das opressões vivenciadas no cotidiano de muitas mulheres e filhos(as). Era preciso encontrar uma saída em busca de uma vida mais digna. Foram tempos em que facilmente se evidenciavam os posicionamentos das Igrejas diante de acontecimentos sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos.

Encontrei, no relatório do seminário, a seguinte citação: “A religião é um fenômeno assombroso que desempenha funções contraditórias na vida das pessoas. Ela pode destruir ou revitalizar, pode alienar ou conscientizar/despertar, ensinar docilidade ou ensinar rebeldia³⁵.” (MMC/SC, 2015, p. 11). Cabe destacar que outros estudos sobre a região oeste de Santa Catarina, entre eles, Renk (1997, p. 65), mostraram a influência da religião na formação étnica-social do povo camponês. Em relação à OMA, as Igrejas: Católica Apostólica Romana e a IECLB tiveram, por meio do bispo, pastores, pastoras, padres, irmãs religiosas e agentes de pastoral, um papel fundamental.

³⁴ Sermão enviado às comunidades cristãs por D. José Gomes na celebração de 7 de outubro de 1979. Mês das missões, cujo tema era: “Evangelizar é dar a todos o que é de todos”. Neste primeiro domingo, “queremos dar à família o que é da família” (LOVERA *et al.*, 2013, p. 166-167).

³⁵ MMC/SC. Seminário: *O cuidado da casa comum. Encíclica do Papa*. Realizado no salão paroquial. Rua Dom Joaquim Domingues de Oliveira, bairro Passo dos Fortes, Chapecó, Salão Comunitário São José Operário. O texto de Ali Sharyati, sociólogo de origem iraniana e reformador islâmico, foi proferido pela Pastora Cibeli Kuss ao refletir sobre o neoconservadorismo na no Seminário, realizado em conjunto com os Movimentos populares, igrejas, sindicatos, pastorais sociais, militantes de partidos políticos. A citação consta no relatório do MMC. Chapecó/SC, dia 31 de outubro de 2015.

A OMA tem suas raízes nas comunidades cristãs da Teologia da Libertação herdeiras da Tradição Judaica Cristã³⁶, que interpretou a vida do povo a partir da realidade latino-americana. Um Movimento que representa subversão ao modelo de Igreja hierárquica conservadora, patriarcal, eurocêntrica que, por muito tempo, ensinou às mulheres a obediência e a submissão.

Esse processo formativo que fundamenta as bases do MMC também buscou na Educação Popular os princípios que orientaram a organização de base. Essa prática educativa que articulava fé e vida teve como resultado um número significativo de lideranças, mulheres que foram espalhadas pelos diferentes espaços, sejam eles dos movimentos sociais, populares, sindicais, pastorais, entre outros. É atual e constitui-se grande desafio para o MMC/SC quando se pensa na continuidade de um processo que requer e recoloca a necessidade de formação de novos quadros dirigentes em todos os espaços de atuação do Movimento.

Nesses processos, as crianças, de alguma maneira, acompanhavam suas mães em atividades do Movimento. Durante o CEC, foi possível estabelecer um diálogo entre as crianças com suas mães, e ali as representações sobre o Movimento a partir das crianças foram sendo evidenciadas. Sobre o MMC, Guto³⁷ dirigiu-se para Rosa Terezinha³⁸ e perguntou: “quem inventou o MMC?” Ela disse: “Um grupo de agricultoras com o apoio do bispo e de outras entidades”. Nataly³⁹ indagou: “Até o bispo?”. Davi Luís⁴⁰ já quis saber: “Eram quantas mulheres que participava?” Aí Maria Salete⁴¹ retoma a conversa e diz: “O MMC não foi inventado, ele nasce das necessidades, das lutas das mulheres.”

A atitude de Nataly faz sentido porque é forte a figura do homem na direção da comunidade cristã, só o padre pode dirigir a missa, bem como grande parte das iniciativas comunitárias precisam ter a aprovação do padre. Notei que as crianças vão compreendendo aquilo que as mulheres do MMC questionam em relação ao poder machista, que ainda hoje persiste, e há casos em que as mulheres têm dificuldade de atuar nos

³⁶ Segundo aulas com prof. Dr. Edivaldo Bortoleto, Teorias e tendências no pensamento educacional, no primeiro semestre de 2016, na Tradição Judaica Cristã, encontramos o diálogo e a presença atuante da mulher.

³⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

³⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

³⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁴⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁴¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

espaços de decisão nas comunidades. Por outro lado, há experiências bonitas em construção.

Causou estranheza para Nataly saber que o bispo contribuiu na organização das mulheres, porque o público do MMC prioritariamente são mulheres, ou talvez, em sua experiência, não observou a presença do bispo nas atividades do Movimento. Além do mais, uma parcela do clero está se afastando da igreja da Teologia da Libertação, próxima às alegrias e angústias do povo. Por outro lado, sempre na Igreja teve a voz profética de bispos, padres, religiosas(os) e, nos últimos tempos, adquirem relevância os posicionamentos do papa Francisco diante das questões que ferem a dignidade da vida. Aos poucos, as crianças vão compreendendo a articulação do Movimento com outros movimentos populares, pastorais sociais, entidades e organizações que somam nas lutas das mulheres e da classe trabalhadora.

Por muito tempo, a igreja era, para muitas mulheres, um dos únicos espaços que podiam frequentar para além da família, mesmo que ali continuassem desempenhando o papel de servidoras na catequese, na liturgia ou na limpeza da igreja e preparativos para as festas comunitárias. Além disso, era função das mulheres cuidar das crianças enquanto os homens jogavam cartas e bocha (MAESTRI, 2005). Também Kroth (1999, p. 101, grifo no original) constatou: “Nas festas, as tarefas da cozinha cabiam às mulheres [...] ou *ficar em casa com os filhos trabalhando*.”

A Igreja de D. José Gomes cria possibilidades para as mulheres se repensarem. De serviçais passam a pensar suas vidas e relações na medida em que vão participando da formação de lideranças. Não demorou muito para que algumas delas começassem sua inserção no processo de organização sindical. Esse envolvimento foi criando um terreno propício, que resultou na participação das estratégias de disputa do sindicato. Kroth (1999, p. 64) lembrou que, inicialmente, iam junto com os maridos nas reuniões nas casas e “ficavam escutando, preparavam o chimarrão, a pipoca e cuidavam das crianças”.

Na cartilha (MMA(b), [s.d.]), as mulheres registraram que, ao participar da formação e da organização da chapa de oposição sindical, perceberam que eram discriminadas porque não podiam compor a chapa para disputar a eleição e nem votar. “Foi na luta da oposição sindical em Chapecó e outros municípios, pelos anos 1982 que os agricultores e agricultoras juntas se uniram para conquistar o sindicato.” (MMA(b), [s.d.], p. 3).

Esse caminho proporcionou aprendizados que mostraram às mulheres a necessidade de criar um espaço para debater seus problemas e anseios. A partir dessa experiência oficializaram, no dia primeiro de maio de 1983, no Distrito de Nova Itaberaba, Município de Chapecó, a Organização de Mulheres Agricultoras⁴² (OMA).

A data de 1º de maio de 1983 marca um momento importante, quando 28 mulheres reuniram-se no salão comunitário de Itaberaba com a presença de religiosos e agentes de pastorais ligados à diocese que coordenaram e registraram o encontro. A partir daí o Movimento se amplia do núcleo de Itaberaba para todo o município sendo este dividido em sete setores com duas coordenadoras em cada setor. No dia 8 de março de 1984, Dia Internacional da Mulher o Movimento faz sua primeira manifestação, quando reúne cerca de 500 mulheres em Itaberaba. (OMA, [s.d.], p. 14).

A citação extraída do documento da OMA ressalta a participação de religiosos e agentes de pastorais, informação que difere do depoimento de Padre Ivo Oro, onde ele confirma a sua presença, das 28 mulheres camponesas e da agente de Pastoral Jurilde Fazollo⁴³. Ele destaca o protagonismo das mulheres na criação da OMA, que começa com reuniões em torno da função do sindicato e sua importância como ferramenta em defesa dos pequenos agricultores(as) que enfrentavam as consequências da revolução verde e a falta de políticas agrícolas para o pequeno(a) agricultor(a). Segundo estudos realizados por Poli (1999, p. 122), “[...] o primeiro passo para o surgimento do MMA em Santa Catarina foi dado no dia 25 de julho de 1981, durante a comemoração do dia do colono, no então distrito de Itaberaba, no município de Chapecó [...]”, o qual se efetivou em 1983.

As mulheres lutadoras não se acomodaram em conquistar o direito de associar-se no sindicato. Persistiram na luta para participar e atuar naquele espaço de decisão, embora na primeira chapa de oposição sindical, não pudessem oficialmente fazer parte, porque não eram sócias. Continuaram se reunindo, estudando e criando estratégias para reivindicar

⁴² “As mulheres agricultoras, eram assim mencionadas no início dos anos de 1980, pela sua Organização de Mulheres Agricultoras (OMA/SC). Atualmente são reconhecidas como mulheres camponesas, público pertencente ao mesmo movimento, que no decorrer de seu processo formativo mudou o nome de OMA/SC para MMA/SC Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina à Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, MMC/SC.” (GASPARETO, 2009, p. 31); também constatado por Paulilo (2016, p. 250-277).

⁴³ Como me referi na página 17 dessa dissertação.

mudanças no estatuto, associar-se, compor a direção do sindicato e ter voz ativa nas reivindicações da classe. A partir daí, a OMA⁴⁴ foi ganhando outras dimensões, hoje representadas como MMC.

Fazem um abaixo-assinado reivindicando os direitos previdenciários, constituem uma comissão e organizam, em 1986, “uma comissão de 36 mulheres do estado de Santa Catarina e foram até Brasília” (MMA/SC(e), [s.d.], p. 6) para entregar ao presidente o abaixo-assinado com mais de cem mil assinaturas exigindo os direitos previdenciários como aposentadoria para a mulher trabalhadora rural aos 45 anos e, para os homens, 55 anos (SALVARO, 2010, p. 133-134).

Figura 17 – Primeira caravana do MMA/SC a Brasília. Entrega de abaixo-assinados reivindicando o direito à aposentadoria, abril de 1986



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Lá se juntaram com representantes dos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraíba, São Paulo e Paraná. Também reivindicaram reforma agrária, melhoria nas escolas rurais, preço justo dos produtos, justiça nos casos de violência contra a mulher, como o assassinato de Margarida Alves (MMA/SC(e), [s.d.], p. 6).

⁴⁴ Nesse mesmo tempo, em muitos municípios e estados, às mulheres se articulavam tendo como bandeira de luta a aposentadoria da mulher, que no conjunto da luta de classes se interligava com o debate da autonomia. Foi neste contexto que, em 1986, a OMA passa a ser identificada como Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC). No Paraná, Organização de Mulheres Agricultoras do Paraná (OMA/PR). Já no Rio Grande do Sul inicialmente se chamava de Organização das Mulheres da Roça (OMR), e em 1989 optaram por Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-RS), e assim em outros estados (PAULILO, 2016, p. 252).

2.2 AS RAÍZES DO MMC NA LUTA FEMINISTA E CAMPONESAS

O desafio para as mulheres daquele tempo era tomar consciência do ser mulher camponesa, seus problemas, dificuldades, ou desvelar os por que que não tinham voz, não eram associadas, não podiam participar, entre outros “não”. Freire (2014), chamou este momento, em que as pessoas se dão conta de sua condição social e começam enxergar seus problemas, de “situação-limite⁴⁵”, isto é, o momento em que identificam, ainda que de forma superficial, as barreiras, freios, obstáculos e amarras que foram aprendidas, que são reproduzidas historicamente e que as impedem de “ser mais”.

Nesse caso, pensava-se que era “natural” a mulher “servir, agradar e satisfazer os desejos e necessidades do marido, dos filhos, da casa, da igreja, do sindicato, [...]” (KROTH, 1999, p. 64). Entre essas mulheres, houve aquelas que começaram a trilhar outros caminhos. A participação da luta “[...] que teve como primeiro objetivo ‘tomar’ a Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, meta que foi alcançada em 1982 [...]” (PAULILO, 2016, p. 253), experiência que também serviu para as mulheres se organizarem. Observei, durante o estudo, que, desde o início do MMC, a perspectiva de *luta feminista camponesa* foi demarcada, embora nem sempre reconhecida, tanto do ponto de vista político como acadêmico.

Foi um tempo difícil e de tomada de decisão. Houve aquelas que não desistiram e nem mesmo deixaram que os homens lutassem “por elas”, que as representassem. Até porque um homem nunca representa uma mulher, ao contrário, onde há um homem tem uma mulher a menos. Situação que, em vez de provocar desesperança, passividade, aceitação, acomodação, como algo que não pode ser ultrapassado, gerou um movimento de libertação para ser mais um movimento de transformação.

De acordo com Schiavini e Gaspareto (2002, p. 245): “Inúmeras mulheres agricultoras foram dando passos decisivos. Romperam com o papel de estar na sombra do pai, dos irmãos e ou do marido. Romperam com os limites da casa.” Pouco a pouco, as mulheres foram problematizando socialmente seu papel. Houve muito debate entre elas e

⁴⁵ Freire (2014), ao analisar a situação-limite, se inspira nas reflexões do prof. Álvaro Vieira Pinto, que interpreta o problema das “situações-limite” ao contrário de Jaspers, que vê como algo negativo. “Para Vieira Pinto, as situações-limites” não são “o contorno infranqueável onde terminam as possibilidades, mas a margem real onde começam todas as possibilidades”; não são, a fronteira entre o ser e o nada, mas a fronteira entre o ser e o ser mais” (mais ser) (Álvaro Vieira Pinto, *Consciência a realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960, v. 2, p. 284)”, (FREIRE, 2014, p. 125).

na sociedade porque estava em jogo um modelo de cultura, de bons costumes, de educação patriarcal. Maria Salete⁴⁶ expressa bem este período na vida do MMC:

[...] uma experiência que eu levo pra minha vida. É minha mãe e minha sogra. Minha mãe era contra, assim sabe, que a mulher tinha que ficar em casa, obedecer ao homem, porque, né? A minha sogra já é diferente: ‘vai tu que é nova que eu cuido da tua filha’ [...] ‘defenda nós, que eu vou ficar em casa, eu fico, eu faço os serviços teus e os meus, e tu vai’. Então assim uma experiência diferente que geralmente é a sogra que é mais contra a nora do que a mãe contra a filha. Eu, essa experiência vou sempre lembrar na vida o que aprendi com minha sogra. Porque ela, era de mais idade e dizia ‘Vai você que é mais nova’. Pra mim é uma das maiores experiência que eu tive em toda a caminhada e têm muitas outras. (MARIA SALETE⁴⁷).

Essa contradição, presente na vida das mulheres e nas próprias famílias, nas comunidades, provocava debates acalorados e isso indicava que as mulheres precisavam construir argumentos que sustentassem a criação do Movimento autônomo. Para isso, elaboraram cartilhas para estudo nos grupos, formação de lideranças e seminários que contribuíram para o entendimento de que “[...] as relações de exploração, que continuam a existir, passaram não mais ser concebidas como naturais” (SCHIAVINI; GASPARETO, 2002, p. 242).

Também o depoimento de Maria Salete revela a solidariedade, companheirismo, o diálogo entre gerações. A sogra incentivando a nora a buscar sua libertação, seus direitos. Ela se responsabilizava pelos cuidados com a neta. As crianças aqui aparecem como trabalho quase que exclusivo das mulheres. Se a mãe vai para a luta no Movimento, a vó assume o cuidado. Pouco se visualizava a divisão sexual do trabalho - no cuidado e os trabalhos domésticos.

Na cartilha: *Mulher, organização e trabalho* (MMA/SC(b), [s.d.], p. 6), a primeira reunião traz como tema: “necessidade e importância da organização” e quando discutem as dificuldades de reunir as mulheres, aparece logo a preocupação: “não ter onde deixar os filhos” (MMA/SC(b), [s.d.], p. 6). Kroth (1999) e também Cinelli (2016) indicam que a atitude das mulheres de se organizarem entre elas, a exemplo de

⁴⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁴⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Maria Salete, que recebeu o apoio de sua sogra, atitude desaprovada pela mãe, sinaliza aspecto da construção do feminismo camponês que “[...] só é possível a partir do primeiro debate que o Movimento enfrenta, ainda no início da década de 1980, que é o *sair de casa*” (CINELLI, 2016, p. 103, grifo meu).

A decisão⁴⁸ de constituir um Movimento autônomo, popular, de classe, de luta, democrático (OMA [s.d.]) foi uma tarefa difícil devido às diferentes opiniões das lideranças que, no primeiro momento, apoiavam a organização das mulheres. Aqui aparece outro aspecto da luta feminista camponesa encontrado nas raízes do Movimento, quando essas mulheres sentem a necessidade de aprofundar “[...] *as relações de gênero* tanto no que se refere à subalternidade em relação aos maridos, quanto em relação aos órgãos de representação política, a exemplo do sindicato, da igreja, [...]. Gradativamente foram organizando suas bandeiras de lutas específicas e gerais [...]” (GASPARETO, 2009, p. 12, grifo meu).

Sinaliza a luta feminista, o debate polêmico referente ao público do Movimento. Está escrito que podem participar do Movimento: “[...] em primeiro lugar a mulher agricultora, tanto casada como solteira. O marido e as crianças, também participam das reuniões, pois queremos somar. [...] queremos crescer juntos, homens e mulheres trabalhadores rurais.” (MMA(b), [s.d.], p. 5). Há aqui um intenso debate sobre o conceito de *mulher*. Elas enfrentaram, problematizaram e se posicionaram em relação a este aspecto cultural colocando em cheque o machismo e o sistema patriarcal em que estavam submetidas e que ainda é uma das grandes lutas das mulheres.

Essa questão do homem participar do MMC seguidamente está na roda de debate. Observei que as mulheres que trazem essa discussão são camponesas iniciantes ou com pouca caminhada militante, ou que ainda pela sua história, estão em um contexto de dependência. Embora esteja ciente que esse debate exija maior aprofundamento, percebo que está ligado à vida das mulheres que avançaram em determinados aspectos,

⁴⁸ Há registros que exemplificam: “[...] determinados grupos de agricultores entre os que são ligados a orientação eclesial, começam a questionar o que elas próprias qualificam de ‘amarracão’, ou seja, a heteronomia em relação a Igreja, aos sindicatos e aos partidos.” (OMA, [s.d.], p. 15). A “heteronomia” em relação a outras entidades significava a mulher continuar na condição de obediente ou passiva diante das normas, tradição e costumes por medo ou por conformismo. Pode-se dizer que o debate em torno da autonomia ainda é algo emblemático, que em determinadas situações vem à tona o questionamento da necessidade ou não do Movimento autônomo. Kroth (1999, p. 69) também constatou a discriminação de parte de alguns homens que questionavam a atitude de independência das mulheres e diziam que as mulheres começam de unir para ir contra os homens. Elas “[...] até tentavam explicar muitos homens aceitavam mas muitos não aceitavam. Achavam que era errado a mulher sair de casa” (KROTH, 1999, p. 69).

mas ainda têm medo de exercer a autonomia. Sentem-se em determinados momentos dependentes do homem. Vem de quem ainda sente medo de se colocar frente ao mundo do homem, conforme constatou Saffioti (2015). Enfim, é um debate que se situa na dimensão das relações de poder (SAFFIOTI, 2015). É próprio de quem está se construindo e entendendo a luta feminista. O MMC é um espaço de poder das mulheres camponesas, construído e dirigido por elas que as coloca em disputa na sociedade com outros movimentos, organizações e instituições, e essa é uma luta difícil para quem está em processo de libertação.

Nesse contexto aparece o debate sobre o ser mulher. Kroth (1999) identifica entre suas entrevistadas o preconceito que as mulheres adultas solteiras enfrentavam. Estas não eram reconhecidas como mulheres. Eram discriminadas, excluídas de tudo. “Eles viam a mulher como mulher casada. Não mulher jovem. Eles só achavam que mulher era mulher depois que casada.” (KROTH, 1999, p. 104).

A autora descreve as queixas e, ao mesmo tempo, a denúncia das mulheres pela tentativa de excluir as mulheres adultas não casadas. Na representação social, era a mulher quem assumia o casamento. Kroth (1999) aborda a participação política das mulheres adultas solteiras. Entre elas havia aquelas que se destacavam. “Faziam intervenções nos debates e reuniões sindicais e começavam lentamente a levantar questionamentos relativos ao processo de luta sindical e à vida cotidiana, como o trabalho da casa, da roça, a educação dos filhos, entre outros.” (KROTH, 1999, p. 74).

Essa concepção de ser mulher após o casamento mostra a sutileza do preconceito e da discriminação. Clementina, entrevistada por Kroth (1999, p. 74), disse: “Eles não me viam como mulher. E nós começamos pensar estas coisas. Porque quando nascemos, qual é o nosso sexo, claro que somos mulheres. Aí é que percebemos que era uma maneira deles jogar, pra abafar nós.” Esse dado cultural que as mulheres problematizam vão rompendo com as amarras que as prendem, dominam e exploram.

Nesse aspecto, Paulilo (2016, p. 266) analisa que a mulher “[...] solteira não tem direito a uma vida sexual nem a uma casa própria. Fica com os pais até o fim da vida, depois mora de favor com irmãs ou cunhadas, ajudando nas lidas da casa, da roça e no cuidado dos sobrinhas(os)”. Na cultura camponesa daquele tempo, para se libertar dessa condição de dependência e submissão do pai ou dos irmãos, o caminho que se apresentava era o casamento ou, para algumas, o convento. De modo geral, a menina/mulher rural era educada para o casamento e trabalhar na roça. “[...] pois era o único treinamento

profissional que recebem é o de ser agricultora, e só o serão pelo casamento. Esse fato explica em parte, porque a exclusão das mulheres da herança da terra.” (PAULILO, 2016, p. 266).

A representação social de ser mulher, referindo-se apenas às mulheres casadas no início do MMC, vai sendo reelaborada a partir da experiência de luta, permeado por tensões e conflitos. Não está em jogo o estado civil, nem o sexo - mulher ou homem - mas o debate principal era que essas mulheres estavam buscando autonomia, pensando sua participação enquanto sujeito social e isso desestabilizava o sistema patriarcal que tanto se beneficiava ou se beneficia com as submissões das mulheres. O Movimento vai se constituindo num espaço educativo, criativo, conflitivo e também “de possibilidades e não de adestramento, pré-dado ou determinista” (FREIRE, 1993, p. 92).

Percebi que a luta feminista camponesa nos primeiros tempos do MMC também pode ser identificada nas discussões em torno do machismo relacionado com a educação dos(as) filhos(as) como papel exclusivo das mulheres, bem como a concepção de educação. “[...] é ela quem educa a menina e o menino, atribuindo-lhes funções discriminatórias, seja através dos brinquedos, seja através da cor das roupas, seja através da ocupação do espaço público e privado.” (KROTH, 1999, p. 104).

Essa questão da educação das(os) filhas(os) é uma preocupação que está presente desde as primeiras cartilhas. Elas fazem o debate sobre o modelo de educação, mas pouco aparece que a educação das(os) filhas(os) é de responsabilidade da mãe e do pai. A reflexão recai centralmente em torno da responsabilidade e da necessidade da mulher intervir na educação: “[...] precisamos mudar a maneira de educar os nossos filhos” (MMA/SC(d), [s.d.], p. 11). “A educação que recebemos e que inconscientemente passamos adiante não nos permite ter relações de afetividade construída a partir daquilo que a gente quer, sonha pra nós, para nossos filhos e para as trabalhadoras e trabalhadores.” (MMA/SC(f), [s.d.], p. 14).

Na 4ª Assembleia do MMA, entre os assuntos debatidos:

Foi em relação à educação dos filhos. Na casa a educação era de responsabilidade da mãe e nas escolas havia mais professoras que professores, assim levantaram a preocupação de não dar continuidade a uma educação que reforça a divisão sexual rígida dos papéis, definidos para homens e mulheres. (BONI, 2017, p. 92-93).

Percebi que as mulheres camponesas vão construindo um processo de leitura das relações em que estão inseridas articulando o pensar e o agir, ou seja, que aquilo que ensinam para as filhas(os) possa contribuir para efetivar uma prática transformadora. Concordo com Boni (2017) de que realidades de subordinação e submissão ainda estão presentes e se configuram lutas permanentes. Basta analisar os espaços mistos. Quando se trata de assumir postos de direção em sindicatos da classe trabalhadora, cooperativas populares, partidos, entre eles de esquerda, as mulheres são minoria e muitas vezes, ainda se ancoram na figura masculina, nem sempre conseguindo problematizar estas relações.

Na figura 18, pode-se observar um grupo de 13 pessoas, sete homens, três mulheres e três crianças. No entorno da sala há cartazes, possivelmente elaborado na metodologia de estudo e anotações no quadro. A bandeira da Central Única dos Trabalhadores - CUT⁴⁹, cartaz do líder revolucionário Che Guevara⁵⁰ e o cartaz da líder revolucionária Blanca López⁵¹, mãe, militante guerrilheira nicaraguense, arma ao lado,

49 “A CUT – Central Única dos Trabalhadores – foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Naquele momento, mais de cinco mil homens e mulheres, vindos de todas as regiões do país, lotavam o galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz e imprimiam um capítulo importante da história.” (*O que é a CUT*. Folha online. Disponível em: <<http://cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 31 maio 2017).

50 Ernesto Rafael Guevara de La Serna, conhecido como Che Guevara, nasceu na cidade de Rosário, Argentina, em 14 de junho de 1928. Em 1947, começou o curso de Medicina, em Buenos Aires. Antes de concluir o curso resolveu percorrer a América do Sul com uma motocicleta para conhecer a realidade do povo. Em 1953, concluiu o curso de Medicina. Na Guatemala cuidando dos nativos começou a ser chamado de Che Guevara. Ali se articulou com militantes socialistas. Conheceu Fidel Castro e lideraram a revolução Cubana que derrubou o ditador Fulgência Batista. Na liderança dos rebeldes na Bolívia, foi detido numa emboscada pelo exército boliviano e alguns agentes da CIA (Agência Central de Inteligência Norte-Americana) e assassinado em 9 de outubro de 1967, na aldeia de La Higuera Bolívia. Che Guevara é reconhecido como um revolucionário humanista latino-americano que lutou contra as desigualdades sociais (FREITAS. *Che Guevara Ernesto*. Folha online. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/che-guevara-ernesto.htm>>. Acesso em: 31 maio 2017).

51 A fotografia é de Orlando Valenzuela. A mulher que amamenta o bebê e carrega um fuzil nas costas símbolo da luta do povo nicaraguense contra a ditadura de Somoza. Ela se chama Blanca López e seu filho Antonio López, quando militava no campo de batalha em 1979. Local conhecido como Milliciana de Waswalito. Mãe de 15 filhos, militante, camponesa integrante da Frente Sandinista de Revolução Nacional. Para Serafini (2016), Blanca López tornou-se ícone da Campanha Mundial de Solidariedade com a luta revolucionária da Nicarágua. Após a vitória do partido, Blanca e seu filho Antonio voltaram para o campo. Em 2010, moravam em Siuna, a 318 km da capital Manágua e trabalhava na agricultura camponesa. “Apesar da vida dura no campo, o sorriso no rosto de Blanca continua o mesmo daquela imagem, capturada durante a guerrilha.” A ousadia, a coragem de Blanca “[...] inspirou a luta dos povos do mundo pela liberdade e soberania no século passado. Hoje a foto é usada constantemente em campanhas em

amamentando seu filho Antonio no campo de batalha, inspiração na luta por liberdade, soberania nacional e por emancipação das mulheres. A luta das mulheres, a luta sindical de Chapecó estava ligada à luta nacional e latino-americana por transformações.

Figura 18 – A presença das crianças na história do MMC



Fonte: Acervo do MMC/SC.

As crianças estão presentes nas atividades das mulheres, confirmando o que já foi dito, “as mães” não têm com quem deixar as crianças. Isso se repete na fotografia a seguir.

Figura 19 – Primeiros encontros das mulheres camponesas



Fonte: Acervo do MMC/SC.

defesa da amamentação sem censura.” (SERAFINI, 2016, [s.p.]). Antonio, com o apoio da família e dedicação de Blanca, estudou e aos 27 anos formou-se em Administração.

Os documentos mostram que as mulheres, na medida em que vão despertando da sua situação como mulher, vão ampliando os grupos e, à medida em que se ampliam os grupos, se fortalecem sempre mais. Na cartilha elaborada pelas mulheres da região oeste de Santa Catarina e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (MMA(b), [s.d.]), isso pode ser verificado.

Hoje não só em Chapecó, mas também em Xanxerê, Quilombo, Erechim [sic] e outros municípios as mulheres já estão se associando do sindicato. Em vários municípios as mulheres estão se organizando e participando das reuniões de base e assembleias e fazendo suas próprias reuniões. [...] Em outro estado às [sic] mulheres agricultoras estão se organizando também, como Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraná. (MMA(b), [s.d.], p. 3-4).

A organização das mulheres começa na comunidade. Elas aprofundam seus posicionamentos e provocam a reflexão nos grupos de base. Chamam a atenção que não são todas as organizações, sindicatos, grupos e outros que fazem o debate da libertação das mulheres. Elas insistem em reafirmar os princípios do Movimento: autonomia, gênero, classe, de luta e destacam a importância da direção coletiva e outros.

Quando uma organização de mulheres agricultoras é autêntica? Quando defende os interesses das mulheres agricultoras. Quando são as agricultoras que se reúnem e discutem os seus problemas. Quando a orientação e direção do movimento é dada pelas próprias mulheres agricultoras. Quando defendem as lutas de classe e tem sua direção voltada para o fortalecimento do sindicato combativo, do sindicato que de fato defende os agricultores. (MMA (b), [s.d.], p. 5).

Ao tratar da autenticidade da organização, é possível extrair dessa citação aspectos da concepção de gênero⁵², e mais do feminismo camponês no MMC, porque *defende os interesses* das mulheres; quando são as mulheres que *se reúnem e discutem os problemas*, indicando espaço específico para pensar debater suas dificuldades, e quando elas *dão orientação e direção*, apontando para a necessidade de reconhecer sua capacidade de decidir e poder dirigir, construindo o Movimento autônomo com suas lutas específicas. E quando se referem à defesa das

⁵² “O conceito de *gênero* não explica, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida.” (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

lutas da classe e o fortalecimento do *sindicato* se posicionam social e politicamente.

Gênero como categoria histórica tem diferentes interpretações: “[...] cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). Mas a autora alerta que não basta discutir gênero para haver a libertação das mulheres. Essa preocupação está presente no Movimento e são as mulheres que afirmam que uma organização é autêntica quando defende as lutas das mulheres camponesas e de sua classe, portanto, a luta feminista camponesa.

Para Saffioti (2015, p. 120), “[...] quem lida com gênero de uma perspectiva feminista contesta a dominação-exploração masculina. Por via de consequência, estrutura, bem ou mal, uma estratégia de luta para a construção de uma sociedade igualitária”. Essa questão da construção da nova sociedade está presente nas origens do MMC. “Participando das direções, lutando para conquistar os direitos e contra toda a forma de violência, exploração, discriminação e dominação; para construir uma sociedade nova onde a mulher é reconhecida como mulher e como trabalhadora.” (OMA, [s.d.], p. 19).

Observei que, na perspectiva histórica do MMC, desde sempre gênero e classe andam juntos. Diga-se, “são dois lados de uma mesma moeda” (MMA/SC, 1994, p. 3). Gênero e classe, categorias que fazem parte da luta feminista. Dizer, escrever a intencionalidade, defender e construir um Movimento da luta de gênero e classe era e é necessário, porque os grupos conservadores defensores da modernização da agricultura articulados com o poder público municipal, passaram a formar os clubes de mães⁵³ nas comunidades rurais (KROTH, 1999).

Mas ao participar do MMC se dão conta da situação e da condição da mulher, dos interesses em manter a mulher exercendo o papel de servidora. Elas perceberam que “[...] desde pequenas, já fomos educadas para nunca parar, nunca conversar sobre a vida e quando alguém começa a se reunir a gente até crítica” (ARTICULAÇÃO NACIONAL,

⁵³ “Os clubes de mães se constituíam em espaços de encontro e de lazer das mulheres. [...] as reuniões eram coordenadas pelas primeiras damas dos municípios. Em alguns lugares contavam com a ajuda de assistentes sociais. As reuniões iniciavam com uma oração. Seguia-se a palestras do prefeito e/ou outras lideranças municipais. Por último, era reservado um tempo para jogos, dança, comes e bebes. Em datas especiais (páscoa e natal) a primeira dama e o prefeito entregavam pequenas lembranças às mães. Muito rapidamente essas reuniões passaram a acontecer na maioria das comunidades rurais dos municípios do estado.” (KROTH, 1999, p. 103).

[s.d.], p. 6, grifo meu). E agora que estavam encontrando um lugar para conversar sobre a vida, vêm outras instituições organizando as mulheres.

Para essas mulheres, a casa, a roça, a comunidade e o sindicato ganham outro significado. Torna-se um espaço propício para um despertar da consciência. Não era qualquer lugar. Eram lugares em luta a partir de suas vivências. “Aí elas se sentiram discriminadas e elas viram que ali tem a sociedade patriarcal.” (MARISA⁵⁴). Para Dussel (2002), a ética da libertação tem como ponto de partida não o discurso, mas o mundo real. O autor ainda aponta que não basta perceber-se vítima, afetada, excluída e nem compreender que outros estão no mesmo contexto de exclusão é preciso uma prática libertadora que pode iniciar com critérios críticos “que explique o porquê da pobreza (da não vida) desse povo” (DUSSEL 2002, p. 419).

Ao conhecer os porquês, as mulheres no MMC trilharam caminhos libertários. Foram construindo um processo formativo que desencadeou numa prática educativa libertária. Tal prática educativa provoca nas mulheres um olhar para além do sindicato e percebem as contradições em que estão inseridas. Está escrito: “Eu fiquei pensando porque a mulher fica em casa, vai pra roça, cuida dos filhos, mas não decide nada. O homem faz negócios, viaja e toma as decisões. Por que existem estas diferenças entre homens e mulheres?” (MMA(a), [s.d.], p. 5).

E aí, é bonito identificar, nesse processo, que as mulheres camponesas, ao saírem de casa para participar da formação e do processo de organização da chapa de oposição sindical, vão aprendendo, como disse Freire (2014), a ler o mundo. A contribuição de Kroth (1999) é significativa porque mostra como as mulheres camponesas vão lendo o seu mundo, a sua história. Trago aqui o depoimento de uma entrevistada da autora, Terezinha, líder do MMC: “A gente percebeu que a mulher era escrava. Ela tinha que se organizar, não tinha outra forma.” (KROTH, 1999, p. 67).

Isso também foi dito por Marilize Beatriz: “Eu me desafiei a sair de casa”; Maria Salete, incentivada pela sogra: “vai tu que é nova que eu cuido da tua filha”. Marisa: “nós era discriminada”. Na reflexão de Dussel (2002, p. 425-426), Marilize Beatriz, Maria Salete Marisa representam “[...] a vítima, ao se des-cobrir em-coberta, ignorada, afetada-negada, começa a tomar-consciência do si mesmo positivo [...] a des-cobrir-se a si mesma (nós-outros)”. E por isso põe o pé na estrada para encontrar,

⁵⁴ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

convidar, chamar outras mulheres, constrói-se como mulher, trabalhadora e, ao mesmo tempo, organizam o Movimento autônomo como ferramenta de luta das mulheres camponesas.

Aquelas mulheres que desde criança foram educadas para trabalhar e não reclamar, não falar sobre as dificuldades e sonhos encontraram no MMC um espaço de autoavaliação e reconstrução de seu ser mulher em libertação. Enfrentaram e enfrentam as críticas da sociedade medíocre que condena, quando alguém não faz o que todas fazem, quando alguém consegue subverter aquilo que a sociedade dita como regra a ser seguida. Foram acusadas de estar fazendo coisa errada. É preciso tomar consciência e fortalecer o Movimento.

Para Dussel (2002, p. 426), “sem consciência da negatividade não se conclui pela necessidade útil da luta”. Isto é, o primeiro critério para a libertação é se perceberem discriminadas e buscar as razões dos porquês que se encontram oprimidas. Por isso precisa desvendar os olhos rompendo com as cegueiras a que estavam ou estão submetidas. Foi assim que, convencidas e decididas, construíram/constroem as bandeiras de lutas específicas que pudessem/podem intervir e construir libertações. Nesse processo, as crianças estão ali ora sendo amamentadas, ora sendo companheiras, ora sendo participantes. Isso tudo vai criando nelas um sentido novo do ser criança no MMC.

2.3 A PRESENÇA MARCANTE DAS CRIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Companheiras insistente na batalha! Elevaremos cada vez mais nossas vozes, juntaremos a força de nossas mãos, somaremos às marcas de nosso trabalho, o afeto, o pão e a beleza. Com certeza chegará o dia em que, úteros da humanidade, explodirão sua rebeldia num único grito de liberdade:
Sempre em Frente, Mulher Trabalhadora!
(INFORMATIVO DO MMA/SC, n. 19, 1995, p. 3).

Figura 20 – Encontro da regional de Descanso/SC



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Nos arquivos do MMC, não raras são as fotografias que revelam as lutas das mulheres: “Elevaremos cada vez mais nossas vozes, juntaremos a força de nossas mãos, somaremos às marcas de nosso trabalho, o afeto, o pão e a beleza.” Nelas aparecem as crianças, mesmo que sendo minoria, elas estão ali, construindo a rebeldia que conduz à libertação, à dignidade. Martins (1993), ao observar as crianças presentes na luta pela terra, pensou: se elas estão ali, brincando, ouvindo, devem ter algo a falar. “Sempre me chamou atenção que nessas horas estivesse presente, de pé ou de cócoras pelos cantos, grupo numerosos e atentos de um público que, aparentemente, não se sentia no direito de falar e perguntar.” (MARTINS, 1993, p. 56). Em proporções diferentes e variadas, isso também ocorre no MMC e as crianças, quando chamadas para falar, sempre têm o que dizer.

Durante o CEC, perguntei às crianças: O que é ser mulher camponesa? Guerreiro⁵⁵ logo respondeu: “é as mulheres do MMC. É o Movimento de Mulheres Camponesas”. Pinha⁵⁶ disse: “É mulheres que trabalham no campo”; Para Guto⁵⁷ são: “mulheres que procuram e que lutam por justiça”; Eloisa⁵⁸, são: “Mulheres que cuidam das plantas”; e para Davi Luís⁵⁹: “Lutam por liberdade”; Nataly são as: “Mulheres que

⁵⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁵⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁵⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁵⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁵⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

se defendem”; Camyli falou:⁶⁰ “mulheres que trabalham na roça; Eloíse⁶¹ lembrou que: “as mães fazem chá” e Lucas⁶²: “que fazem comida, lavam a roupas”; Maikeli disse:⁶³ “que podem ir e voltar aonde quiser ou a hora que quiser”;

Também disseram que quando a mulher sai de casa tem um objetivo. Na expressão de Heitor⁶⁴, “[...] elas lutam por liberdade, pelos direitos. [...] Também que elas lutam por vitória e vão em busca da vitória [...]” que é a luta por direito, dignidade que se conquista com mobilização, com organização, com articulação. Ou como está escrito: “Um Movimento que faz operante o seu plano de trabalho, o Movimento organizado consegue muitas vitórias.” (OMA, [s.d.], p. 19).

O MMC, nas vozes das crianças, é reafirmado enquanto identificação social. O Movimento significa para essas crianças aquele que valoriza o trabalho camponês, luta por justiça, é conhecido pelo cuidado com as plantas, mobiliza, organiza-se e articula-se na luta política por liberdade, por direitos, entre outros.

Verifiquei, durante o CEC, que as crianças têm o que falar e gostam de falar sobre o Movimento. Em outras palavras, elas também disseram que o MMC é construído pelas mulheres e se constitui uma ferramenta em busca de uma vida melhor, uma vida mais justa e trabalho humanizado. Isso se justifica porque a vida da mulher camponesa era, e em muitos casos continua sendo, de muito trabalho e pouco reconhecimento, o que foi muito bem representado nas vozes das crianças. Elas não somente falaram sobre o que pensam em relação ao Movimento, como também estabeleceram um diálogo, levantando inúmeros questionamentos para as mães presentes. A pergunta é sempre mais difícil do que a resposta. Somente pergunta quem deseja ultrapassar os limites de suas respostas. E o tema sobre o MMC se constituiu a base de interesse das crianças.

Heitor⁶⁵ perguntou para as mães: “Porque vocês criaram o MMC?” E Rosa Terezinha disse: “Nós criamos o MMC para defender a luta das mulheres camponesas e as famílias do campo.” E Nega lembrou: “As mulheres não tinham uma identificação”, referindo-se a sua identidade de ser mulher trabalhadora, ter a própria documentação. E

⁶⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁶¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁶² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁶³ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁶⁴ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁶⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Maria Salete⁶⁶ disse: “As mulheres se reuniram e começaram a pensar assim. Se nós trabalhemos na roça, trabalhemos na casa, temos dupla jornada de trabalho e não temos direito nenhum. Não é certo. Temos que lutar.” Para Marisa⁶⁷, “[...] elas começaram a participar e se sentiram discriminadas [...] quem tinha que mudar o que estava ruim era as próprias mulheres.” Então, elas foram intensificando a luta por direitos, enquanto ser mulher, trabalhadora, agricultora, camponesa. Isso está registrado em seus arquivos.

Na figura 21, a seguir, vemos jovens que carregam o estandarte de Margarida Maria Alves, mulheres com bandeiras do MMC e do MST. Junto com homens, jovens, mulheres e a criança com chapéu do MMC caminhando de mãos dadas com a mãe.

Figura 21 – Mobilização em São Miguel do Oeste/SC, 12 de agosto. Dia nacional de luta contra a violência no campo pela reforma agrária



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Essa “menina-mulher” (SILVA, 2002), com seus poucos anos de idade, está aprendendo que não se pode aceitar a violência e vê mulheres e homens se unindo em luta contra a violência. Violência que se manifesta de muitas formas e, direta ou indiretamente, atinge as crianças filhas e filhos de mães, pais, familiares militantes, lideranças das comunidades, dos movimentos populares, movimentos sindicais, pastorais sociais, entre outros, como foi o assassinato de Margarida.

⁶⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁶⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Obviamente que o tema da violência e suas consequências na vida das mulheres e das crianças requer outras pesquisas e outros estudos para uma maior compreensão. Estou certa e convicta de que nunca haverá um único significado, mas reafirmo que meu objetivo aqui está relacionado a interpretar as vozes das crianças no MMC que frequentemente acompanham suas mães, por isso a busca para encontrar seus possíveis significados, nos diferentes temas, entre eles, também o que trata sobre a violência.

Violência que não é estranha aos nossos olhos e continua acontecendo de inúmeras formas por aqueles que têm como ideal o lucro, a concentração do capital e o poder patriarcal. As crianças continuam sendo vítimas da ganância das antigas oligarquias agrárias, agora sob o nome de agronegócio, que continua provocando assassinatos e chacinas de camponeses(as). Tudo leva a crer que, para o agronegócio, o latifúndio, o capital, as crianças filhas(os) de sem-terra, posseiros, quilombolas e indígenas são vistas como “[...] crianças que já nascem sobrantes e, por isso, ao contrário dos filhos de colonos, nascem sem destino” (MARTINS, 1993, p. 79). Nascem à margem da sociedade, que os discrimina e os trata de maneira preconceituosa. Não respeitam seus modos de ser e, além do mais, em nome do progresso “roubam suas terras”.

Para os crimes do agronegócio não tem lei, nem punição, nem Justiça, como o caso de Margarida. Soledade, militante sindical e militante do MMC, amiga de Margarida, juntas animavam a luta com a arte dos repentes e dos cordéis não tem dúvidas que Margarida representa as mulheres que lutam contra essa sociedade capitalista e patriarcal.

O nome de Margarida ficou imortalizado, onde a gente estiver, sempre o nome de Margarida vai estar na frente. Se a gente vai cantar, se a gente quer representar alguma coisa de garra da mulher, a gente diz que é uma Margarida, forte como Margarida, sempre o nome de Margarida. (LOURENÇO, 2015, [s/p]).

A trajetória de Margarida se espalhou pelo Brasil como forma de denúncia da opressão, exploração, violência dos latifundiários e entre o povo se tornou exemplo de força aos trabalhadores(as) na luta pelos direitos. No discurso, dia primeiro de maio, disse: “Prefiro morrer lutando, do que morrer de fome.” (LOURENÇO, 2015). Essa frase se transformou em *slogan* para o MMC e Margarida, uma de suas principais referências como mulher agricultora sindicalizada e dirigente popular.

No símbolo da bandeira do MMC, as crianças estão presentes. Nela, o Estado de Santa Catarina, uma mulher com a criança nos braços, enxada e chapéu, instrumentos de trabalho representando o ser mulher, trabalhadora, militante mãe. O lema: “Da luta não fujo” faz menção à líder sindical Margarida Maria Alves. Coerente com a história das mulheres agricultoras desse Movimento que muito contribuíram para construir a luta de oposição sindical, para consolidar sindicatos combativos na região e traçar outras perspectivas para a luta da classe trabalhadora. Tal realidade é figurada na própria bandeira.

Figura 22 – Bandeira do MMA/SC



Foto: Registro da autora.

No ato de apresentar a bandeira foi declamado o seguinte poema:

Ame sua bandeira. A cada minuto que passa, ame mais esta bandeira. A cada hora que fica, ame mais esta bandeira. A cada dia que se vai, ame incansavelmente esta bandeira. A cada semana, a cada mês, a cada ano, a cada instante, ame intensamente a nossa bandeira. Tão logo, já em breve, juntas veremos reinar o sol da liberdade! Então sim, o povo, a história, te será grata por tudo... (KROTH, [s.d., s.p.]).

A cor lilás representa a luta histórica internacional das mulheres por direitos, igualdade e participação política. Poliana⁶⁸, durante a preparação da mobilização no 8 de março de 2017, contra a reforma da previdência e outras reformas do governo golpista, que tira direitos

⁶⁸ Diário de campo, 2 de fevereiro de 2017.

principalmente das mulheres e de toda a classe trabalhadora, expressou: “Quem descobriu uma bandeira sabe que descobriu o seu lugar para lutar. O MMC é um espaço. É para as mulheres, como uma pátria grande. Todos os dias tenho que renovar minha opção na luta das mulheres, na luta do povo.”

A luta das mulheres organizadas na década de 1990 foi revelando um retrato do campo em que muitas mulheres sequer tinham nome. A luta encontrou “meninas-mulheres” neste Brasil que nascem, crescem, trabalham permanecendo no anonimato, sem direitos e sua descendência tende a continuar marginalizada. Essas crianças crescem tendo muita dificuldade de acessar os direitos como a escola⁶⁹, que dirá exercer a cidadania. O bonito é que o trabalho de base do MMC encontrou essas mulheres e “meninas-mulheres” no campo e construiu, a partir dessa realidade a luta pela documentação. A figura 23 mostra um momento da mística no ato de lançamento da campanha da documentação para a mulher trabalhadora rural.

Na frente, uma mulher com a criança no colo, o agricultor representando o trabalho, uma mulher com o microfone e outras com cartazes: réplicas dos documentos pessoais e profissionais. A ornamentação do local conta com o painel da campanha, o estandarte de Margarida e a bandeira do MMA/SC.

Figura 23 – Lançamento da Campanha da documentação do MMC: “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos”



Fonte: Acervo do MMC/SC.

⁶⁹ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Nas zonas rurais a taxa de analfabetismo em 2011 era de 21,2%, o dobro da média nacional, enquanto nas zonas urbanas a taxa encontrada foi de 6,5% para o mesmo ano. Entre a população negra ou parda a taxa de analfabetos era de 11,8% em 2011, acima da média nacional. Entre os brancos este percentual é de 5,3%, no mesmo período. O analfabetismo problema social, político, cultural, econômico. Tem cor, gênero e classe (SARAIVA; MARTINS, 2012).

Muitas mulheres camponesas ao des-cobrirem que não têm documentação, que no registro civil constava como se elas fossem “do lar” e por isso não podiam comprovar que eram trabalhadoras rurais, sentem a necessidade de lutar e na luta vão entendendo as razões da falta de reconhecimento. “Sem documentação não somos consideradas pessoas! Não somos reconhecidas como gente! Não somos identificadas como seres humanos. Sem documentação não existe cidadania!” (MMC(a) 2004, p. 1). Isso também ocorre o mesmo com as crianças, filhas(os) dessas mulheres, razão pela qual está presente na mística de lançamento da campanha. À medida que as mulheres se conscientizavam da importância e se organizavam para requerer a documentação, logo, esse direito se estendia às filhas(os).

Com a responsabilidade de gerar, criar, educar os filhos e filhas, a mulher se preocupa com o futuro. [...] que conduza a uma vida digna, com acesso ao lazer, à saúde, à educação e ao trabalho, passos fundamentais para a solidificação de uma sociedade justa e igualitária. (MMC(a), 2004, p. 27).

Observei que o MMC se faz pela luta, formação e organização. A luta pela documentação para as mulheres contribuiu para conquistar o direito de ser sujeito político: Trabalhadoras Rurais. Dussel (2002, p. 420) escreve que Rigoberta Menchú, juntamente com outras mulheres que começam sair de casa e participar, descobrem-se enquanto mulher: submissa e servidora; enquanto trabalhadora: empobrecida e explorada; enquanto camponesa: discriminada e excluída. Estas e outras mulheres, ao levantarem-se para a luta, compreendem seu lugar na sociedade “e assim me nasceu à consciência” disse Rigoberta Menchú (DUSSEL, 2002, p. 420).

Tanto Dussel (2002) quanto Freire (2014) mostraram que a luta pela transformação começa com os(as) oprimidos(as). Não foi diferente com as mulheres camponesas. As dificuldades provocaram a necessidade de se encontrarem e estudar para compreender por que estavam sofrendo. Aos poucos vão entendendo que a luta é de gênero, classe étnico/racial⁷⁰. Para isso, foi necessário se encontrar, estudar, buscar informação, saber que tinham direitos, se organizar-se para fazer a documentação. Essa experiência trouxe aprendizados, conheceram as instituições, as

⁷⁰ Na cartilha de estudo dos grupos de base, subsídio do mutirão dos dez anos de MMC/SC, entre os objetivos do Movimento destaca: “[...] onde as mulheres sejam tratadas com igualdade, combatendo toda e qualquer forma de discriminação de gênero, de cultura, de classe e de etnia (raça).” (MMA/SC(e), [s.d.], p. 11).

concepções das pessoas que ali trabalhavam, pois havia aquelas que se negavam em atender as mulheres. E assim foram descobrindo tantas outras opressões que antes não viam.

Os dez anos do MMC foram marcados pelo mutirão de trabalho de base que culminou com o congresso e concentração. Esse processo aprofundou temáticas fundamentais na vida das mulheres camponesas daquele momento. Trago para esta reflexão o aspecto que diz respeito às crianças, em que no tema “Participação política da mulher na sociedade” debateram sobre as formas de participação política, entre elas, a política partidária. Havia lideranças do MMC que atuavam no parlamento, mas também a participação política em outros espaços, como no sindicato. E nesse eixo de debate perpassava a luta pelo salário-maternidade. Elas afirmaram que essa luta estava contribuindo para compreender a importância da proteção à maternidade. O direito ao “tempo livre” de redistribuição do trabalho respeitando o período da gestação, o nascimento da(o) filha(o), como momento importante para a mãe e filha(o) vivenciarem o carinho e o afeto (MMA/SC(a), [s.d.], p. 2).

Além disso, o lema do mutirão dos 10 anos traz presente a memória histórica das lutadoras, reafirmando o comprometimento com a causa das(os) trabalhadoras(es) do campo pelo legado de Margarida: “Da luta não fujo” e as mulheres do MMC assumiram o desafio dizendo: “na luta continuaremos” (MMA/SC, 1994). O Movimento, desde sua origem aqui na região oeste de Santa Catarina, contou com a solidariedade e a troca de experiências com as lutas das trabalhadoras(es) do Brasil, da América Latina e outros países.

Conheci, ou melhor, conhecemos Rigoberta Menchú no congresso e concentração dos 10 anos de MMC, em Chapecó, justamente no dia em que o MMC faz a memória do covarde assassinato de Margarida Alves e denuncia a impunidade dos mandantes, ocorrido em 12 de agosto de 1983. Se há luta é porque há desigualdades, sofrimentos, injustiças, violências, consequências das relações de poder exercidas pelo sistema capitalista e pelo sistema patriarcal. Nesse sentido, Rigoberta disse: “Nestes 500 anos de imposição de uma cultura dominante branca, machista... a luta camponesa tem avançado muito... Porém, devo dizer que ainda nos falta uma parte essencial que é a participação ativa e equitativa da mulher na sociedade.” (INFORMATIVO DO MMA/SC, n. 12, 1994, p. 3). Daí a importância do MMC investir na capacitação das mulheres para atuar politicamente na sociedade.

E nessa vida em luta, as mulheres camponesas levam as filhas(os) nas ações do Movimento, como pode ser observado na figura 24. No caminho do som, bandeiras o MMC e da CUT, mulheres/militantes na

coordenação e animação, entre elas, Sirlei Gaspareto, dirigente do MMC, ao lado de Jonas, filho de Ivone Sbaraine, também dirigente desse Movimento naquele período. O ato marca o dia nacional de luta contra a violência no campo e pela reforma agrária.

Figura 24 – Romaria do MMA/SC. Dia nacional de luta contra a violência no campo pela reforma agrária, 12 de agosto de 1996



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Essa romaria iniciou no trevo de acesso à cidade de Chapecó. Uma caminhada de mais de 10 km até o centro. “Durante o dia houve apresentação de teatro mostrando a violência vivida por muitas mulheres homens e crianças.” (INFORMATIVO n. 26, 1996, p. 1). As crianças, como já mencionei, sofrem muito com a violência do latifúndio que mata sem piedade.

Na pauta, denunciaram a chacina de trabalhadores em Corumbiara, Eldorado do Carajás e assassinatos e perseguições contra os trabalhadores(as) em Santa Catarina exigindo a punição dos mandantes. Marcaram presença na Romaria representantes das mulheres de Barcelona, Espanha, que denunciaram: “[...] a violência do neoliberalismo é uma violência mundial [...] a luta é uma luta dos povos, da unidade, das(os) trabalhadoras(es) para mudar esta sociedade e ter vida digna, mais justa, igualitária, com menos miséria” (INFORMATIVO n. 26, 1996, p. 1).

A figura 25 retrata o dia 8 de março de 1998. O MMC/SC celebra em sua terra natal, hoje Município de Nova Itaberaba, seus 15 anos. O lema “Unidas contra o neoliberalismo por justiça, saúde e igualdade”. As crianças na fotografia falam: “MMA/SC apresenta o teatro: marcas de

nossa história”. A abertura do documentário traz a inscrição: “Nova Itaberaba/SC, berço histórico do MMC, terra abençoada que lançou a sementes e faz germinar o direito sagrado do viver das mulheres trabalhadoras rurais.” (MMA/SC, 1998⁷¹). A concentração reuniu em torno de 15 mil pessoas.

Figura 25 – Concentração dos 15 anos do MMC no Município de Nova Itaberaba/SC, 8 de março de 1997



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Nesse encontro, as mulheres camponesas fizeram a denúncia do sistema capitalista neoliberal e o processo de globalização da economia em detrimento das políticas públicas. Entre elas, intensificaram o debate sobre as “Políticas de saúde e saúde da mulher”, tema que já fez parte do primeiro congresso do MMC, por ocasião dos 10 anos do Movimento. Naquele congresso, a reflexão partiu dos dados de mulheres e crianças vítimas da fome, doenças, mortalidade materna, abortos, violência sexual, prostituição de mulheres e crianças, entre outros. São situações complexas que exigem maior aprofundamento, mas que perpassam as condições das crianças. Constataram a fragilidade e a falta de políticas públicas que respondam à necessidade das mulheres e crianças camponesas.

A luta da saúde sempre esteve presente no processo de organização do MMC. “Em 1983 a Conferência de Itaparica discutiu a Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM que se tornou Lei na Constituição de 88.” (ANMTR, 1997, p. 16). A partir do

⁷¹ MMA/SC. Documentário em vídeo da Concentração realizada em Nova Itaberaba/SC, 8 de março. *Quinze anos de história*. 1998.

primeiro congresso, as mulheres intensificam a luta da saúde pública e efetivação do SUS e de PAISM. As mulheres reafirmam o princípio básico do Sistema Único de Saúde - SUS como uma política de promoção à saúde e não apenas para tratar as doenças. De Nova Itaberaba, representantes partiram em marcha para Florianópolis (SC), onde entregaram mais de 20 mil assinaturas ao governo do Estado, ao mesmo tempo em que, em Brasília, aconteceu audiência no Ministério da Saúde.

Na pauta, denunciaram cobranças ilegais feitas nos hospitais conveniados pelos SUS; Exigiam: aplicação do financiamento em saúde conforme determina a Constituição; implantação nos municípios do SUS de forma integral; agilidade nos atendimentos, exames e outros procedimentos; implantação nos municípios de Programa de Atenção a Saúde da Mulher; efetivar participação da sociedade nos conselhos municipais, estadual e nacional de saúde, bem como nas conferências públicas de saúde; recursos para viabilizar a formação das(os) conselheiras(os) de saúde, entre outros (ANMTR – Brasil, 1998).

Associado a essas reivindicações, havia outras relacionadas às condições de vida que influenciam para se ter ou não saúde. “Para ter saúde é preciso ter casa, terra, trabalho, lazer, educação, saneamento básico, água tratada” (ANMTR – Brasil, 1998, p. 14) e pode acrescentar alimentação saudável, preços justos dos produtos produzidos pela agricultura camponesa familiar, direito ao descanso, participação, relações de igualdade entre mulheres e homens, acesso a tratamento em momento de doença, entre outros que contribuem para elevar a autoestima e o prazer de viver.

As mulheres lidam diariamente com a saúde quando preparam os alimentos e planejam a diversidade na dieta para o equilíbrio nutricional, na limpeza da casa, da roupa, calçado, no ensino de hábitos de higiene pessoal às crianças, no cuidado quando alguém adoece, na educação das(os) filhas(os), no cultivo das variedades no quintal produtivo, na forma de manejo e armazenamento dos alimentos e outros.

Na luta do direito à saúde pública, as crianças estão presentes na preocupação em relação ao planejamento familiar, que implica em relações de igualdade e respeito. Também no cuidado da mãe e da criança que envolve assistência à concepção e contracepção, atendimento pré-natal, assistência ao parto, puerpério, neonato, controle de doenças sexualmente transmissíveis e outros (ANMTR – Brasil, 1998).

Elas sabem que a luta pela saúde pública, como era chamada na época, era e é, “[...] uma luta que bate de frente com um setor da burguesia, a chamada ‘indústria da doença’: laboratórios farmacêuticos,

donos de hospitais e clínicas, planos de saúde etc. Estes cada vez mais enriquecem à custa da doença do povo.” (MMTR-RS, [s.d.], p. 3).

Essa continua sendo uma grande luta. Em agosto de 2006, o MMC realizou em Chapecó, o seminário sobre educação popular e saúde. Reafirmam a necessidade de trabalhar a saúde integral “conhecer, prevenir, lutar e cuidar a saúde da mulher” (KREFTA *et al.*, 2006, [s.p.]). Observei que a luta da saúde está muito presente na vida do MMC. Elas trazem para o debate das políticas de saúde questões específicas que atingem as populações do campo⁷², em especial, as mulheres e crianças.

Essa necessidade também foi constatada por Pulga (2014). A autora destacou que os movimentos do campo, entre eles, o MMC, estão desenvolvendo ações de promoção à saúde e criando pautas de reivindicação de assistência e promoção à saúde junto ao SUS e instituições responsáveis para prestar o serviço de saúde (PULGA, 2014). De modo geral, há muito que avançar quando se trata das políticas de saúde e educação em saúde para as mulheres e crianças camponesas. Pelas reivindicações das mulheres, notei que o Estado pouco tem se preocupado pelas especificidades da saúde das populações campo.

Ainda no congresso dos 10 anos de MMC, as mulheres fizeram o debate do tema: “Reforma agrária para combater a fome e a miséria, democratização da terra, cidadania e combate à fome.” (MMA/SC, 1994, p. 9). Acerca da problemática da terra, denunciaram o descaso do Estado diante da ausência da política agrícola para a agricultura camponesa familiar. Em se tratando das crianças fizeram referência à merenda escolar e o crédito como forma de potencializar a agricultura local (MMA/SC, 1994, p. 9).

No que diz respeito à alimentação escolar, depois de muito tempo de luta, somente em 2009 o conjunto de movimentos populares e sindicais do campo conquista a aprovação da Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar. A Lei prevê que 30% dos produtos da alimentação escolar sejam adquiridos da agricultura familiar local. Para o MMC, não basta adquirir os produtos da agricultura camponesa familiar, é preciso que sejam saudáveis. Isso envolve conhecer a procedência da produção, desde o cultivo até a preparação das refeições e a diversidade de produtos disponibilizados para a alimentação das crianças. A figura 26 é reveladora desse empenho das mulheres.

⁷² Sobre a política de saúde para as populações do campo sugere-se consultar: PULGA, Vanderléia Laodete. *Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em educação na linha de pesquisa trabalho, movimentos sociais e educação para o doutorado em educação junto à Faculdade de Educação da UFRGS. Porto Alegre/RS, 2014.

Figura 26 – Oficina de reeducação alimentar – Município de São Carlos/SC



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Mulheres e crianças foram conhecer o cultivo das hortaliças como pode ser observado na fotografia. A luta das mulheres pela alimentação escolar saudável, em muitos municípios, vai na contramão das instituições locais responsáveis pela aquisição da alimentação escolar. As(Os) camponesas(es) que produzem alimentos saudáveis se deparam com problemas com a vigilância sanitária, vontade política dos gestores e a política desatualizada de preços pagos ao produtor(a) agroecológico, o que inviabiliza e dificulta a implementação da lei.

As mulheres do MMC afirmam que: “Alimentação saudável é direito de toda criança [...]. A alimentação escolar pode ser uma grande oportunidade de promoção de hábitos saudáveis e investimento na agricultura familiar local.” (AMUCRECH, [s.d., s.p.]). Essa consciência da importância da alimentação saudável é fruto da luta pela construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica que se efetiva no programa de recuperação das sementes crioulas de hortaliças, das plantas medicinais, na produção diversificada de alimentos e nos quintais produtivos agroecológicos, como mostra a figura 27.

Figura 27 – Ato público: panfletagem e denúncia do modelo de produção capitalista de agricultura química, Concórdia/SC, novembro de 2001



Fonte: Acervo do MMC/SC.

O ato público em frente à agroindústria Sadia em Concórdia marcou o compromisso político por ocasião da assembleia estadual de 19 a 21 de novembro de 2001. Denunciaram o modelo de produção capitalista de agricultura química, que chega até a vida na roça por meio dos produtos transgênicos, sementes híbridas, dependência e exploração das multinacionais pelos equipamentos exigidos no aviário, no chiqueiro, na qualidade do leite. “Não podemos aceitar o mercado como senhor de nossa vida.” (MMA/SC, 2001, [s.p.]).

As mulheres camponesas querem ser sujeitas e lutam para garantir a autonomia de produzir e conservar a diversidade de alimentos que estão sendo ameaçados em nome do lucro. “À medida que os camponeses se ligam diretamente com a economia de mercado, as forças econômicas influenciam cada vez mais no modo de produção caracterizado por cultivos geneticamente uniformes e pacotes tecnológicos e/ou agroquímicos.” (ALTERI; NICHOLLS, 2003, p. 167). Os autores observaram que, ao adotar a agricultura convencional de monocultivos, conseqüentemente, está ocorrendo a perda da diversidade e algumas espécies de sementes já são consideradas “reliquias” (ALTERI; NICHOLLS, 2003, p. 167).

Essas e outras constatações justificam a luta das mulheres, seja de denúncia dessa destruição, como também de anúncio de que, pelas mãos das mulheres camponesas, vem a produção saudável mostrada no painel. Nele, mulheres e homens produzindo a diversidade de alimento representado na cesta. Chama a atenção que, ao centro, a

mulher/mãe/militante com o chapéu símbolo do trabalho do campo, a criança no colo, com flores em uma mão e a outra o microfone, marca a conquista do direito de falar.

Essa imagem do painel está de certa forma representada no caminhão de som. Um grupo de mulheres lideranças, e entre elas Rozani Schiavini, na coordenação e animação do ato e sua filha Luane Valquíria, com sete anos, vestindo a camiseta do MMC, observando, participando, acompanhando e aprendendo na luta. Para Arroyo (2003), essas experiências se constituem práticas educativas que proporcionam para as crianças, jovens e adultos a construção de outros valores ressignificando a cultura camponesa e o viver no campo.

Nessa direção, o MMC afirma: “[...] o campo não é o lugar de quem não teve oportunidade na vida. Estar no campo hoje é acima de tudo uma opção e uma missão de produzir alimentos saudáveis, preservar os bens naturais comprometidos com a vida, à saúde e a justiça para todos” (AMTR-Sul, 2008, p. 31). Observei que o Movimento constrói uma ética política, pois em seus documentos reafirmam valores e princípios de vida.

Essas experiências de se posicionar frente ao modelo de agricultura convencional feita com adubos químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas possibilitaram a elaboração de argumentos que justificaram a participação do MMC no debate com os Movimentos populares do campo e na elaboração do projeto popular de agricultura camponesa. A concepção do MMC consta no documento⁷³ de consolidação do MMC, em 2004, e retomado na campanha de alimentação saudável lançada no dia 8 de março de 2007 (AMTR-Sul, 2008, p. 29-32) e que está em construção.

Ao mesmo tempo, as mulheres não perdem de vista a luta por direitos sociais e políticas públicas como a luta da previdência que fazem parte do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica. No final da década de 1990, tramitava no Congresso Nacional um projeto de mudanças na previdência rural. Diferentes formas de mobilização contra as mudanças foram realizadas nos municípios, nos estados e na jornada do 8 de março de 2000. As mulheres dos movimentos autônomos e populares do campo realizam um acampamento nacional em que a luta

⁷³ “O Documento de consolidação do MMC definiu como luta o Projeto Popular de Agricultura: que passa pela viabilização de políticas agrícolas como por exemplo crédito especial para mulheres (Entende-se que na luta por Política Agrícola está inserida a questão dos preços justos, infraestrutura para o campo, direito à habitação digna para quem vive no meio rural); pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar; pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade.” (MMC, 2004, p. 5).

central era a retirada do projeto de mudanças previdenciária dos Segurados(as) Especiais⁷⁴. Defenderam incansavelmente a manutenção dos direitos previdenciários, entre outras reivindicações. Nesse acampamento, deliberaram para fazer o debate na base sobre a unificação dos movimentos de mulheres autônomos do Brasil.

De 2000 a 2004, constroem um processo de estudo nos grupos de base (municípios e estados), que, além de avaliar a viabilidade de unificar ou não os movimentos autônomos de mulheres do campo, deveriam propor quais seriam as lutas estratégicas, princípios, missão, entre outros.

Em Santa Catarina, esse processo do MMA/SC integrar o MMC foi um dos compromissos do seminário realizado no dia 8 de março de 2003, em Curitiba (SC), que debateu sobre as sementes crioulas. Por ocasião desse seminário, o Movimento lançou o mutirão de trabalho de base que culminou no congresso dos 22 anos realizado em novembro do mesmo ano. No congresso, entre outras demandas, aprofundaram e registraram a justificativa para constituir o Movimento Nacional.

As crianças que estavam acompanhando as mães também desenvolveram atividade sobre o Movimento, como pode ser visto na figura 28. Elas, ao redor da mesa com material pedagógico, estão criando um símbolo representando o Movimento. Uma das crianças preparou a placa MMA. Esse tipo de cartazes é uma prática das mulheres camponesas quando se preparam para participar das mobilizações. Deve ter acompanhado sua mãe militante nas ações onde viu cartazes com as propostas ou denúncia de alguma situação.

Figura 28 – Congresso dos 20 anos do MMA/SC, Chapecó/SC



Fonte: Acervo do MMC/SC.

⁷⁴ São considerados Segurados Especiais os trabalhadores/as rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada permanente e que possuem ou não área de imóvel rural explorado até quatro módulos fiscais. Estão incluídos, nessa categoria, cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos e também pescadores artesanais, extrativistas, indígenas e outros que exercem atividade rural.

Também Guerreiro, que participou do CEC, está ali bem pequenino participando do seu jeito, sendo cuidado pelo seu pai. As crianças e as mulheres que participam dessa atividade vivenciam relações em que o cuidado do filho foi assumido pelo pai. Atitude educativa para as crianças que naqueles dias acompanharam o pai no cuidado do filho enquanto a mãe dedicava-se à militância. Isso pode servir de incentivo para umas e/ou, para outras, o despertar de outras possibilidades para o cuidado das crianças.

A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as torna naturalmente mais aptas para determinados trabalhos (CISNE, 2012). Por outro lado, também alguns homens acreditam que não são capazes de assumir o cuidado do filho(a), do doente, ou idoso quando se trata de contribuir com a higiene do corpo, alimentação, vestir, entre outros.

A divisão sexual do trabalho resulta de uma forma de exploração e opressão do sistema patriarcal e capitalista que educa as mulheres a assumirem trabalhos desvalorizados socialmente (CISNE, 2012). As atitudes do pai e da mãe de Guerreiro mostraram concretamente a possibilidade de desconstruir valores e qualidades que sustentam a educação conservadora, bancária, sexista. Para Freire (1997, p. 80), “[...] a superação daquelas práticas está na superação da ideologia autoritariamente elitista; está no exercício difícil da virtude da humildade, da coerência, da tolerância [...] Da coerência que vá diminuindo a distância entre o que dizemos e o que fazemos.” É possível mudar as relações e construir práticas que libertam.

Pode-se dizer que a luta organizada possibilita às mulheres e aos homens que se põem a caminho o exercício e a construção de valores que sinalizam para uma nova sociedade: igualitária, justa e digna para os seres humanos, na qual o princípio máximo é a defesa incondicional de todas as formas de vida animal e vegetal.

Quando a mulher camponesa toma em suas mãos, sua própria vida e sua própria realidade permitindo com seu olhar feminista [...] exercitam novas relações sociais de gênero e de classe, já que as camponesas pertencem à classe das trabalhadoras e trabalhadores, pois é na família, na comunidade e na sociedade, nos movimentos sociais que as mulheres camponesas se contrapõem aos valores

da sociedade vigente, capitalista e patriarcal. (MACHADO *et al.*, 2006, p. 43-44).

Assim como cada mulher precisa tomar nas mãos a sua história de vida e construir sua dignidade, também precisaram tomar coletivamente nas mãos o MMA/SC e caminhar juntos rumo à construção de um Movimento Nacional. Todo esse trabalho de base culminou no primeiro congresso dos movimentos autônomos realizados em Brasília, de 5 a 8 de março de 2004, que consolidou o MMC.

Esse acontecimento também foi registrado por Paulilo (2016, p. 252). “Em 2004, os movimentos autônomos de mulheres abrigados sob diferentes denominações se uniram sob uma única sigla – MMC, ou seja, Movimento de Mulheres Camponesas.” Definiram ser um movimento autônomo, feminista e camponês. Reafirmaram “a luta das mulheres em dois eixos: *Gênero e Classe*” (MMC, 2004, p. 3) e a missão de lutar:

[...] pela libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza. (MMC, 2004, p. 3-4).

As mulheres camponesas chamam a atenção para a compreensão o respeito com a diversidade de expressões socioculturais que constituem a realidade do campo brasileiro, que precisam ser consideradas nas ações do MMC. Freire (1997) igualmente destaca a importância de considerar a dimensão cultural e a compreensão de mundo que os sujeitos envolvidos têm. O processo libertário passa pela “[...] sua fala, sua forma de contar, de calcular, seus saberes em torno do chamado outro mundo, sua religiosidade, seus saberes em torno da saúde, do corpo, da sexualidade, da vida, da morte, da força dos santos, dos conjuros” (FREIRE, 1997, p. 86).

Essa diversidade de expressões engradece a luta pela dignidade. Nesse momento importante do processo de organizativo das mulheres camponesas, as crianças também participaram a seu modo, conforme mostra a figura 29. Ali desenvolveram atividades expressando o desejo de, com suas mães, lutar para a construção da nova sociedade.

Figura 29 – Congresso Nacional de Consolidação do MMC, Brasília, 5 a 8 de março de 2004



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Os passos das crianças são também os passos de suas mães militantes, que, ao retornar do congresso nacional, mantêm o diálogo com os grupos de mulheres nos municípios. Em novembro de 2004, na IX Assembleia Estadual, realizada no Município de Itapiranga/SC avaliaram as deliberações do Movimento Nacional e deliberaram para o MMA/SC fazer parte do MMC do Brasil.

Vejam que interessante a pedagogia construída pelo MMC enquanto prática educativa envolvendo mães militantes e crianças. As militantes Adélia Schmitz e Joana Wolfart e os meninos Tônico Luís e Tobias Alex, filhos de Joana, participaram e contribuíram com seu talento, animando, tocando e cantando no seminário, que teve lançamento do mutirão de trabalho de base que discutiu a construção do movimento nacional no dia 8 de março de 2003.

A figura 30 é reveladora: Bandeira do MMA/SC, ao lado, o painel da logomarca do programa de recuperação da produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças e a diversidade de produtos e sementes que ornamentava o ambiente. A seguir, na figura 31, onde pode-se observar parte da ornamentação, tendo em destaque a bandeira do MMC. Ao seu entorno o verde sinalizando a esperança, a força que esta organização representa para o processo emancipatório das mulheres camponesas. E lá estavam eles Tônico Luís e Tobias Alex Wolfart com a mãe Joana Wolfart, juntamente com a militante Adélia Schmitz, animando, celebrando e traçando estratégias para aquele momento da vida do MMC.

O Movimento de mulheres de Itapiranga/SC presenteou as militantes e as crianças com a roupa/uniforme. Essa relação criou vínculos e esses meninos-jovens continuam, com sua mãe e mulheres animando as festas do Movimento daquele município. Outros valores vêm sendo construídos pela participação ativa das crianças e suas mães militantes nas lutas do MMC.

Figura 30 – Mobilização e seminário em Curitiba/SC, 8 de março de 2003



Fonte: Acervo do MMC/SC

Figura 31 – Assembleia Estadual em Itapiranga/SC, novembro de 2004.



Fonte: Acervo do MMC/SC.

As figuras 30 e 31 são testemunhas da emblemática participação das crianças na construção do MMC. Com suas participações estão

contribuindo e animando as lutas do Movimento a partir da cultura lúdica da música fundada na relação entre luta arte e política.

Ainda posso dizer que a arte, o dom da poesia no MMC, é um meio pedagógico que provoca a reflexão, que faz as mulheres cantar as lutas ou denunciar a dominação e exploração. Trago fragmentos da música: “Mulher Guerreira” (ZORTEA, 2011, p. 7), que faz referência à ação das mulheres na Aracruz celulose, realizada no dia 8 de março de 2006. As mulheres camponesas da Via Campesina ocuparam e destruíram o laboratório da empresa estrangeira Aracruz Celulose, localizada em Barra do Ribeiro (RS).

Vem mulher guerreira, fortalecer a luta em defesa da vida. Q'chore o agronegócio capital e sócio dessa máfia fingida. [...] Com a parte mulher nossa classe quer um novo socialismo. Ressurgindo na base esta nova sociedade se constrói c'ousadia. Este é o nosso projeto, agora vai dar certo contra o capitalismo. (ZORTEA, 2011, p. 7).

Igualmente, Filho e Missioneiro (2011, p. 11) compuseram a canção: “Mulheres camponesas”, fazendo referência à mesma ação e a luta pelo direito de produzir alimentos saudáveis.

Ainda hoje brigam por melhores dias, pra quem trabalha e põe comida sobre a mesa. Mostram no rosto o suor da dura lida, mulher guerreira, mãe presente, camponesa. Sem desistir seguem na luta desigual, a Aracruz pelas estadas nas esquinas. Poder plantar viver no campo e ter direitos. É o maior sonho dessas nossas heroínas. (FILHO; MISSIONERO, 2011 p. 11).

A ação foi um Ato de denúncia do prejuízo do agronegócio e suas políticas neoliberais sobre os territórios das(os) camponesas(es), indígenas e quilombolas. Estes estão sendo expulsos de suas terras para dar lugar à produção de monocultivos de celulose. Essa aumentando a dificuldade das mães e pais para garantir o alimento para as crianças. Não é prioridade do Estado destinar recursos para a produção de alimentos. Nesse sentido, o agronegócio é bem melhor servido.

As mulheres da Via Campesina escolheram este local porque hoje é uma grande ameaça, é um dos rostos do agronegócio principalmente aqui no nosso estado. São milhões e milhões de mudas, milhões e milhões em dinheiro que tão sendo investido pelo capital, pelo dinheiro público pra esse tipo de empreendimento. Nós entendemos

que, se não há dinheiro pra produzir comida, alimentos, pra tocar em frente à agricultura camponesa, como é que há tanto dinheiro pra essas grandes extensões de plantação ou de eucaliptos ou de pinos, ou de acácia que é meramente para a produção de celulose. O que a gente quer botar na pauta de discussão da sociedade e do governo, é onde se investe? É onde gera comida ou onde gera apenas material de exportação, material de capital especulativo? (PASSINATO, 2011⁷⁵).

Na ocasião, acontecia em Porto Alegre a Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO. As mulheres camponesas articuladas na Via Campesina decidiram tornar público “[...] as consequências do plantio em grande escala de eucalipto. [...] o que estava acontecendo com a terra, com os camponeses e com a saúde para o conjunto da sociedade [...]” (COSTA, 2011, [s/p]). Também em solidariedade dos povos indígenas do Espírito Santo que foram expulsos de suas terras para dar lugar à produção de celulose.

A ação desmascarou o domínio das transnacionais no território brasileiro. Denunciou os prejuízos dos monocultivos, dos transgênicos, agrotóxicos e apontaram para a defesa da biodiversidade, dos territórios, das culturas locais e regionais, das sementes crioulas, plantas medicinais, da produção de alimentos saudáveis, do ambiente, enfim, pela soberania alimentar. São principalmente as mulheres que lidam com a alimentação do grupo familiar, das crianças. São as que mais sentem a dor quando falta o alimento para a(o) filha(o). Também as mulheres se posicionaram diante das decisões políticas de parte da esquerda que optaram pelo processo eleitoral para fazer mudanças estruturais na sociedade em favor dos trabalhadores. Ivanete disse em entrevista para Costa (2011, [s.p.]): “Aquela ação mostrou que as mulheres pobres que se movimentavam ali não se sentiam incluídas neste poder, na medida em que denunciavam que o governo Lula liberou os transgênicos e flexibilizou as leis ambientais”.

Essa luta foi compreendida por Guerreiro⁷⁶ quando disse que “as mulheres camponesas se reúnem para estudar, para trabalhar e ajudar o Brasil”. Pedi como essas mulheres ajudam o Brasil? Guerreiro⁷⁷ completou: “Eu sei que elas são defensoras do meio ambiente, que nem eu. Elas são trabalhadoras, lutadoras, cuidam do meio ambiente e isso me

⁷⁵ Disponível em: <<https://vimeo.com/28948438>>. Acesso: 29 jun. 2017.

⁷⁶ Diário campo, 16 de janeiro 2016.

⁷⁷ Diário campo, 16 de janeiro 2016.

chama atenção. Elas são mulheres fortes.” Guerreiro sensibilizou-se com a luta em defesa do ambiente, sabe que nem todas(os) têm esta consciência e revela seu compromisso com a mesma causa. Em seu olhar, consegue perceber que o MMC tem uma dimensão nacional, que as mulheres estudam e lutam em defesa do ambiente e que, para isso, é preciso ter coragem e ação. Revela ainda uma concepção de ambiente: “Temos que cuidar do meio ambiente, porque sem o meio ambiente não podemos ser nada, nada, o ambiente é o início de tudo. É que nem a cereja no bolo. É que nem Romeu e Julieta.” (GUERREIRO⁷⁸).

A representação de Guerreiro da luta de enfrentamento do MMC ao modelo de agricultura capitalista globalizada de monocultivo e transgênicos revela a forma como ele conseguiu compreender e explicar a atuação, a luta das mulheres. Assim também outras crianças falaram do “deserto verde” que retomarei no terceiro capítulo.

Freire (2014), ao analisar a relação dos seres humanos em sua ação de criar e recriar o mundo onde estão inseridos, disse: “Quanto mais às massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserir’ nela criticamente.” (FREIRE, 2014, p. 54). As mulheres fazem a denúncia em seguida preparam a campanha nacional de Alimentação Saudável lançada na jornada do dia 8 de março de 2007.

A figura 32, relativa ao cartaz, é expressiva. Representa as diferentes etnias, gerações, a arte (cesto, peneira, chapéu, colar, anel), a diversidade de sementes, produtos, plantas medicinais. A criança nos braços da mãe é provocativa. Ao estender sua mão, convida para o encontro, para abraçar a luta pela produção de alimento saudável. Ou como expressou Guerreiro, esse cartaz: “é vida no campo”.

Figura 32 – Cartaz da Campanha Nacional pela produção de alimentos saudáveis, 2007



Fonte: Acervo do MMC/SC.

⁷⁸ Diário campo, 16 de janeiro 2016.

A boniteza da ilustração revela o quão é digna a missão da agricultura camponesa familiar na produção da diversidade de alimentos para autossustento e renda. A imagem é linda e, ao mesmo tempo, representa a necessidade de avançar na luta pela autonomia econômica e libertação das mulheres. Como expressa Justina Cima em sua poesia: “O momento que vivemos nos faz refletir: que sociedade queremos e por onde seguir. Diferenciar os projetos e na luta persistir. Organizar as mulheres e unidas prosseguir. [...] A nossa luta é de gênero e classe, é isso que nos orienta [...]” (CIMA, 2016, p. 34).

Em se tratando da agricultura, observei que no cotidiano do MMC, em cada espaço onde o Movimento se faz, sobressai uma dimensão desse conjunto que faz parte do debate e da prática, ou da teoria e ação, na construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica. A figura 33 mostra aspectos relativos às mobilizações regionais no dia 8 de março de 2010, cujo tema central a defesa do ambiente e luta em torno das alterações do Código Florestal.

Mulheres, mães, militantes com suas(seus) filhas(os) os braços, em suas mãos, cartaz e faixas em luta, chamando a atenção da sociedade para necessidade da preservação ambiental, do bioma mata atlântica, da biodiversidade.

Figura 33 – Mobilização regional de Lages no dia 8 de março de 2010, em Curitiba/SC, em defesa da biodiversidade



Fonte: Acervo do MMC/SC.

As mulheres camponesas acompanharam o debate em torno do código ambiental por meio de estudos, mobilizações e audiências, apresentando a demanda da agricultura camponesa. E também a denúncia dos impactos que a produção de pinos e eucaliptos clonados, matéria-

prima para as empresas de celulose, estão provocando nos ecossistemas (VIA CAMPESINA, 2011⁷⁹).

O MMC em sua prática cotidiana está atento às questões que envolvem a agricultura e também a luta pela libertação das mulheres como pode ser observado na assembleia estadual realizada em Dionísio Cerqueira (SC), nos dias 30 e 31 de julho de 2014. Na figura 34, um momento da mística de abertura. As mulheres e crianças representaram o trabalho cotidiano na produção de alimentos saudáveis e a importância da autonomia econômica das mulheres no processo de libertação.

Figura 34 – Mística de abertura da Assembleia Estadual do MMC, Dionísio Cerqueira/SC, 30 e 31 de julho de 2014



Fonte: Acervo do MMC/SC.

O desafio da autonomia econômica das mulheres pelo caminho da produção de alimentos saudáveis é uma luta que vem sendo construída para “[...] conseguir a igualdade de gêneros e a autonomia das pessoas, para que as mulheres do campo possam, finalmente, alcançar a sua qualidade de sujeito, sua cidadania por inteiro e continuar ampliando e aplicando seus conhecimentos” (LEÓN, 2003, p. 224). Nessa dimensão é que precisa ser entendida a produção de alimentos saudáveis como uma luta permanente que articula o cultivo da produção, a resistência, a denúncia, entre outras estratégias que venham garantir maneiras de ser, de viver no campo e de fazer agricultura.

Este capítulo trouxe, como conclusão, alguns aspectos da gênese e percurso histórico do MMC e a inserção das crianças na luta camponesa e feminista retratadas nas fotografias:

⁷⁹ Disponível em: <<https://vimeo.com/28948438>>. Acesso em: 29 jun. 2017

- É possível afirmar que desde o início do MMC, na perspectiva da luta, o feminismo camponês pode ser identificado quando as mulheres camponesas, a partir do processo de formação, organização e luta sindical, percebem-se submissas, com dupla, tripla jornada de trabalho, excluídas, decidindo, então, romper com o patriarcalismo presente na família, no sindicato, na igreja e na sociedade em geral e *criam o Movimento autônomo*. Ultrapassaram os limites da casa. O *sair de casa* significa organizar tempo para a formação, para a participação na luta de *gênero* e *classe*, que estão interligadas e representadas nas lutas pela participação sindical, aposentadoria, salário-maternidade, documentação, reconhecimento da profissão, saúde, educação, trabalho produtivo, entre outras, e neste fazer-se nas lutas, as crianças estavam presentes. Pelas lutas as mulheres camponesas resistem e enfrentam o sistema capitalista e o sistema patriarcal, problematizam as *relações de gênero* e classe. Ainda que as relações de dominação, violência e exploração continuem a existir, elas não são mais vistas como naturais. Estes aspectos do feminismo camponês presente no MMC nem sempre foram reconhecidos, tanto do ponto de vista político como acadêmico.
- Em relação à organicidade, afirmam que o Movimento precisa defender os interesses das mulheres; é um espaço específico para as mulheres se reunirem e discutirem seus problemas e os problemas da classe trabalhadora; Constroem estratégias e lutam pelos direitos, reconhecem que tem poder e capacidade de orientar e dar direção do Movimento que se efetiva nas deliberações tomadas no coletivo.
- A mulher camponesa conquistou o direito de cidadã, de sujeito pela luta do reconhecimento da profissão trabalhadora rural e pela luta da documentação. Hoje isso pode parecer pouco. Porém, precisa-se registrar que até o final do século XX a mulher camponesa não tinha identidade, não era considerada gente, nem cidadã. Consequentemente, essas conquistas se estendem aos filhos(as) que passam a ter mais dignidade. Evidente que isso não ocorre num toque de mágica, é um processo em construção. Essas lutas trazem consigo elementos de como as mulheres constroem a luta feminista camponesa.
- Observei que neste processo de luta as mulheres camponesas tinham como sua a responsabilidade do cuidado das crianças que acompanhavam suas mães/militantes, pois não tinham com quem deixá-los os(as) filhos(as) em casa. É nítida a concepção de que o cuidado e a educação das crianças competiam às mulheres. Se as crianças não estavam com a mãe, ficavam aos cuidados da avó, sogra,

irmã ou outra mulher. Ouvi muitos relatos de mulheres que exerceram a militância com seus filhos(as) nos braços, amamentando, caminhando a pé da casa até a sede do município, viajando de ônibus, aguardando a conexão em rodoviárias, carregando sacolas de roupas, alimentação, material do Movimento. Mesmo que para algumas a militância era mais um trabalho acrescentado dupla/tripla/jornada de trabalho, as mulheres/mães/militantes não se descuidaram das crianças e o Movimento percebe e aprende que precisa construir condições para as mães participarem e, além disso, problematizar o papel da mãe/mulher na sociedade.

- Quando as mulheres camponesas, nos 10 anos de Movimento, debatem a problemática da terra, denunciam a ausência da política agrícola para a agricultura camponesa familiar. E apresentam, entre outras propostas, o crédito agrícola para potencializar a agricultura local e a aquisição dos produtos para as crianças nas escolas. Essa luta é longa e, somente em 2009, cria-se essa possibilidade. Nesse sentido, as mulheres do MMC afirmam que: alimentação saudável é direito de toda criança e pode ser um caminho para discutir no espaço escolar a promoção de hábitos alimentares saudáveis, como também contribui para a preservação da cultura regional e ainda potencializa a agricultura camponesa familiar.
- A divisão do trabalho, principalmente do cuidado do filho(o), está presente na luta do MMC quando, nas atividades, os companheiros assumem o cuidado do(a) filho(a) enquanto a mãe desempenha o papel militante/dirigente. A presença do pai junto com as crianças se constitui uma prática educativa. Elas vivenciam outras relações no papel de pai que pode contribuir na educação para relações de igualdade. Essa presença quebra paradigmas de que o cuidado é de responsabilidade da mulher. Porém, nem todos os pais têm essa compreensão. É uma desconstrução da naturalização do papel da mulher na sociedade.
- Além disso, as camponesas enfrentam a violência do latifúndio, do agronegócio, dos agrotóxicos, o que se manifesta na brutalidade e assassinato de lideranças, agressão à terra, na poluição das águas, na perda da biodiversidade animal e vegetal, entre outros. A ação da Aracruz foi um ato de denúncia e, ao mesmo tempo, tornou pública a violência do capital contra as(os) trabalhadoras(es) do campo. Como contraponto, o MMC apresentou a campanha da alimentação saudável, anunciando a contribuição das mulheres na luta pela soberania nacional. As crianças manifestaram consciência da

problemática ambiental e disseram que são parceiros(as) e solidários(as) na luta em defesa da preservação da biodiversidade e como pode ser visto nas fotografias as crianças estavam presentes nas mobilizações contra o capital e em defesa da diversidade ambiental.

- Ainda me chamou a atenção a participação das crianças com suas habilidades e cultura lúdica animando as atividades do MMC. Mães/militantes e filhos assumindo o trabalho de animação do seminário e da assembleia estadual. Aprenderam a letra e melodia das músicas, levaram seus instrumentos, colaborando para o bom andamento das atividades. Assim também em outros momentos estavam as crianças participando ao lado das mulheres/militantes. Dessa forma, como se pode constatar, a presença e atuação das crianças nas místicas, no teatro, no palco ou em marchas, nas oficinas, entre outros, interagindo com as mulheres camponesas, revela uma força quem vem sendo gestada na luta por direitos e transformação.

3. MULHERES CAMPONESAS: TRABALHO, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA

Em muitas mulheres trabalhadoras rurais, a vida começa correndo na frente do corpo. Antes mesmo de a fêmea se revelar nele, elas já desempenham as funções de mães, mão-de-obra, costureira, esteio da casa, professora da família. No campo, a mulher faz-se adulta antes de ser criança. Cria filho sem ter peito, embala irmãos em lugar de bonecas, brinca de cozinha no fogão de verdade. Vigorosas como brotos depois da chuva, crescem feitos rebentos, abrindo passagem. (MMA/SC, 1997, p. 11).

Figura 35 – Desenho: Divisão sexual do trabalho (AIMTR-Sul, 1994, p. 13)



Fonte: Acervo do MMC/SC.

O capítulo anterior trouxe o debate sobre o MMC: gêneses e trajetória de lutas, as crianças nesse contexto, cuja síntese é a seguinte: a inserção das mulheres no processo de formação de lideranças fundamentado nos princípios da Educação Popular, da Teologia da Libertação e a inserção na luta sindical possibilitaram para que as mulheres camponesas tomassem consciência das atribuições que lhes foram (ainda são) conferidas pela sociedade. Decidiram, então, traçar outros caminhos para suas vidas!

Neste terceiro capítulo, início essa abordagem com o desenho e o poema extraídos das cartilhas do MMC. A ilustração mostra a

importância da divisão do trabalho doméstico no cotidiano familiar e o desafio da maternidade no âmbito do movimento. O poema trata sobre as contradições da dupla/tripla jornada de trabalho, figurada na associação da mulher como *esteio* da casa. Diante do que revela o desenho em suas entrelinhas e no texto excerto oriundo da cartilha, o propósito aqui é abordar as representações das crianças e das mulheres/mães/militantes incluindo a problemática do viver no campo, principalmente no que se refere às questões do trabalho, educação e família e suas possíveis relações com os processos formativos no MMC. Também responder à pergunta: o que é ser criança camponesa?

Como fundamentação teórico-bibliográfica, recorro às contribuições de Minayo (2014) sobre as representações sociais, Saffioti (2015), para discutir relações de trabalho e família, Freire (2014) e outros autores, além dos seguintes documentos: cartilhas, cadernos, *folders* do MMC, para pensar sobre educação, entre outros autores que serão mencionados no decorrer do capítulo.

3.1 A TRAJETÓRIA DE TRABALHO DAS MULHERES CAMPONESAS NA VIDA COTIDIANA DO MMC

Para compreender as mulheres camponesas e sua relação com o trabalho, parto da compreensão de que, no Brasil, a organização da vida e do trabalho no campo, conforme Gorender (2002, p. 21), tem suas bases “no modo de produção escravista-colonial”. Como afirma o autor, muito diferente do desenvolvimento do capitalismo europeu, mas um “escravismo colonial definitivamente dominado pelo setor mercantil” (GORENDER, 2002, p. 22).

Esse modo de produção favoreceu o acúmulo de capital para um pequeno grupo que se apropriou das terras e das riquezas naturais. Porém, desde o início do processo de colonização, houve resistência indígena e dos povos negros contra a escravidão, travando lutas permanentes pela libertação. No século XIX, o movimento abolicionista se apropria da luta contra a escravidão, culminando, em 1888, na aprovação da Lei Áurea. Legalmente, foi decretado o fim do trabalho escravo, no entanto, não se criaram outras condições de trabalho, moradia para os escravizados retomarem sua vida em liberdade.

Essa é uma das razões fundantes pela qual grande parcela da população marginalizada no Brasil é descendente da etnia negra. É o preço da escravidão que ainda pesa sobre esse povo. Por outro lado, os senhores de escravos que, no decorrer dos séculos de colonização, se apropriaram-se das terras, dos recursos vegetais e minerais, acumularam

capital e não podendo mais contar com o trabalho escravizado, deram “início ao setor industrial fabril tipicamente capitalista” (GORENDER, 2002, p. 22).

Esses continuaram a dominar o campo no sistema de “plantagem⁸⁰”, exportando principalmente café. A produção de açúcar se voltou para abastecer o mercado interno em expansão. Antes o valor econômico estava nas mãos, nos braços, no corpo da mulher, do homem, da criança escravizada e comercializada como mercadoria, agora, a terra passa ter maior valor econômico. Quem dominava a terra, dominava a economia e controlava o poder (GORENDER, 2002).

O autor mostra também que no período escravista-colonial, desenvolveram-se no campo “[...] duas formas diferentes de propriedade: o modo de produção escravista colonial, com a propriedade latifundiária e o modo de produção dos pequenos cultivadores⁸¹ não escravista, baseado na economia natural [...]” e mercantil com suas fragilidades, embora tenha que se considerar ainda outras expressões de organização da vida no campo. Com a proibição do trabalho escravizado, os produtores de açúcar e de café precisavam contar com a mão de obra e, para garanti-la, passaram a fixar trabalhadores(as) dentro de seus estabelecimentos.

Gorender (2002, p. 26) chamou isso de *formas camponesas dependentes*⁸² (grifos do autor). De acordo com o autor, só podia ser morador nordestino ou colono paulista o chefe de família que, além de receber uma pequena área de terra, uns animais e moradia, entre outros

⁸⁰ O autor “chama de “plantagem” o que na literatura em regra é chamado de *plantation*. Era um estabelecimento mercantil especializado, que juntamente com o latifúndio pecuário de caráter pré-capitalista, dominou a formação social do Brasil pós-escravista [...] (GORENDER, 2002, p. 23). No Brasil, a terra desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, “era alienável, quer dizer, podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos” (GORENDER, 2002, p. 23). O sistema de sesmaria era livres impostos feudais como na Europa. Quem adquiria terra por meio da sesmaria, ou depois pela compra era homem livre (GORENDER, 2002, p. 23).

⁸¹ Moradores em pequenas propriedades ou em pequena posse da terra. “Aqui entram os sitiantes, pequenos os proprietários mini fundiários; os posseiros, meeiros, ocupantes da terra; os agregados ou moradores [...]” (GORENDER, 2002, p. 25), que trabalham no regime de economia familiar.

⁸² “Tanto o morador nordestino como o colono paulista eram remunerados de forma autônoma. Ambos recebiam terra para cultivar gêneros de subsistência, que consumiam e cujo excedente podiam vender, ambos recebiam terreno de pastagem para animais, pequenos e grandes, um cavalo, uma vaca, um bezerro, um porco, galinhas... Ambos recebiam moradia gratuita, muito importante isso, e ambos tinham direito a lenha e a água, o que também não é sem importância. E ambos recebiam um salário; então são dois tipos que com suas variedades, podem ser unidos, se equivalem, pertencem àquilo que eu chamo de *formas camponesas dependentes*.” (GORENDER, 2002, p. 26, grifo no original).

utensílios básicos para tocar a vida, recebia anualmente um valor em salário. Esse salário não se enquadra na compreensão do trabalho assalariado capitalista. O autor explica que, no caso do colono que trabalhava na produção do café na região paulista, o salário era calculado anualmente e referia-se à mão de obra familiar na qual “[...] entrava o chefe da família, os filhos, as mulheres, o irmão, se ele tivesse, o cunhado, enfim, a família toda; as mulheres e os filhos menores eram então considerados, nos contratos verbais ou escritos, de ‘meias enxadas’.” (GORENDER, 2002, p. 27). Essa forma de vida que se desenvolveu no campo criou uma cultura marcando a vida camponesa entre outros aspectos na invisibilidade do ser mulher e de seu trabalho tanto doméstico quanto produtivo.

Essa hierarquização do trabalho, dando maior valor ao trabalho realizado pelo homem em detrimento ao trabalho da mulher, reforçou a divisão sexual do trabalho. E sustenta as relações de exploração, de opressão, de dominação de classe, gênero, étnico/racial e geração. Para Paulilo (2016, p. 25-55), não há dúvida de que a mulher rural sempre conjugou o trabalho doméstico e o produtivo. Entretanto, faltam referências específicas para demonstrar a intensidade e relevância desse trabalho para o desenvolvimento socioeconômico e seu devido reconhecimento social e político.

Ainda no período monárquico (1822-1889), no Sul do Brasil, o governo imperial, com o objetivo de proteger a região contra a ocupação estrangeira e de possíveis ataques dos povos indígenas e escravos fugitivos, incentivou a vinda de migrantes empobrecidos da Europa para o Brasil, formando núcleos de camponeses. Esses não ameaçavam as oligarquias agrárias porque ocupavam terras impróprias para o latifúndio, além do mais, seus filhos integrariam ao exército e desenvolveriam a produção diversificada e abasteceriam o mercado interno (MAESTRI, 2005).

Criaram-se leis⁸³, campanhas induzindo europeus marginalizados a migrarem para o Brasil. Alguns ganharam, outros financiaram pequenos lotes de terra. Isso porque, a partir de 1854, as terras públicas só podiam ser compradas, desencadeando sérios conflitos em relação à terra ainda em pauta no País. Entre os migrantes houve aqueles que conseguiram comprar do

⁸³ “A lei Geral 514, de 28 de outubro de 1848, concedeu ‘seis léguas quadradas’ de terras públicas a cada província para que promovessem a colonização. A lei proibia a exploração das terras com mão-de-obra escravizada e obrigava que fossem ocupadas num prazo máximo de cinco anos.” (MAESTRI, 2005, p. 24).

Estado ou das empresas colonizadoras suas terras e registrar, outros não (MAESTRI, 2005).

Para o Estado, para os coronéis agrários e para as empresas colonizadoras, a terra se tornou um negócio lucrativo. Podia ser comprada e vendida como mercadoria. Criaram leis para garantir a usuração das terras: “Quem não registra não é dono” (RENK, 1999, p. 13) excluindo, assim, parte dos(as) camponês(as) que, por diversas razões, não documentaram a terra. Ao contrário, na concepção dos povos indígenas, a terra é um bem comum. Não pode ser comercializada. Questão que até nossos dias não está resolvida e permanecem os conflitos. Como afirmou o Cacique Babau Tupinambá na mobilização nacional indígena pelo direito à terra: “A terra para nós Tupinambá e povos indígenas é a vida, é o saber, é a existência, é tudo do que há de mais sagrado, porque sem a terra não existe nada a não ser um puro vazio” (BABAU, 2015⁸⁴). A luta principal dos povos articulados no “acampamento nacional terra livre” é a retirada da Proposta de Emenda Constitucional n. 215 (PEC 215/2000). Essa proposta, entre outros, prevê a alteração na Constituição sobre o reconhecimento de Terras Indígenas e decisão final sobre a demarcação, transferindo esse poder do Executivo para o Legislativo.

Os povos indígenas marcaram a mobilização de repúdio e denúncia dessas reformas do governo, realizada na semana de 24 a 27 de abril de 2017, com uma caminhada até a Explanada dos Ministérios carregando 241 caixões, representando a bancada ruralista. A líder indígena Sônia Guajajara⁸⁵ declarou que a simbologia é a denúncia “[...] desse acordo de apoiar o agronegócio. Significa tanto o ataque do Estado brasileiro, quanto o genocídio que esta aliança com os ruralistas está causando com nosso povo.” Para Célia Xacriaba⁸⁶, a mobilização representa “a resistência da ancestralidade e aproximação com a matriz cultural”. É uma luta permanente pelos direitos conquistados e para

⁸⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KfUlixY3SQ#action=share>>. Acesso em: 15 out. 2016.

⁸⁵ ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2017. Mobilização Nacional Indígena: 241 CAIXÕES: Povos Indígenas resistem no Congresso e denunciam genocídio. Reportagem e edição: BORBA, Vinícius. Imagens: TUKANO, Daiara. Rádio Yandê. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Omdce6EpyA0>>. Acesso em: 8 maio 2017.

⁸⁶ ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2017. Mobilização Nacional Indígena: 241 CAIXÕES: Povos Indígenas resistem no Congresso e denunciam genocídio. Reportagem e edição: BORBA, Vinícius. Imagens: TUKANO, Daiara. Rádio Yandê. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Omdce6EpyA0>>. Acesso em: 8 maio 2017.

garantir seus territórios que vêm sendo frontalmente atacados pelo Estado brasileiro.

Os inúmeros conflitos pela terra é uma das consequências da sociedade colonial. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 232) foi organizado “um poderio econômico caracterizado como patrimonial-patriarcal”. Na sociedade escravocrata, a mulher/baronesa da casa grande, servidora e submissa ao marido, era também opressora em relação às mulheres negras submetidas à tripla opressão de gênero, raça/etnia e classe social. As mulheres negras escravizadas deviam prestar trabalho e obediência à Senhora baronesa. Estou me referindo à “casa-grande e senzala”, de Gilberto Freire (2001).

Também entre essas mulheres perpassava a relação de escravidão e toda a forma de controle e maus-tratos. O Senhor abusava sexualmente das mulheres negras escravizadas, independentemente da idade. A Senhora baronesa, por ciúme do marido, para vingar-se, mandava vender a mulatinha a velhos libertinos, ou quebrar seus dentes, cortar seus seios, orelhas, queimar seu rosto, enfim, as meninas mulheres escravizadas estavam sujeita as múltiplas formas de violências (FREIRE, 2001).

Silva (2002) também constatou que as jovens escravizadas, além da dureza do trabalho a que eram submetidas, ainda eram vítimas dos desejos sexuais dos homens. “Eram forçadas a se entregar sexualmente aos patrões, a seus filhos ou aos capatazes e quando apresentavam qualquer resistência, eram barbaramente castigadas.” (SILVA, 2002, p. 31). Essas relações de dominação, exploração e violência contra a mulher/menina/jovem negra desenvolveu uma cultura de opressão, discriminação e preconceito contra as mulheres empobrecidas de modo geral e se agrava em relação às mulheres e crianças negras.

Outro aspecto que o autor descreve é o cotidiano das mulheres, meninas e meninos escravizadas(os) e seu papel na casa-grande.

À figura boa da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras de português errado, o primeiro ‘padre nosso’, a primeira ‘ave-maria’, o primeiro ‘votê’ ou ‘oxente’, que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e ‘molho de ferrugem’, ela própria amolegando a comida. (FREIRE, 2001, p. 391).

Depois do cuidado, desde o nascimento, o menino branco cresceu e tinha sob seu poder meninos negros entre eles, muitas vezes o filho da ama de leite que era usado para servir aos caprichos do nhonhô. Além

disso, “[...] apertado, maltratado e judiado como se fosse todo de pó de serra, [...] como Judas no sábadó de aleluia, e não de carne como os meninos brancos. [...] crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino branco exerce seus caprichos.” (FREIRE, 2001, p. 391). A violência se repete nas “brincadeiras de criança” e dói na alma das mulheres mães negras ao verem “seus filhos” sendo molestado pelo filho do Senhor. Impõe-se uma educação hierarquizada e violenta, que submete a aceitação do sofrimento, da dor, da submissão praticada nas relações sociais de classe e étnico/racial nas brincadeiras das crianças.

O que era universal na sociedade escravocrata brasileira, quer a mulher desempenhasse papéis úteis, que levasse vida ociosa, era a aceitação, por parte do elemento feminino, da completa supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade em geral. Todo o processo de socialização da mulher encaminhava-a para essa submissão. (SAFFIOTI, 2013, p. 246).

Seja no campo, seja na cidade, no engenho ou na casa-grande, no latifúndio ou na pequena propriedade, a mulher encontra-se numa situação inferior ao homem e assim era socializada para o casamento e para o trabalho de servir o marido, os filhos(as) (SAFFIOTI, 2013). A mulher migrante camponesa, casada, do Sul do Brasil, estava inserida numa sociedade livre. Entretanto, sua liberdade estava condicionada a uma espécie de escravidão, pois estava ela no trabalho na roça ao lado do marido, nos trabalhos de autossustento, produzindo a diversidade de alimentos, fazia todos os trabalhos domésticos e tinha muitos filhos(as).

Na roça não obstante seja poupada dos trabalhos mais rudes, sua contribuição pode ser igualada ao homem. Ao lado desse trabalho, cujo produto constitui parcela dos meios de subsistência da família, a mulher realiza ainda todos os serviços domésticos, aí incluído o cuidado de numerosos filhos. Essa situação de sobrecarga da mulher na sociedade sexual e econômica conjugal não lhe confere, entretanto, posição de paridade com o marido a não ser na intimidade do lar – longe, portanto, de estranhos. (SAFFIOTI, 2013, p. 262-263).

Essa condição da mulher também foi constatada por Maestri (2005, p. 83), “[...] nas glebas, praticava-se, uma desigual divisão etária, sexual e familiar das tarefas. Os homens responsabilizavam-se pelos trabalhos ligados à agricultura e ao trato dos animais de maior porte.” Descreve que

estas eram atividades mais prestigiadas e que a renda da comercialização dos produtos da roça destinava-se para “[...] pagamento da dívida colonial, dos impostos, à compra de equipamentos, de sementes, de novas terras, etc.” (MAESTRI, 2005, p. 83). Já as mulheres:

Ocupavam-se das tarefas domésticas, da criação dos filhos, do cuidado da horta e da pequena criação. Elas labutavam ativamente ao lado dos homens nos trabalhos agrícolas e eram responsáveis pelas atividades atinentes à economia de subsistência. Quando comercializavam os produtos que produziam, a renda servia para o pagamento das vestimentas dos filhos para a formação do dote das filhas, etc. (MAESTRI, 2005, p. 83).

Maestri (2005), ao analisar o processo de organização dos migrantes, observou que nas situações em que o marido saía para as frentes de trabalho, como abertura de novas estradas, derrubada da mata, retirada de madeira e outras atividades, a mulher com os filhos(as) administrava a propriedade e fazia todo o trabalho na produção. Preparava o solo, arava, roçava, plantava, limpava, colhia, mas não tinha direito de comercializar a produção. Nos períodos de colheita, o marido voltava para negociar o produto (MAESTRI, 2005). Situação similar, ressaltando suas especificidades, identifiquei em outras pesquisas sobre as mulheres camponesas da região oeste de Santa Catarina que migraram das colônias do Rio Grande do Sul.

Ao adquirir os lotes de terra, esses migrantes chegavam e “advogavam-se enquanto trabalhadores, construtores do progresso” (RENK, 1999, p. 26). E aí se pode entender “[...] certo exagero” em relação ao valor do trabalho presente nas famílias, começando desde a infância. Mas é preciso destacar que o trabalho que tem valor é aquele realizado pelo homem. Já as mulheres que “nunca paravam de trabalhar [...]” (MAESTRI, 2005, p. 83), tudo o que elas realizavam não é trabalho, mas serviço, portanto, sem valor econômico.

Essa relação produziu e, de certa forma, solidificou uma cultura de invisibilidade dos inúmeros trabalhos realizados pelas mulheres camponesas. A ponto de as próprias mulheres dizerem que não trabalham, mas “ajudam” (TEDESCHI, 2007). Criou-se uma cultura na qual se afirma que o trabalho do homem é reconhecido como trabalho e o trabalho da mulher como não trabalho.

O trabalho do homem é visto e elevado ao patamar de ‘trabalho’ que é aquele que muitas vezes – abre aspas – traz o dinheiro para dentro da família. Entretanto, nós enfatizamos no MMC, que o

trabalho das mulheres é aquele que traz a renda para a família, pois se nós lá em casa produzimos as frutas, as verduras e a maioria dos produtos alimentares que precisamos para sobreviver, para o auto sustento, se a gente fosse contabilizar isso tudo, iríamos ver que gera uma renda muito grande, não em dinheiro moeda-papel, mas naquela renda que é considerada indireta e por isso mesmo, muitas vezes, não valorizada. (LISBOA; LUSA; SEBASTIÃO, 2011, p. 24).

A desvalorização do trabalho da mulher camponesa também foi constatada por Tedeschi (2007) em sua pesquisa sobre a identidade e as representações das mulheres camponesas. Ao analisar suas fontes empíricas, observou que as mulheres representam seu trabalho na roça com o verbo ajudar: “*ajuda meu marido na roça*”⁸⁷ (TEDESCHI, 2007, p. 161).

Para o autor, a expressão “ajuda” leva à desqualificação do trabalho da mulher a ponto de não ser considerado trabalho. Indica uma divisão hierárquica do trabalho. Uma relação de submissão, dando ao homem poder de dirigir ou administrar o trabalho na lavoura. Além de não reconhecer o trabalho da casa como trabalho, o que levou o autor a sintetizar as expressões referentes ao trabalho de suas entrevistadas, assim: “meu nome é ajuda” (TEDESCHI, 2007, p. 161).

As mulheres, ao se organizarem, problematizam essa posição de subordinação em relação ao trabalho. Analisou Renk (2001, p. 229) que, “[...] noutros tempos, ‘trabalhar’ e ‘ajudar’ podiam ser tomados como sinônimos. No entanto, a semântica passa a fazer diferença, sendo realçada pelas mulheres.” A autora observou que esse processo de rever os conceitos e reelaborá-los é um desafio e nem todas conseguiram dar este passo. “Nas reuniões do MMA é frequente alguém dizer que está ‘ajudando’ o marido na lavoura; logo; um coro a corrige: ‘Trabalhando!’” (RENK, 2001, p. 229).

Ao analisar essa realidade, vi que essas condições se estendem à situação das crianças especialmente das meninas que “ajudam suas mães”. Nas colônias gaúchas, Maestri (2005, p. 84) identificou que “[...] segundo suas forças, as crianças trabalhavam desde os seis anos: cuidavam dos irmãos menores; buscavam água; recolhiam ovos, etc.”

⁸⁷ “Desde criança ajudava na roça, e o que tinha para fazer em casa era comigo também, era sofrido [...] a gente trabalhava igual bicho, só que nós sempre trabalhávamos junto [...] não tinha final de semana ou feriado, era só trabalhar, com as crianças pequenas que iam brincar enquanto a gente trabalhava. (Depoimento de H. R., Comunidade de Linha 7 Leste, Ijuí, agosto de 1998).” (TEDESCHI, 2007, p. 161).

Também relatou que “[...] as mulheres jamais paravam de trabalhar: quando descansavam, faziam trabalhos mais delicados – bordar, costurar, trançar, confeccionar a palha etc.” (MAESTRI, 2005, p. 83).

Há, nesse sentido, uma educação que resulta na compreensão de trabalho como “ajuda”, fato este que empresta ao labor feminino um caráter secundário e sem um papel de protagonismo na esfera do trabalho na hierarquia familiar. As mulheres começam problematizar esta maneira de ser e agir. Essa questão consta na cartilha que traz em forma de estudo nos grupos de base as deliberações do primeiro Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais em novembro de 1986.

Nós mulheres somos educadas desde pequenas só para trabalhar, para executar tarefas, muitas vezes perguntamos para uma mulher, você trabalha? Ela responde ‘não’. No entanto é ela que cuida da casa fazendo comida, lava roupa, cuida dos filhos e ainda muitas vezes vai na roça. Como o trabalho da casa não é remunerado, não é reconhecido ela diz, não trabalho, mas não para de trabalhar um instante sequer do dia. (ARTICULAÇÃO NACIONAL, [s.d.], p. 6).

Não há dúvidas que nas últimas décadas o trabalho do campo mudou, mas em alguns aspectos as relações do trabalho realizado pela mulher pouco alteraram. A região oeste de Santa Catarina economicamente se caracteriza pela agroindústria de produção de grãos, criação de aves, suínos e leite. As famílias no campo desenvolvem mais que uma atividade produtiva, ao mesmo tempo, isto implica em uma dinâmica de trabalho para garantir cada demanda específica. Os estudos de Paulilo, De Grandi e Silva (2003), na região do Vale do Itajaí, em relação ao trabalho da mulher na produção de leite, constataram que a mulher faz todo o trabalho, desde o trato dos animais até a ordenha e higiene do estábulo. Condição semelhante também foi verificada por Herrera (2015) entre as mulheres que atuam na produção de leite no Município de Quilombo:

[...] cabe às mulheres o trabalho cotidiano voltado às atividades internas à propriedade, tais como: ordenhar as vacas, limpar a estrebaria, preparar a silagem, alimentar as vacas, etc.; e aos homens recaem as atividades externas à propriedade, tais como: negociar a venda da produção, comprar insumos, contatar técnicos, participar em reuniões e cursos, dentre outros. Quando participam das atividades internas, auxiliam as mulheres com o

manejo das vacas, verificam os insumos utilizados, consertam cercas e analisam a qualidade do leite. (HERRERA, 2015, p 78).

Esse trabalho exige uma dedicação permanente, duas vezes ao dia, pela manhã e à tardinha, de domingo a domingo, sem feriado, situações de doenças, criança pequena, gravidez, calor ou frio. Pode-se observar que o processo de modernização da produção de leite, não superou a divisão sexual do trabalho. Cabe à mulher o trabalho diário que não pode faltar e ao homem a comercialização, acompanhar o técnico nas visitas, participar das reuniões e cursos, organizar a cerca. Esse trabalho prende a mulher em casa garantindo que ele seja feito. Além do mais, “é aprendido e transmitido de mãe para filha” (HERRERA, 2015, p. 79). E as crianças no CEC disseram que trabalham junto com a mãe enchendo o cesto de pasto para tratar os terneiros (DAVI LUÍS⁸⁸).

Outras pesquisas também revelaram que as mulheres participam pouco das reuniões que tratam de assuntos relacionados à produção de leite. “Das 15 pessoas que disseram ter tido essa experiência, 13 eram homens e duas eram mulheres.” (PAULILO; DE GRANDI; SILVA, 2003, p. 29).

Embora 64% das mulheres soubessem das reuniões, apenas 17% compareceram. Mas não é só nas reuniões que as mulheres não vão; elas saem muito menos de casa que seus maridos. Encontramos que 48% de nossas entrevistadas não tinham saído de casa para nada na semana anterior à pesquisa e 37% o haviam feito somente uma vez [...] Temos que 97% das mulheres nunca dirigem carros, e 61% dos homens o fazem regularmente. (PAULILO; DE GRANDE; SILVA, 2003, p. 30).

Esses dados fazem lembrar o quanto a condição imposta às mulheres no processo histórico de formação do Brasil, relatada por Maestri (2005) e Saffioti (2013), em outro contexto e de outras formas, ainda se reproduz na contemporaneidade. As mulheres pesquisadas por Paulilo, De Grande e Silva (2003) continuam trabalhando na produção, mas ainda falta avançar e estar mais presente na capacitação, na comercialização do produto. Estão muito presas aos trabalhos, precisam aprender dirigir o carro e conquistar a autonomia, ser sujeito. Paulilo, De Grandi e Silva (2003) e Herrera (2015) mostraram como ainda é atual uma das primeiras lutas do MMC, “sair de casa”, “distribuir os trabalhos”

⁸⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

que de costumes eram e continuam sendo de responsabilidade das mulheres, enfim, superar as determinações do patriarcalismo.

Na pesquisa que realizei, também as crianças do CEC⁸⁹ se manifestaram em relação à vida de trabalho das mulheres, suas mães. Disseram: “as mulheres trabalham mais que os homens”; ou que “a mãe trabalha mais”, confirmando as pesquisas das autoras. Boni (2017, p. 92) também contatou que geralmente é o homem que “[...] tem a função de manter o relacionamento com as instâncias que vão além da propriedade, como os bancos, a cooperativa, os partidos políticos, os sindicatos, os técnicos, entre outros”.

Em suas representações, as crianças⁹⁰ disseram o que a autora também afirmou: a intensidade de trabalhos que pesa sobre a mulher. As crianças disseram que o pai é legal, mas que nos trabalhos da casa. “Ele manda fazer a coisas e fica sentado.” Porém, quando isso acontece, a mãe não aceita, reage. As crianças revelaram a resistência da mulher/mãe na luta pela divisão dos trabalhos relacionados à reprodução e aos cuidados, o que deixa claro a necessidade de continuar insistindo e lutando pela emancipação das mulheres. Nas palavras das crianças⁹¹: “A mãe fica brava com ele”, indicando que ainda persiste a sobrecarga de trabalho para a mulher e que o homem por iniciativa própria não se sente parte em contribuir na divisão dos trabalhos. Há reação por parte da mãe, mas ainda pouca atitude por parte do pai.

Durante o trabalho de campo (CEC), as crianças⁹² perguntaram para suas mães: Quem inventou o MMC? Maria Salete⁹³ responde: “O MMC não foi inventado. Ele nasce da necessidade das lutas das mulheres.” Maria Salete⁹⁴ conta como era a vida das mulheres. “O que nós mulheres fazia? Nós trabalhava em casa. Fazia todo o serviço da casa. Ia na roça. Fazia na roça, vinha pra casa. Nós tirava leite. E o homem simplesmente não fazia nada na casa. Não adianta dizer que fazia, porque não fazia.” Maria Salete é categórica: “Não fazia nada em casa!”. A casa como me referi no capítulo anterior é para além do espaço físico, ou seja, é também o seu entorno (HEREDIA; GARCIA; GARCIA JR., 1984, p. 31).

Na perspectiva marxista, o trabalho é uma categoria de análise fundante. A razão disso é que só os seres humanos trabalham. Isso é,

⁸⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁹⁰ Diário de Campo, Quilombo/SC, 23 de janeiro de 2016.

⁹¹ Diário de Campo, Quilombo/SC, 23 de janeiro de 2016.

⁹² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁹³ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

⁹⁴ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

somente os seres humanos interferem na natureza de forma pensada, planejada e organizada para tirar delas os meios para sobreviver. Neste fazer: “Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.” (MARX, 1996, p. 297). A outra questão é que o ser humano se transforma pelo trabalho e transforma a natureza desenvolvendo os meios de produção para a sua subsistência.

Neste fato, quando se faz inferências no plano filosófico e sociológico, o trabalho humano é amplamente debatido como categoria central no processo de formação humana a partir dos elementos da ontologia marxista do ser (NETO, 1992; MARX, 1996; SILVA, PIRES, 2011). Essa ontologia nos dá condições de explicar como nos tornamos seres humanos ao longo da história, tomando como eixo teleológico o trabalho.

Nesses termos, o homem e a mulher, diferentemente dos animais, é o único ser que transforma a natureza, ao produzir as suas próprias condições de sobrevivência. Desse modo, faz história ao produzir as suas condições de existência, que são transformadas pela sua própria ação na natureza. Este processo se verifica à medida que o ser social transforma a natureza quando nela investe para obter as condições objetivas para sua sobrevivência e, nesse limiar, é transformado por ela ou é transformado pelo seu próprio trabalho por meio das condições naturais sobre as quais age (NETO, 1992; MARX, 1996; SILVA, PIRES, 2011).

A concepção marxista problematiza o trabalho em seu sentido ontológico e histórico, compreendendo-o, de um lado, como ato de sobrevivência, podendo se constituir num ato de emancipação (trabalho concreto), ou seja, quando dirigido conscientemente para fins determinados, elaborados pelo intelecto e pela imaginação humana, isto é, como um ato de liberdade e criação da mulher e do homem.

Também pode ser um simples ato de sobrevivência, inconsciente e de caráter reificado e, por isso mesmo, um meio para obter um fim imediato, que se reproduz na vida cotidiana de maneira mecânica e alienada (trabalho abstrato). Entretanto, sob a égide do capitalismo, o trabalho, tem sido para grande parte das(os) trabalhadoras(es) apenas um instrumento de luta pela sobrevivência.

Nesse sentido, o trabalho, no âmbito da divisão social classes, tornou-se meramente “meio de vida” para a grande maioria (proletariado) e “meio de acumulação de riqueza” para uma minoria que detém os meios de produção (burguesia). De tudo isso, resulta todo o processo da luta

entre capital e trabalho, que consiste na exploração da grande maioria da humanidade, principalmente do trabalho das mulheres camponesas, indígenas, negras e suas crianças pelos detentores do capital, que vivem à custa do trabalho alheio, do trabalho produtivo, alimentando-se da mais-valia ou o “valor a mais” como forma de acumulação de riqueza (NETO, 1992; MARX, 1996; SADER, 2000; SILVA, PIRES, 2011).

Portanto, é no bojo da perspectiva ontológica e epistemológica que o trabalho produtivo pode ser compreendido como trabalho humano abstrato e não como atividade humana vital e emancipatória. Portanto, trata-se do trabalho abstrato que opera no corpo social como “corpo produtivo”, isto é, corpo que trabalha com o fim único de trabalhar para manter-se e “satisfazer as meras necessidades necessárias” (MARX, [s.d.] *apud* ANTUNES, 1995, p. 126).

Em síntese, a concepção marxista problematiza o trabalho. O ato de trabalhar pode contribuir para que a mulher e o homem na busca livre e criativa para satisfazer a necessidade de sobrevivência passem a emancipar-se. É a necessidade real que provoca o ser humano a pensar, imaginar, criar e recriar a natureza em meios de produção para saciar suas necessidades. Ou então, pelo trabalho, busca apenas a sobrevivência de forma rotineira, alienada e dependente, deixando de agir como sujeito.

O conceito de trabalho supramencionado tem como objetivo, a partir da centralidade do trabalho na vida humana, refletir sobre as contradições que permeiam a vida cotidiana das mulheres do MMC. Enquanto as mulheres permanecerem em casa alienadas e assumindo a tripla jornada de trabalho, dificilmente compreenderão o sentido da vida que é ser feliz e nem do trabalho enquanto autonomia e emancipação. Há aquelas que neste contexto reagiram, resistiram e se rebelaram individualmente: Outras buscaram no coletivo, na formação de lideranças, na participação na luta, pensar suas necessidades, se organizaram-se e criaram o MMC como um espaço para problematizar e construir lutas por libertação. Quando dão esse passo, Paulo Freire (2014) diz que elas estão recuperando a “palavra roubada” para “ser mais”.

Se as oprimidas(os) não se apropriam da palavra, vivem esperando as ordens daqueles que possuem a palavra, e que a estes utilizam para exercer o poder, o gosto de mandar, de dirigir, de comandar sempre (FREIRE, 2014). As narrativas das crianças e das mulheres, conforme veremos a seguir, mostram essas representações próprias da vida camponesa que vão sendo ressignificadas pelas lutas sociais.

3.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS VOZES DAS CRIANÇAS E DAS MULHERES

De acordo com Minayo (2014), é importante situar o grupo, pois o indivíduo, ao falar, expressa sua representação sobre determinadas situações, isso “[...] ocorre porque tanto o comportamento social como o individual obedece a modelos culturais interiorizados, ainda que as expressões pessoais apresentem sempre variações em conflito com as tradições”. (MINAYO, 2014, p. 208). Observei, durante a pesquisa, que muitas crianças falavam do meio em que vivem, demonstrando apreço e satisfação.

Revelaram, em suas narrativas, identidade com a vida no campo. Quanto às representações das crianças, vale reforçar aquelas ideias que evoquei no capítulo 1 “Elementos teórico-metodológicos”. Nesse capítulo, procuro ressaltar que as crianças, considerando a imaginação e o imaginário que as caracteriza como sujeitos pensantes e sociais, possuem as chaves para a interpretação e construção da sociedade.

Julia⁹⁵ diz: “Eu e minha família podíamos estar morando na cidade, em uma casa melhor que a nossa, mas não, o lugar que mais amamos é ficar no interior [...]”. Ela continua:

Aqui (roça) há diversas coisas bem diferentes que na cidade. O ar puro, a tranquilidade, o canto dos pássaros de manhãzinha é muito diferente. É um canto puro cheio de alegria que com certeza traz a paz. Podemos também cultivar nossos próprios alimentos sendo que com certeza ele é muito mais saudável. Temos mais liberdade para nos divertirmos. Aqui onde moro é tudo bem mais tranquilo que uma cidade, pois é muito mais difícil de passar carros e motos. Muita gente já me disse que o interior é sem graça, mas e a cidade, tem essa paz toda? Só vejo reportagem nas cidades de pessoas assaltando, poluindo os rios, o lixo jogado nas ruas [...]. (JULIA⁹⁶).

A narrativa de Julia em tom poético revela um sentimento bom em relação ao viver no campo. A convivência com a natureza expressa tanto pelo *ar puro*, quanto pelo *canto dos passarinhos*, bem como pela *tranquilidade*, lhe diferencia do viver na cidade. Julia destacou ainda o ato de *cultivar seus alimentos* e alimentos saudáveis.

⁹⁵ Diário de campo, Quilombo/SC, 14 de novembro de 2016.

⁹⁶ Diário de campo, Quilombo/SC, 14 de novembro de 2016.

Julia expressa o que Minayo (2014, p. 208) constatou em seus estudos. Em se tratando da vida social, a consciência do indivíduo e do grupo não se separa, pelo contrário, integra-se, articula-se. No caso de Julia, notei que esse conhecimento tem relação com o aprendizado das mulheres camponesas no MMC, por meio da luta pela alimentação saudável (MMC/SC(b), 2006).

Julia acompanha desde bem pequenina, principalmente, sua tia que é integrante desse Movimento. Ela destaca ainda a ideia de liberdade, do espaço, da segurança em poder brincar, contrapondo-se àquilo que dizem para ela que o “interior é sem graça”. Há uma visível desconstrução em relação ao campo como um espaço negativo. Isto também foi identificado nas falas de outras crianças.

Rosa⁹⁷ falou de seu contato com a natureza dizendo: “Daí a gente vai naquele mato que tem pra cima da casa, não do galinheiro, lá tem um monte de bichinho. Lá tem esquilo, daí a gente olha, tira foto.” Fez questão de explicar porque “é bom morar na roça”:

[...] porque quando a gente tem algum trabalho de aula dá pra fazer uma filmagem. A professora pede às vezes grãos/sementes à gente tem e tira foto. [...] Tem gente que estuda lá do *Simoneto* (Linha do interior) que não tem. É tudo comprado. [...] Esses dias a professora pediu pra tirar foto de animais, cabra, essas coisas. Daí, lá em casa não tinha. Daí a gente foi lá na tia Maria, tirou foto das cabras e de tudo lá. (ROSA⁹⁸).

A fala de Rosa é reveladora de uma educação, cuja escola trabalha aspectos das relações vividas no campo. A convivência com os pequenos animais e a integração com as comunidades vizinhas fazem parte das tarefas das crianças na escola de Rosa. A liberdade lhe proporciona autonomia de buscar conhecimentos e estes são compartilhados com seus colegas na sala de aula. Quero dizer que essa liberdade é indicadora de solidariedade.

Essas crianças vão aprendendo a serem livres na medida em que aprendem a ser solidárias. E no campo, a solidariedade se amplia. Passa pelo contato com os animais, plantas, pelo ato de pisar a terra, fonte da natureza, por relações de vizinhança. Quando Rosa conta que tiraram fotografia de *tudo lá*, está expressando com seu jeito simples que tiraram fotografia das cabras, do potreiro/piquete cercado com pastagem e do galpão que é a área coberta para abrigo das cabras, entre outros. Ela está

⁹⁷ Diário de campo, Quilombo/SC, 20 de janeiro de 2016.

⁹⁸ Diário de campo, Quilombo/SC, 20 de janeiro de 2016.

afirmando algo de grande importância na sua vida. Isso Rosa leva e compartilha com seus colegas na escola. Este compartilhar carrega consigo sua visão de campo, sua concepção de vida que Rosa também vive e aprende no espaço do Movimento.

Nesse percurso educativo, o cotidiano das crianças e das mulheres também se propõe a enfrentar os preconceitos. Heller (1992, p. 59) diz que “o preconceito via de regra apresenta-se com um conteúdo axiológico negativo”. Em se tratando do campo, um dos preconceitos reproduzidos historicamente está relacionado à ideia de campo como “atraso”, lugar de pouca perspectiva de vida, pois há uma construção que caminha na direção contrária, em que tudo vai sendo direcionado para a cidade como o ideal para a vida humana. Há escolas e Escolas! No caso de Rosa, na sua escola, há espaço para problematizar tais concepções, pois as próprias crianças levam outros olhares para aquele espaço considerado formal, o que não é comum na maioria das escolas.

As narrativas fazem um contraponto a essa construção no imaginário social que reproduz essa ideia positiva/aumentativa da cidade e negativa/diminutiva em relação ao campo. E essa é inegavelmente uma das contribuições do MMC para a educação formal. O campo passa a ser pedagogicamente um lugar digno e bom para a construção da vida.

Por isso, Manuela e Rosa têm uma visão crítica em relação à ideia de cidade. Elas apontaram que ali também há contradições. Há violência, assaltos que geram insegurança. Elas questionam a poluição, a qualidade dos alimentos, espaço para brincar. Em suas palavras, observei que há outra perspectiva de educação que emite sinais de uma nova consciência nascendo de sua própria realidade.

Isso nos reporta às ideias de Minayo (2014) quando esclarece que: “[...] as mudanças da sociedade adviriam da substituição das ‘falsas representações’ por pensamentos correspondentes à essência do ser humano” (MINAYO, 2014, p. 227). A autora descreve que Marx e Engels “[...] colocam como princípio básico do ‘pensamento’ e da ‘consciência’, determinado modo de vida dos indivíduos, condicionado pelo *modo de produção* de sua vida material” (MINAYO, 2014, p. 228). Na perspectiva marxista, a base material (econômica) é formada pelas forças produtivas que são as máquinas, as ferramentas e técnicas e as relações de produção que são as relações entre patrão e empregados. Essas relações influenciam a superestrutura, ou seja, na política, religião, cultura, interferindo no modo de pensar, ver, representar e agir das pessoas no mundo.

Daí a importância de compreender o campo com seus sujeitos para além do espaço geográfico também em suas relações sociais

contextualizadas no tempo e na história numa dimensão que articula o local e o global permanentemente. Nesse sentido, Dussel (1977) observou que o processo de colonização latino-americana determinou em grande medida, o modelo econômico, a estrutura política, a organização social, religiosa e ideológica e, conseqüentemente, as representações que as pessoas têm de si e de sua ação no mundo.

Segundo Minayo (2014), os autores marxistas afirmam que as ideias estão no campo da consciência. Daí que as representações, os pensamentos, os conceitos, os juízos, as opiniões relacionadas ao ser e agir no mundo estão, de certa forma, condicionadas pelas relações do modo de produção capitalista e pelo sistema patriarcal. “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. [...] a consciência é desde o início um produto social: ela é mera consciência do meio sensível mais próximo, é a conexão com as outras pessoas e coisas fora do indivíduo [...]” (MARX; ENGELS, 1984, p. 35-44 *apud* MINAYO, 2014, p. 228).

Nesse sentido, Souza (2015, p. 107) diz: “[...] ser criança e viver a infância está intimamente ligado às condições socioculturais, histórias, econômicas e políticas existentes, [...]” circunscrita na dimensão microssocial, quanto a nível amplo, onde o município, a região, e país se situam. Infância que não está isolada, mas convive com os conflitos do capital-trabalho, campo-cidade, gênero, étnico/racial, geracional.

Assim, as crianças vivem a infância num tempo marcado pelas contradições sociais produzidas naqueles espaços. As representações do campo e da cidade estão marcadas pela dualidade entre campo e cidade, estendendo-se ao nível das relações entre homem, mulher e filho(a) e do próprio modelo econômico de classes sociais. Nessa perspectiva de construção social, Dussel (1977) afirma que os países colonizadores concebem “[...] a periferia geopolítica mundial, a mulher e o filho são propriedades do centro, do homem e do adulto” (DUSSEL, 1977, p. 58-59).

Para o autor, as mulheres e as crianças da classe trabalhadora em geral são “vítimas do imperialismo, da luta de classes, da ideologia machista” (DUSSEL, 1977, p. 90). Identifiquei que as mulheres camponesas do MMC, ao lutarem contra essas determinações, envolvem as crianças a construírem outras formas de representações de suas vidas. Elas não se submetem ao papel de vítima. Pelo contrário, resistem e vão lutando e, simultaneamente, enfrentando as próprias limitações em busca de libertação.

Com efeito, é possível perceber essas reflexões nas palavras de Dussel (1977, p. 80): “[...] a luta de libertação da periferia nacional, mas

ao mesmo tempo, continental cultural, é muito diversa. Cada tipo de libertação deve levar em consideração a prisão da qual parte [...]” e mais, as condições objetivas e subjetivas que tem para fazer a caminhada de libertação. Essas considerações são fundamentais e explicita aqui um dos desafios que ainda persistem na luta popular, nos Movimentos Populares, em especial no MMC, no sentido de continuar buscando alternativas, estratégias e perspectivas para melhor compreender a relação entre as mães e pais e suas crianças no âmbito da militância.

Ao tratar da luta da mulher camponesa, nesta investigação, a partir das vozes das crianças, é fundamental considerar aspectos característicos da realidade camponesa na qual estão inseridas as famílias, dentro do contexto de trabalho. De modo geral, a organização da agricultura camponesa familiar ocorreu em pequenos lotes de terra individual, criando um desenho de certo isolamento e solidão entre os moradores do campo. Ademais, a família geralmente mora longe de tudo. Distante da vizinhança.

Quando da necessidade de entreatajuda nos trabalhos agrícolas, ou empréstimo de ferramentas, ou se chega uma visita no horário das refeições e falta um ingrediente para pôr na mesa, ou ainda, em caso de socorro por doença, acidente ou até mesmo para cuidar das crianças quando não é possível levá-las junto no trabalho a ser realizado, constituem-se em situações adversas que essas famílias estão sujeitas a enfrentar cotidianamente, entre tantas outras situações.

Em nome do progresso, fala-se muito nos avanços em relação à comunicação. Foi sendo divulgada uma ideia de que esses problemas do campo teriam sido superados. Entretanto, eles não só persistem como tem se agravado nestes últimos tempos, devido à violência da modernização da agricultura, que intensificou o envelhecimento e a masculinização nesse meio (VITORINO; GOLDSCHMIDT, [s.d.]). Isso sem considerar toda dinâmica de assalariamento do campo que também repercute fortemente na vida das mulheres camponesas e das crianças.

O retrato do campo, em sua grande maioria ainda continua sendo assustador, porque o agronegócio⁹⁹ vem para renovar e dar novo impulso à “modernização capitalista”. “É uma tentativa de ocultar o caráter

⁹⁹ “O conceito de agronegócio é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração de terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz que pode ser utilizada para a reforma agrária.” (FERNANDES, 2008, p. 48).

concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.” (FERNANDES, 2008, p. 48).

Essa realidade do campo recorda os tempos coloniais, conforme foi constatado por Fernandes (2008, p. 48), porém, agora com outros meios. “Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta.” Isto porque todo o conhecimento em tecnologia vem sendo pensado para atender à estrutura do modo de produção capitalista e patriarcal.

Há pouco investimento na direção da produção diversificada, da agroecologia e mesmo, em criar tecnologias que venham facilitar o trabalho no campo, tornando-o menos penoso e dificultoso. Daí a importância do MMC: quando busca construir outras possibilidades para a vida camponesa; quando insistem na ideia de que é um direito viver com dignidade, produzir alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos, buscando fortalecer relações que aproximam as famílias, reunindo grupos, organizando os quintais produtivos, entre outras práticas educativas; quando reafirma a necessidade de construir um projeto popular para a agricultura camponesa agroecológico (AMTR-Sul, 2008).

As mulheres camponesas que estão entendendo o que representa para a saúde humana e ambiental a produção saudável persistem e continuam resistindo. Enfrentam as contradições em suas famílias quando a parcela da produção destinada à comercialização é feita seguindo as receitas da agroindústria, seja na produção dos cereais, na criação dos animais, na produção do leite. Algumas mulheres sofrem ao conviverem contraditoriamente entre a produção de autossustento na perspectiva da agroecologia e a agricultura convencional feita de agrotóxicos, transgênicos, ração concentrada para o trato dos animais. Na vida da grande maioria das mulheres, o diálogo com as(os) filhas(os), com o marido sobre a produção e a importância de ter acesso e consumir alimentos saudáveis se constitui uma luta diária.

Chama a atenção que as crianças filhas/os das militantes refletem essa ideia da produção saudável. Explicitam em suas representações outras formas de educação, de compreender o ambiente, a produção. Também percebem as contradições vividas na relação familiar. Notam que ainda pesa sobre a mulher/mãe, mais trabalho e que a divisão sexual do trabalho precisa ser superada. Levam para a escola outros modos de interpretar a vida no campo, demonstrando o quanto é importante criar condições dialógicas entre os percursos formativos não formais e a escola formal, a exemplo de Rosa.

Em muitas escolas, conforme verificou Caldart (2008, p. 74), “[...] a realidade desses sujeitos não costuma ser considerada quando se projeta um desenho de escola” A autora denuncia a ausência, na escola, de integrar a realidade e a vida desses sujeitos,

[...] que trabalham e vivem do campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, pelas lutas sociais, não têm entrado como parâmetros na construção da teoria pedagógica e muitas vezes são tratados de modo preconceituoso, discriminatório. (CALDART, 2008, p. 73).

Para a autora, o campo não é qualquer peculiaridade e nem uma realidade menor no conjunto de desenvolvimento de uma nação. Não há soberania sem autonomia alimentar (STEDILE; CARVALHO, 2011). Daí a importância da defesa que Caldart (2008, p. 74) faz afirmando que: “os processos produtivos são à base de sustentação da vida humana, em qualquer país”. A partir desta concepção construída na luta dos movimentos sociais populares da Via Campesina e do protagonismo do MST pelo direito da educação no e do campo, compreende-se que: “Não é possível pensar um projeto de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, cultura e educação.” (CALDART, 2000, p. 73-74).

Percebo que os caminhos para a libertação são árduos, não impossíveis. Nas representações das mulheres e crianças camponesas suas vidas são de lutas. É um viver em luta para enfrentar as situações-limites em que estão inseridas. Lutas em relação à produção diversificada e saudável; lutas pelo reconhecimento e valorização do trabalho da mulher na produção; lutas para superar a divisão sexual e social do trabalho; lutas por uma escola que contemple a realidade camponesa e facilite o acesso a saúde, a participação política na sociedade, lazer, entre outros.

Para as mulheres, a possibilidade de assumir o papel dirigente implica em reorganização da vida camponesa, que envolve de um lado sua decisão pessoal e de outro, a solidariedade, o companheirismo e entreaajuda do grupo familiar, criando condições objetivas/subjetivas para o exercício da militância. Não há como negar que não raras são as vezes em que tudo isso se configura em desdobramentos de mais trabalho. Militar é lutar e a luta é exigente. Notei por meio das vozes das crianças, como essa realidade é forte na vida das mulheres.

Guerreiro¹⁰⁰ disse que “[...] as mulheres trabalham fora. Que nem, as mulheres trabalham aqui no Movimento aí, [...] os homens têm que cuidar da casa. Senão quem fica na casa?”. Outras crianças disseram: “As mulheres deixam prontas todas as coisas para os homens e ainda os homens reclamam. Fazem comida, lavam roupa, limpam a casa. [...]”.

São duas falas, duas representações. Uma trata da luta pela divisão de trabalho na qual o homem é quem toma conta da casa, do trabalho doméstico, do cuidado da(o) filha(o) onde a mulher é militante e trabalha fora. O que não significa dizer ausência de conflitos. Pelo contrário, há sempre impasses, dificuldades, barreiras que se confrontam permanentemente. A outra narrativa mostra que a mulher militante, antes de sair de casa, deixa “pronta às coisas” para quem fica, referindo-se ao homem, seu pai. Mostra que essa militante tem muitos desafios pela frente para romper com as amarras do patriarcalismo.

Tanto uma fala quanto a outra não pode ser vista ao pé da letra. Visto que as realidades/experiências, por terem suas especificidades/pluralidades/heterogeneidades, são sempre contraditórias. Entendo que essas representações fazem parte de vivências em construção e de lutas permanentes por libertações. Se assim é, então as próprias relações podem vir e muitas delas já estão sendo modificadas, questionadas e (re)significadas por meio das práticas sociais.

Em uma das primeiras cartilhas para o estudo nos grupos de base, as mulheres vão descrevendo cinco aspectos que trataram como causa da dominação e opressão. A primeira se refere “[...] as próprias mulheres: vivem caladas, não se valorizam, aceitam todas as ordens do marido. Não tem confiança em si mesma. Tem medo” (MMA(a), [s.d.], p. 6). Adélia conta que participava de algumas atividades na comunidade, “mas ela era tímida e tinha medo. Medo de falar em público. Medo de coordenar. Medo” (AUED, 2007, p. 90).

O “medo” que Adélia expressou não era só de Adélia É das mulheres. É representação do patriarcado expresso no sentimento de medo (SAFFIOTI, 2015). Foram “educadas” para sentirem-se inferiores e incapazes. Quando Adélia foi convidada para representar a comunidade na região pastoral, recusou-se, mas sabia que na próxima reunião o assunto estava em pauta: “Adélia preventivamente levou o seu marido para dizer que ela não tinha condições de assumir a representação.” (AUED, 2007, p. 91). O exemplo mostra a falta de confiança em tomar decisões por conta própria. Precisa a palavra do marido. Por isso, as mulheres que estavam despertando ficavam indignadas e não entendiam

¹⁰⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

as quais uma mulher, quando era indicada para assumir uma liderança, esta encontrava justificativas para não aceitar e recusar a possibilidade ocupar outros espaços.

Na segunda causa, elas fazem referência à *família*, “[...] as dificuldades e tarefas de família impedem de participar mais. A mulher na família é educada para a família e não para as lutas sociais, para as lutas dos trabalhadores. Não tem liberdade. Falta apoio do marido e da comunidade.” (MMA(a), [s.d.], p. 6). A mulher em qualquer espaço “[...] sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não” (SAFFIOTI, 2013, p. 62). Representação do patriarcado através do “poder de controle da mulher”. SAFFIOTI, 2015, p. 130).

Esse apoio a que se referem às mulheres, é concreto. Está relacionado ao trabalho de atender os filhos(as), alimentação, o trato dos animais, deslocamento/transporte. A questão do transporte é sempre um desafio para quem vive no campo. São raros os locais em que há transporte coletivo ou até mesmo dinheiro para pagar o ônibus, ou então, se a família possui carro ou moto precisa contar com motorista, ou organizar uma carona, ou também fazer o trajeto a pé, entre outras dificuldades.

O exemplo de Adélia ilustra o contexto familiar. Contou que, no início de sua militância, deixava os trabalhos encaminhados para a família antes de sair de casa para as atividades¹⁰¹ do MMC. Ela reside a três quilômetros da cidade e disse que fez muitas vezes este trajeto a pé ou de trator. Mais duas horas de ônibus em estrada de terra, quando não tinha asfalto; e mais 13 horas de ônibus interurbano até a Florianópolis. “Mesmo assim fiz essa viagem inúmeras vezes, lutando pelo Movimento de Mulheres Camponesas.” (AUED, 2007, p. 78). Adélia foi e continua sua luta, seja no Município de Itapiranga/SC, na capital, no Brasil, no mundo, sendo a voz de tantas mulheres camponesas na luta por direitos.

O mesmo esforço para sair de casa faz Nega. Mora a 20 quilômetros distante da cidade de São José do Cedro e depois mais três horas de ônibus até Chapecó. As mulheres camponesas, ao assumir a militância, a precisam enfrentar essa realidade, às vezes, como gestante ou com filho(a) pequeno(o). A distância e as condições para o deslocamento são realidades que interferem na militância. O tempo gasto

¹⁰¹ Como dirigente, Adélia representou o MMC nas lutas da saúde, pelos direitos das mulheres, contra a violência e na luta pela soberania alimentar. Por isso, atuou no Conselho Estadual de Saúde, Conselho estadual da Mulher e agora no Conselho Estadual de Segurança Alimentar. Sempre ativa, firme e ousada continua a luta pela libertação das mulheres camponesas.

esperando para conexão do transporte, o desgaste físico, a saúde, horários à noite, as condições climáticas, a pasta com o material, a sacola de roupa e de alimentos exigem coragem como Nataly¹⁰² reconheceu: “são mulheres guerreiras” e Guto¹⁰³ disse: “são Lutadoras”. No período em que a(o) filha(o) é pequena(o), mais uma sacola, enfim, esse contexto precisa ser considerado e reconhecidas na luta pelos movimentos populares e sociais, sindical, pastorais e outras entidades quando se trata das mulheres camponesas.

A maioria delas ainda não dirige, e, quando dirige raras vezes tem carro disponível para a militância. Esse é outro aspecto que envolve o cotidiano de tantas mulheres militantes. Ainda como disseram as crianças no CEC têm que deixar tudo pronto em casa. Isso influencia na qualidade da militância.

A terceira causa apontada pelas mulheres é *a comunidade*: “A comunidade dá menos oportunidade à mulher do que ao homem. Para a mulher ficam sempre as lideranças e cargos menos importantes.” (MMA(a), [s.d.], p. 6). A mulher, seja na família ou na comunidade ela assume um lugar secundário. Saffoti (2013, p. 263) observou que “[...] nas festas, seu papel consiste em preparar os alimentos, penetrando no salão ou ‘coberto’ apenas para servir aos convidados.” Por mais que houvesse significativos avanços em relação à participação da mulher ainda ocorrem situações em que é dado Elas nas comunidades, trabalhos de limpeza, preparo da alimentação e não de coordenação de uma festa ou a própria coordenação da comunidade.

Maestri (2005) também observou que mesmo nos momentos de festa entre os vizinhos(as) ou na comunidade, as mulheres tinham a responsabilidade do preparo dos alimentos. “Nas festas, preparavam o pinhão, o vinho quente, a pipoca, a batata-doce, enquanto os homens jogavam cartas e conversavam. Os tradicionais jogos coloniais – a bocha, as cartas, etc. – eram atividades masculinas.” (MAESTRI, 2005, p. 84). Situações semelhantes a essas podem ser encontradas no texto de Silva (2002, p. 41), em que o autor ressalta as restrições das atividades de lazer para mulheres.

Mesmo com dupla/tripla, jornada de trabalho, elas organizam “[...] o tempo para participar das festas do padroeiro, fazendo bordados e desenhos. Além disso, dançam forró em tempos de festas de casamentos, São João e batizado.” (SILVA, 2002, p. 41). Observou que essas

¹⁰² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁰³ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

atividades lúdicas estão mais relacionadas à religião católica, porque as mulheres que seguem a religião evangélica não se fazem presentes.

As crianças do CEC revelaram que encontram na comunidade espaço para o lúdico e como são ativas já assumem responsabilidades. Maikeli¹⁰⁴ disse: “sou líder das crianças [...] tenho compromisso”. Davi Luís¹⁰⁵ contou que era um personagem na encenação de Natal e que ele e João Vitor¹⁰⁶ estavam contribuindo na organização do presépio. “A gente também ajuda a ler na liturgia. Depois a gente tem aonde brinca.” Nataly¹⁰⁷ disse: “[...] gosto de morar na roça porque parece que na cidade não têm aonde brincar. Tem mais carro e coisa e lá no interior a gente tem bastante lugar pra brincar e também na comunidade a gente ajuda fazer os encontros e ajuda na comunidade.” E Camyli¹⁰⁸ disse: “Eu ajudo na comunidade. Quando tem festa, no outro dia a gente vai lá ajudar limpar lá. Também ajudo na liturgia, faço as preces. A mãe é ministra da comunidade.” A comunidade é para as crianças um lugar também de encontro e socialização com outras crianças. No interior, na maioria das vezes, a criança se relaciona com adultos, daí a comunidade adquire um lugar de destaque em suas vidas e nela atuam como sujeito.

Arenhart (2007) destaca que a forma das crianças expressarem e compreenderem o real é diferente do adulto. “Se os adultos realizam uma ação pensando nas suas causas e consequências, as crianças, por sua vez, estão mais motivadas pela satisfação imediata que a ação possibilita.” (ARENHART, 2007, p. 115). Os momentos comunitários celebrações, encontros e festas possibilitam que as crianças a vivenciar a criatividade, a imaginação, o lúdico, a socialização, a participação.

Muitas mulheres ocupam seu tempo lúdico para ir à igreja e aos finais de semana frequentar a missa. Ao contrário, os homens “[...] além de beberem muito, tem a liberdade de se divertir e dançar forró com outras mulheres em outros engenhos e cidades” (SILVA, 2002, p. 41). Ao lançar o olhar para o lazer no campo na região oeste de Santa Catarina, não há dúvidas que houve mudanças. Nas comunidades ou entre os amigos(as) sempre ou semanalmente, quando se reúnem tem jogos de carta, de bochas e futebol, em que os homens casados ou solteiros são o público predominante.

¹⁰⁴ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁰⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁰⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁰⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁰⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

As mulheres casadas estão mais presentes nas festas religiosas, jantares, almoços comunitários e bailes, mas estas atividades acontecem poucas vezes durante o ano. Raras vezes uma mulher vai sozinha às festas, está sempre acompanhada dos filhos(as), marido, pai ou outro membro da família. Há certa semelhança com as condições de lazer para as jovens camponesas pesquisadas por Gaspareto (2009, p. 71), o lazer: “[...] se restringem a visitar as amigas, se reunir na comunidade, participar das festas [...]. O mais comum é o rapaz ter moto, e as jovens ‘ficar em casa’.” Outra disse: “Os rapazes, [...], sempre têm o dinheirinho deles, as moças é muito difícil. Parece que a gente não precisa.” (GASPARETO, 2009, p. 71).

A verdade é que ainda hoje, nos finais de semana, acerca das atividades de lazer para muitas mulheres camponesas, o máximo que fazem é participar da celebração religiosa, assistem ao jogo de futebol, conversam com as amigas, enquanto isso cuidam das crianças ou visitam doentes. Silva (2002, p. 42) constatou que as meninas e mulheres adultas enfrentam maiores restrições “para o usufruto do lúdico”. Também devem ser as primeiras a voltarem cedo para casa, para tomar conta do trato dos animais porque os homens/pai e os filhos/jovens chegam bem mais tarde, ou à noite em casa. Nesse aspecto, Silva (2002) identificou que os homens têm mais possibilidades de sair, tomar uma “cervejinha”, jogar futebol.

A quarta causa trata sobre: *A tradição e a educação*: “[...] existe toda uma educação de que a mulher é para a cozinha, é para cuidar das crianças. A dominação do homem na família é um costume antigo.” (MMA(a), [s.d.], p. 7). O que também foi dito por Saffioti (2013, p. 264): “[...] a família no meio rural brasileiro conserva, pois, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial.” As mulheres precisam dar-se conta, ou tomar consciência, de seu cotidiano, de sua situação-limite e construir outras possibilidades (FREIRE, 2014).

Até o momento em que essas questões não são percebidas, encontram-se encobertas pelo contexto em que vivem “[...] como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outra alternativa senão adaptar-se.” (FREIRE, 2014, p. 130). Daí a necessidade das mulheres se encontrarem, serem motivadas a participar dos processos formativos, a participar da luta para tomar consciência das manifestações do sistema patriarcal e capitalista a que estão submetidas e se decidirem para construir sua libertação que também é coletiva.

Para Freire (2014), tomar consciência das situações limites é ser capaz de identificar direta ou indiretamente “a quem ‘servem’ e aqueles, a quem ‘negam’ e ‘freiam’” sua libertação. Isso ocorre por atitude de resistência pessoal que pode ser fortalecida pelo diálogo e participação

coletiva, em que essas fronteiras entre o ser e o nada, já não são mais vista como limites que não podem ser ultrapassados, mas como uma fronteira que precisa ser rompida para o “ser mais”. Está implícita o ‘inédito viável’, isto é, o despertar da mulher exige pensar seu agir traçando estratégias de superação” (FREIRE, 2014, p. 130).

A quinta causa identificada é *o sistema da sociedade*, que “[...] valoriza pouco a mulher, como também não valoriza os trabalhadores. Os grandes (capitalistas) não querem que os trabalhadores se organizam e muito menos que a mulher se organize e conheça seus direitos” (MMA(a), [s.d.], p. 7). Dão-se conta que há outros problemas que interferem em sua vida que é a exploração do trabalho enquanto classe trabalhadora.

Para as mulheres camponesas se libertarem, precisam romper com estas tramas de opressões e explorações que se cruzam. “Muitas não tem um companheiro e sim um homem que manda, oprime e explora a mulher e sua capacidade de trabalho. Quantas que sofrem com a violência por não ter condições de dar aos filhos um estudo digno.” (MENDES, CIMA, GASPARETO, [s.d.], p. 6). Ou como disse Marilize Beatriz¹⁰⁹: “Eu era uma pessoa que estava sempre presa, em casa, amarrada ao marido, aos afazeres de casa. Criar este desafio dentro de si mesma e dizer não! Eu sou capaz! De sair de casa! De criar o Movimento. De buscar uma vida diferente pra mim.” Sua participação no MMC e as oportunidades de formação para liderar um grupo na comunidade e no município contribuíram para Marilize Beatriz¹¹⁰ dizer: “Sou capaz. Sou agora do Movimento.”

A trajetória de Marilize Beatriz é reveladora do quanto a militância no MMC pode contribuir para as mulheres se libertarem. Ela narrou uma fase de sua vida, revelando as representações de uma educação de servidora, obediente ao pai e depois ao marido. Reconheceu-se como mulher submissa, presa à casa, trabalhadora desde a infância e continuou depois do casamento. Era assim educada. Saffioti (2013, p. 63) explica que “[...] a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento”. Este, como se fosse um fim último, a única razão de existir da mulher. Isto também foi constatado por Paulilo (2016, p. 266).

Marilize Beatriz consegue ultrapassar tais condicionamentos, que, como disse Saffioti (2013, p. 63), “[...] dada à incapacidade civil, levava uma existência dependente de seus maridos”. Principalmente entre

¹⁰⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹¹⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

a classe trabalhadora “a obediência da mulher ao marido era uma norma ditada pela tradição” (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

No processo formativo do MMC, muito se investiu no estudo relacionado à identidade da mulher da roça, seu valor, suas capacidades. A mulher da roça não tinha nem nome e determinadas situações, às vezes, ainda se repetem. Não foi uma única vez que durante os encontros as mulheres compartilharam situações reveladoras dessa condição. Adélia, Marilize Beatriz, Nega contaram que, participando do processo formativo e das lutas no MMC sobre identidade da mulher agricultora, começaram a ver as opressões.

Nega¹¹¹ contou: “[...] a mulher assim fazia parte da família, mas não era família no caso. Ela não tinha vez, não tinha identidade própria [...] Desde no comércio era o homem que assinava pra mulher. Isso fazia parte da família”. Renk (2001, p. 219) observou que: “[...] no tocante a identidade feminina, a mulher era sempre representada como esposa ou filha de alguém”.

No Movimento, quando esse assunto entra em pauta, muitas vezes ouvi das mulheres a expressão: “A mulher não era ninguém”! Isso explica por que as mulheres foram ensinadas a ocultar os conflitos e não a enfrentá-los. Suportar o sofrimento e não dialogar sobre. Esconder a violência e tantas outras situações. Porém, com as possibilidades de participação em processos formativos no MMC ou em conjunto com outras entidades que somam na luta pela libertação, essas mulheres se descobrem como gente que tem direitos e aos poucos criam condições subjetivas e objetivas e começam a reagir com consciência de sua autolibertação e, ao mesmo tempo, a importância da luta coletiva.

Essas experiências pessoais, quando socializadas no coletivo, transformam-se em força propulsora de outras iniciativas. Nesse processo, foram percebendo a influência do papel da educação na formação das pessoas e refletem sobre como foram educadas e como educam as crianças. Citam como exemplo: “[...] para os meninos damos brinquedos de competição: bola, carrinho, que são feitos para disputar, para ganhar e é feio perder. Então os homens disputam o poder e lidam com isso desde a infância” (MMA/SC, 1997, p. 9). Ao contrário, as meninas são educadas para serem dóceis, carinhosas, cuidar e servir. Recebem brinquedos, como: bonecas, casinhas, panelas, fogão e outros, relacionados aos trabalhos domésticos e do cuidado.

Saffioti (2013, p. 246) explicita: à “[...] menina negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até mesmo levantar a voz na

¹¹¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a menina respondona ou saliente; adoravam-se as acanhadas, de ar humilde”. Essa representação da autora por vezes se revela em situações para justificar as diversas expressões da violência. No processo de formação e lutas no MMC, as mulheres camponesas foram identificando as diferentes formas de violência impostas pelo sistema patriarcal. Nos últimos tempos as mulheres camponesas se sentem mais encorajadas e conseguem falar sobre a violência que por séculos ficou escondida.

Muitas mulheres precisam lidar diariamente com diferentes formas de violência: física¹¹², sexual¹¹³, psicológica¹¹⁴, patrimonial e econômica¹¹⁵ e moral (MMC(a), [s.d.]). São situações complexas, históricas, que, para cada mulher, configuram-se de uma forma no seu contexto real, histórico, cultural, situações de violência que não são naturais e que podem ser transformadas. É verdadeira a música de Antônio Gringo (MMC, 1997, p. 24) que diz: “Essa mulher não nasceu com essa sina!” Isso é construção social! Portanto, o caminho da luta é sua desconstrução e uma nova elaboração.

As crianças¹¹⁶ no CEC mostraram, em suas representações, como a violência do patriarcalismo se concretiza. Disseram: “tem homem casado que tem amante [...] que vai com outra mulher”; porque “às vezes os homens... maltratam as mulheres”. E perguntado: Será porque os homens maltratam as mulheres? Como? As crianças se pronunciaram: “batendo”; “matando”. Mostraram o motivo: “Porque não gosta mais da mulher”. “Tem homem que faz assim. Eles quebram alguma coisa. Daí eles pegam alguma coisa afiada tipo e cortam elas. Jogam elas, colocam o travesseiro..., tudo assim.” Essas expressões são reais e muitas vezes

¹¹² “São agressões físicas que começam com tapas e puxões de cabelo e acabam em espancamento e muitas vezes até a morte.” (MMC(a), Folder *Mulheres Camponesas rompendo o silêncio e lutando contra a violência*. [s.d.]).

¹¹³ “Quando a mulher é obrigada através do uso da força ou ameaças, a manter relações sexuais contra sua vontade” isto pode ocorrer com o próprio marido, ou outros homens que a mulher possuiem confiança como pai, irmãos, padrasto, namorados, amigos, ou outros revelando que a mulher não tem direito de decidir sobre seu corpo e ao prazer (cf. MMC(a), Folder *Mulheres Camponesas rompendo o silêncio e lutando contra a violência*. [s.d.]).

¹¹⁴ “Manifesta-se pela imposição do medo”. [...] é o sentimento de humilhação, ou quando é comparada com outra, ameaçada, impedida de sair de casa, de participar, de cultivar amizades (cf. MMC(a), Folder *Mulheres Camponesas rompendo o silêncio e lutando contra a violência*. [s.d.]).

¹¹⁵ Caracteriza-se pela falta de autonomia econômica. Não poder opinar nos negócios aquisição ou venda de qualquer bem pertencente à família, na desigualdade entre irmãs(os) na partilha da herança, na destruição de documentos e objetos de uso pessoal (cf. MMC(a), Folder *Mulheres Camponesas na luta contra a violência*. [s.d.]).

¹¹⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

compartilhadas pelas mulheres durante os encontros. Essa é uma luta permanente na vida do Movimento.

Saffioti (2015, p. 118) relata: “[...] há mulheres que jamais teriam sofrido violência física ou sexual, tiveram suas roupas ou seus objetos de maquiagem ou seus documentos rasgados, cortados, inutilizados”. Atitudes como essas agredem, machucam, doem, criam marcas profundas e, muitas vezes, são frequentes no cotidiano de muitas mulheres. Situações que foram por muito tempo, ou são, silenciadas em nome da moral, dos bons costumes, do casamento, da família, dos filhos(as) e outras razões que justificam suportar tal condição.

Se há quem silencia é porque tem quem fala mais alto ou não deixa falar. Nesses termos, a autora mostra que há “[...] o(s) dominador(es) e o(s) dominado(s). O(s) primeiros não elimina(m) o(s) segundo(s), nem pode ser este seu intento. Para continuar dominando, deve(m) preservar seu(s) subordinado(s).” Daí o lema muitas vezes repetido entre as mulheres do MMC, “a libertação da mulher é obra da própria mulher” (MMC/SC, 2016, p. 21). Naturalizou-se, ou há um “[...] consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 79) e, conseqüentemente, a vida das crianças. A luta da mulher para se libertar implica na mudança de atitude do homem.

Nas representações, as crianças revelaram subversão e indignação quando o assunto foi as formas de violência contra a mulher. Nataly¹¹⁷ afirmou: “Ele é covarde” e em seguida um grupo confirmou: “é covarde”. Expressando repúdio à violência. Havia crianças que ficaram pensando, parecia não estarem convencidas de que essas atitudes de violência acontecem. E aí outras crianças¹¹⁸ tomaram a palavra e disseram que é o homem que age com violência: “é homem mesmo, namorado” e Guto¹¹⁹ explicou: “[...] tem países que se a mulher não respeitar o homem, quando casada, o homem pode matar ela. Eles matam.” E Heitor¹²⁰ disse mais: “Existe um programa na TV, assim, que a mulher quando ela se machuca por causa do marido, tipo ele, corta ela, faz ela sangrar coisa assim”. [...] daí a mulher vai lá, liga lá e diz que não foi o marido. Diz que escorregou no tapete, caiu da escada”.

¹¹⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹¹⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹¹⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹²⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

As crianças estão se referindo à violência física como se a mulher, por algum motivo, não se sente capaz de encarar a vida, enfrentar as adversidades, sente-se insegura, ou porque enfrenta outros perigos, por isso, suporta a violência. Foi quando Heitor¹²¹ explicou que as mulheres agem assim porque: “Elas não querem falar a verdade porque o marido pode fazer coisa pior.”

Saffioti (2015, p. 65), ao analisar as relações de maus-tratos, observou que “[...] quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para o homem. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade”. A reação de Nataly¹²² foi imediata: “Eu matava meu marido” e Larissa¹²³ participou da conversa decidida: “Eu deixava preso”. E revelou estratégia de enfrentamento da violência: “Sabia o que eu ia fazer se um amigo fizesse qualquer coisa comigo? Eu ia dizer, tipo, ia no mercado, buscar minha criança na escola. E daí eu ia na polícia. Nataly¹²⁴ disse: “Por que ter medo de falar se está sofrendo?” Isso indica a recusa de viver relações de dor, de violência, de dominação. As crianças também enfrentam a cultura do silêncio dos quais por medo, vergonha, insegurança, submetem-se. Essa Problemática, não será possível a abordar nesta pesquisa, mas que igualmente é grave e preocupante.

É evidente que, nas representações, das crianças ainda não conseguem compreender a complexidade de quem se encontra numa situação de violência. Ali também se manifestam as diferentes faces da resistência. Negar o acontecido pode significar uma forma, uma estratégia de resistir a essa situação. O bonito nesta pesquisa é encontrar, nas vozes das crianças, sinais de contestação, um olhar crítico sobre as formas de violência contra a mulher, ao mesmo tempo, uma abertura para o novo que se deseja construir.

De acordo com Saffioti (2015, p. 79), “as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente”. Há todo um contexto que precisa ser considerado, além disso, uma agressão física consequentemente vem acompanhada de outras agressões. Aproximando essa reflexão com Freire (2014), uma relação opressora é uma relação de violência. Os que imprimem a violência são: os opressores, os desamados, os violentos, os tiranos, os que odeiam, os que negam a humanidade, os “fortes”, os hipócritas que dominam e se beneficiam com a violência.

¹²¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹²² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹²³ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹²⁴ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

“Agora quando os que sofrem violência se rebelam são chamados(as) pelos opressores de “bárbara(os)”, “selvagens”, “subversivas(os)” “malvadas(os)”, “quando reagem à violência dos opressores” (FREIRE, 2014, p. 59).

Não há uma fórmula ou receita para resolver e superar a violência. Há caminhos a serem construídos que se fazem dialeticamente. Quando as mulheres decidem lutar para “ser mais”, ao retirar do homem “[...] o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido pelo uso da opressão [...]” (FREIRE, 2014, p. 59), libertando-se.

Para construir a família que queremos e nossa cidadania, precisamos nos desafiar a planejar a vida familiar como instrumento capaz de mudar as relações de discriminação e dominação da mulher na família e promover um jeito novo de agir. Assim como planejamos nossos filhos, vamos juntos planejar a vida como um todo, no ambiente familiar: as relações, os filhos, a propriedade, a economia, a divisão de tarefas, a participação nas lutas sociais, na vida comunitária. (MMTR-RS, [s.d.], p. 6).

Saffioti (2015, p. 79) ainda mostra que “[...] a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como os pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência”. Há um modelo de educação e uma pedagogia dominadora que na sua essência reafirma a ideia de submissão de uns e de superposição de outros. Essa pedagogia pode ser lida em Freire (2014) quando discute as consequências de uma *educação bancária*.¹²⁵

¹²⁵ Freire (2014, p. 82): “Na educação ‘bancária’ que estamos criticando, para qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da ‘cultura do silêncio’ a ‘educação’ ‘bancária’ mantém e estimula a contradição”. Transcreverei a síntese sobre educação bancária, em Freire.

- a) O educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
- b) O educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
- c) O educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) O educador é o que diz a palavra; os educandos os que escutam docilmente;
- e) O educador é que disciplina; os educandos, os disciplinados;
- f) O educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição;
- g) O educador é o que tua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador;
- h) O educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele;

As formas que as crianças apontaram para resolver o problema são as mais diversas e também refletem as soluções da sociedade, que não é a proposta do MMC. Por isso mesmo que o trabalho da educação política libertadora no MMC adquire grande importância e parte da compreensão de que o sistema patriarcal se sustenta e se reproduz sob quatro pilares: “[...] dependência econômica das mulheres; o não direito de decidir sobre seu corpo; a pouca participação nos espaços de decisão e a violência” (MMC/SC(a), 2008, p. 34 e 35). As ações pensadas pelo Movimento têm por objetivo provocar as mulheres para irem se descobrindo, engajar-se na luta contra a violência. Um desses exemplos foi a mobilização no dia internacional das mulheres lutadoras, no dia 8 de março de 2016.

As figuras 36 e 37 mostram a Anita no caminhão do som, de chapéu, vestindo camiseta do Movimento, ao lado de sua mãe Ana Elza, militante e dirigente do MMC, que cumpre o papel de animadora na mobilização no 8 de março de 2016. O tema da jornada de luta era: “Mulheres trabalhadoras na luta por direitos e vida digna” (MMC/SC, 2016), e, na pauta de luta central unitária dos movimentos do campo, três pontos: a luta pela garantia da previdência pública universal e solidária; a denúncia da violência praticada contra as mulheres e o cumprimento da Lei Maria da Penha; e a liberação dos recursos para os projetos de habitação rural (MMC/SC, 2016).

Figura 36 – Mobilização no Dia Internacional da Mulher pelo fim da violência contra a mulher. Chapecó/SC, 8 de março de 2016



Foto: Registro da autora.

- i) O educador identifica a autoridade do saber com a autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele;
- j) O educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos (FREIRE, 2014, p. 82-82).

Figura 37 – Mobilização no Dia Internacional da Mulher pelo fim da violência contra a mulher. Chapecó/SC, 8 de março de 2016



Fonte: Acervo do MMC/SC.

No ato de denúncia da violência contra as mulheres em frente à Delegacia Regional de Chapecó/SC, as mulheres levaram cruzes nas quais estavam os nomes das mulheres assassinadas na região de Chapecó. Também o gesto e a simbologia quer chamar atenção da sociedade das autoridades e da sociedade em geral para esse problema social. As crianças que estavam com suas mães viram a simbologia, ouviram os nomes das mulheres e compreenderam que não podemos ficar indiferentes, nem permitir ou aceitar caladas as violências contra as mulheres.

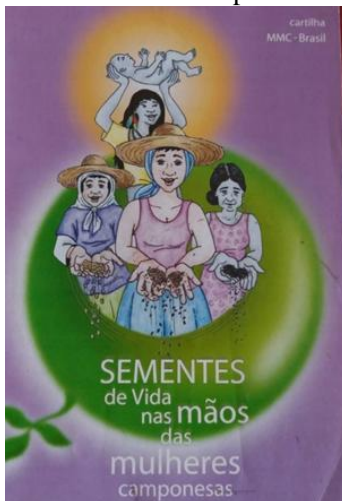
Há evidências de que o processo formativo e as práticas educativas no MMC têm contribuído para que as mulheres e a geração mais jovem cresçam com outra compreensão do ser mulher, do casamento, da sexualidade, da afetividade e demais temáticas relativas à vida das mulheres camponesas. As crianças sinalizaram a capacidade de encarar o debate, de não se submeter e buscar saídas em face às manifestações do patriarcalismo. Há entre as mulheres e crianças camponesas sinais de resistências, enfrentamento, rupturas, libertações.

3.3 UM DESAFIO: SER MULHER, MILITANTE E MÃE EM DIÁLOGO COM AS CRIANÇAS

*E assim a luta prossegue, em sua incansável marcha:
com raízes profundas no passado, tecendo novas
caras no presente, projetando no futuro
a utopia de um tempo em que seremos felizes,
iguais em oportunidades e direitos, vivendo
com alegria nossas diferenças. Sem sermos*

*penalizadas por gestarmos, parirmos,
amamentarmos o filhote humano.
Em nome de nossa teimosia uma sociedade
justa será conquistada. Viva a igualdade!*
(ANMTR, 1997, p. 1).

Figura 38 – MMC – Brasil. Capa da cartilha ([s.d.])



Fonte: Acervo do MMC/SC.

O documento iconográfico supraexposto é capa da cartilha que traz cinco encontros para estudo nos grupos de base sobre as sementes, cujo título é “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”. Entre as sementes, uma criança revelando a concepção de que os seres humanos também são sementes. Uma provocação para repensar as relações com os seres vivos buscando outra perspectiva de pensar a ação humana na natureza. Sementes essenciais para a continuidade de todas as espécies de vida.

Sugere uma inter-relação, ou uma relação de complementaridade, uma consciência de que somos parte desse universo. Sementes e crianças são vidas que projetam o futuro com relações de igualdade na diferença, na alegria de viver, na luta e no sonho de que

“outro mundo é possível¹²⁶”. No CEC, Heitor¹²⁷ disse que “as sementes significam paz e mais um monte de coisa, alegria”.

Tanto o desenho que expressa o pensar das mulheres quanto as crianças representaram as sementes crioulas como fonte de vida e ao preservá-las resistem e, denunciam a dominação e apropriação das sementes pelo capital, que as tornam mercadorias em vista do lucro. Há em curso um processo de espoliação do capital sobre os camponeses e as camponesas no mundo, de controle da alimentação utilizando a ciência, a técnica para fazer sementes transgênicas¹²⁸ ou a engenharia genética¹²⁹ para acumular mais riquezas em detrimento da biodiversidade, da extinção de espécies, da fome e exploração do trabalho.

Para Betto (2003, p. 46), “[...] se a semente é negada, é a própria vida que fica inviabilizada para a grande parcela da população. Predominam as mortes precoces, [...]. Negar as sementes é sonegar a vida”. As sementes crioulas representam vida para as mulheres e também para as crianças como afirmou Heitor. A luta das sementes crioulas se constitui em denúncia permanente de que a terra, a biodiversidade, os povos, as mulheres, as crianças, os camponeses são maltratadas(os), envenenadas(os) e penalizadas(os) pelas grandes corporações da engenharia genética. Mas as sementes crioulas são também anúncio de que a terra, a biodiversidade e mulheres, crianças e camponeses conscientes podem criar condições de gerar, parir a vida e alimentar não só o filhote humano, mas todos os seres vivos (ANMTR, 1997).

Boff (2006), ao dirigir-se às(os) camponesas(es), reconhece neles ações que preservam e cuidam das sementes. Os poderosos e os grandes

¹²⁶ Lema do Fórum Social Mundial, lançado em 2001 em Porto Alegre (RS).

¹²⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹²⁸ “As sementes transgênicas têm sido fabricadas tão-somente para o monocultivo de vocação empresarial, de características diferentes daquelas da pequena agricultura, que é a praticada pela maior parte de pessoas do campo no mundo inteiro, modelo associado, por sua vez, a um modo de vida: o camponês.” (LEÓN, 2003, p. 210). Muitos(as) camponeses(as) estão sendo expulsos(as) de suas terras, roubaram suas sementes, seus modos de vida para implantar o monocultivo de sementes transgênicas destruidoras da biodiversidade local tanto animal, vegetal e mineral.

¹²⁹ Para Mittal e Rosset (2003, p. 176): “A engenharia genética dos alimentos e da agricultura se iniciou devido aos mesmos interesses que promoveram a afluência da agricultura baseada em químicos. As grandes empresas de agrotóxicos líderes das décadas anteriores – Monsanto, Ciba-Geigy, Hoechst e outras – compraram a maioria das empresas de sementes no mundo [...] Elas usam frequentemente a engenharia genética pra transformar sementes em sistemas de transmissão de produtos – como o caso dos grãos que toleram apenas marcas de herbicidas com direitos de propriedade ou que contenham seu próprio inseticida. [...] Na realidade, baseada como é nos mesmos velhos princípios da agricultura industrial – monocultura, tecnologia e controle corporativo – a engenharia genética provavelmente apenas aumentará os problemas de devastação ecológica e social.” (MITTAL; ROSSET, 2003, p. 176-177).

grupos econômicos submeteram e escravizaram aquilo que é bem comum. Primeiro transformaram o trabalho em mercadoria, vendendo-o por salário; depois as terras foram tomadas, dominadas e vendidas agora as sementes, os alimentos estão sendo manipulados e transformados em mercadorias (BOFF, 2006).

Para o autor, o trabalho das mulheres, homens e crianças camponesas(es) de recuperar e preservar as sementes crioulas, herança milenar, é contribuir com o processo de regeneração da natureza. O autor mostra que essa é uma missão messiânica, salvadora da terra. “Vocês têm que se entender como filhas e filhos queridos da mãe terra.” (BOFF, 2006 [s/p.]). Disse também que a continuidade da vida passa pela capacidade do ser humano se reencontrar como parte da natureza.

Alimentar os sonhos é exercitar a capacidade de olhar no horizonte e ter os pés no chão. Para Freire (1997, p. 91), “[...] sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens”. Assim, o MMC encontra na pedagogia da Educação Popular alicerce para os processos formativos sustentarem a organização e as lutas pela construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica (MMC – Brasil, 2008).

Ser mulher/mãe/militante compreendendo-se como parte do ambiente implica em problematizar as concepções de educação. As mulheres percebem que há necessidade “de mudança na relação entre homem e mulher e na educação de nossos filhos” (MMA/SC(d), [s.d., s.p.]). Fazem esse debate nos grupos de base e provocam as mulheres a conversar com a família a partir das questões: “Como estamos educando nossos filhos? Os meninos ajudam em casa? Como as meninas ajudam na roça? E nas diversões. Quem recebe mais dinheiro os rapazes ou as moças? Quem tem que chegar em casa primeiro?” (MMA/SC(d), [s.d., s.p.]).

Esses questionamentos revelam, por um lado, a pedagogia do processo formativo e prática educativa que a partir das vivências, provocam a reflexão e, conseqüentemente, ações que surgem do diálogo e, por outro lado, mesmo que não esteja explícito, apontam para aquilo que Saffioti (2015, p. 124) reflete: “[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” Em relação ao lazer, as mulheres mencionaram o dinheiro, a quantidade de tempo para o lúdico. Silva (2002, p. 43), ao analisar a diferença entre meninas e meninos sobre

[...] o usufruto do tempo lúdico, identificou que as meninas carregam nas costas o peso dos condicionantes e constrangimentos históricos e culturais de gênero (preconceitos, assédio, violência sexual, prostituição, violência física/maus tratos) e as opressões de classe. Tal condição torna-as alienadas e excluídas duplamente: no trabalho e no *tempo* de lazer que, por conseguinte, não é *livre*. (SILVA, 2002, p. 43, grifos do autor).

Essas questões representam a educação e como são tratadas a filha mulher e o filho homem na família. Começam a identificar a necessidade de refletir sobre hábitos costumes que pela educação patriarcal, são transmitidos às novas gerações e necessitam ser repensadas.

Kroth (1999, p. 85) mostra que o processo de luta das mulheres camponesas levou-as a construir outra identidade: “[...] são capazes de reunir os papéis de mãe, esposa, trabalhadora e cidadã” Só que, em face essa condição, frente a essa condição aparecem outros conflitos e desafios, como a educação das(os) filhas(os). Surge o debate sobre a divisão do trabalho doméstico desafiando os filhos homens, o pai ou o marido a se envolverem e assumirem os trabalhos da casa (KROTH, 1999, p. 85). Houve aqueles que avançaram, outros estão a caminho e ainda há aqueles continuam reproduzindo o patriarcalismo.

Outra questão em debate que revela o poder do patriarcalismo na relação familiar é a posse, controle e aplicação do dinheiro. Gaspareto (2009) constatou, entre as jovens camponesas, que o dinheiro era controlado pelo pai. Mesmo em situações em que a mulher e o homem dialogassem sobre a renda, “o dinheiro fica na carteira do pai” (GASPARETO, 2009, p. 75). Quando a família tem algum dinheiro para o lazer, sempre o filho homem recebe mais dinheiro que a filha mulher. Mas nem sempre isso ocorre. Muitas vezes a filha ou mesmo a mulher até vai à festa, mas não tem dinheiro consigo. Dependem do pai, marido ou irmão. Essa é uma tradição, um costume revelador da dependência das mulheres independentemente da idade (GASPARETO, 2009).

A partir da reflexão de gênero, Cisne (2012, p. 89) mostra a necessidade de problematizar a cultura e a sociedade, pois são construções sociais e que precisam ser compreendidas na perspectiva histórica. Isso porque toda a ação humana tem uma intencionalidade, consciente ou alienada. A autora entende que a cultura “[...] é determinada nas e pelas relações sociais, não de forma linear, homogênea ou fragmentada em exacerbações de diferenças, mas dentro das contradições

que determinam a produção e reprodução desta sociedade.” (CISNE, 2012, p. 89).

De modo geral, as mulheres camponesas foram educadas a não lidarem com o dinheiro. Na luta cotidiana do MMC, percebo o esforço de superação entre as mulheres ao organizar e administrar as finanças do Movimento. Elas são criativas em construir diferentes possibilidades para arrecadar recursos financeiros com o objetivo de garantir as despesas dos momentos de formação e lutas.

Em outra cartilha do Movimento, cujo tema é: “Mulher, organização e trabalho” (MMA/SC(b), [s.d.], p. 6), registra as dificuldades que as mulheres encontravam para participarem do Movimento e destacaram: “não tem onde deixar os filhos”. Como já mencionei, se não há solidariedade na família para atender os filhos(as), a mulher pode ter vontade de participar e às vezes, não o faz devido à falta de condições concretas, como o cuidado dos(as) filhos(as). Por esse motivo, nas atividades do MMC sempre há um espaço para as crianças que acompanham suas mães.

Na concentração de comemoração dos 30 anos do MMC, Finato, Oldiges e Piovezana (2015) observaram que as representações do cotidiano das mulheres camponesas e do Movimento foram pedagogicamente organizadas na ornamentação de forma que cada espaço expressava seu viver. “Tudo foi articulado com as artimanhas do dia-a-dia vivenciado pelas camponesas, ou seja, através dos murais expostos ao redor do pavilhão, foi possível compreender a rotina e os fazeres dessas mulheres.” (FINATO; OLDIGES; PIOVEZANA, 2015, p. 47).

Para o MMC, tudo o que se faz tem uma intencionalidade na perspectiva da educação popular. Por exemplo, a ornamentação dos espaços onde se desenvolve a atividade tem por objetivo representar o debate a ser realizado, desde o cotidiano de trabalho na família à luta militante. Os autores ressaltaram os diferentes espaços. A plenária para estudo e debate dos desafios do Movimento para as próximas décadas, a III Feira da Biodiversidade, a cozinha, espaços para as crianças, entre outros.

Espaços lúdicos com uma variedade de atividades foram organizados com o objetivo de manter as crianças ocupadas para que as mulheres/mães pudessem realizar as atividades propostas pelo movimento. Desta maneira organizaram-se dois grupos levando em consideração a diferença de idade. Num ambiente preparado com colchões, brinquedos, peças para montar e fraldário ficavam

crianças de 0 a 3 anos sob a responsabilidade de duas monitoras. Em outro espaço preparado para as crianças maiores de 3 anos havia uma cama elástica e uma variedade de brinquedos disponibilizados pelo Serviço Social do Comércio (SESC) de Xanxerê. (FINATO; OLDIGES; PIOVEZANA, 2015, p. 48).

O MMC, no decorrer de sua história, sempre buscou diferentes formas para atender as crianças que vêm com suas mães para as atividades do Movimento. Ainda na concentração dos 30 anos de MMC/SC, as crianças participaram junto com as mulheres, mães e avós militantes da mística que teve por objetivo recuperar a história de luta das mulheres camponesas.

Figura 39 – Mística dos de abertura da concentração 30 anos de MMC/SC, Xanxerê/SC, 2013



Fonte: Acervo do MMC.

A direção do Movimento tem uma preocupação de organizar atividades concomitantes com as crianças enquanto suas mães participam da programação do Movimento. Às vezes, durante as atividades, há momentos em que as crianças participam junto com as mulheres. Nas ações que envolvem maior público, faz parte da pedagogia do MMC buscar parcerias com entidades, universidades como a brinquedoteca da Unochapecó, secretaria de Educação dos municípios e outros para bem atender as crianças.

Por outro lado, essa questão das crianças acompanharem suas mães na militância pode apresentar diferentes interpretações. Como já mencionei, se a mãe amamenta, precisa levar a criança consigo. Se a criança for maior, há uma série de fatores que influenciam, como o lugar onde reside, o trabalho que precisa ser realizado na produção, se tem outras pessoas que podem atender a criança, ou a falta de companheirismo por parte do marido, e também elas acompanham as mães porque querem

participar, encontrar-se e brincar. Enfim, é todo um contexto que precisa ser considerado.

Finato; Oldiges; Piovezana (2015, p. 49) observaram: “[...] mesmo que o cuidado não seja compromisso único da mulher, percebe-se que as militantes estão acostumadas a sair e levar seus filhos junto, como se fosse natural que o cuidar dos filhos seja obrigação e responsabilidade feminina” Para cada mulher, há uma experiência, portanto, uma construção permanente. O MMC tem se preocupado em receber as crianças e articular uma mulher para atendê-las. No CEC, as crianças revelaram que o Centro de Formação Maria Rosa é um lugar acolhedor e que elas gostam de participar com a mãe ou avó. Eloisa¹³⁰ expressou: “no Movimento, a *Salete*¹³¹ cuida da gente”, revela que se sente segura, bem “cuidada”, “amada”, mesmo não sendo um espaço específico para as crianças.

No espaço externo ao centro de formação, há balanços, escorregador, grama para as crianças vivenciarem o lúdico. Disseram no CEC que gostam de brincar de esconde-esconde, pega-pega, voleibol, caçador, casinha, balanço, pular corda, cantigas de roda, de fazer reunião, de escola, trava língua, adivinha, músicas, pergunta e respostas, conversam, fazem piquenique e outros. Observei que as brincadeiras expressadas nas representações das crianças são coletivas. Isso também sinaliza para valores, como o diálogo, o respeito, o entendimento, em uma era em que a tecnologia se impõe sobre as crianças e adolescentes.

Figura 40 – Crianças filhas(os) de mães, militantes, brincando no parquinho do Centro de Formação Maria Rosa, Chapecó/SC, 30 e 31 de outubro de 2006



Foto: Noeli Taborda. Arquivo do MMC/SC.

¹³⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹³¹ Refere-se à Maria Salete Risoto. Responsável pela administração e cuidado do Centro de Formação Maria Rosa.

A presença das crianças na militância pode também representar a cultura da vida camponesa que, na visão de Leite (2002, p. 66), “[...] a criança camponesa, brinca e relaciona-se com seus pares ao mesmo tempo em que convive com seus outros papéis e funções dentro da comunidade familiar no cumprimento de suas tarefas”. Assim também quando elas estão com as mulheres militantes se relacionam com a luta. “Ela constrói e vive o hoje, vive a sua história. Ela vive a história de sua família, da sua comunidade, da humanidade e seus brinquedos são ‘um mundo de diálogo simbólico’ entre elas e o povo.” (LEITE, 2002, p. 66).

Assim foi durante o debate sobre a agricultura. As crianças criaram a paródia, cujo fragmento da letra é: “Natureza, água e feijão, bom, bom. Analisando toda a natureza, quanta beleza que enche a nossa mesa. [...] Eu só quero me conscientizar, que d’água devo cuidar.” (INFORMATIVO DO MMA/SC(a), n. 58, 2001 p. 3). Expressa o compromisso do cuidado com a natureza.

Na figura a seguir, cena da mística em que, o formigueiro representa a organização das mulheres.

Figura 41 – VIII Assembleia Estadual: Que agricultura queremos?
Concórdia/SC, 19 a 21 novembro de 2001



Fonte: Arquivo do MMC/SC.

Figura 42 – VIII Assembleia Estadual: Mística, Concórdia/SC, 19 a 21 de novembro de 2001



Fonte: Arquivo do MMC/SC.

Pode-se observar que as crianças interagem com as mulheres, acompanhando a seu modo o debate do Movimento. Perguntei para as crianças o que elas achavam difícil na agricultura e Eloisa¹³² disse: “acho difícil na roça esperar a planta nascer. [...] porque não gosto de ter paciência”. E Rosa¹³³ logo interferiu e disse: “Pra mim o mais difícil é você ter o controle da plantação. [...] Porque você planta uma coisa você tem que saber o dia, o mês, a lua que você pode colher. [...] Você tem que ver que mês dá pra plantar, porque tem mês que dá mais chuva, tem mês que não.”

Em seguida Eloisa¹³⁴ disse que é difícil “ir caminhando até a roça. [...] Ficar naquele sol”. Rosa¹³⁵ ainda acrescentou: “As mães na roça sofrem mais. Quando estraga o alimento que plantaram. Vem vento forte que estraga tudo. Sofre para conseguir aquilo e no final não tem e não produz.”

As representações das crianças são reveladoras da relação de diálogo que estabelecem com suas mães/mulheres, com seus pais e familiares, pois demonstraram como elas conhecem o processo da produção. Sabem que para fazer agricultura precisa conhecimento, planejamento relacionado à espécie que vai cultivar. Sabem dos problemas ambientais que prejudicam o cultivo da produção e que as mães sofrem quando perdem a produção. Confirma-se que a produção de autossustento são trabalhos feitos pelas mulheres e que as crianças acompanham.

¹³² Diário de campo, Quilombo/SC, 23 de janeiro de 2016.

¹³³ Diário de campo, Quilombo/SC, 23 de janeiro de 2016.

¹³⁴ Diário de campo, Quilombo/SC, 23 de janeiro de 2016.

¹³⁵ Diário de campo, Quilombo/SC, 23 de janeiro de 2016.

Essa relação das crianças com a natureza proporciona aprendizados e descobrem o processo de cultivar os próprios alimentos. Precisa esperar o tempo de cada semente se desenvolver e nesse processo tem dificuldades. Nuttall (1999) destaca a importância da relação das crianças com a natureza. “Elas criam conexões e vínculos com o solo e reconquistaram algo a que sempre tiveram direito – brincar em contato com a natureza. [...] apoderam-se de novas e melhores maneiras de aprender.” (NUTTALL, 1999, p. 6).

Outro momento que mostra as crianças e sua relação com as mães/militantes foi no II congresso do MMA/SC, cujo lema era “Nenhuma mulher agricultora sem estudar”. Aprofundaram e debateram os porquês que as mulheres não estudaram e sua importância para o desenvolvimento pessoal e social. Constataram que o desejo de estudar interrompido na infância é um direito e uma dívida da sociedade e do Estado com os povos do campo em especial com as mulheres camponesas.

As figuras a seguir mostram as crianças preparando uma tenda e em torno dela realizaram o compromisso final do congresso. As crianças falaram para suas mães. “Mãe, mães estamos felizes vendo vocês estudar. Minha mãe. Nossas mães, vocês tem direito ao estudo. Vamos lutar junto com vocês. Conte conosco.” As mães disseram: “Filhas e filhos amados. Queremos estudar para intervir, participar, falar e se relacionar melhor. A educação é direito de todas. Vamos assumir juntos essa luta!” (MMA/SC(a), 1998, s/p). O registro no relatório mostra que as crianças vivenciam, sonham junto com suas mães com a possibilidade de estudar: “Nenhuma mulher agricultora sem estudar”.

Figura 43 – II Congresso do MMC/SC: “Nenhuma mulher agricultora sem estudar”. Chapecó/SC, 16 e 17 setembro de 1998, Recanto Infantil.



Fonte: Arquivo do MMC/SC.

Figura 44 – II Congresso do MMC/SC: “Nenhuma mulher agricultora sem estudar”, Chapecó/SC, 16 e 17 setembro de 1998. Mística de compromisso com a luta pelo direito de estudar.



Fonte: Arquivo do MMC/SC.

Em 1996, o MMC intensifica a luta pelo direito à educação formal. Muitas mulheres retomaram seus estudos concluindo a educação básica, continuando fazendo curso superior e pós-graduação. Elas falam da escola com alegria, com prazer diante da conquista¹³⁶. Gaspareto (2009) traz o debate da educação a partir das jovens camponesas da região oeste de Santa Catarina e os desafios de continuar os estudos ao concluir o ensino médio. Muitas precisam deixar a família, morar na cidade, trabalhar, pagar o curso, o transporte, estudar à noite, enfim, é um contexto exigente. Na atual conjuntura com as mudanças políticas em curso e a Emenda¹³⁷ Constitucional n. 95, que limita o investimento

¹³⁶ Trago o exemplo de Justina Inês Cima militante dirigente do MMC, como exemplo na luta pela escolarização das mulheres. “Primeiro que Eu estudei até quinta série primária. Era o que tinha na época. Aí um longo período fiquei sem estudar. Mas sempre participei da formação na pastoral no Movimento de Mulheres e outros. Particpei ativamente na luta pela educação no MMC. Retomei os estudos com o provão do ENCEJA que me encorajei fazer para ter o diploma do ensino fundamental. [...] Quando eu estava com 54 anos então é que consegui o diploma do ensino médio e completando 55 anos veio à aposentadoria. Com o benefício então, me criou condições econômicas para estudar. E aí eu fui para uma universidade à distância, a UNOPAR e estou concluindo o curso de pedagogia [...] Essa trajetória toda, muitas companheiras inclusive algumas com mais idade do que eu, estão, frequentando a faculdade, Iraci Colombo, a Noemi Krefta e muitas outras mais jovens [...]” (CIMA, Justina, Entrevista realizada dia 22 de janeiro de 2016 para elaboração do artigo: “Movimento de Mulheres Camponesas: uma perspectiva cultural e educativa”. Componente da disciplina: Experiências, Memórias e Cultura Escolar.

¹³⁷ A aprovação da Lei de contenção de gastos ou Ajuste Fiscal (PEC 241, hoje Emenda Constitucional n. 95). Esta prevê o congelamento de investimentos na saúde, educação,

público, indica que o acesso à educação para as trabalhadoras(es) do campo e da cidade tende a ser mais dificultoso.

Oldiges (2014) descreve o desafio das mulheres trabalhadoras para estudar, pois estas trabalham e estudam. Destaca também a importância da universidade se aproximar e compreender as pedagogias dos movimentos sociais populares para responder às necessidades de quem chega à universidade. O processo formativo que o Movimento constrói com as militantes é fundamental, mas o acesso à educação é um direito, questão de cidadania, do qual não se pode abrir mão.

As crianças que acompanham suas mães nos processos formativos que se realizam no centro de formação Maria Rosa. Disseram que gostam de participar das atividades. Perguntei o motivo, e Rosa¹³⁸ disse: “[...] lá todas se ajudam. É um companheirismo. [...] É bom quando tem as crianças pra brincar. Tem vez que tem aula, não dá pra ir lá. Eu sempre gosto de ir com a vó nas palestras. [...] tem lugar que a mãe vai e a gente não consegue ir, porque tem aula”.

Quando Rosa expressa “lá” está se referindo ao centro¹³⁹ de formação Maria Rosa do MMC, com sede em Chapecó. Faz parte da pedagogia do MMC distribuir os trabalhos com o grupo formando equipes para organizar a limpeza do auditório, refeitório, louça, cozinha, banheiros durante e no final da atividade. O que Rosa já entendeu é “que todas se ajudam”. Mas não é só lá que ela frequenta. Ela vai às palestras com a avó, com a mãe, mas suas responsabilidades de estudante nem sempre permite que vá porque tem aula.

Assim, também as crianças se organizam, como o exemplo da figura 45. Por iniciativa delas, solicitaram à coordenação espaço para apresentar, para as mulheres/mães reunidas para o planejamento estadual, em 2015, a dança que ensaiaram.

assistência, moradia, previdência, políticas públicas de incentivo para a agricultura, entre outros previstos para 20 anos.

¹³⁸ Diário de campo, Quilombo/SC, 23 de janeiro de 2016.

¹³⁹ O Centro de Formação Maria Rosa. É um espaço do MMC onde as mulheres se encontram para estudo e outros encaminhamentos do Movimento.

Figura 45 – Dança: A valsa da bailarina. Chapecó/SC, 28 novembro de 2015



Fonte: Acervo do MMC/SC.

As crianças, ao escolher a música¹⁴⁰ de Michael Sullivan e Dudu Falcão, cujo fragmento da letra: “A valsa da bailarina a gente aprende a gente ensina. A valsa da bailarina é pro menino, é pra menina”, revela outra relação que vem sendo construída. Numa concepção conservadora de educação, o balé é pra menina e o menino iria jogar futebol ou escolher outra brincadeira ou até outro estilo de música e dança. Essa atitude é indica que elas tem acesso a outras experiências lúdicas no MMC.

Analisando os primeiros documentos do MMC encontrei os assuntos que motivavam as mulheres a se reunirem. Eles são diversos e estão relacionais ao cotidiano, como a educação das(os) filhas(os) e outras temáticas, contemplando as diferentes realidades do campo (MMA/SC(b), [s.d.]). O tema da educação das(os) filhas(os) está em destaque nos documentos do MMC. Como são educadas, como educamos, como vamos educar as filhas(os), entre outras, são questões colocadas para reflexão nos grupos de mulheres.

É uma demonstração de que as mulheres estão problematizando o ser mulher que aprenderam desde crianças e, ao mesmo tempo, revela o desejo de mudança, de construir outra maneira de educar. Elas questionam o modelo de família burguesa, patriarcal com relações hierarquizadas que sustentam a opressão. Destacam que as relações entre os membros da família marcam o ser mulher, o ser homem de maneira

¹⁴⁰ SULLIVAN; FALCÃO. Música: *A Valsa da bailarina*. Compositor: Michael Sullivan/Dudu Falcão. Música: Xuxa. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/xuxa/valsa-da-bailarina.html>>. Acesso em: jun. 2017.

construtiva ou não. Daí a importância das crianças sentirem-se acolhidas, amadas, aceitas desde a gestação. Para isso, “precisa mexer nas ideias, [...] É preciso mexer na educação dos filhos” (MMA/SC(f), [s.d.], p. 12). Há uma insistência de que precisa mudar a ideia sobre o lugar que a mãe ocupa na família. Esse lugar depende das representações de mulher, de mãe, de família que está na cabeça do homem e da sociedade.

Esse debate se amplia no Movimento com a luta do direito ao salário-maternidade. Observei que essa luta proporcionou aprendizados para as mulheres, reconhecimento social e político da profissão de trabalhadora rural, do direito ao cuidado, à saúde e ao exercício da maternidade. “Com o salário-maternidade são viabilizadas as condições mínimas para que a mulher dedique sua atenção ao filho(a) nos primeiros meses de vida, além de permitir a recuperação física até que possa retomar o trabalho.” (MMC(a), 2004, p. 12).

A luta do MMC pelo direito do salário-maternidade revela a preocupação com a mãe e a criança, pois muitas mulheres camponesas trabalhavam na roça até os últimos dias da gravidez, e/ou levavam seus filhos(as) na lavoura enquanto trabalhavam na produção. Essa condição também foi constatada por Réchia (2001), em que as mães relataram situação semelhante sobre a vida diária na gravidez: “Até o último dia fui na roça [...] muitas dentre elas, quando grávidas, trabalhavam até a hora de dar à luz. [...] mas trabalhei, trabalhei até o fim! Ainda botei à última carrada de feijão quando [...]” (RÉCHIA, 2002, p. 98). Relatos onde tudo se passa como se a gravidez não exigisse certos cuidados em relação ao trabalho. Havia mulheres que não se conformavam com essa condição que suscitava sentimento de revolta e indignação, outras porém aceitavam como se fosse algo natural.

A luta pelo salário-maternidade traz para o debate essa realidade de opressão patriarcal e da exploração capitalista vivida pelas mães e mães-grávidas, que era silenciada. Está aqui uma representação social da mulher camponesa que era internalizado por elas e pelos homens: “as mulheres deveriam ser fortes, corajosas e trabalhadeiras” (RÉCHIA, 2002, p. 97). Essas condições às quais muitas mulheres eram submetidas revertem em sérios problemas de saúde para a mulher e para a criança. O processo de formação e luta pelo direito ao salário-maternidade proporcionaram o debate político, problematizando as condições que as mulheres tinham e o direito de vivenciar a maternidade.

Entretanto, notei que o cotidiano foi mostrando que, para muitas mulheres, a conquista do salário-maternidade foi apenas um ganho econômico, parece não revelar avanços no direito da mulher/trabalhadora/mãe de exercer a maternidade com mais dignidade.

As responsabilidades continuaram as mesmas e além do mais, sem poder decidir sobre o dinheiro que recebiam como direito conquistado.

Isso porque, tradicionalmente na família patriarcal compete ao homem o controle do dinheiro no âmbito familiar (RENK, 2001). Ao constatar essa realidade, o MMC avalia que, do ponto de vista da emancipação das mulheres, o direito conquistado ainda não alterou as relações. Para essas, foi uma dádiva do governo, diferentemente para quem fez a luta. O que indica a necessidade de intensificar a formação para superação dessa relação desigual e entender as relações patriarcais que precisam ser superadas (MMA/SC, 1994). Essas mulheres camponesas que fizeram a luta não aceitam apenas receber o benefício, mas querem participar, administrá-lo investindo em seu bem-estar e da(a) filha(o), revelando, assim, aspectos da luta e a consciência feminista entre as camponesas.

Ainda, os documentos do MMC mostram a preocupação com o corpo, a saúde da mãe e do bebê. Trabalham as relações patriarcais que se revelam na falta de respeito à maternidade, à afetividade e à sexualidade. Dão-se conta de que as representações de grande parte dos homens em relação à sexualidade são de submissão. “É normal a sexualidade da mulher estar subordinada à sexualidade masculina. [...] a mulher como objeto sexual, à disposição dos homens para ter filhos, cuidar da casa e lhes dar prazer quando eles assim desejarem.” (MMA/SC, 1994, p. 6).

Esses assuntos são complexos, conflitivos, contraditórios, pois a problematização abala as bases da educação, da moral, da ética, da religião patriarcal ensinada para mulheres e homens. Na militância e inseridas no processo formativo do MMC, as mulheres estão provocando a desconstrução de conceitos, modos de ser, estão pensando e experimentando outras relações.

Esse processo formativo vivido pelas mulheres camponesas a partir da década de 1980 vai ao encontro das lutas do movimento feminista contemporâneo do pós-guerra que enfrentou as forças conservadoras defensoras da família, da moral e dos bons costumes e conseqüentemente da maternidade como destino das mulheres. Scavone (2001, p. 138, grifo no original) fundamenta seus estudos em Simone de Beauvoir (1949), em que a mulher começa ser vista “como sujeito, dando elementos necessários para a *politização das questões privadas* [...]”.

Ainda a autora constatou que este movimento feminista considerava “[...] a maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução

biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças [...]” (SCAVONE, 2001, p. 138). Assim, as mulheres ficavam em casa se ausentando do espaço público. Realidade diferente das mulheres camponesas que estão permanentemente no espaço do trabalho enfrentando a dupla/tripla jornada de trabalho, e ali, em muitos casos vivenciando a maternidade em condições desumanas, como mostrou Réchia (2002).

Na pesquisa, Scavone (2001) descreve que na linha do movimento feminista contemporâneo e da compreensão da maternidade como fator que explicava a dominação da mulher, muitas reagiram recusando a maternidade como ação para enfrentar a dominação do sistema patriarcal. Reporto-me aos anos 1970 das lutas políticas da “livre escolha da maternidade” (SCAVONE, 2001, p. 140). As mulheres francesas lutavam pelo acesso à pílula contraceptiva e o aborto, as norte-americanas viam na chegada dos bebês de proveta uma alternativa.

Seguindo a reflexão de Scavone (2001), depois de algum tempo de recusa da maternidade, o movimento feminista em diálogo com as ciências sociais passam a refletir a maternidade como um poder insubstituível da mulher. Recuperam “[...] a experiência da maternidade como parte da identidade e poder feminino; em teses antropológicas que, analisando as manifestações culturais da maternidade, recuperam o saber feminino que lhe está associado¹⁴¹” (SCAVONE, 2001, p. 140-141).

E o terceiro momento que marca a luta feminista coincide com a expansão das Novas Tecnologias Conceptionais com suas contradições e com a compreensão que é as “[...] relações de dominação que atribuem um significado social a maternidade. [...] mostrando que a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente.” (SCAVONE, 2001, p. 141). No MMC, a luta pelo salário-maternidade e as discussões do feminismo camponês contribuíram para politizar a maternidade como um direito e ressignificar o poder de gerar a vida e o cuidado com as crianças.

Observei que essas lutas das feministas no MMC podem ser encontradas nos materiais¹⁴² elaborados pelo próprio Movimento nas

¹⁴¹ “Do ponto de vista foucaultiano todo saber tem sua gênese em relações de poder, isto significa que, ao resgatar o saber feminino associado à maternidade, esta segunda etapa da reflexão feminista dá visibilidade ao poder que as mulheres exercem na sociedade. Esta abordagem situa-se na corrente do feminismo *diferencialista*, refletindo suas lutas pela afirmação das diferenças e da identidade feminina.” (SCAVONE, 2001, p. 141).

¹⁴² Cito aqui algumas cartilhas do MMC onde pode ser encontradas estas temáticas. OMA. Organização de Mulheres Agricultoras. Cartilha: *Não importa onde estiver, na luta sempre mulher*. Chapecó/SC. [s.d.]; MMA/SC(d). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Cartilha: *Gênero de classe*. Chapecó/SC, [s.d.]; MMA/SC. Movimento de Mulheres

temáticas de promoção à saúde envolvendo diferentes assuntos como: saúde da mulher, sexualidade, método contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, relações de gênero, direito e assistência à maternidade. Assuntos que indiretamente envolvem as crianças, nos quais se destaca o desafio de mudança nas relações e a necessidade da mulher cuidar de si, de seu corpo e lutar para ter condições dignas de viver a maternidade. Esse debate chega com maior intensidade entre as mulheres camponesas na década de 1990, principalmente com a luta pelo salário-maternidade.

O mérito dessa conquista é o reconhecimento político de que a mulher trabalha na produção e no período próximo ao parto, precisa cuidar quase que exclusivamente da reprodução. Ai está à essência de uma conquista de gênero (a mulher) e de classe (trabalhadora rural). (MMA/SC(e), [s.d.], p. 3).

Assim, também observei diferentes estratégias adotadas pelo MMC para dar visibilidade à maternidade das militantes. Parabenizam a dirigente Lori e seu companheiro Alfredo, de Palmitos/SC, pelo nascimento do neto Djeime Maiki e também a dirigente Justina Inês e seu companheiro Otile Cima pelo nascimento de sua primeira neta Tainá (INFORMATIVO DO MMA/SC(a), 1995, p. 4). Em outra ocasião felicitaram a dirigente Marili do Município de Formosa do Sul/SC, pelo nascimento de seu filho Alencar e a dirigente Claudete, do Município de São Domingos/SC pelo nascimento de seu filho Jeferson Felipe (INFORMATIVO DO MMA/SC(a), 1996, p. 4).

O nascimento de um(a), filho(a) ou neto(a) é para as mulheres um momento único e inesquecível. É expressão do amor, do afeto, uma graça divina. A luta coletiva contribui para ressignificar o ser mãe. Ser mãe não é somente um ato da natureza, pois há em seu entorno uma construção social que precisa ser reconhecida (MMA/SC, 1994, p. 5). Elas politizam esse momento da vida e reivindicam na família e na sociedade reconhecimento e humanização.

Agricultoras de Santa Catarina e Pastoral da Saúde. Cartilha: *Juntas, na roça e na cidade para construir a nova sociedade: Unidos conquistaremos a saúde*. Chapecó/SC, [s.d.]; MMA/SC(e). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Cartilha: *Da luta não fujo, na luta continuaremos*. Chapecó/SC, [s.d.]; ANMTR – Brasil. Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Cartilha: *Saúde pública: Direito da Mulher*. Passo Fundo/RS, 1998. (MACHADO *et al.*, 2006). Cartilha do MMA/SC Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Conhecer, prevenir, lutar e cuidar: A saúde da mulher*. Cooper Graf Ind. E Com. Gráfico Ltda. ME. Chapecó/SC, 2006; AMTR-Sul. Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil. Cartilha: *Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida*. 2008; E outras cartilhas elaboradas pelo Movimento.

Além dos encontros de formação, lançam mão de poemas, músicas para mostrar e construir outros valores em relação à maternidade no MMC.

Figura 46 – Encontro do MMC



Fonte: Acervo do MMC.

SER MÃE

(Noemi Margarida Krefta)

Ser mãe é muito mais que gerar uma vida.

Ser mãe não é só dar a resposta quando o filho perguntar.

Ser mãe é lutar por melhores condições de vida.

Ser mãe é ensinar o filho a não se acomodar.

Ser mãe e trabalhadora é uma grande tarefa, mas somos capazes.

Nunca se canse, pois quem luta, poderá ter certeza que será lembrada com orgulho pelos filhos e pela sociedade.

Mulher mãe trabalhadora, parabéns pelo seu dia. (INFORMATIVO DO MMA/SC, 1999, p. 8).

A militância cria possibilidades para a mulher trabalhadora formular outra representação do ser mãe. Para Loreni Cassuli: “Ser mãe é ser companheira, amiga que liberta e ajudar a família se libertar das amarras deste projeto de exclusão [...]” (INFORMATIVO DO MMA/SC, 2004, p. 4). São as mulheres/mães/militantes que, pensando no seu papel na sociedade, rompem com as imposições culturais que as condicionavam a permanecerem enclausuradas nos trabalhos da casa, do cuidado das(os) filhas(os), no preparo do alimento, servindo outros e esquecendo-se até de si mesma.

As filhas dessas militantes, a exemplo de Julciane Ansilago, também redimensionaram suas representações reconhecendo suas mães como, “[...] educadoras para a vida. Ser mãe é carregar no ventre a vida nova [...]. Mas é também a mulher que vai a luta, se indigna e firma o pé diante das injustiças e conquista direitos.” (INFORMATIVO DO MMA/SC, 2004, p. 4). Ou então ouvir da filha essas palavras: “[...] como é bom sentir-se acariciada(o) no colo de uma mãe lutadora. [...]. E por muitas vezes ainda pequenina(o), te acompanhar nos passos da luta, por um mundo mais digno, justo e feliz. Parabéns pelo seu dia.” (INFORMATIVO DO MMA/SC, 2002, p. 4).

Para as mulheres/militantes, o dia das mães não se limita àquele presente do mercado, da mídia, que instituem uma data para vender, consumir e manipular mães e filhas(os), mantendo-as(os) alienadas(os). Começam a problematizar na família, nas instituições sociais, principalmente nas escolas que reúnem as mulheres/mães por ocasião do dia das mães para homenageá-las com palestra de autoestima, reforçando o papel de mulher/mãe servidora, submissa e responsável pela educação.

Para Dussel (1977, p. 92), “a mulher alienada deforma o filho; o filho deformado é matéria disposta à injustiça política”. Daí o sentido da mulher/militante/mãe ensinar à filha, ao filho, à neta(o) o caminho da organização, da luta, da conscientização. A exemplo de Dozulina Bellato, militante do MMC que conta da alegria por sua neta estar abraçando a luta. Marta Maria Bellato disse: “[...] quero estar na luta pelo incentivo da avó e pela vontade de lutar pelos nossos direitos aprendendo e divulgando sempre mais”. Dozulina recomenda a sua família: “Não deixem de lutar com firmeza na defesa dos interesses e direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, das mulheres, dos idosos e dos jovens.” (INFORMATIVO DO MMA/SC, 2001, p. 4).

Para enfrentar a mercantilização do dia das mães, o Movimento, em alguns municípios, começou a organizar a festa cultural no dia das mães para celebrar em comunidade a vida das mães lutadoras, agradecendo as conquistas de direitos e socializando os desafios. Valorizam as mães grávidas entregando uma fita K7 com a música¹⁴³ “o milagre da vida”, cuja letra engrandece a nova vida que vem chegando relativizando o sexo. “Vida pequenina no ventre da mãe, menino ou menina pra nós tanto faz”. Indica que a gestação, a chegada da filha(o) é um momento de grandeza da criação, um desafio à mãe e ao pai para reverem seus modos de vida, suas ideias e concepções para melhor vivenciar esta etapa da vida.

Refletem as relações difíceis que muitas mulheres/mães enfrentam durante a gestação, cujas marcas ficam na vida da mãe e da criança que está chegando, influenciando no seu desenvolvimento. As mulheres do MMC começam a questionar a educação patriarcal que se manifestava no sentimento de culpa, sentindo-se obrigada a cumprir a

¹⁴³ Música *O milagre da vida*. Letra: Pe. Reneu Zortea. Música Regina Cardozo Braun. Interpretação: Pedro Alves Pinheiro e Jocely Salete Pacheco Silva. Padre Reneu Zortea atuava na Paróquia Santa Inês de Quilombo/SC, verdadeiro profeta, compositor, lutador, feminista. Reconhece a importância do Movimento autônomo e o trabalho das mulheres na igreja, na família e na sociedade. Compôs a música por ocasião da gravidez de Lilian Sandra Riedi secretária da Paróquia apoiadora do MMC e liderança da Pastoral da Juventude.

pesada jornada de trabalho. Enquanto trabalhava “a criança ficava chorando na cama” (MMA/SC(c), [s.d.], p. 12). Cicatrizes dolorosas que não querem calar no coração das mães e que clamam por mudanças e que precisam se organizar para mudar essa realidade.

Muraro e Boff (2002) analisam as condições às quais muitas mulheres camponesas foram submetidas e constataram que, desde o nascimento, a criança precisava se acostumar com a dupla/tripla jornada de trabalho da mãe. “O seu choro não é mais sinal de uma necessidade a ser satisfeita, já que ela raramente é atendida. [...] Nessa idade, a criança não percebe que a mãe não pode cuidar dela, mas a vê como não querendo cuidar.” (MURARO; BOFF, 2002, p. 217).

As conseqüências dessas frustrações vivenciadas pelas crianças pobres e camponesas e por suas mães interferem na formação, na vida das crianças. Se a criança chora, é porque precisa algo e se não for atendida, volta a dormir, conseqüentemente, a criança cresce e “[...] acha natural ter os seus desejos reprimidos e se torna passiva. [...] A mulher acha normal ser submissa ao homem que a maltrata [...]” (MMA/SC(c), [s.d.], p. 12). Outras já não aceitam mais essa realidade. Revelam indignação por vivenciarem situações semelhantes, afirmam que isso não é vida e que precisa haver transformações.

Para Muraro e Boff (2002), as mudanças dessas relações vão além do “querer” da mãe em atender a(o) filha(o), porque o problema está enraizado na sua classe social. Neste sentido, a autora discorda dos psicólogos que afirmam que a primeira relação é mãe e filha(o). “Há, antes desta, uma outra relação: a criança com o lugar que a mãe ocupa no sistema produtivo, isto é, com o próprio sistema econômico e social em que nasce [...]” (MURARO; BOFF, 2002, p. 220). O ambiente em que nasce a criança, direta ou indiretamente, deixa marcas no inconsciente que se revelam no decorrer da vida.

Daí a necessidade dos processos formativos no sentido de entender a história pessoal e coletiva das mulheres camponesas, suas concepções, ideias, costumes que foram constituindo sua identidade. A contribuição de Beauvoir (1975), “não se nasce mulher, torna-se mulher”, apropriada pelo MMC, tem fundamentado o debate articulando gênero e classe em todo o percurso histórico do Movimento.

Simone de Beauvoir (1975), em entrevista¹⁴⁴, reafirma que a mulher é feita primeiro pela história da civilização e depois pela história

¹⁴⁴ Vídeo: BEAUVOIR, Simone de. Por que sou feminista. Entrevista em áudio concedida para o repórter: Um programa de Jean-Louis Servan-Schreiber. Versátil Home Vídeo. *Simone de Beauvoir e o feminismo*. 1975.

de vida particular de cada mulher. Os estudos sobre a infância¹⁴⁵ têm trazido contribuições importantes mostrando como o bebê/menina é fabricada para tornar-se mulher. “Desde os primeiros dias de vida se inscreve em seu corpo no modo de dar de mamar, de levá-la, de niná-la traços que marcará a infância eternizando-a como mulher.” (BEAUVOIR, 1975). Essa realidade também foi explicitada por Dussel (1977).

O poeta chinês escreve no Chi-king: ‘Nasce um filho. É posto no berço e envolto em ricos panos. O senhor, o chefe, o soberano nasceu. Nasce uma filha. É colocada no solo envolta em panos comuns. Não há nela bem nem mal. Que aprenda como se prepara o vinho, como se cozinham os alimentos: eis aí o que sabe fazer’. (DUSSEL, 1977, p. 93).

O poema que Dussel (1977) descreveu assim como a reflexão que as mulheres fazem referente à educação dada às meninas e aos meninos trazem representações do sistema patriarcal que historicamente veio sendo transmitido e que precisa ser superado. Mostra como no cotidiano se recebe o nascimento de mulheres e homens, o lugar, as roupas, as ideias sobre cada um(a) marcam o futuro de ambos. Relevam sistemas pedagógicos complexos que foram e são repassados às novas gerações. “O sistema pedagógico erótico ou doméstico educa dentro do *ethos* tradicional do povo, dentro da classe social da família.” (DUSSEL, 1977, p. 95). Ou seja, trata-se desse sistema patriarcal de dominação de gênero onde o homem domina a mulher e o casal domina o filho(a) e com o desenvolvimento do sistema capitalista, acentua-se a exploração de classe social.

Se assim for, institui-se uma relação brutal porque “tal sistema pedagógico é eroticamente uxoricida, mas pedagogicamente filicida” (DUSSEL, 1977, p. 95). Isso quer dizer, o patriarcalismo é um sistema que eroticamente dá poder ao homem assassinar a mulher e pedagogicamente dá ao homem poder de matar seu filho(a). Sistemas pedagógicos que vão além do espaço doméstico, atingindo a esfera política e social, como a escola, a mídia, que atuam articulados reproduzindo sistemas pedagógicos, eróticos e políticos, preconceituosos e discriminatórios (DUSSEL, 1977).

No MMC, ao questionar a sobrecarga de trabalho da mulher/mãe/militante e camponesa, as pressões, constrangimentos,

¹⁴⁵ Simone de Beauvoir (2007) citou o livro escrito pela italiana Elena Belotti, “Do lado das Meninas”.

dominação imposta na vida da mulher implica em problematizar também o papel que o homem/pai/trabalhador assume na família. Assim, “[...] ser pai é olhar para o filho quando estiver adoentado, ir a procura do termômetro às três horas da manhã, correr para a horta à procura de um chá [...] ser pai é desligar-se da televisão, do jornal, do futebol quando os filhos tem algo a dizer [...]” (INFORMATIVO DO MMA/SC(a), ano XI, 2004). Provocam outras relações no aprendizado de ser pai que exige atitude de superar o machismo, sair da “zona de conforto”, do sossego, do comodismo, do individualismo e levantar-se para ouvir, cuidar, abraçar, acolher, priorizar, conscientizar-se para exercer a paternidade que é amar sem limites. Fazer a passagem do pai distante, ausente, opressor para o pai presente, amigo, solidário.

As libertações que as mulheres vão conquistando no cotidiano se expressam no comprometimento do homem/pai com a mulher/mãe e com o Movimento, quando assume o cuidado da(o) filha(o) durante as atividades onde a mãe/militante exerce um papel dirigente. Isto pode ser observado na fotografia. O pai dialogando com a filha em torno da mandala de sementes. Simbologia da XII Assembleia Estadual realizada em Dionísio Cerqueira, em julho de 2014.

Figura 47 – Mandala de sementes. Simbologia da XII Assembleia Estadual do MMC/SC, Dionísio Cerqueira/SC, 30 e 31 julho de 2014



Fonte: Acervo do MMC/SC.

A construção de relações de igualdade entre mulheres e homens são desafios cotidianos e permanentes. O jeito de repensar o trabalho doméstico também está representado em desenhos e receitas alternativas, incentivando a alimentação saudável acompanhada da divisão do trabalho doméstico, como pode ser observado no desenho.

Figura 48 – Divisão do trabalho doméstico

**BOLO DE VERDURA**

2 cenouras médias raladas
 3 batatinhas raladas
 1 xícara de espinafre picado
 ½ xícara de repolho picado
 ½ xícara de queijo ralado
 1 ovo
 2 colheres de farinha de trigo
 1 colher de fermento em pó
 2 colheres de farelo de trigo 2 colheres de azeite
 1 cebola picada
 1 xícara de leite
 Cheiro verde e sal
 Modo de fazer. Misture tudo aos poucos mexendo bem. Colocar em forma untada, assar em forno quente. (INFORMATIVO DO MMA/SC, 1993, p. 3).

Fonte: INFORMATIVO DO MMA/SC (1993, p. 3).

No Movimento, a teoria e a prática vão se fazendo. À medida que uma companheira avança em um aspecto da vida, incentiva outras a dar passos. Há milhares de libertações que precisam acontecer para a alegria de viver feliz.

Nessa busca do diálogo entre mulheres e as crianças, identifiquei também as mulheres/mães/militantes que escrevem para as crianças contando que o MMC está lutando pelos seus direitos. Portanto, “[...] criança, queremos que você saiba, que nós mulheres organizadas do MMA, lutamos incansavelmente para que nesta sociedade todas as crianças tenham uma casa para morar, roupa, pão, saúde, tempo para brincar e estudar, enfim possam ter uma vida feliz” (INFORMATIVO DO MMA/SC(a), 1996, p. 2).

Em outro momento, também manifestaram sentimentos de afeto, amor, carinho e comprometimento aos filhos(as): “[...] sua mãe participa do MMA/SC porque te ama muito. E quer que você sua filha, seu filho tenham nesta sociedade o direito de ser feliz. Por isso se organiza e luta para que teus direitos assegurados no Estatuto da Criança¹⁴⁶ sejam

¹⁴⁶ “A Lei 8.609, de 13 de julho de 1990, o artigo 4º diz É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, à liberdade e a

cumprido [...]” (INFORMATIVO DO MMA/SC, 1997, p. 3). Como também seja respeitada a Declaração Universal dos Direitos das Crianças¹⁴⁷. As mulheres/militantes/mães têm entre suas lutas por direitos a consciência de não se descuidar dos direitos das crianças, por isso estão contemplados nas pautas de lutas do MMC.

Em muitos momentos da história, as mulheres/militantes/mães deram a vida pela vida de seus filhos(as). Muraro e Boff (2002, p. 128), ao referirem-se à participação das mulheres na Revolução Francesa, disseram: “Foram às mulheres que tomaram a iniciativa dos atos mais violentos, em defesa do pão para os seus filhos.” Encontrar, nos documentos do MMC, escritos os direitos das crianças e dos adolescentes representa que a luta das mulheres não se resume em algo restrito aos seus direitos. Não! Elas, a partir de suas realidades, olham ao seu entorno e entendem que as agressões, injustiças, violências que as mães enfrentam direta ou indiretamente atinge a filha(o) e lançam-se a luta. A exemplo das Mães da Praça de Maio.¹⁴⁸

Assim como na figura 49, da mística do encontro nacional, as mães grávidas expandem esperança, ousadia e comprometimento com uma sociedade onde a vida seja acolhida e amada. Entre as mulheres grávidas está Valéria, militante do MMC/SC do Município de Frei Rogério/SC, que viajou mais de 20 horas para participar deste momento

convivência familiar comunitária.” (INFORMATIVO DO MMA/SC, ano IV, edição 33, set/out., 1997, p. 3).

¹⁴⁷ “A criança tem direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade. 2. A criança tem direito a ser compreendida, deve ter oportunidade com liberdade e dignidade. 3. A criança tem direito a um nome e uma nacionalidade. 4. A criança tem direito a alimentação, direito de crescer com saúde e a mãe deve ter cuidados médicos, antes e depois do parto. 5. A criança deficiente tem direito a educação e cuidados especiais. 6. A criança tem direito ao amor e à compreensão, deve crescer sob a proteção dos pais com afeto e segurança para desenvolver sua personalidade. 7. A criança tem direito para desenvolver suas aptidões, suas opiniões o seu sentimento de responsabilidade. 8. A criança, em qualquer circunstância, deve ser a primeira a receber proteção e socorro. 9. A criança não deve ser abandonada, espancada ou explorada, não deve trabalhar quando isso atrapalhar sua educação saúde e desenvolvimento físico, mental ou moral. 10. A criança deve ser protegida do preconceito, deve ser educada com o espírito de amizade entre os povos, de paz e fraternidade, e deve desenvolver as capacidades para o bem dos semelhantes. [...] vocês são uma imensidão de ternura, carinho e fraternidade.” (INFORMATIVO DO MMA/SC, 2004, p. 4).

¹⁴⁸ ANDRADE Juliana. (2017) *Mães da Praça de Maio completam 40 anos de luta pela memória e pela vida*. Tem como líder Hebe de Bonafini, 88 anos seguida por muitas mães lutaram e luta por seus filhos e filhas desaparecida(os) pela ditadura militar. Este Movimento completa “40 anos serviram para reivindicar o caráter ‘revolucionário’ de seus filhos, que sua memória seja respeitada ‘em todo o mundo’ e para demonstrar que a única luta que se perde é a que se abandona”. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/maes-da-praca-de-maio-completam-40-anos-de-luta-pela-memoria-e-pela>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

de encontro, formação e luta das mulheres camponesas. Assim se constrói o ser mãe/militante/lutadora. Quando as crianças no CEC perguntaram para Regina¹⁴⁹ como ela se sente ao participar das atividades no Movimento, ela disse: “no Movimento a gente encontra mais força, mais coragem de lutar”.

Figura 49 – Mística de abertura do Encontro Nacional do MMC, Brasília/DF, fevereiro de 2013



Fonte: Acervo do MMC/SC.

A atuação militante/dirigente das mulheres/mães no MMC nos ajuda a compreender a representação das crianças no CEC, quando conversávamos sobre a luta das mulheres para preservar o ambiente. Guerreiro¹⁵⁰ disse: “Eu aprendi antes de vir aqui. Eu aprendi na barriga de minha mãe. Eu ficava escutando lá. Ela falava aqui no Movimento eu ficava lá dentro da barriga da mãe escutando.”

Essa expressão quer dizer que Guerreiro tem consciência que sua mãe é militante do MMC e ele foi concebido neste contexto de luta. Desde a gestação até hoje continua acompanhando a luta das mulheres que é a luta de Guerreiro pela vida. Para Roy (1990), esta força geradora de vida presente na mulher vem como herança dos antepassados e aponta para o horizonte de justiça.

A capacidade geradora da mulher não se esgota na relação conjugal e não se limita à família. Vai muito além, e se realiza fecunda e efetiva na oblatividade de uma vida voltada ‘para’ o outro. Por aí cruzam e se entre-cruzam os fios férteis da tecedura humana, obra-mutirão de todas as

¹⁴⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁵⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

mulheres, que num misterioso parto plural dão à luz um Povo-filho [...]. (ROY, 1990, p. 21).

Essas mulheres/militantes/mães aprendem e ensinam as crianças, suas filhas(os) outras relações, outros valores, que vão além da família. Percebem as necessidades de seu entorno. Trago aqui o exemplo de Natanael¹⁵¹, que decidiu deixar crescer o cabelo, cortou e entregou às mulheres da Liga Feminina de Combate ao Câncer. Sua mãe Luciane, militante do MMC, diante da atitude do filho, manifestou sua gratidão pelo gesto e convidou outras crianças e adolescentes a atitudes solidárias. Fez menção às crianças ainda nos primeiros anos de vida, que lutam para livrar-se de doenças.

Esse gesto de Natanael me fez lembrar o Documentário do MMC (2005): “Afirmção de muitas histórias”, em uma das cenas, Luciana Piovesan amamentando seu filho Emanuel, irmão de Natanael expressa as razões por estar na luta: “Lutamos por uma cultura humana que acolhe, transforma e cuida da vida. Uma cultura que pouco a pouco meu filho, vai forjando a nova mulher lutadora”. Filhos e filhas, homens e mulheres que tenham no horizonte a luta pela humanização.

3.4 INFÂNCIA CAMPONESA: AS “VOZES” DAS CRIANÇAS

Após refletir sobre o ser mulher/mãe/militante, considero oportuno trazer para o estudo alguns elementos sobre a *criança camponesa*¹⁵². Ela pode ser compreendida a partir de sua especificidade e na totalidade das relações, tanto na família, na escola, no trabalho agrícola, na comunidade quanto no Movimento, enfim, no conjunto das relações sociais da vida cotidiana camponesa. Portanto, ser *criança camponesa* do MMC é diferente de ser criança que vive em situação de exploração do trabalho urbano, embora possuam muito em comum. E tais diferenças vão para além do espaço geográfico rural, que também possui suas peculiaridades. Moraes (2010) concebe à “[...] infância uma categoria social do tipo geracional, o que significa dizer [...] que ela assume seu lugar no todo social como categoria autônoma com sua forma de ver o mundo.” (MORAES, 2010, p. 83).

¹⁵¹ A atitude de Natanael foi postada na rede social em 11 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/natanaelpassinatopiovesan.piovesan>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

¹⁵² *Criança camponesa* aqui está colocada como uma nova categoria analítica em construção. Está relacionada aos filhos e filhas de mulheres camponesas militantes do MMC. Similar ao trabalho realizado por Gaspareto (2009, p. 30) que criou “[...] ‘jovem *camponesa*’, em processo de construção, que vem constituindo-se enquanto um grupo social específico, através da própria ação das jovens que participam no MMC”.

Durante o CEC, solicitei que as crianças falassem sobre o que entendem por “*ser criança camponesa*”. Davi Luís¹⁵³ disse: “[...] eu acho legal. Eu acho, comparar com os da cidade, eu tenho mais liberdade. Eu também gosto, se eu quero descansar lá de baixo da casa tem uma sombra.” João Vitor¹⁵⁴ concordou: “eu também. É bem legal brincar na sombra”. Rosa¹⁵⁵ disse: “Uma criança que acompanha as mulheres camponesas, que convive com elas, que ajuda na roça. [...]”. Para Guerreiro criança camponesa é: “[...] aquela que [...] vive num lugar bom e quando cresce colhe os frutos [...] são as principais defensoras do meio ambiente.” Eloisa¹⁵⁶ destacou: “[...] criança camponesa pra mim é aquela que ajuda as mães a trabalhar e fazer os serviços do campo.” Camyli¹⁵⁷ falou: “São as que vivem no campo”. Pinha¹⁵⁸ disse: “São aquelas que vivem no campo, colhem os frutos, ajudam plantar e colher.” Rosa¹⁵⁹ volta ao diálogo e esclarece: “[...] não exatamente nasce no campo. Mas têm criança que nasce e que mora na cidade e que produz alimento e participa do Movimento”.

A partir das representações das crianças camponesas acima mencionadas, concordo com Leite (1997) em seus estudos quando analisa as crianças na área rural ressaltando que elas convivem com pais, avós, gente grande e pequena, filhos(as) de diferentes idades e se relacionam com seus pares o tempo todo em diferentes papéis ou funções.

Eu moro com meu pai, minha mãe, meu avô e minha vó, meu irmão. De manhã eles fazem tudo o serviço porque estou na escola. Eles tratam os terneiros, pegam silagem, ajudam tirar leite, tratam as vacas, tiram o esterco. Nós tinha 31 vacas. Agora não é nós que tira mais leite, porque é junto. Quem mais tira leite é a Salete. [...] O marido da Salete é irmão do meu pai. A gente trabalha junto. (Davi Luís¹⁶⁰).

O grupo familiar de Davi Luís inclui seus pais, avós, irmão e também a família de sua tia Salete. Nesse ambiente, ele cresce, aprende, sonha e tem responsabilidades. Dando seguimento a sua narrativa, disse: “Só que quando minha mãe sai eu tenho que fazer mais trabalho”. João

¹⁵³ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁵⁴ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁵⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁵⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁵⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁵⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁵⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁶⁰ Diário de Campo, Chapecó/SC, 11 de dezembro de 2016.

Victor¹⁶¹ irmão menor, disse: “Eu só olho”. Davi Luís¹⁶² mostra que tem noção e sabe qual é o papel de todas(os) os membros da família, bem como sua fala é enriquecedora quando se refere à mãe que “sai de casa” e vai para a luta, mesmo sem ter dito com estas palavras. A mãe Marilize Beatriz é militante do MMC e também liderança na comunidade. Isso requer dela muitas “saídas”. Como fica o trabalho que Marilize Beatriz assume na família? Podemos notar que a criança camponesa também substitui a mãe nos trabalhos ao lado do pai, pois, desde muito cedo acompanha diariamente sua mãe nas lidas do campo.

Acrescentou: “[...] nós vamos tratar os terneiros, minha mãe enche o cesto e eu ajudo. Daí quando minha mãe não está, tenho que tratar os terneiros e encher o cesto sozinho e fazer os outros trabalhos. Mas quando ela sai meu pai tem que fazer tudo” (Davi Luís¹⁶³). O “tudo” que se refere Davi Luís é o trabalho do campo e o trabalho doméstico, como encaminhar as crianças para a escola, organizar a alimentação, os trabalhos com o trato dos animais que precisa ser realizado no mínimo pela manhã e no fim de tarde, ou em relação aos produtos, plantar ou colher, precisa estar atenta às condições da natureza.

Ou como explicou Lourdes Bonadese¹⁶⁴, “[...] a semente de alface a gente colhe quando está madura, clima seco, dia de sol, a partir das 10 horas da manhã. Não quando a gente quer ou tem tempo. Se não fizer isso, na hora que a sementes está madura, perde todo o trabalho anterior.” Notei nas palavras de Davi Luís que também é verdadeira a afirmação que quando uma mulher se liberta também liberta o homem. Em outro contexto, mas que ilustra esta reflexão, está o exemplo de Paulo Freire (1997).

Freire (1997) conta sua experiência logo após a publicação do livro *Pedagogia do oprimido*, em Nova York, no início da década de 1970. Ele passou a receber muitas cartas de mulheres feministas questionando a ideologia machista e autoritária expressa na linguagem e cada uma a seu modo mostrava a contradição que havia na obra.

Conta que nas primeiras cartas repetiu: “Ora, quando falo homem, a mulher necessariamente está incluída”. Porém, em certo momento, percebeu que sua justificativa ocultava a verdade, porque, quando falo mulheres, o homem não se sente incluído. Decidiu responder todas as cartas recebidas, “[...] uma a uma, acusando suas cartas e

¹⁶¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017

¹⁶² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017

¹⁶³ Diário de campo, Chapecó/SC, 11 de dezembro de 2016.

¹⁶⁴ Diário de campo, Quilombo/SC, 19 de abril de 2017. Durante a realização da oficina de sementes do MMC durante o estudo sobre produção de sementes de alface.

excelente ajuda que me haviam dado. Daquela data até hoje me refiro sempre à mulher e ao homem ou seres humanos. Prefiro, às vezes, enfiar a frase explicitando, contudo, minha recusa à linguagem machista” (FREIRE, 1997, p. 67-68).

O autor destaca a gravidade da linguagem machista presente nas relações neste mundo perverso e que precisa ser superada por se tratar de mais um aspecto da dominação/opressão da mulher que ocorre na casa, no trabalho na sociedade em geral. “A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem [...]” (FREIRE, 1997, p. 67-68).

Conforme a narrativa de Davi Luís, que quando a mãe sai de casa “o pai faz tudo” indica o repensar os conceitos, as práticas, os hábitos, a educação que recebeu reelaborando outra prática firmada em relações de igualdade e solidariedade. Ou, em outras palavras, a luta ensina outras relações para e na família. Entre elas, a divisão dos trabalhos que, para muitas, começa quando a mulher sai de casa.

Nesse aspecto, a pesquisa de Kroth (1999, p. 100) mostra como as mulheres camponesas conseguem organizar os trabalhos com a família para assumir a militância e relataram “[...] sua alegria ao chegar de uma reunião e muitas vezes encontrar os trabalhos da casa realizados, conforme haviam combinado com o marido e filhos”. Mas também revelou que a divisão do trabalho é uma construção social de mulheres e homens. Isto também se constitui para ambos processos de libertações que se dão na contradição, no conflito, portanto, é uma construção permanente. Para algumas mulheres camponesas:

Falta-lhes, porém, muitas vezes a paciência em deixar de acompanhar os passos do filho, do marido no aprender fazer fazendo. [...]. Outras ainda sofrem porque não conseguem a adesão do companheiro e dos filhos como apoio às suas lutas e reivindicações. (KROTH, 1999, p. 100).

As representações das crianças camponesas do MMC que participaram do CEC revelaram ações, sinais de rupturas e entrelaçados nos trabalhos. Quem fica em casa precisa fazer os trabalhos. Já é um bom começo! Pois a criança aprende a partir do meio em que vive, explicitando sinais de mudanças nas relações.

Leite (1997, p. 75), com base nos estudos de Benjamin (1984), disse que “[...] as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas sim uma parte do povo e da classe de que provêm”. Concordo com a

autora que a criança precisa ser compreendida em seu meio sociocultural, pois é a partir de seu entorno que ela se compreende no mundo. Notei no diálogo com as crianças diferentes significados por elas atribuídos ao ser criança camponesa. Entre eles destaco:

A criança camponesa valoriza e se identifica ao brincar com a natureza. A “sombra” desperta sentido de ludicidade. Se para o processo de alfabetização na educação infantil a ludicidade “poderia ser a ponte facilitadora da aprendizagem” (CAMPOS, 1986 p. 10), na “escola” do MMC, didaticamente, essas crianças ao se envolverem nas práticas educativas, vão despertando para o belo que as oportunidades do viver no campo lhes possibilitam.

Silva (2003, p. 239) observou que as crianças “[...] mostraram a todo o momento, quer de forma simbólica, quer real, que o brincar é a marca da criança e que a infância é um tempo contínuo para vivência da realidade, por meio da aprendizagem social e cultural [...]” que se dá em relação com o ambiente. No campo, a natureza, as árvores, os animais, o espaço geográfico, têm para as crianças um significado de liberdade, de criatividade no brincar, de alegria, de encontro e ali se envolvem e vão constituindo relações sociais.

Elza¹⁶⁵ contou que colheu “abóbora menina” e deixou um monte de abóboras menores para as meninas brincarem enquanto Ela colhia o amendoim, disse: “[...] no meu tempo de criança meio que nós brincava de boneca com essas abóboras. Mas não falei nada, disse, ‘essas ai é pra vocês brincar’ e continuei colhendo amendoim.” Relatou que se surpreendeu quando viu Olga “pegar uma abóbora imitando um microfone e falava para os pés de amendoim como se tivesse muita gente”. Depois Olga e Eloisa¹⁶⁶ começaram a fazer entrevista e diziam: “Você sabe que pé é este? Esse pé, é um pé de gergelim. Você pode abrir a vaguinha e tem sementinha dentro. Minha vó usa pra pôr em cima das bolachas. Sabe o que é de bom? Espere um pouco. Vó pra que é bom o gergelim?” Elza contou que respondia às perguntas das meninas e assim brincaram, também brincam de reunião do MMC e levam as sementes como observam no Movimento. A narrativa de Elza vem ao encontro dos estudos de Leite (1997, p. 74) “[...] as crianças da área rural brinca e se relacionam com seus pares, ao mesmo tempo em que convive com seus outros papéis, suas funções dentro da comunidade familiar, o cumprimento de suas tarefas”.

¹⁶⁵ Diário de campo, Chapecó/SC, 16 de março de 2017.

¹⁶⁶ Diário de campo, Chapecó/SC, 16 de março de 2017.

A imaginação e a criatividade das crianças camponesas do MMC ultrapassam os limites das bonecas que sua avó e mãe brincavam quando eram crianças. Transformam as abobrinhas em microfones, incorporando aspectos da luta, da comunicação, do falar em público. Mostraram que conhecem o gergelim e no diálogo com a avó, possivelmente aprenderam algo mais.

Também é preciso registrar que a vida da criança camponesa não é assim tão romântica. Muitas sofrem privações, consequência do empobrecimento, como na região canavieira. Silva (2003, p. 242) chamou atenção para a “relação cultura lúdica e gênero”, embora esta não seja a realidade sociocultural das crianças camponesas do MMC no sul do Brasil, mas nas relações de gênero, classe, geração, étnico/racial há aspectos que se cruzam.

As meninas demonstraram ao mesmo tempo resignação e indignação pelo fato de os meninos, apesar da vida dura, terem mais oportunidade aos jogos e brincadeiras (futebol, andar pelo mato, etc.) restando para as elas apenas brincar de bonecas e a responsabilidade do trabalho doméstico. (SILVA, 2003, p. 242).

Estou percebendo como é verdadeira a preocupação das mulheres do Movimento em relação à educação sexista, que atribui papéis para as mulheres e outros para os homens. Papéis que resultam em discriminação, opressão, dominação e violência do homem sobre a mulher, sendo ensinado desde a infância. As meninas e meninos pesquisados por Silva (2003) têm uma vida dura de trabalho explorado. Em relação à infância dessas crianças, no que se refere às relações de gênero, as meninas mostraram-se indignadas por não terem mais oportunidades e diferentes brincadeiras. Ainda têm menos tempo para brincar, pois são elas que deixam de brincar para organizar o espaço enquanto os meninos não têm esta responsabilidade. Elas sentem-se menos livres que os meninos e reagem mostrando resistência em frente ao papel da menina-mulher atribuído socialmente, mas estão reagindo em face aos costumes e normas patriarcais.

Arenhart (2007, p. 41) disse que a brincadeira “demarca uma especificidade do mundo infantil”. Como afirmou Eloisa¹⁶⁷: “Ajudo a mãe, mas criança é pra brincar estudar. Aproveitar enquanto é criança porque depois de adulto tem que trabalhar.” As brincadeiras demarcam a separação das gerações que as crianças do MST pesquisadas por Arenhart

¹⁶⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

(2007, p. 42) dizem que “[...] o adulto não brinca, não é porque ele não quer, mas porque tomado pelo trabalho, não encontra mais tempo. De outro modo, elas apontam que a ludicidade é uma dimensão humana, que os adultos vão atrofiando pela impossibilidade de a exercerem”.

Outra característica que compreendo ao identificar “o ser criança camponesa” é o fato de “que elas trabalham desde muito cedo”. Leite (1997) alerta para a(o) pesquisador(a) estar atenta(o) para entender o sentido do trabalho dado pelas crianças. Não pode ignorar os dados alarmantes da exploração do trabalho das crianças. A contribuição da autora foi fundamental para entender a relação “entre brincar-trabalhar-aprender” (LEITE, 1997, p. 79). E disse mais: “[...] para as crianças pobres é usurpado o direito de brincar ou de transformar em lúdica a sua relação com o trabalho. Por outro lado, à criança burguesa é vetada a possibilidade de se emancipar, de viver o hoje: Tudo a cerceia [...]” (LEITE, 1997, p. 79).

Isso significa que, para entender as crianças camponesas, há que se observar o espaço físico e social, tempo cronológico, classe social em que estão inseridas, pois o significado atribuído à criança e seu entorno não é uniforme. Há necessidade de considerar o contexto de convivência da criança para não “dissimular a significação social da infância” (KRAMER, 1997, p. 21) e nem do trabalho, como já me referi ao trabalho enquanto atividade social (ARENHART, 2007).

No caso das crianças camponesas do MMC, observei que, ao mesmo tempo em que aprendem a trabalhar, principalmente junto com a mãe, com ela também vão à luta. Isso vai lhes conferindo ver o trabalho ganhando um significado novo. O trabalho também pode ser entendido enquanto *valor de uso*¹⁶⁸, como previu Marx em primeira mão, que, no decorrer do processo histórico, vem sendo desfeito pela lógica perversa do capitalismo e do patriarcalismo.

Noto que há uma *reelaboração* feita pelas crianças que passam a atribuir um novo sentido para o viver no campo, repito, sem desconsiderar a exigência posta pelo sistema capitalista e patriarcal, que faz da vida no campo uma vida de muito trabalho. Mesmo assim é “um lugar bom de viver”, para o qual ganha sentido o “plantar”, a “colheita”, o “ajudar a mãe, o pai”. Por conseguinte, a criança camponesa é também aquela que valoriza a luta e reconhece sua mãe como defensora do meio ambiente.

¹⁶⁸ “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem natureza e a natureza, condição natural eterna da vida humana.” (MARX, 1985, Tomo I, p. 153).

Constater que a criança camponesa do MMC está aprendendo ver/ler o mundo, entender a realidade por meio da luta, o que remete a um processo ainda muito cedo de conscientização. Este aprendizado o MMC buscou e busca na educação popular e na epistemologia freireana em que o processo educativo parte da realidade das mulheres camponesas. “Não basta saber ler mecanicamente ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uva e quem lucra com esse trabalho.” (FREIRE *apud* GADOTTI, 1996, p. 72).

Neste tempo de muitas mobilizações contra as reformas do governo golpista que visa tirar os direitos de trabalhadores/trabalhadoras me deparei com Amaralinda¹⁶⁹, filha de dirigente do MMC. Ela não hesitou em dizer que “[...] ser criança camponesa é defender as questões do campo [...] é levantar às 6:20 para ir de ônibus pra escola. [...] tocar as vacas do pasto, cuidar dos animais, [...] ajudar a arrumar os produtos para a feira e pro PAA.¹⁷⁰”

Amaralinda fala das particularidades que influenciam na sua vida e na opção da família pela agricultura camponesa agroecológica, quando fala dos trabalhos da roça, da casa e organizar os produtos para feira e para o PAA. Demonstra que participa, conhece o trabalho da mãe e do pai na produção. E ali já começa a ter noção das políticas públicas como o PAA e tem contato com os consumidores(as) da feira. Com 11 anos, é uma criança inserida na vida no grupo familiar. Ela sabe o que ocorre, as dificuldades, as alegrias, relaciona-se e participa da vida dos adultos como a feira.

Isso mostra que as crianças camponesas filhas das mulheres do MMC estão rompendo com o conceito da criança como um ser sem razão, “que não fala, não trabalha, não pensa, não participa” (ARENHART, 2007, p. 32). Pelo contrário, são sujeitos ativos, atuantes e pensantes. As mulheres/mães/militantes do CEC reconhecem e expressaram seus sonhos e disse Rosa Terezinha “[...] no Movimento as crianças são a renovação. Tenho esperança que estas crianças que acompanham as mães desde pequenas vão continuar nossa caminhada, assim também

¹⁶⁹ Diário de campo, 25 de abril de 2017.

¹⁷⁰ “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído em 2003 e é uma política pública de articulação entre produção, comercialização e consumo. [...] Podem participar do PAA como Fornecedores: agricultores familiares enquadrados no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), assentados da reforma agrária, acampados, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas, entre outros. [...] Têm duas finalidades principais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.” (VIANA *et al.*, 2010).

esperamos das jovens [...]”. Poliana disse que as crianças “[...] dão sentido pra luta das mulheres camponesas e do próprio Movimento. E ao mesmo tempo, as crianças no Movimento ensinam pra nós, as mães e também aprendem”. E para Ivania: “Tenho muita esperança nas crianças. Elas são decididas. [...] as crianças é tudo pra gente. A Camyli vem junto na comunidade, ela sabe e faz muita coisa, ela gosta e a gente espera que continue.” As crianças, ao participarem dos processos formativos e das práticas educativas no MMC,

Aprendem e ensinam a viver uma outra forma de vida. São muito importantes essas crianças. São as que desde já ensinam nós cuidar de meio ambiente, valorizar as sementes crioulas, criar novas relações. Olha, eu fico até emocionada de falar com vocês e pra vocês, porque vocês são a expressão mais profunda de que esse movimento é vida por causa de vocês. E nós temos certeza que vocês vão dar continuidade de uma forma ou de outra na luta pela vida. (POLIANA).

Ao ouvir isso, Guerreiro sentiu-se parte e acolhido no MMC, tomou a palavra e disse: “Então as professoras da escola dizem: que a escola é a nossa segunda casa. Né, que Elas dizem? Mas não é, a segunda casa é o Movimento” e foi aplaudido pelas crianças e mães. Neste tempo de pesquisa fiquei mais atenta às falas das mulheres/mães/militantes em relação aos seus filhos(as). Foi quando uma militante¹⁷¹ contou que suas duas filhas a chamaram para uma reunião de avaliação e relatou a queixa das filhas: “Quando você chega em casa não dá atenção pra nós. Nós queremos falar, conversar assistir um filme juntas, nem que seja a novela da Chiquititas e você fica no celular respondendo coisa do trabalho, do trabalho [...]”. Outra reclamação era sobre as regras, queriam mais tempo livre e também pediram para passear no *shopping*. A mãe militante relatou como agiu em face ao questionamento das filhas: “fiquei..., daí pensei..., escutei, e daí fomos dialogando e disse têm algumas coisas que vocês têm razão, como quando estou em casa ficar com vocês. Isso posso me comprometer de melhorar”. Também contou que refletiu a importância das regras e que quando vai a escola recebe elogios delas: “a diretora disse que vocês são participativas, as duas. Quando não fazem as tarefas vocês assumem que não fizeram e se comprometem em fazer. Então o que a mãe está ensinando, as regras, está contribuindo pra vocês se construir e ser pessoas melhores. [...]”. Sobre o passeio no *shopping* a mãe explicou: “[...] tem outros espaços que a mãe pode ir com vocês. A mãe não acha

¹⁷¹ Diário de campo, Chapecó/SC, 16 de março de 2017.

importante ir lá porque é uma coisa que nós não temos dinheiro pra comprar o que fornece lá. Então pra quê, vamos lá? [...] tem outros lugares legais que eu posso passear com vocês e combinamos um passeio.”

Essas crianças que participam e interagem junto com as mães, avós, mulheres no MMC incorporam a luta no cotidiano da família. Atuam como “sujeito críticos” (FREIRE, 1997). Aprendem cedo a se organizar, avaliar, propor. Dias atrás estava Rosa¹⁷² assistindo uma análise de conjuntura. Quando o assessor concluiu, foi conversar com ela e logo expressou sua avaliação: “Você deve ser bem inteligente, porque você falou, falou um monte, eu não entendi nada.” Elas estão aprendendo e avaliam com liberdade e tranquilidade a mãe, o pai, a avó, o avô, as(as) militantes, assessores(as). Justificam, argumentam, posicionam-se. Mostram as contradições. Chamam a mãe para o diálogo. Esta é mais uma das características das crianças camponesas do MMC, que naquele olhar atento, próprio das crianças que não mais aceitam a condição de serem obedientes e submissas. Elas questionam as atitudes, mostram os equívocos, limites das relações construídas no grupo familiar, ou mesmo, no Movimento.

As crianças, ao participarem junto com suas mães e avós no MMC aprendem a mensagem e conseguem não só dizer, mas também fazer o que aprenderam. O diálogo, a participação nas práticas educativas, a troca de saberes que ocorre no coletivo vão sendo incorporados no cotidiano dessas crianças.

Este capítulo, à guisa de conclusão, apresenta os seguintes aspectos e destaques de natureza empírico-teórica, que são oriundos da dialética entre perguntas (questões de pesquisa) e respostas, a saber:

- As crianças camponesas na história do Brasil representam, de modo geral, uma vida marcada pela violência. Quatrocentos anos de escravidão. Mães escravizadas, obrigadas a obedecer, exploradas no trabalho, violentadas sexualmente. Nascem filhos(as) na condição de escravos(as). Mães indígenas expulsas de suas terras, de seu habitat, violentadas sexualmente pelo homem branco. Mães migrantes submissas, com dupla/tripla jornada de trabalho. Isso não significa ausência de rebeldia, de resistência, de enfrentamento. Mulheres que lutaram em condições extremamente desiguais e continuam lutando por dignidade. Mulheres/mães, trabalhadoras, “sem nome”, muitos filhos(as) para cuidar, amar, alimentar, vestir. Mulheres/mães e crianças excluídas por muito tempo dos direitos à saúde, ao estudo, ao

¹⁷² Diário de campo, Chapecó/SC, 30 de maio de 2017.

lazer, das condições de viver a maternidade, invisibilizadas no trabalho, sofrendo violência, discriminadas. Mulheres/mães que, ao se reconhecerem em situação desumana, lutaram e lutam por libertação, relações de igualdade e transformação da sociedade.

- Notei que no MMC na construção da luta pelo salário-maternidade, está implícita a luta pelos direitos das crianças. É preciso compreender que mulher camponesa está o tempo todo no ambiente de trabalho. É fato, a tripla jornada de trabalho entre a casa, seu entorno e a produção. A educação patriarcal e a exploração do trabalho impõe sobre as mulheres/mães a obrigação de trabalharem durante e depois da gravidez, “as mulheres jamais paravam de trabalhar” (MAESTRI, 2005, 84). Muitas sendo maltratadas, submetidas a privações e violências. O Movimento, ao problematizar a maternidade e lutar pelo direito ao salário-maternidade constrói um caminho de conquistas não apenas econômico, mas também conquista um significado político, social e cultural da maternidade camponesa. Pela luta do salário-maternidade, o MMC traçou diferentes estratégias para dialogar com a família e sociedade sobre a maternidade. Porém, a luta contra o sistema patriarcal precisa ser intensificada, pois muitas mulheres enfrentam situações de violência em todas as etapas da vida, inclusive na gestação. A outra questão que precisa avançar é sobre o controle do dinheiro, que ainda, em muitos casos, pertence ao homem e o dinheiro do salário-maternidade ela decide como investir. Esse debate contribuiu para a mulher dialogar com o marido sobre o controle e aplicação do dinheiro, embora, com todas as contradições, muitas estão avançando em relação à autonomia econômica.
- O MMC e as(os) filhas(os) ressignificam o ser mãe fazendo um contraponto à mercantilização do papel da mãe na sociedade. Se a alienação, como disse Freire (2014) e Dussel (1997), deforma mãe e filho(a) e os torna presas fáceis da dominação e opressão do capital, a conscientização provoca a construção de caminhos que conduzem à libertação, à dignidade, à felicidade. Mas ainda o caminho é longo e permanece o desafio de aprofundar as concepções internalizadas por mulheres e homens do ser mãe e do ser criança camponesa, tendo por base as questões de gênero, classe social, étnico/racial geracional. Buscar uma consciência que possibilite tecer cotidianamente libertações pessoais que necessitam ser articuladas com a luta coletiva para vencer o monstro do sistema capitalista e patriarcal.
- As crianças se referiram a formas de violência e revelaram indignação e estratégias para sair dessa situação que machuca, interrompe sonhos

de muitas mulheres e, conseqüentemente causa grande sofrimento na vida das(os) filhas(os). Denunciaram e manifestaram indignação quando mencionaram as representações do machismo ainda presente nas relações da família e da sociedade. Ao participar do processo formativo e das lutas no MMC, as mulheres camponesas começaram ver as opressões e explorações. E como ainda se educa as meninas-mulheres para serem obedientes, trabalhadeiras, acanhadas, estas, são elogiadas muitas vezes no sentido de reproduzir a educação bancária e mais para os defensores do patriarcalismo, a menina-mulher respondona, contestadora, criativa é tida como mal-educada. Alegro-me encontrar nas vozes das crianças um aceno de contestação, um olhar crítico sobre as formas de violência contra a mulher, ao mesmo tempo, revelaram que estão recebendo uma educação libertadora. As mulheres/mães desejam e estão se desafiando em construir uma convivência familiar com relações de igualdade, planejando a vida como um todo no ambiente familiar: as relações, os filhos, a produção, a economia, a divisão de trabalhos, a participação, a militância, enfim, o que envolve a vida.

- As crianças por meio de suas representações, revelaram contato permanente com a natureza. A convivência cotidiana com as mães, pais, avós, irmã(ão) adultos propiciam um ambiente de apropriação de conhecimento, seja nos trabalhos da casa, no processo de cultivo das sementes, no cuidado dos irmãos ou irmãs, no trato com dos animais. Essa relação possibilita saber as dificuldades enfrentadas pelas mães e familiares no trabalho da produção de alimentos. Sabem que esse trabalho também depende das condições climáticas e, por isso, entendem a luta do MMC contra o agronegócio, os monocultivos em defesa da produção de alimentos saudáveis, da preservação da biodiversidade e manifestaram-se dispostos a lutar e participativos(as) na luta pela preservação ambiental.
- Outro aspecto revelado pelas crianças camponesas é o modo como levam a vida dividindo o tempo entre o lúdico, estudo, trabalho, andar de ônibus (da casa até a cidade para a escola) e outros que caracterizam ser criança camponesa. Sabem que ser criança camponesa é ter tempo de brincar e estudar, mas também de trabalhar e lutar. Diferenciam trabalho de criança e de adulto. Trabalho compreendido como atividade social, educativo e aprendizado necessário para a reprodução da vida. Trabalho que se mistura com criatividade, imaginação, imitação, características da infância. As brincadeiras junto à natureza significam liberdade, autonomia, segurança. Transformam as abobrinhas em microfones, a

plantação de amendoim em multidão e falam sobre temas discutidos no MMC e/ou aprendidos com suas mães e avós. Enquanto suas mães e avós eram educadas numa concepção marcada pelo patriarcalismo e brincavam de boneca, reproduzindo o papel da mulher submissa, servidora, essas crianças revelam outra educação outro papel da mulher na sociedade.

- Gostam de acompanhar suas mães e avós na luta do MMC. Embora isso seja exigente para a mãe que desde o sair de casa precisa se preocupar com o transporte, roupa, alimentação, entre outros. Sua presença junto às ações do MMC é educativa tanto para as mães/militantes como para as crianças que começam a conviver com relações de mais igualdade. Como disseram: “aqui todas se ajudam”, talvez em casa não seja ainda assim. Nas representações, essas crianças veem sua mãe, avó como uma “guerreira”, mulher/mãe “forte de coragem”, uma “lutadora” e que suas lutas tem uma intencionalidade “vão buscar as conquistas” revelando que os direitos não são fruto do acaso, mas de muitas lutas.
- Por fim, a participação das crianças nas místicas é significativa, pois elas expressam a alegria em saber que suas mães estão lutando pelo direito de estudar e se colocam juntas na luta.
- Assim como já mencionei no capítulo anterior, essas crianças manifestaram-se como parte do ambiente, defensoras da biodiversidade numa relação de complementariedade.
- Observei também que o MMC está construindo novos seres humanos com ética, que têm como alicerce o diálogo, a sensibilidade, a solidariedade, a vida, a justiça, a luta por direito e pela transformação da sociedade.

4. CAPÍTULO IV – O DIÁLOGO DAS MULHERES E CRIANÇAS SOBRE OS PROCESSOS FORMATIVOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Façamos de nossas filhas e netas pessoas humanas, mulheres corajosas, aguerridas, que possam andar sozinhas na vida. Façamos de nossas filhas e netas verdadeiras cidadãs. Mas, façamos antes de tudo a nossa liberdade, construindo a nossa própria cidadania. Ser cidadã significa ter direito à participação, à voz e à vez na vida em sociedade, mas também na vida cotidiana. Ser cidadã é ter direito à educação, à saúde, à segurança, etc. e principalmente a uma vivência familiar com dignidade e sem traumas. Conquistemos este mundo melhor para nós, para nossas filhas, netas...
(ANMTR – Brasil, 1998, p. 2).

Figura 50 – ANMTR – Brasil, Capa da Cartilha, 1998



Fonte: Acervo do MMC/SC.

A imagem que abre este capítulo traz a representação do cotidiano das mulheres camponesas do Brasil em luta: grupo de mulheres, criança, homem; Ferramentas de trabalho: enxada, facão, chapéu, lenço; a produção representando regiões do Brasil: palmeira, milho, laranja, abacaxi, abóboras, flores; a luta pela documentação: Bloco de Produtora Rural, Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitora, Certidão de Nascimento, Incra, Carteira de Trabalho; as lutas e conquistas: previdência, salário-maternidade, saúde da mulher; águia representando as libertações.

O poema (ANMTR – Brasil, 1998, p. 2) é a representação e a interpelação entre mulher/militante/mãe e filha(o)/neta(o)/crianças e, ao mesmo tempo, a continuidade da luta numa sociedade capitalista e patriarcal. Mais ainda, o que está em destaque é a luta pela cidadania das mulheres e suas famílias no campo. Isso fica evidente quando nos versos militantes a reivindicação pelo direito às políticas públicas e sociais de caráter emancipatório: “[...] ser cidadã é ter direito à educação, à saúde, à segurança, etc. e principalmente a uma vivência familiar com dignidade e sem traumas” (ANMTR – Brasil, 1998, p. 2). O que também subjaz nas entrelinhas dos versos e do desenho são os desafios para a construção de outra sociedade para as mulheres de todas as gerações e de diferentes realidades do campo e para toda humanidade. O que reivindicam é uma sociedade para além da lógica destrutiva do capital: “conquistemos este mundo melhor para nós, para nossas filhas, netas...” (ANMTR – Brasil, 1998, p. 2).

O propósito, neste capítulo, é apresentar e problematizar algumas práticas educativas, visando a compreender como as crianças que acompanham suas mães/mulheres/militantes, interagem com as práticas educativas no MMC¹⁷³.

Antes de mais nada, vale destacar que os processos formativos e as práticas educativas são compreendidas como conteúdos político-pedagógicos, construídos no âmbito das lutas de resistência e enfrentamento ao modo de produção do sistema capitalista e do sistema patriarcal, com vistas à construção da vida pelo direito a relações de igualdade entre as pessoas e o ambiente, o direito à terra, à produção diversificada e saudável. Nesse sentido, o processo formativo e as práticas educativas miram o horizonte de libertação das meninas/mulheres de todas as opressões, violências; a efetivação da agricultura camponesa agroecológica e a transformação da sociedade com relações de igualdade entre as pessoas e destas com o ambiente.

4.1 NARRATIVAS DA INFÂNCIA CAMPONESA NA VOZ DAS MULHERES/MÃES/MILITANTES DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

¹⁷³ Para isso, busquei como referências teórico-bibliográficas sobre os processos formativos e práticas educativas, Freire (2002, 2014), Caldart (2015). A contribuição sobre as sementes e a produção em Carvalho (2003) e León (2003). Para trabalhar a infância a partir dos estudos de Kramer (1997), Caderno CEDES (2002), Silva (2003) e Arenhart (2007), e os documentos do MMC impresso e fotografias, entre outros(as) autoras(es) que serão mencionados no texto em diálogo com as crianças e mulheres camponesas.

Para dialogar sobre as crianças e a infância camponesa do MMC, tomo como ponto de partida algumas memórias a partir das narrativas da infância das mulheres/mães/militantes do Movimento. Mais especificamente, a geração que na década de 1980 ousa pela organização, formação e lutas para construir outros caminhos para suas vidas. Criaram o MMC. Suas vivências podem apresentar aprendizados às mulheres dessa geração, como também para às crianças.

Aued (2007) optou por dar voz a lideranças que marcaram e marcam a história e, muitas vezes, passam desconhecidos da sociedade com exceção de sua família, seus vizinhos e do Estado que registra o nascimento, casamento e morte (AUED 2007, p. 17). Entre as lideranças¹⁷⁴ que fizeram parte de seu estudo, encontrei mulheres/mães/militantes e dirigentes do MMC, que ao relatar sua trajetória de luta se referiram à infância de seu tempo.

Trago para análise a narrativa de quatro lideranças: Adélia, Ivonete, Iraci e Beatriz, que ainda hoje atuam no MMC, com exceção de Beatriz (*in memoriam*). Beatriz vive entre nós na luta incansável pela produção camponesa agroecológica e na luta pela libertação das mulheres de todas as formas de opressão e violência. Beatriz marcou pelo seu testemunho e exemplo o MMC, pela sua consciência em construir alternativas de produção agroecológica e pelo comprometimento com as mulheres na luta de superação das opressões e violências, apoiando e buscando outros caminhos.

Adélia Maria Schmitz, filha de pequeno agricultor do Município de Itapiranga/SC. Sua família dedicava-se, entre outras atividades, ao cultivo do milho para engordar porcos. Conta que todo o trabalho era realizado a partir da energia humana, ou seja, a força braçal era a principal ferramenta para todo o processo de produção do milho. Naquela época, não havia máquinas (AUED, 2007, p. 86). Quando Adélia se refere à infância, descreve que é:

A segunda, de 11 filhos, começou cedo a ajudar os pais a cuidar dos irmãozinhos, na roça, e com isso parou de estudar. A mãe trabalhava na roça e levava os filhos com ela. Até o bebê, que ficava na gamela, não escapava da roça. Enquanto os pais trabalhavam na lavoura, Adélia e os outros filhos

¹⁷⁴ “Desde 2003 os personagens sociais que compõem este livro se encontraram em diversos momentos e em distintas situações [...] O livro apresenta o esforço coletivo, no qual estiveram empenhados os sujeitos de movimentos sociais, alunos e professores. [...] A pesquisa integra o estudo sobre ‘Desemprego e Cooperativa de Trabalho’ que foi desenvolvido no decorrer de 2003 – 2006.” (AUED, 2007, p. 15-18).

brincavam ao redor, muitas vezes, já com uma enxada pequena e, claro, sob o olhar vigilante da mãe. Depois, já maior, Adélia ficava em casa ocupando-se dos serviços domésticos: limpar a casa, preparar comida e cuidar dos irmãos pequenos. [...] A distância da escola, a lida na roça e em casa, afastaram Adélia dos estudos só retornando aos 18 anos, quando foi para o convento. (AUED, 2007, p. 86).

A descrição da infância de Adélia, embora precise considerar suas particularidades, de modo geral faz parte da trajetória de vida das mulheres camponesas que se construíram lideranças no MMC, bem como em Movimentos Populares, Sociais e Sindicais, Pastorais Sociais e outros. Era natural a menina deixar os estudos para trabalhar ao lado da mãe e do pai. Outra situação que impedia de continuar os estudos era a distância, pois, na maioria das vezes, era necessário deixar a casa da mãe e do pai e ir morar na cidade, assumir o trabalho doméstico em troca do lugar para morar e prosseguir os estudos.

Essa condição foi vivenciada por Ivanete Manteli, liderança do MMC, do Município de Palma Sola/SC. Ao se reportar à infância diz: “Eu estudei só até a quinta série, depois tive que voltar para casa, cuidar de meus irmãos para minha mãe poder ir na roça.” (AUED, 2007, p. 127). Beatriz Maria Gass Reichert, líder do Movimento no Município de São Joaquim/SC, também conta:

Minha vida de infância não foi muito fácil, porque os meus pais foram à sexta família a ir morar no lugar onde eu nasci, perto de Itapiranga, em Iporã do Oeste, que naquele tempo era município de Chapecó ainda. Então eles foram morar no mato, e eu nasci num galpão velho. A escola primária que eu frequentava ficava a 1,5 km da minha casa. Como eu era a irmã mais velha, tinha que trabalhar muito, então não tinha muito tempo para brincar. [...] Eu gostava muito de tratar os porcos, essa era minha paixão, criei 38 porquinhos guachos na mamadeira, isso eu adorava fazer. (AUED, 2007, p. 105-106).

Beatriz, primeira filha numa realidade que precisava construir a casa, garantir a produção necessária para viver. Sendo a filha mais velha, passou sua infância quase sem tempo para vivenciar aquilo que é próprio da infância. Parafraseando Silva (2003, p. 200), o trabalho que suprime a infância das filhas(as) e filhos da classe trabalhadora assalariada ou camponesa, forçando-as a renunciar às brincadeiras e à escola para

contribuir no sustento familiar ou criar condições principalmente para sua mãe trabalhar, precisa ser banido. E acrescenta o autor, que é este tipo de trabalho ou “[...] atividade desumana, que empata o desenvolvimento das potencialidades e, conseqüentemente, obsta a criança de participar junto com a família, de forma mais igualitária, da riqueza social, cultural e econômica da sociedade a que pertence” (SILVA, 2003, p. 200).

Algo semelhante foi a infância de Iraci Colombo¹⁷⁵, líder do MMC no Município de Descanso/SC, “[...] iniciou o trabalho na roça entre 7 e 10 anos de idade, quando o seu pai faleceu. Os momentos de lazer eram para fazer crochê, bordado, futebol, arrumar ao redor da casa, plantar árvores” (AUED, 2007, p. 122). Infância, trabalho e estudo, para essa geração de mulheres, tem um significado muito diferente da infância nesse início de século XXI. Essas mulheres foram condicionadas a renunciar ao estudo para trabalhar auxiliando a mãe e/ou o pai no labor, na casa e na produção. Para as mulheres camponesas aqui representadas por Beatriz, Adélia, Ivonete, Iraci, o tempo de brincar foi pouco ou nada. Brincavam trabalhando. A realidade de cada uma é diferente, mas há em comum o trabalho, o abandono do estudo, a falta de tempo para brincar.

Isso mostra a complexidade do campo, em que a infância apresenta elementos da relacionados à condição econômica, à diversidade cultural, de gênero, do espaço e classe social. Silva (2002) alerta para a necessidade de ter presente a totalidade que envolve os sujeitos de pesquisa para melhor extrair o sentido, significado e as implicações de suas expressões. O desafio é compreender as manobras que o sistema capitalista e patriarcal faz para se beneficiar do trabalho infantil que numa primeira visão, condena, mas, na prática, se apropria-se lucrando com trabalho não pago ou mal pago. Isso ocorre principalmente com as meninas-mulheres (SILVA, 2002).

Não é possível fazer vistas grossas às lutas feministas em prol da eliminação das desigualdades, seja ela concebida como dominação masculina, patriarcado, desigualdade de gênero e de classe, cujas repercussões possuem dimensões

¹⁷⁵ Iraci conta, que ao completar a quinta série, começou lecionar na comunidade de Linha Taquá, Município de Descanso/SC e fez o supletivo através de aulas radiofônicas e prestava exame em Maravilha. Começou a cursar normal presencial em período de férias em São Miguel do Oeste e desistiu após o casamento. Trabalhou como professora por dez anos. A escola era distante três quilômetros de sua casa e já com o segundo filho, desistiu de ser professora para trabalhar na casa, cuidar dos filhos e ir para a roça. Como liderança sempre participou de processos formativos na igreja, no MMC. Em 2010 e 2011, fez o ENEM e no final do ano está concluindo o curso de pedagogia aos 68 anos (Diário de Campo, São Miguel do Oeste, 22 de outubro de 2016).

sociais, culturais, econômicas e políticas propiciadas pela diferença sexual. (SILVA, 2002, p. 30).

Whitaker (2002, p. 10), em seus estudos sobre “cultura escolar e espaço social”, observou que Walter Benjamin faz duras críticas à concepção burguesa da infância. Uma visão romântica da criança e da infância. De modo geral, as crianças do campo trabalharam muito e principalmente as crianças de famílias empobrecidas continuam trabalhando muito. A autora questiona de forma veemente a ideologia burguesa que aliena, explora e mantém o povo dominado quando afirma: “A burguesia vê a prole como herdeiros, os deserdados os veem como *ajudantes*” (WHITAKER, 2002, p. 10, grifo no original).

Retomando o olhar sobre a memória da infância no MMC, em uma cartilha da década de 1980, está escrito: “Nós, mulheres agricultoras, somos muito oprimidas. Se fôssemos recordar nossa infância (eu, por exemplo, me lembro de que não tinha tempo para brincar), muitas vezes mal alimentadas e sem atenção dos pais” (MMA/SC(f), [s.d.], p. 12). Essa descrição e as narrativas das lideranças trazem as representações da infância de seu tempo de criança, como disse Silva (2003), uma infância roubada, pois não tiveram condições de vivenciar o lúdico.

Silva (2003, p. 296), em seus estudos sobre as crianças na região canavieira de Pernambuco, constata que “o Nordeste é sem infância, não têm infância, o campo não têm infância”. Sua pesquisa mostrou que as crianças gostam de brincar, entretanto, “[...] o cansaço imposto pelas obrigações laborais inibe os impulsos lúdicos, o desejo de brincar, impondo assim os constrangimentos, preocupações e responsabilidades prematuras do trabalho” (SILVA, 2003, p. 292).

As palavras de Silva (2003), no entanto, guardam sua visão sobre infância à época de seus estudos da tese de doutoramento nos anos 1990. Entretanto, convém relativizar a expressão “o Nordeste sem infância, não tem infância, o campo não tem infância”. Na verdade, tanto lá como aqui na região oeste de Santa Catarina, não é que não existe infância, o que existe é uma dada teoria e prática da infância, com suas práticas educativas específicas e construídas no âmbito da luta das trabalhadoras e trabalhadores do campo. Há assim uma infância historicamente situada e compreendida como uma construção social e histórica, que traz consigo as insígnias e as marcas no corpo e na subjetividade das políticas públicas e sociais e práticas educativas opressoras no âmbito da relação entre a lógica fundiária do capital e as lutas de resistências.

Nesse sentido, torna-se imperativo debater e reconhecer que a divisão sexual do trabalho é muito mais do que constatar a presença das

diferenças entre homem e mulher na sociedade atual. O que está em jogo, sobremaneira, é a articulação de uma análise do real com uma reflexão sobre o processo, ou seja, o conjunto dos elementos existentes nas especificidades de gênero e utilizados pela sociedade capitalista para controlar a hierarquização do modo de produção do capital e a reprodução do sistema patriarcal.

Ao refletir sobre as memórias das mulheres do movimento, surge outra questão oriunda das evidências empíricas implícitas nas memórias da infância das mulheres, qual seja, a “divisão sexual do trabalho no espaço de reprodução” (NOGUEIRA, 2006, p. 25) no âmbito do MMC. Isto significa dizer que a desigualdade na divisão sexual do trabalho, nas esferas produtiva e reprodutiva, é de suma centralidade para as relações de poder, sobretudo, quando se fala em patriarcalismo e feminismo camponês e, consecutivamente, sobre o poder exercido pelos homens sobre as mulheres (NOGUEIRA, 2006, p. 25).

Esse preâmbulo teórico-metodológico supraevocado pode ser ilustrado nas pesquisas de Silva (2002, p. 36-37). O autor discorre sobre o trabalho das meninas-mulheres e das mulheres-meninas¹⁷⁶ na casa ou na roça na região da mata pernambucana. O autor percebeu que as meninas têm maior responsabilidade com o trabalho doméstico. Jeferson, 13 anos, diz que o trabalho “[...] das meninas é igual, porque trabalha na cana e ainda em casa. Eu mesmo acho que o trabalho da casa cansa muito, eu ajudo, lavo prato, faço comida, não tenho vergonha de dizer” (SILVA, 2003, p. 242). Se Jeferson “não tem vergonha de dizer” que faz trabalhos domésticos deixa a entender que outros meninos ou homens adultos não fazem o que ele faz. Mesmo que meninas e meninos, ou mulher e homem trabalham juntos na roça, na casa não é assim. O trabalho doméstico recai e é entendido como sendo de responsabilidade das meninas e mulheres/mães/avós, que começam na infância e continuam sendo seus na vida adulta.

Voltando o foco de reflexão para as mulheres do MMC, pode-se dizer que, desde crianças, trabalham no cuidado de irmãos e irmãs, da casa, ou da roça. No entanto, as mulheres que estão se organizando começam a identificar que estão “sustentando” e/ou reproduzindo a opressão e exploração quando escrevem: “A mulher foi educada pra trabalhar e não

¹⁷⁶ Para Silva (2003): As mulheres-meninas são aquelas que no campo da Zona da mata Canavieira, lutam precocemente contra a exploração do trabalho das mulheres e dos homens na cana-de-açúcar. As meninas-mulheres fazem parte da saga transgeracional que faz com que desde cedo tanto meninas quanto meninos tenham que se submeter ao sofrimento do trabalho precoce na cana-de-açúcar.

para pensar o que faz, porque faz e para que trabalha.” (ARTICULAÇÃO NACIONAL, [s.d.], p. 7).

Para Silva, (2002, p. 41), as mulheres “[...] experimentam, desde cedo, uma vida voltada mais para o também pesado trabalho doméstico, por isso, crescem sem as mesmas possibilidades de sociabilidade e educação consecutivamente com menos opções de vivência do lúdico, que os homens”. Mas na história sempre houve aquelas que resistiram, ousaram, burlaram os padrões estabelecidos, subverteram as ordens. Perceberam que a vida podia ser diferente do que aprenderam desde a infância, como papel natural que as meninas e as mulheres deveriam desempenhar. Foi o que expressou Marilize Beatriz¹⁷⁷ no CEC quando as crianças questionaram suas mães sobre o que aprendem no MMC.

O MMC pra mim, na minha vida particular ele tem um significado muito grande. Eu nunca conhecia o Movimento e a partir de um convite de uma grande amiga, isto há 19 anos. Eu me desafiei. De uma pessoa que vivia, assim, da casa pra roça e da roça pra casa. Eu me desafiei a sair de casa, depois de casada, porque antes de casar eu não tinha essa liberdade. (MARILIZE BEATRIZ¹⁷⁸).

O que faz Marilize Beatriz “da casa pra roça e da roça pra casa”? Que papel ela desempenha na casa e na roça? Ela “faz” aquilo que aprendeu desde a infância. É certo que o espaço que Marilize Beatriz tem que dar conta é a casa e ali são inúmeros os trabalhos. A casa¹⁷⁹ inclui o entorno, como me referi no primeiro capítulo. O “tudo” que está ao redor da casa, o MMC, a partir da luta de construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica, denominou de quintal produtivo agroecológico.

As mulheres camponesas do MMC, na região oeste de Santa Catarina, concebem os quintais produtivos agroecológicos a partir do projeto popular de agricultura camponesa que se efetiva no MMC na luta de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas, ervas e plantas medicinais, nativas, frutíferas, produção diversificada de alimentos, flores e pequenos animais. Esse conjunto é cultivado em uma área de terra normalmente próxima à casa, coordenada principalmente pela mulher com a participação das crianças e em determinados

¹⁷⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁷⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁷⁹ Consultar: HEREDIA, Beatriz M. Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma. *Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

momentos, conta com o trabalho do marido ou de outras pessoas adultas. Ali elas combinam a arte, a beleza, o alimento, o remédio, cultivando a produção diversificada e criação pequenos animais. O espaço é planejado entre o cultivo de temperos e hortaliças de uso diário (horta), consorciado com a diversidade de produtos que compõe a dieta do grupo familiar com plantas medicinais, pomar, jardins.

Ainda nesse espaço, pode estar incluída a cisterna e pequena infraestrutura de irrigação, bem como as estruturas para a criação e reprodução de animais de pequeno porte. Também o galpão para guardar ferramentas e utensílios de trabalho e outros utilizados para a colheita, secagem, armazenamento dos produtos, as sementes para o próximo plantio, biofertilizantes ou repelentes orgânicos, os utensílios básicos para o processamento artesanal de derivados de leite, sucos, conservas, doces, artesanatos. É um espaço produtivo onde as mulheres camponesas têm autonomia e decisão, porém, ainda pouco reconhecido e valorado. A finalidade dessa produção é o autossustento e o excedente dividido com os filhos(as) e também fonte de renda para as mulheres. A mulher “possui uma ciência de combinar a produção vegetal e a criação animal o ano todo” (AMTR-Sul, 2008, p. 29). Faz-se necessário destacar que cada quintal produtivo agroecológico tem suas características específicas de acordo com a necessidade do grupo familiar, sua cultura e costumes, o clima da região, a localização geográfica, a força de trabalho para o manejo, entre outros.

É verdade que a partir da década de 1980 aos nossos dias, o campo passou e passa por grandes mudanças, seja no sentido das conquistas de direitos¹⁸⁰ enquanto classe trabalhadora, como também dos impactos da modernização capitalista, científica globalizada¹⁸¹. O

¹⁸⁰ A conquista de direitos para as trabalhadoras(es) do campo são fruto da luta e da organização no MMC em conjunto com outros Movimentos populares e sindicais do campo. Houve avanços no acesso aos direitos, reconhecimento da profissão de trabalhador(a) rural, do trabalho da mulher e de seu papel na sociedade, maior acesso e continuidade dos estudos, atendimento à saúde, melhorias nas condições de moradias, infraestrutura, crédito agrícola, melhorias nas estradas, acesso à mecanização, a tecnologias, a comunicação, possibilidades de lazer, entre outros. E que a partir do golpe político, midiático, empresarial que resultou no *impeachment* da ex-presidenta Dilma segue uma série de mudanças que estão sendo aprovadas no Congresso Nacional de retrocessos nos direitos dos trabalhadores(as) do campo e da cidade.

¹⁸¹ Verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e também, de assistência técnica cujas características são as seguintes: concentração da terra; monocultura; engenharia genética dos alimentos e da agricultura, tendência à padronização da dieta alimentar, êxodo rural principalmente dos jovens e em especial das jovens mulheres criando uma realidade de masculinização e celibato no campo; envelhecimento comprometendo a reprodução e a sucessão familiar; a urbanização e assalariamento do campo, ou seja, as pessoas permanecem morando no campo e se deslocam para o trabalho assalariado

problema é que a maioria das inovações são pensadas e produzidas para favorecer a sanha voraz do capital, com o objetivo de lucrar e concentrar riquezas. As Instituições estatais pouco têm se preocupado em desenvolver tecnologias apropriadas para a agricultura camponesa¹⁸² agroecológica que resistem na contramão deste sistema capitalista de agricultura, enfrentando as consequências e os impactos da modernização no campo. “Essa resistência familiar e social à exclusão pressuporá mudanças nas matrizes de produção e na de consumo familiar. Isso significará, antes de tudo, mudanças culturais importantes, que afetarão o cotidiano da vida camponesa e indígena.” (CARVALHO, 2003, p. 98).

Nessa reconfiguração do campo está a infância, com suas características, diferente da infância de suas mães e avós. Mas não dá para esquecer que, no Brasil, há regiões e populações no campo que vivem em situação de exclusão, violência, empobrecimento e abandono, implicando na vida das crianças, imprimindo nelas marcas profundas impostas pela falta de acesso aos direitos fundamentais (educação pública de qualidade, lazer, saúde e outros), exigindo delas a necessidade de trabalhar para viver. Para Silva (2003, p. 119, grifo no original): “A inserção precoce ao mercado de trabalho compromete as gerações futuras ao alijar as crianças e adolescentes do *direito à infância, ao lazer, à escola, ao desenvolvimento físico e mental.*”

Arenhart (2007) explica que as desigualdades sociais, próprias da sociedade capitalista e patriarcal, impõem sobre as crianças camponesas, entre elas, as mais empobrecidas, a necessidade de assumir o mundo do trabalho para sobreviver. Principalmente as crianças filhas(os) de sem-terra, de arrendatários, de diaristas ou de peões enfrentam dificuldades de toda a ordem. Essas crianças estão junto com seus familiares na luta pela conquista da terra, como descreveu (MARTINS, 1993), enfrentando escassez de alimento, medos, perseguições, torturas, conflitos e outros problemas citados pelo autor, na esperança de melhorar os meios de vida.

Urge destacar que essa não é uma realidade do século passado. Situações de violência contra as trabalhadoras e trabalhadores sem-terra,

na cidade principalmente ligado à agroindústria; A política de nucleação das escolas, entre outros (CARVALHO, 2003, p. 95- 112; MITTAL, ROSSET, 2003, p. 173-190; VITORINO; GOLDSCHMIDT, [s.d.]). A alteração na matriz de produção afetou a divisão do trabalho familiar e comunitário no mundo camponês, as práticas agrícolas e as de criação, a natureza dos insumos utilizados para a produção e diversificação de cultivos e criações e as suas relações com o mercado, com a natureza e com a saúde das pessoas (CARVALHO, 2003, p. 102).

¹⁸² Consultar: ALTIERI Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. Sementes nativas: Patrimônio da humanidade essencial para a integridade cultural e ecológica da agricultura camponesas. p. 159-172. In: CARVALHO, Horácio Martins de. (Org.) *Sementes Patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo. Expressão Popular, 2003.

indígenas, negros, por parte do latifúndio e da polícia, revelam uma onda brutal de intolerância, ódio, ganância, supremacia estrutural do capital sobre as trabalhadoras(es). Pergunto-me: o que será das crianças dessas famílias vitimadas pela violência do agronegócio? As instituições protetoras da infância se levantaram contra o agronegócio, o capital que mata e assassina a vida de seus pais, suas mães e familiares? Em resposta a essas questões, vejo que os movimentos e pastorais populares, sindicais, CPT e organizações ligadas aos direitos humanos, entre outras, vêm denunciando a violência no campo¹⁸³ e a criminalização dos movimentos sociais populares do campo e da cidade, cujas ações são engendradas, apoiadas e estimuladas pela bancada ruralista no Congresso e no Senado Nacional e outras forças políticas e econômicas conservadoras que matam para concentrar riqueza e poder.

Assim sendo, não resta alternativa senão tornar a luta e a resistência no campo, cada vez mais, como uma prática educativa de caráter político-pedagógico. Essa estratégia é de suma pertinência, considerando que os que não lutam, podem permanecer dependentes, ou então, obrigam-se a migrar para a “cidade do capital”¹⁸⁴, obrigados a enfrentar as adversidades e a violência da vida urbana sem ter o “direito à cidade”¹⁸⁵, isto é, o direito à educação, ao trabalho, à saúde, ao lazer etc. Isso ocorre também entre as famílias camponesas com pouca terra.

As crianças, jovens e adultos tem seus corpos marcados pela situação difícil de vida no campo, onde não chegam políticas públicas competentes na área da saúde, educação, saneamento básico – água, esgoto -, segurança alimentar, lazer, esporte,

¹⁸³ OLIVEIRA, Cida de. RBA. *Em cinco meses, 36 trabalhadores são assassinados em conflitos no campo*. Publicado em 25/05/2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/violencia-no-campo-assassinou-36-trabalhadores-rurais-em-cinco-meses>>. Acesso em: 2 jun. 2017. Há outros dados que revelam a brutalidade do agronegócio fazendo vítimas. Cito por exemplo o ato de vigília no sétimo dia da chacina em Frente o Tribunal de Justiça do Pará num ato de repúdio e denuncia como declarou a “vice-presidenta nacional da CUT, Carmen Foro, considera fundamental resistir para mostrar que existem pessoas que não se calarão frente à chacina. Foram dez trabalhadores rurais que há uma semana perderam suas vidas pela mão do Estado. Foi à polícia civil e a polícia militar que assassinaram os trabalhadores rurais. Basta! Basta de violência! Nós queremos justiça.” (GONÇALVES, 2017, [s.p.]).

¹⁸⁴ LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Segundo o autor, a cidade, ou mais precisamente o centro urbano, é um tema essencialmente contemporâneo, próprio do século XX e um desafio para o século XXI. A presente edição, ‘A cidade do capital’, traduzido do original ‘La pensée marxiste et la ville’, de Henri Lefebvre, oferece um instrumental heurístico importante para as análises dos mecanismos de democratização da cidade, ao apresentar uma densidade teórica incomparável nos estudos urbanos.

¹⁸⁵ LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

cultura, entre outros. [...] o campo brasileiro é demarcado pelo agronegócio, que visa ao lucro e expulsa as populações do campo, e vem empregando agrotóxicos de maneira descontrolada, o que está repercutindo na vida dos trabalhadores. (TAFFAREL *et al.*, 2013, p. 335-337).

Melhorar as condições de vida no campo não acontecerá por concessão da classe dominante, será, sim, fruto de muita luta e organização para mudar as estruturas da sociedade e necessariamente passa pela distribuição da riqueza. Aued e Vendramini (2009, p. 41), em seus estudos sobre a exploração do trabalho infantil em Santa Catarina, também constataram que as crianças camponesas trabalham “[...] nas atividades: fumicultura, colheita de erva mate, maçã, plantio de tomate, cebola, cerâmica, olarias, calçados, serviços domésticos, entre outros”. Ao contrário, a criança urbana pertencente às famílias com melhores condições financeiras podem, além de estudar, brincar, descansar, participar de aulas de dança, música, esporte, entre outros. A dimensão cultural é negada para muitas crianças camponesas.

Isso posto, é possível identificar outras vivências em relação ao trabalho a partir das representações das crianças camponesas do MMC que participaram do CEC, embora nesta pesquisa, o objetivo não seja avaliar o trabalho no mundo infantil, como fez Arenhart (2007), Silva (2003) e Aued e Vendramini (2009). Elas assim se pronunciaram quando o assunto era o trabalho das crianças. Davi Luís¹⁸⁶ disse: “Eu ajudo no trabalho de casa e no serviço”. Guerreiro: “Eu lavo a louça e sei fazer comida”. Lucas¹⁸⁷: “Eu faço as coisas lá fora”. Camyli: “Eu também ajuda a mãe”. Eloisa¹⁸⁸ disse: “Eu ajudo a mãe, mas criança é pra brincar estudar [...]”. Maikeli¹⁸⁹ ao falar sobre o trabalho expressou dúvidas: “dependendo do trabalho”. Davi Luís¹⁹⁰ explicou: “É, trabalho pesado, assim, não é pra criança”, que foi confirmado por Pinha¹⁹¹: “Eu faço, mas não tudo”. Em seguida Larissa disse: “Pra criança tem diferença. Trabalho pesado a criança não pode fazer!” Heitor¹⁹²: “Não! Criança não pode trabalhar, mas eu também ajudo minha mãe aqui” quando Heitor diz que ajuda a mãe “aqui” se refere ao Centro de Formação do MMC, que, estando junto, contribui

¹⁸⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁸⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁸⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁸⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁹⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁹¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁹² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

com sua mãe, as mulheres, exercendo algumas atividades como, abrir o portão, servir água, avisar o horário do almoço ou lanche, participando das místicas, na ornamentação do espaço, entre outros.

As crianças camponesas do MMC têm sua vida articulada com o trabalho ao lado da mãe nos “serviços da casa”, no “lavar a louça, fazer comida” ou outras tarefas “lá fora”. A expressão “lá fora” quer dizer, no conjunto de trabalhos que envolvem a produção de autossustento e renda que a mãe/mulher administra no entorno da casa. Essas crianças vivem “uma relação entre brincar-trabalhar-aprender” (LEITE, 1997, p. 79). A autora também observou que para “[...] as crianças pobres é usurpado o direito de brincar ou de transformar em lúdica a sua relação com o trabalho” (LEITE, 1997, p. 79).

Questionei o que seria trabalho pesado e Heitor¹⁹³ destacou: “carregar mercadoria”. Pinha¹⁹⁴ citou o exemplo: “não pode carregar sacola muito pesada”. Pinha se referiu à mochila com materiais escolares, as malas de roupas e sacolas com alimentação quando vai para a luta. Guto¹⁹⁵ contou que: “[...] às vezes vou viajar com meu pai, tem um caminhão. Daí eu ajudo ele descarregar as caixas. Eu levo as mais leves e ele as mais pesadas.”

O trabalho que ocupa essas crianças se dá no contexto familiar, diferente das crianças pesquisadas por Silva (2003), que trabalham para “outrem”, como o usineiro produtor de cana. As crianças camponesas sujeitos desta pesquisa “[...] desde pequenas realizam tarefas ao lado dos mais velhos. [...] Além de ser visto como fundamental, o trabalho é valorizado e internalizado dentro da dimensão do querer, do gostar” (LEITE, 1997, p. 77). Nesses casos, o trabalho em suas vidas não está relacionado à condição de sobrevivência, de ganhar dinheiro, de remuneração econômica, como apresentaram algumas crianças nos estudos de Arenhart (2007, p. 145-146), ou aquelas que precisam trabalhar para viver e complementar a renda do grupo familiar (SILVA, 2003; AUED; VENDRAMINI, 2009; MARTINS, 1993).

Arenhart (2007, p. 134) buscou elementos em outros autores para entender como tratar a temática do trabalho das crianças do campo. Aí encontrou outros estudos indicando a necessidade de considerar outros aspectos sobre as concepções de trabalho. Identificou a concepção do *trabalho das crianças como atividade social*, “[...] não parte portanto, da

¹⁹³ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁹⁴ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁹⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

concepção burguesa de trabalho, em que este só é visto e valorizado como tal se serve para acumulação de capital” (ARENHART, 2007, p. 134).

A sociedade capitalista e patriarcal nega e camufla o trabalho realizado pelas crianças, mas se apropria do trabalho delas por meio de suas mães e pais que se liberam para o trabalho produtivo. “[...] o não-reconhecimento das atividades que as crianças realizam na infância, como estudar ou ajudar nos serviços domésticos, ajuda a construir uma imagem no senso-comum sobre as crianças que as coloca numa situação de inferioridade” (ARENHART, 2007, 135). E digo mais, uma imagem de desvalorização, desqualificação invisibilizando uma realidade existente, algo semelhante ocorre com o trabalho da mulher. Embora essa questão do trabalho das crianças camponesas carece maior aprofundamento.

É preciso conceber, reconhecer, valorizar, dar visibilidade ao trabalho das crianças enquanto atividade social, juntamente com o estudo, com as brincadeiras, com a luta, entre outras vivências própria da infância. A partir dessa compreensão, o trabalho “[...] não chega a ser problema para o direito da infância, desde que o tipo de trabalho que realizam não as aliene da condição de sujeito e de criança” (ARENHART, 2007, 135).

As figuras 49 e 50 revelam uma prática educativa relacionada ao trabalho e o lúdico. As crianças estão participando da colheita de sementes de girassol. Enquanto levam o carrinho de mão, brincam, colhem as sementes, observam, dialogam e aprendem. Começam ter noção de como se produz o girassol. Uma das sementes que alimenta as calopsitas ou as galinhas. Podem também aprender o benefício das sementes de girassol para a saúde. Assim também as meninas, brincando entre os tomates. Brincar no quintal produtivo permite que as crianças acompanhem o desenvolvimento das plantas, colham os frutos, transformem em alimento, experimentem o gosto, o sabor, sintam o cheiro, identifiquem o tomateiro, o girassol, entre outras plantas. Cria-se um misto de trabalho, lazer e aprendizagem.

Figura 51 – Colheita de sementes de girassol



Fonte: Registro da autora.

Figura 52 – Brincando entre os tomateiros.



Foto: Sandra Marli da Rocha Rodrigues.

As crianças camponesas crescem relacionando-se com a vida real em que estão inseridas ao lado de sua mãe e seu pai ou do grupo familiar em todas as dimensões. No campo, o espaço de vivência é o espaço do trabalho. As crianças estão junto ao trabalho dos adultos, brincando, aprendendo, resolvendo situações e adversidades que encontram no cotidiano e, como disse Adélia, sempre do “o olhar vigilante da mãe” (AUED, 2007, p. 86). Não permitir que as crianças se envolvam no

trabalho do campo pode ser um problema por crescerem deslocados das formas de produção da vida em que estão inseridos. Evidente que aqui não estamos falando do trabalho na lógica capitalista que faz do trabalho mercadoria.

Caldart (2015, p. 8) defende que o trabalho é a matriz fundamental como prática educativa para a formação do ser humano “como ser social e histórico, sujeito de práxis”. Isso se materializa pelo trabalho, “[...] atividade humana criadora da própria vida humana na sua relação com a natureza, na construção do mundo e de si mesma.” (CALDART, 2015, p. 8). Nesse sentido, a escola e os processos formativos nos movimentos sociais populares têm a tarefa de pensar o trabalho que se transforma em luta concreta para melhorar as condições de vida e construir relações de igualdade. Isso significa dizer que a prática é, ao mesmo tempo, teoria, pois implica em entendimento prático do que fazer e como fazer. Esses *processos pedagógicos básicos* aparecem de forma mais constante e insistente na trajetória histórica e nas diversas vivências socioculturais que são constituidoras da experiência do MST. Em sua concepção de educação, perpassa “[...] *luta social, organização, coletividade, terra, trabalho e produção, cultura e história* como matrizes formativas fundamentais para a vida”. (CALDART, 2015, p. 207-208, grifo no original).

A autora mostra o esforço do Movimento em construir uma escola para criança, adolescentes, jovens e adultos, próxima “da vida real, do trabalho, da luta” (CALDART, 2015, p. 5). Esta inquietação vem ao encontro das reflexões de Arenhart (2007) do trabalho como atividade social. Seja na família, na escola, no Movimento, o trabalho social se apresenta como um desafio a ser construído com as novas gerações. Conceber o trabalho com uma visão de mundo inclui várias dimensões em debate na sociedade, como: agroecologia, soberania alimentar e energética, distribuição da terra e da riqueza, consciência crítica, direitos sociais, relações de igualdade de gênero, étnico/racial, geracional e “[...] consolidação de valores, de posicionamentos políticos e ideológicos, de equilíbrio afetivo, de hábitos de trabalho e de vida social” (CALDART, 2015, p. 5-6).

As crianças camponesas no CEC mostraram um nível de consciência em relação as suas responsabilidades, envolvendo brincar, estudar, trabalhar. Aprendem a administrar as contrariedades cotidianas que estão envolvidas. Nataly¹⁹⁶ disse: “Eu cuido de minha irmã, mas é chato. Cuidar de irmã até que é legal, mas quando ela chora é...”. Sente-

¹⁹⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

se limitada em atender a irmã quando tem alguma necessidade manifestada pelo choro. Criança pequena tem sua linguagem: chora, grita, briga e aí precisa identificar o que está acontecendo para acalmá-la. Isso exige habilidade que Nataly tem dificuldades para tanto, por isso “é chato”. Quando são um pouco maiores é mais fácil o entendimento entre si durante as brincadeiras e no cuidar-se. Assim, enquanto brincam, um(a) cuida do outro(a) sendo uma contribuição para a mulher/mãe que vai correndo fazer os inúmeros trabalhos.

Para Davi Luís, “cuidar do irmão é legal”. Essa representação traz consigo aspectos de uma prática educativa que vem rompendo com imposições da educação patriarcal. Marilize Beatriz¹⁹⁷, mãe de João Vitor e Davi Luís, disse que agora “[...] a gente consegue, agora com as crianças, como posso dizer, assim, distribuir as tarefas dentro de casa com as crianças.” Suas representações sobre a mulher, a casa, os filhos(as), o trabalho, no passado não eram assim e que ao participar do MMC foi repensando o ser mulher camponesa e as relações com os filhos, companheiro e avós. “A gente vem assim de uma cultura, eu vejo onde agora, vejo muita diferença na educação da criança” e cita exemplo:

Assim a idade, de um lado uma pessoa da mesma idade que teve em casa, já fazia o serviço de casa junto com a esposa. E outra pessoa *completamente machista que senta ali e espera. Só, só falta dar comida na boca*. E agora a gente consegue por causa do Movimento. O meu filho maior, ali, têm o serviço dele em casa, que ele sabe que tem que fazer mesmo sendo rapaz. Então *aqui no MMC eu aprendi muito assim, não tem trabalho de homem ou de mulher*. Não, o trabalho de casa a gente faz junto, né. Ele sendo criança, ele tem que saber que as coisas não caem do céu como a chuva. A gente tem que trabalhar, tem que lutar. Ele tem que crescer junto nisso. (MARILIZE BEATRIZ¹⁹⁸, grifos meus).

Marilize Beatriz, militante do MMC, toma nas mãos sua história, identifica as contradições no grupo familiar, as dificuldades entre gerações, a educação patriarcal que receberam e nesse meio não se cala. Tem iniciativa e começa a dar direção para sua vida, exercita com seu grupo familiar outra prática educativa que leva a repensar suas vidas. O MMC contribuiu com ela para repensar sua vida. E ela com o

¹⁹⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

¹⁹⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

companheiro e os dois filhos estão reconstruindo conceitos, costumes, atitudes, outras relações. Seus filhos crescem com outras representações do ser homem e ser mulher.

Evidencia-se nas representações das crianças que meninas e meninos fazem os trabalhos domésticos sinalizando outra educação em relação à divisão sexual do trabalho, temática discutida no MMC. Freire (2014, p. 227) destaca a importância do diálogo como prática educativa que provoca libertações. Em suas palavras: “Na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração.” (FREIRE, 2014, p. 227).

Nesse sentido, Muraca (2015, p. 171), em sua pesquisa com as mulheres do Movimento, constatou que as militantes do MMC mudaram “[...] sua atitude educativa para com os filhos, na direção da promoção de uma maior responsabilização e autonomia”. Às vezes, a exigência da militância leva as mulheres a se interrogarem sobre o sentido do cuidado com os filhos(as). Lucimar disse que na militância compreendeu, que lutar por dignidade “é também uma forma de cuidar dos próprios filhas(os)” e afirma que luta porque: “[...] quero um futuro melhor para Ângela, para os meus filhos e se eu não fizer nada para mudar, ninguém fará por mim” (MURACA, 2015, p. 171).

A partir da exposição de Marlize Beatriz, provoqueei as crianças para ouvir suas representações sobre: de quem é o trabalho doméstico. Guerreiro logo disse: “Tudo junto. O trabalho é tudo mundo junto, não tem diferença de homem ou mulher. Tem que dividir.” Amaralinda¹⁹⁹ concorda que precisa “ser partilhada as tarefas domésticas entre todos e todas na família”. Heitor²⁰⁰ tomou a palavra e disse: “Não! é tudo junto, assim. Muitas vezes os homens deixam só a mulher e a criança trabalhar. [...] o adulto fica tranquilo dormindo e a criança vai lá faz tudo.” Ou como Larissa: “Tem adulto malvado que roubam as crianças e mandam as crianças fazer tudo”. Guerreiro²⁰¹ logo expressou: “Eles fazem assim, porque eles não sabem pensar direito.”

As representações das crianças camponesas do MMC que participaram do CEC sobre o trabalho doméstico evidenciam transformações e contradições presentes no meio no qual estão inseridas. Ao falar que o trabalho doméstico é de todos, sinalizam outras representações, outras práticas educativas provocadoras de relações rumo à igualdade. Revelaram capacidade crítica ao reconhecer que tem

¹⁹⁹ Diário de campo, 25 de abril de 2017.

²⁰⁰ Diário de campo, 25 de abril de 2017.

²⁰¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

homens, ou adultos, que mandam as crianças trabalhar e eles próprios não o fazem. Esses homens que não assumem o trabalho doméstico “não pensam” quer dizer: estão perdendo a dimensão humanitária, a sensibilidade, o diálogo, a corresponsabilidade com a vida.

4.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS CRIANÇAS SOBRE OS PROCESSOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: EM BUSCA DOS SENTIDOS DE SUAS “PALAVRAS”

Parto da ideia de que o processo formativo e de luta, do qual originou o MMC, foi e é uma prática educativa libertadora, construída pelas mulheres camponesa da classe trabalhadora como já foi mencionado nos capítulos anteriores. A criação de um Movimento Autônomo de Mulheres Camponesas efetivou a resistência organizada das mulheres que ousaram romper com a ação perversa de alienação, exploração e dominação do sistema capitalista e do sistema patriarcal, sinalizando outras possibilidades individuais e coletivas de superação das opressões que sofrem (DUSSEL, 1977).

A preocupação com o processo formativo e práticas educativas das mulheres camponesas pode ser encontradas no conjunto de documentos²⁰² produzidos pelo próprio Movimento. Para Gohn (2011, p. 335), nos movimentos, o processo educativo se efetiva a partir de ações práticas que ocorrem “[...] de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações”. A militância exige das lideranças a busca permanente da formação: “Quem luta sente necessidade de estudar” (INFORMATIVO DO MMA/SC(a), 1997, p. 4).

Nas palavras de Freire (1997, p. 91), é “[...] fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não a pura adaptação ao mundo” De tal modo que toda a prática educa. Ou educa para sermos sujeitos e transformar ou para sermos objeto e nos acomodarmos. Parafraseando Arroyo (2003), é na formação e na luta que as mulheres camponesas se descobrem, aprendem e ensinam como sujeito de direitos. Sendo assim, o MMC precisa ser visto entre os demais

²⁰² O MMC tem a prática de elaborar e reproduzir diferentes materiais: cartilhas, folders, panfletos, revistas, fotografias, audiovisuais, informativos, relatórios, cartazes para estudo com as mulheres nos grupos de base e divulgação das ações do MMC.

movimentos da classe trabalhadora “como educadores por excelência das camadas populares” (ARROYO, 2003, p. 33).

Caldart (2015) afirma, ao referir-se à educação dos sem-terra, que o processo educativo precisa considerar as matrizes formadoras do ser humano que numa perspectiva de prática educativa transformadora, não se pode abrir mão: “o *trabalho*, a *luta social*, a *organização coletiva* a *cultura* e a *história*” (CALDART, 2015, p. 7, grifos no original). Elementos que de forma diferente perpassam nas práticas educativas do MMC.

No CEC, quando dialogamos sobre o que seriam as práticas educativas que as mulheres fazem no cotidiano de luta do Movimento, Guerreiro²⁰³ espontaneamente disse “[...] é tudo! Prática educativa é isso que nós estamos fazendo. [...] Pode ser uma brincadeira.” A afirmação de Guerreiro me fez pensar. Afinal se prática educativa *é tudo*, pois toda a prática educa. Perguntei-me: educar para quê?

Atenta ao sentido ou a que projeto visa a sustentar o processo formativo e as práticas educativas no MMC, observei que tem sido uma educação voltada justamente para contrapor-se ao sistema capitalista neoliberal e o sistema patriarcal. A prática desse sistema é de apropriação das terras, dos recursos naturais, das ideias e dos corpos das trabalhadoras e trabalhadores em vista do lucro (TAFFAREL, 2013). De tal maneira que “[...] a prática educativa imprimida pela burguesia tem funcionado muito bem no Brasil a ponto de manter parcela da classe trabalhadora submissa, alienada, dependente e oprimida.” (VALMORBIDA, 2017²⁰⁴).

Freire (1997, p. 51-82) constatou que as práticas educativas não são neutras e nem ingênuas. Elas têm um objetivo. Nessa direção, Caldart (2015) destaca que a contradição fundante está presente no modo de produção que se expressa nas relações entre capital e trabalho. No caso do MMC, como já foi evidenciado no início do capítulo, os processos formativos e as práticas educativas situam-se como luta de resistência e enfrentamento ao modo de produção do sistema capitalista e do sistema patriarcal.

Durante o processo de construção desta investigação, identifiquei que as práticas educativas no Movimento abrangem várias dimensões: pedagógica, mística, política, econômica e cultural, que se interligam e se complementam:

- a) As práticas educativas são *pedagógicas*, isto é, construídas pelas próprias mulheres e em determinados momentos com a participação

²⁰³ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁰⁴ Diário de campo, Chapecó/SC, 10 de maio de 2017.

das crianças. O ponto de partida é o contexto, a realidade vivenciada e a mensagem a ser transmitida que tem como base os valores e princípios ético-políticos, pedagógicos e teóricos na perspectiva da transformação. Freire (2002, p. 15) alerta para “o respeito aos saberes socialmente construído nas práticas comunitárias”.

- b) As práticas educativas expressam uma *mística* que indica os sentimentos, a crença, a convicção e o sonho de mulheres e homens, crianças e jovens viverem felizes sentindo-se parte do universo. Força que tem suas raízes no chão latino-americano da luta histórica camponesa e feminista de resistência e enfrentamento, de denúncia e anúncio (MMC - Brasil, 2004; BOGO, 2002).
- c) As práticas educativas são *políticas* porque exigem optar por um projeto de libertação pessoal e coletivo em permanente construção. Daí o sentido de ressignificar e reelaborar experiências a partir das vivências cotidianas das mulheres entre si e com seus familiares em seus espaços de atuação para que cada ação seja um passo em direção à transformação das pessoas e da sociedade. Freire (2002, p. 30): “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. [...] a inserção implica decisão, escolha, intervenção na realidade.”
- d) As práticas educativas são também *econômicas* no sentido ontológico do trabalho, de autocriação, numa dimensão de intervenção na natureza de complementariedade. Uma economia no sentido de gerar as condições de viver bem no campo, contrapondo-se a dimensão capitalista de apropriação e exploração dos recursos naturais e do trabalho para concentrar riquezas. Têm como objetivo o autossustento, a autonomia econômica para as mulheres, além de contribuir diariamente na construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológico em constante luta de resistência, enfrentamento e denúncia do latifúndio, dos monocultivos, dos agrotóxicos, da padronização da alimentação. Para Caldart (2015, p. 4), “[...] as contradições que provocam tensões, conflitos, confrontos não deve assustar ou amedrontar as militantes, o desafio posto é: “aprender” a “gostar” das contradições e não a temê-las”. Por isso podemos dizer que as práticas educativas do MMC têm como fonte o próprio materialismo histórico.
- e) As práticas educativas são *culturais* porque recuperam os saberes das mulheres camponesas, aprendidos da ancestralidade e ensinado de geração em geração. Cultura que resiste e enfrenta as imposições

da modernização capitalista e patriarcal. Esses saberes milenares vêm sendo preservados e guardados nas sementes crioulas, plantas medicinais, na alimentação, enfim no vestir, no ornamentar a casa, na culinária, no jeito de organizar a unidade de produção, a casa e seu entorno, na maneira de se relacionar com a natureza entre outros, de participar da luta, do trabalho. “Cultura que se traduz em modo de vida [...] que produz e reproduz conhecimentos, visão de mundo e que passa a ser herança compartilhada de valores, objetos, ciências, artes, tecnologias, símbolos.” (CALDART, 2015, p. 10).

As práticas educativas no MMC têm uma intencionalidade que envolve escolha, opção de vida, toma da posição pessoal e social, ação no sentido “de romper com acomodação no mundo da opressão” (FREIRE, 2014, p. 92) e caminhar para a libertação e humanização.

Interpretando as representações das crianças sobre as práticas educativas, percebi que estas abrangem a formação e a ação. Para Nataly²⁰⁵, prática educativa é a “educação” e Heitor²⁰⁶ completou que “são as aulas que dão aqui no movimento”, referindo-se ao processo formativo que acontece no Centro de Formação. Lucas²⁰⁷ lembrou-se do “trabalho na casa [...] bons modos”; Maria Clara²⁰⁸ disse: “as aulas”, ou uma “brincadeira” como expressou guerreiro. Para Rosa²⁰⁹, “as práticas educativas é quando, elas trabalham nos quintais, cuida das flores e tudo isso...”; Eloisa²¹⁰ acrescentou práticas educativas são “os quintais das sementes” e Pinha²¹¹ falou “que pode ser as lutas também”. Para Natalia²¹², quando foi questionada pelas crianças disse: “Uma prática educativa é o curso. A gente aprende e pratica no município e quando a gente volta, a gente compartilha”.

Nas representações das crianças, a prática educativa se dá na inter-relação entre estudo-lúdico-trabalho-luta. Parafraseando Freire, as práticas educativas são práxis, que implicam a ação e a reflexão das mulheres e homens, das crianças e jovens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 2014). Não como algo dado, pronto, mas em construção, que ao se pôr a caminho, encontrará desafios e riscos que exigem da(o) militante pensar e agir coerentemente.

²⁰⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁰⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁰⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁰⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁰⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²¹⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²¹¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²¹² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Uma das bonitezas desta prática está exatamente em que não é possível vivê-la sem correr risco. O risco de não sermos coerentes, de falar uma coisa e fazer outra, por exemplo. E é exatamente a sua politicidade, as suas impossibilidades de ser neutra, que demanda da educadora ou do educador sua eticidade. (FREIRE, 1997, p. 77 - 78).

No cotidiano das mulheres camponesas, o risco significa trabalhar as contradições entre lutar pela libertação e sofrer violências; organizar o quintal produtivo agroecológico e na lavoura seguir a “receita” do técnico da cooperativa ou agroindústria com adubação química, agrotóxicos²¹³ e sementes transgênicas; assumir a militância e vivenciar a contestação no grupo familiar, entre outros exemplos. Isso também ocorre quando na comunidade, há aquelas e aqueles que participam dos Movimentos populares e outros que criticam permanecendo acomodados(as) alienados(as). Sendo assim, a prática educativa com uma intencionalidade libertadora provoca conflitos, rupturas e transformações, ao mesmo tempo em que exige coerência, comprometimento e autoavaliação permanente.

4.3 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E AS LUTAS POR DIREITOS

Quero deixar claro que ao optar pelos subitens relacionados às práticas educativas no MMC envolvendo crianças e mulheres, no cotidiano não se dividem. Pelo contrário compõe uma relação de complementariedade entre a formação, a luta, a organização, a mística, o trabalho, a arte. Esses aspectos nem sempre são evidentes, perceptíveis, como também constatou Arenhart (2007).

O exercício da liderança em um Movimento é uma construção que envolve a decisão pessoal e se dá no meio onde vivem. O exemplo de Maikeli²¹⁴ é ilustrativo “Eu vou na comunidade. [...] sou líder das crianças²¹⁵. [...] Eu quero ser professora e participar do Movimento de

²¹³ “O Brasil é o maior consumidor de veneno do mundo desde 2009. Ao ingerirem alimentos com altas taxas de agrotóxicos, ao manipularem os produtos químicos, os trabalhadores estão sujeitos a contágios que demarcam a sua corporeidade. Os que sofrem de imediato os impactos do uso de tais produtos são os trabalhadores rurais.” (TAFFAREL *et al.*, 2013, p. 337). Digo não só os adultos são vítimas dos agrotóxicos, mas indiretamente também as crianças.

²¹⁴ Diário de campo 10 de dezembro de 2016.

²¹⁵ A equipe de pastoral da paróquia Santa Inês de Quilombo/SC, em tempos passados, comprometida com a Teologia da Libertação e com a formação de liderança a partir dos princípios da educação popular, criou e organizou nas comunidades cristãs o(a) líder das crianças. Atualmente a equipe de pastoral não tem outro trabalho a não ser a catequese com as

Mulheres.” Como afirma Freire (2014), a vivência, a inserção ativa na comunidade e no MMC é fundamental para Maikeli desvelar a realidade, possibilitando o aprendizado da consciência do compromisso na comunidade onde já tem liderança. Imagina-se militando no MMC.

Essa representação de Maikeli vem ao encontro das constatações de Gohn (2011) sobre os movimentos sociais. “Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade em geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos.” (GOHN, 2011, p. 333).

Arroyo (2003, p. 31) também observou que os Movimentos, ao planejarem e realizarem as mobilizações, cursos, marchas, encontros, debates, desempenham processos pedagógicos formadores da consciência dos direitos. Disse “[...] que a formação humana é inseparável da produção básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança” (ARROYO, 2003, p. 31).

Sendo assim, as práticas educativas construídas no MMC formam um conjunto de ações e, ao mesmo tempo, criam um espaço pedagógico de aprendizagem que também se estende às crianças, que não raras vezes acompanham suas mães no cotidiano de luta do Movimento. A presença das crianças nas atividades do MMC também passa por um processo de entrosamento.

Esse é um tempo que exige esforço e amor por parte das mulheres/militantes/mães, e das crianças para conhecer, sentir confiança e segurança no espaço do MMC que num primeiro momento lhe é estranho. Davi Luís²¹⁶ fez essa experiência, e disse: “[...] a mãe conta que quando era pequeno eu chorava. Um dia a mãe teve que voltar do Movimento, porque fiquei doente”. Porém, com o tempo, esse ambiente passa a lhe ser familiar.

Amaralinda²¹⁷ disse que participa das ações no MMC. Nele: “estou aprendendo a identidade de camponesa e de classe trabalhadora. Eu gosto de ser camponesa” referindo-se à produção. Essa “menina-mulher” (SILVA, 2003), também revelou que sempre participa e disse: “[...] no Movimento a gente aprende não se intimidar diante da opressão e lutar por direitos de mulher camponesa”. Na representação de

crianças, mas a comunidade de Maikeli ainda tem essa liderança no conjunto de lideranças da comunidade.

²¹⁶ Diário de campo 10 de dezembro de 2016.

²¹⁷ Diário de campo 25 de maio de 2017.

Amaralinda, MMC significa: lutar, direitos, produção agroecológica. É isso que vem aprendendo na relação família e militância. Isso também ocorre com outras crianças a exemplo de Luci.

Nas figuras 53 e 54, Luci e Amaralinda carregando a bandeira Amaralinda vestindo camiseta e lenço do Movimento e chapéu que as identificam com todas as mulheres lutadoras do campo.

Figura 53 – Mobilização nacional “contra a Reforma da Previdência e contra todas as formas de violência”, Chapecó/SC, 8 março de 2017.



Foto: Registro da autora.

Figura 54 – Greve geral contra a Reforma da Previdência, Trabalhista e Lei de Terceirização. Foz do Iguacu/PR, 28 abril de 2017.



Foto: Sandra Marli da Rocha Rodrigues.

Na figura 53, Luci e a avó Margarida e na figura 54, Amaralinda explicitam na luta o que consta nas páginas do editorial da Revista Pedagógica V. (2017, p. 7) que o governo Temer e seus “[...] aliados neoliberais e hiperconservadores, consubstancia-se na destruição dos direitos dos trabalhadores que, por sua vez, materializa-se na Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista e Terceirização, entre outros estragos causados a cidadania brasileira.” Como militante do MMC, conheci Margarida e sua família, como também a mãe e o pai de Amaralinda, engajada(o) e comprometida(o) com a comunidade e com a luta por direitos do povo, especialmente das mulheres camponesas.

A participação das crianças nas lutas em 2017 atualiza a música: “mulheres camponesas” cantada no MMC, denunciando esse Estado a serviço da burguesia. “A nova Constituição se apresentava, a ditadura ia ficando no passado, novas conquistas garantidas para os grandes e as camponesas outras vez postas de lado [...]” (FILHO; MISSIONEIRO, 2011, p. 11).

Provavelmente, a convicção da luta das mães, avós, familiares de Amaralinda e Luci e outras crianças representam a consciência de que os direitos foram conquistados de muitas e muitas lutas e mobilizações que, hoje, não têm dúvidas de empunhar a Bandeira do MMC pela garantia dos direitos e contra as reformas desse governo golpista. São herdeiras e estão construindo uma identidade de luta junto ao MMC e com a classe trabalhadora. As palavras de Paulo Freire se atualizam:

É que a ‘democratização’ da sem-vergonhice, que vem tomando conta do país, o desrespeito à coisa

pública, a impunidade se aprofundaram e se generalizaram tanto que a nação começou a se pôr de pé, a protestar. Os jovens e adolescentes também, vêm às ruas, criticam, exigem seriedade e transparência. O povo grita contra os testemunhos de desfaçatez. As praças públicas de novo se enchem. Há uma esperança, não importa que nem sempre audaz, nas esquinas das ruas, no corpo de cada uma e de cada um de nós. É como se a maioria da nação fosse tomada por incontida necessidade de vomitar em face de tamanha desvergonha. (FREIRE, 1997, p. 10).

É necessário ouvir o convite de Freire (1997), adultos e crianças, a nação precisa “se pôr de pé, a protestar” contra a violência do governo Temer e sua pauta ultra neoliberal de destruição da democracia, dos direitos, da soberania da nacional (SILVA; DICKMANN; BERNARTT, 2017). As crianças no CEC revelaram que têm consciência que esse governo faz mal às mulheres e aos homens, às crianças e aos jovens e disseram que as mulheres camponesas lutam contra a política do governo Temer. Perguntei por quê? Elas falaram porque é: “golpista”, “corrupto”; “mentiroso”; “a gente tem que falar assim pro Temer: ‘Canalha!’”. E uma criança retomou a palavra com o: “Fora Temer” que foi repetido pelas crianças.

Essa representação da realidade é aprendida na luta e revela que essas crianças estão atentas à realidade e já sabem que a luta é de classe. As meninas-mulheres Luci e Amaralinda, na rua com sua avó Margarida e sua Mãe Maria Luiza, têm possibilidade de acompanhar as contradições entre os trabalhadores(as), que nem todos(as) se desafiam em participar da luta. Revelam dependência, submissão, medo de se posicionar e perder o emprego. Essas crianças crescem mais livres, mais encorajadas pela experiência vivenciada pelas mulheres/militantes. Certamente está na memória de Margarida e Maria Luíza a intensa atuação entre as décadas de 1980 e 1990. Margarida guarda em sua casa a bandeira do MMA/SC antes de 2004. Bandeira que, nessa mobilização, é carregada pelas mãos de Luci, reveladora de sua identidade com o MMC de pertença a esse Movimento, assim como Amaralinda também leva para a marcha a bandeira muitas vezes carregada pelas mulheres lutadoras representadas pela mãe e pela avó. Assim, na convivência e participando vão entendendo que a(o) trabalhador(a) precisa continuar em luta por direitos, por justiça social, pela transformação da sociedade.

Também as crianças reconheceram que “tem poucas mulheres no Congresso”. Embora expressassem contradições entre os poderes Executivo e Legislativo, mostraram saber que são espaços onde as mulheres têm pouca representação, prevalecendo um poder patriarcal, classista, autoritário. Elas sabem que o governo atual não representa e não defende os direitos dos(as) trabalhadores(as) em geral. Convivem com suas mães e familiares militantes em um tempo de intensas lutas, debates, envolvimento em mobilizações contra as manobras políticas conservadoras neoliberais de retirada de direitos das(os) trabalhadoras(es) do campo e da cidade.

São crianças que aprenderam desde o berço o significado da luta. Caldart (2015, p. 9) afirmou que a luta pode educar: “[...] há traços de sua humanidade construído nas atitudes de inconformismo e contestação social e nas iniciativas concretas de luta pela transformação do ‘atual estado de coisas’. Formar-se para estar em estado permanente de luta [...]”. Essa é a condição de quem quer ser sujeito.

4.4 AS CRIANÇAS, AS MÍSTICAS E A ARTE: A PRESENÇA DA IDENTIDADE FEMINISTA E CAMPONESA

Uma das marcas do MMC é organizar em todas as atividades momentos de místicas. Bogo (2002, p. 43) afirma que a “[...] mística acompanha o desenvolvimento da humanidade e faz parte da cultura. [...] ela é o oxigênio da cultura, que mantém viva a esperança [...]”. Mas o autor chama a atenção e alerta para as contradições presente na cultura, que precisa ser vista com consciência crítica. Pois, “a cultura como produção da existência, é composta de erros e acertos” (BOGO, 2002, p. 43). A mística expressa a força, a luta de resistência que anima as(os) militantes.

Simbolicamente, dizemos que a ‘luta de classes é o motor da história’, mas há mil fatores que forjam e alimentam essa história, dando-lhes qualidades e mística, expressas por características que garantem a unidade, como paixão, vontade, cordialidade, honestidade etc.; sem isso, a luta morre no primeiro confronto entre classes. (BOGO, 2002, p. 57).

A mística também não é neutra. No MMC a mística é sempre um esforço de, com arte e beleza, trazer presente valores e princípios herdados na luta histórica de libertação camponesa e feminista. “Essa mística que dá origem ao nosso Movimento e nos motiva na continuidade de nossas lutas. A ponto de que quando olharmos para uma mulher camponesa militante de nosso movimento, nela visualizamos o MMC.”

(MMC, 2004, p. 6). Percebi que as crianças gostam de participar da mística. A mística sensibiliza as crianças.

Rosa²¹⁸ disse: “O que eu mais gosto no Movimento são as místicas” e conversando pedi para explicar o que entendia da mística, ela falou: “[...] o jeito de vocês colocar ‘as coisas’²¹⁹ lá na frente pra simbolizar o Movimento. As coisas que vocês vão fazer naquele dia.” Para Maria Clara²²⁰, mística “é aquilo que as mulheres apresentam e levam enxada, flores”.

Nas representações de Rosa e Maria Clara sobre as místicas, aparecem os significados das “coisas/símbolos”: bandeira, sementes, biodiversidade, produtos da terra, ferramentas de trabalho, chapéu, lenço lilás, danças, poemas, músicas que representam as propostas e projetos que o Movimento deseja construir, as convicções e esperanças. São explicitações de denúncias das injustiças, das violências e explorações que ferem a dignidade dos seres vivos.

Pulga (2014, p. 151) explicitou a mística no MMC assim:

É um termo aplicado na vida interna do Movimento e que se expressa no modo de encarar a vida que as mulheres camponesas assumem, como também se evidencia, em rituais coletivos durante os encontros, os cursos de formação, as mobilizações e que as mulheres empregam as mais diversas formas de linguagem e expressão do corpo para traduzir o sentido profundo do engajamento individual e coletivo que as mulheres têm com um projeto de vida e de sociedade emancipatório. Por isso, a mística do MMC possui uma notoriedade mais abrangente, holística própria de quem não estabelece distância ou separação entre o ser humano e a natureza.

As crianças no CEC mostraram, em suas representações, o significado da mística. Nataly²²¹ disse que: “mística é trabalhar” e Guerreiro²²² logo discordou: “Não, é trabalhar! Mística é as lutas”. Pinha

²¹⁸ Diário de campo, 20 de janeiro de 2016.

²¹⁹ As coisas que Rosa se refere, são as sementes, a terra, a água, as plantas, bandeira do MMC, que é simbologia própria do Movimento e que sempre fazem parte do ambiente onde as mulheres se reúnem para estudar, planejar e se organizar. A nossa simbologia será expressa na Bandeira do MMC que deverá nos acompanhar em todas as atividades realizadas. A cor lilás, o chapéu de palha e o lenço lilás, que expressam a luta de resistência das mulheres trabalhadoras deverão estar presente em tudo àquilo que nos identifica (MMC - Brasil, 2004, p. 6).

²²⁰ Diário de campo, maio de 2017.

²²¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²²² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

argumentou: “dependendo da mística. Tem mística que tem luta... vamos pra rua. Tem mística que no MMC, não”. E Rosa completou: “são abertura de eventos, e que insinuam mais ou menos o que vai ter presente no evento”. E Guerreiro reafirmou: “Sim! Místicas são as lutas que as mulheres fazem no movimento”. As místicas no MMC tem caráter histórico, de esperança e de celebração permanente (PULGA, 2014).

A mística fortalece os valores do Movimento, anima as mulheres, provoca indignação e se constitui enquanto espaço de aprendizagem para as crianças. Principalmente nas místicas, as crianças não somente são envolvidas, mas na maioria das vezes são as protagonistas.

Figura 55 – Mística da 2ª etapa do curso de formação, Chapecó/SC, 11 de dezembro de 2016.



Foto: Elizangela Fornazier.

A figura 55 é uma cena da mística apresentada pelas crianças às mulheres no curso de formação²²³ de dirigentes sobre feminismo camponês. Com a bandeira do MMC, as crianças cantaram: “Me deixa Ser, eu quero Ser o que eu mereço. Eu quero ser quem sou. Eu tenho meu valor e isso não tem preço²²⁴” e a expressão corporal representando a luta,

²²³ Mística realizada na 2ª etapa do curso de formação sobre: Educação Popular Gênero e feminismo camponês organizado pela Escola de Formação do MMC/SC. Chapecó/SC, 9 a 11 de dezembro de 2016.

²²⁴ A música *apelo de mulher* segundo informação oral de dirigente do MMC, é de autoria de Nazaré dirigente do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste do Ceará (MMC(a), 2016, p. 5). Também encontrei a mesma música em nome de Gilvanisa Maia. Música: *Apelo de mulher*. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2013/03/convite-e-musicas-para-marchar-material-de-sensibilizacao-da-iv-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

quer dizer: ser criança camponesa é lutar para ser reconhecida, respeitada e valorizada.

No MMC, a mística é representação de uma realidade que pode ser transformada ou afirmada. É nela que as militantes vão se munindo de novas energias, de novas concepções para enfrentar a vida dura. E as crianças entendem essa linguagem. Por isso, as místicas são práticas educativas. Pelo que pude abstrair, no imaginário das crianças do movimento, as místicas são uma espécie de celebração da vida, luta e trabalho, mas também uma oportunidade de construção da cultura lúdica mediada pelas militantes: as mulheres!

Ademais, a mística é o modo de ser do MMC e também das militantes. Um texto de estudo no curso de formação de dirigentes traz alguns apontamentos sobre a vivência da mística. Essa perpassa a vida pessoal e coletiva. Diz respeito às atitudes, à postura de diálogo, à simplicidade da vida, à compreensão das diferenças, à disciplina consciente, ao trabalho reprodutivo e produtivo, ao uso dos bens naturais, à forma de assumir e resolver os problemas e aos desafios encontrados na militância (PELOSO, [s.d.]).

Dialogando como se fazem as místicas, Guerreiro²²⁵ disse: “lutando, cantando. Lutam cantando e muitas outras coisas”. Para Rosa²²⁶, nas místicas se representa uma situação. Ela usou a palavra: “Insinuar o que já aconteceu, porque elas estudam bastante e uma vez aqui no Movimento, à noite, teve uma noite cultural e elas fizeram das escravas que, que foram queimadas, etc.” Quer dizer, o MMC se apropria da arte do teatro para representar e comunicar a mensagem. Rosa²²⁷ lembrou-se que, na história, mulheres foram escravizadas e também disse que “dá pra encenar o que está acontecendo agora no Brasil”.

As crianças lembraram que: “tem mística que é política”. Referiram-se às mobilizações dos quais participaram contra o *impeachment* da presidenta Dilma e espontaneamente começaram cantar música que aprenderam nas mobilizações.

Ainda sobre as músicas, perguntei que outras músicas sabiam. Rosa²²⁸ disse: “Uma das músicas do MMC que eu mais gosto é aquela: pra mudar a sociedade²²⁹”. Perguntei o que ela diz pra você, Rosa? “Diz

²²⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²²⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²²⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²²⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²²⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²²⁹ A música “Pra mudar a sociedade” é de autoria de Zê Pinto (2011, p. 5).

que pra você mudar, tipo, o teu jeito de ser ou o jeito das outras pessoas ser, você precisa fazer acontecer, não tem que ficar parado”. E Pinha²³⁰ acrescentou: “Não ficar com medo”.

A música: “sem medo de ser mulher”, composição e letra de Zé Pinto (2011) à qual as meninas se referiram marca a luta pela regulamentação do salário-maternidade no início dos anos 1990. Justina²³¹ declarou: “particpei no ensaio da música no acampamento no CESIR²³², em Brasília na luta pelo salário-maternidade. Tinha a Matilde e foi um pedido do MMC para Zé Pinto fazer a música. Era para animar as mulheres na luta pelo salário-maternidade”.

A mística de abertura do congresso de 20 anos, como pode ser observado na fotografia trabalha as conquistas representadas pelo bebê, que nasceram das lutas travadas pelo Movimento. Ainda este encontro debateu quais as razões que justifica a constituição ou não do Movimento autônomo nacional. Assim, a simbologia na mística tem um sentido, um significado: as mulheres têm em suas mãos a bandeira lilás do MMA/SC e a bandeira do Brasil. A mulher grávida, a vida, o novo Movimento Nacional que estava sendo gestado pelos Movimentos autônomos do Brasil.

Figura 56 – Mística de abertura do Congresso dos 20 anos do MMC/SC, Chapecó/SC, novembro de 2003.



Fonte: Acervo do MMC/SC.

²³⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²³¹ Diário de campo, Quilombo, 13 de maio de 2017.

²³² Refere-se ao Centro de Estudo Sindical Rural (CESIR). Estrutura que acolhe atividades de formação, seminários, plenárias, reuniões promovidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e outras organizações e movimentos sociais e populares.

Isso vem ao encontro dos estudos de Pulga (2014, p. 151), que mística no MMC é expressão daquela força que “[...] faz fluir sentimentos, emoções e a dimensão criativa que contribui para um sentimento de pertença ao Movimento e permanência na luta”. As crianças que se envolvem nas místicas enquanto prática educativa captam o contexto e o momento vivenciado pelas mulheres organizadas. Nesse sentido, Pulga (2014, p. 151) observou que a mística “[...] registra de forma coletiva e singular, carregada de sentidos, significações e ressignificações dependendo do contexto e das redes de conversações que se estabelecem em cada um dos momentos históricos”.

As representações das crianças e mulheres camponesas indicam que na mística precisa ter presente a perspectiva de classe, camponesa, feminista, aproximando e fortalecendo a luta das mulheres pela causa da libertação. Mística que brota das raízes históricas de resistência, de enfretamento e de denúncia contra exploração, contra violência, contra discriminação e dominação do sistema capitalista e do sistema patriarcal e no anunciar a libertação e humanização de todos os seres humanos entre si e com o ambiente. Assim também o documento de constituição do MMC (2004, p. 6) diz que “[...] a mística deverá nos levar a reconstituir uma cultura humana que acolhe, transforme e cuide da vida e que, pouco a pouco constrói a nova mulher lutadora”.

Outra prática educativa em que as crianças estão inseridas é o *teatro*. No MMC, a estratégia do teatro tem sido utilizada para divulgar a mensagem política do Movimento. Para efetivar essa prática educativa, o MMC reúne crianças, jovens, mulheres de todas as idades que desejam participar do processo de elaboração e interpretação teatral. O grupo se reúne para estudar o tema a ser apresentado e constroem juntas(os) a peça teatral, desde a elaboração do roteiro, cenário, figurino e atoras(es). Ao mesmo tempo, organizam um planejamento de apresentações da peça teatral, debates e palestras envolvendo as mulheres, escolas, universidades, meios de comunicação e outras entidades.

Em 1996, o MMC construiu a peça teatral: “poemas que se fazem vida”. O teatro mostrava a vida cotidiana da mulher trabalhadora rural e sua história de luta e conquista (MMA/SC, 2000, p. 20). Em agosto de 1997, criaram a peça teatral “Guia dos direitos da mulher” (MMA/SC, 2000, p. 20) tendo como tema central as questões da violência contra a mulher. No grupo estavam duas crianças Jonas e Luciane. Nos 15 anos do MMC/SC, as mulheres organizaram a peça teatral “Marcas de nossa

história”, apresentada por crianças, mulheres e homens. A peça recuperou o processo de organização das mulheres e a conquista de direitos.

Na comemoração e celebração dos 25 anos do MMC, realizado em São Miguel do Oeste/SC, em novembro de 2008, entre as atividades, aconteceu IV congresso do MMC que tratou da saúde integral, a II Festa da Família Camponesa e a I Mostra da Biodiversidade. Neste dia, o grupo de Teatro do MMC: “Resistência e Arte” apresenta a peça: “MMC: Uma história de organização, luta e conquista”. Entre o elenco estavam às crianças Luane Valquíria e João Felipe, como pode ser observado na reportagem e Emanuel Rizzoto, que atuou no controle do som e luzes.

Figura 57 – Cena da peça: “MMC: Uma história de organização, luta e conquista”. Apresentação do grupo teatral: “Resistência e Arte”.
Chapecó/SC, 28 julho de 2008



Fonte: Acervo do MMC

Figura 58 – Cena da peça: “MMC: Uma história de organização, luta e conquista”. Apresentação do grupo teatral: “Resistência e Arte” na Festa e Congresso dos 25 anos do MMC. São Miguel do Oeste/SC, novembro de 2008.



Fonte: Edel Scheneider.

Em 2009, o grupo teatral “Resistência e Arte” do MMC construiu a peça: “histórias agroecológicas, histórias de mulheres camponesas”, tendo como conteúdo o projeto de agricultura camponesa agroecológica. O grupo representou o trabalho das mulheres na recuperação de sementes crioulas, plantas medicinais e na produção de alimentos saudáveis.

Gubert (2012), em sua pesquisa sobre as práticas teatrais no MMC, observou que há uma integração das crianças e adolescentes nas atividades do MMC. A autora também constatou que “[...] as crianças e as adolescentes muitas vezes acompanham as mães nas atividades do Movimento, pelo fato de não terem onde ficar. São incentivadas a participar, não sendo vedada a participação em atividades” (GUBERT, 2012, p. 55).

Em suas entrevistas com as jovens Fernanda Sebben e Eliane Bacega, integrantes do “grupo teatral resistência e arte”, essas disseram: “que pelo fato de serem levadas pelas mães desde muito cedo ao Movimento, acabaram por se inserir no teatro do MMC/SC” (GUBERT, 2012, p. 46). Conforme a autora, Fernanda e Eliane expressaram que teatro e mística são duas práticas no MMC diferentes: “o teatro é mais alegre, descontraído, a mística é mais para sentir” (GUBERT, 2012, p. 46).

A autora também explicitou que as jovens, ao comporem o grupo teatral, sentiram-se valorizadas e destacaram a experiência como algo construtivo para suas vidas.

Os colegas na escola assistiram, foi bom porque a mídia deturpa, o MMC, a luta das mulheres, o Movimento, confundem-nos com o MST [...]. nós ganhamos uma visão de mundo [...]. O grupo se tornou uma família, onde a opinião e expressão jovem foram respeitadas, (GUBERT, 2012, p. 47).

Nos teatros, a convivência geracional se traduz em aprendizados entre as artistas que são as próprias mulheres, jovens e crianças filhas(os) das camponesas que se desafiavam a representar. “Porém se percebe que a maioria são meninas, existindo inclusive a organização da jovem camponesa dentro do Movimento.” (GUBERT, 2012, p. 55).

Nessa pedagogia de estudar, construir o espetáculo, ensaiar e apresentar, em 2010, o “grupo teatral resistência e arte” exibiu o espetáculo: “mulheres camponesas decidindo as suas vidas”. O objetivo foi problematizar o debate do feminismo camponês. O teatro como prática educativa contribui para superar amarras do sistema patriarcal e capitalista, que prende, oprime, amarga a vida das mulheres e crianças. Representa libertação individual e coletiva. Quebra preconceitos mostrando para a sociedade que a mulher e as crianças camponesas são capazes de fazer arte com conteúdo libertador, beleza e criatividade. Outros teatros pontuais são permanentemente organizados com as crianças enquanto suas mães participam de atividades do Movimento, que são apresentados para as militantes.

Figura 59 – Cena de mística apresentada durante a assembleia estadual. Chapecó/SC, 1999



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Figura 60 – Apresentação das crianças durante a assembleia realizada em Itapiranga/SC, 2004. A criança representando a recuperação de sementes crioulas de hortaliças



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Figura 61 – Encenação da música “cuida de mim” apresentada às mulheres no planejamento estadual em Chapecó/SC, outubro de 2016



5

Fonte: Acervo do MMC/SC.

A prática educativa do teatro com as crianças se constitui num exercício ímpar de aprendizagem entre mulheres, jovens e crianças. O processo de construção provoca um ambiente de diálogo, reflexão e questionamentos porque vão surgindo as contradições e os problemas que elas mesmas precisam resolver. Ali interagem, exercem a criatividade, superam medos e despertam seu potencial artístico e cultural.

4.5 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E AS CRIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POPULAR DE AGRICULTURA CAMPONESA AGROECOLÓGICA

No MMC, o projeto popular de agricultura camponesa agroecológica perpassa as lutas, a organização e formação e se efetiva nas ações cotidianas referentes ao: a) Programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC; b) Programa saúde integral; c) Campanha da alimentação saudável; d) Quintais produtivos agroecológicos. São ações complementares relacionadas à produção, que envolve desde o preparo, manejo do solo, sementeira, armazenamento até o preparo dos alimentos. Se forem vistas em separado, comprometem sua essência.

As mulheres camponesas organizadas em movimento recuperam a luta milenar com ações de proteção, preservação e cuidado das sementes, das florestas, das plantas medicinais e ornamentais, da mata, dos pequenos animais, entre outros. Elas ensinam e ao mesmo tempo, detêm a capacidade de garantir a biodiversidade, a soberania alimentar respeitando e integrando as múltiplas formas de vida. É neste contexto histórico que, as mulheres camponesas organizadas no movimento autônomo incorporam em suas lutas, a perspectiva de construção de um projeto popular de agricultura a partir dos princípios da agroecologia, capaz de garantir a soberania alimentar. (AMTR-Sul, 2008, p. 54).

Cinelli (2016) analisa em seus estudos a luta de enfrentamento e resistência das mulheres camponesas ao agronegócio, tendo como fio condutor o projeto de agricultura camponesa agroecológica e feminista²³³. Meu propósito não é descrever aqui cada programa, mas minimamente situá-los e mostrar neles as representações das crianças. Na passagem do segundo milênio, entre outras lutas assumidas pelos movimentos do

²³³ Cinelli (2016, p. 17), em análise dos depoimentos de suas entrevistadas e dos documentos elaborados pelo MMC, identificou que “[...] a construção do projeto de agricultura camponesa, agroecológica, feminista e socialista, sendo possível perceber uma evolução de adjetivos no decorrer dos anos, observando-se que, no início dos anos 2000, via-se a expressão ‘projeto popular de agricultura’, e, aos poucos, com o avanço da discussão, vai acrescentando as qualificações: agroecológica, em seguida, feminista, e recentemente em alguns materiais, socialista. A linguagem é do sujeito (MMC) pesquisado e adotamos a mesma.”

campo, estava a luta contra o modelo capitalista de agricultura, hoje agronegócio e, como ação concreta, as mulheres assumem o desafio de fortalecer a luta pela agricultura agroecológica.

Naquela época já se debatia nos movimentos da Via Campesina, na qual o MMC se insere, a luta pela defesa das sementes crioulas como contraponto as sementes transgênicas. Essa luta internacional ficou conhecida pelo lema “sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade²³⁴” Tanto é que, no acampamento em Florianópolis, realizado em 8 de março de 2001, a denúncia central foram as políticas neoliberais sobre a agricultura camponesa familiar, pois: “A privatização das sementes e a imposição de suas imitações mutantes e descartáveis na agricultura, eliminam milênios de práticas agrícolas, feitas com previsão e harmonia, gestadas numa relação íntima com a vida do planeta e da espécie humana, que é parte dela.” (LEÓN, 2003, p. 213). Como disse: Davi Luís²³⁵: “As crianças se desenvolve e desenvolvem o planeta”.

Conforme León (2003), o que está em jogo no campo com as políticas neoliberais que se impõem por meio das grandes corporações do mercado agrícola é o controle das sementes crioulas. Para isso, utilizam-se das sementes transgênicas, dos sistemas de integração da produção, da alimentação industrializada e padronizada, como também no descaso com a reforma agrária com o desmantelamento dos serviços público de apoio à agricultura camponesa familiar (ANMTR, 2000) para fragilizar e submeter não só os camponeses(as), mas a população aos interesses do mercado.

Entre as camponesas(es) há aquelas(es) que resistem e se contrapõem aos interesses do capital e, como disse (León, 2003, p. 213) “aspiram dominar o mundo pelo controle da produção e da reprodução e, mais ainda, da vida que agora é parte do manipulável e do privatizável”. As(Os) camponesas(es) que resistem e se contrapõem, concomitantemente assumem, defendem e lutam pela “[...] autonomia humana com seus respectivos princípios de autodeterminação e, nesse marco, o direito à vida no campo com a sua qualidade de modo de vida,

²³⁴ A Via Campesina Internacional presente na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), realizada em junho de 2002, na cidade de Roma, Itália. Ali constataram a necessidade de construir a campanha “sementes patrimônio da humanidade”. No Brasil, por ocasião do Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre/RS, em janeiro de 2003 foi lançada a campanha “sementes patrimônio da humanidade a serviço dos povos” (CARVALHO, 2003). O MMC, inserido neste debate constrói o Programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC, como ação concreta das mulheres camponesas nesta luta mundial em defesa das sementes crioulas.

²³⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

cuja projeção implica um reordenamento das relações de gênero, classe e diversidade.” (LEÓN, 2003, p. 213).

Essas mães, esses pais com suas filhas e filhos nos braços em luta por dignidade é um convite a pensar a existência da agricultura “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2008). As sementes crioulas exigem um repensar a prática numa dimensão humanista e libertadora.

Figura 62 – Acampamento e mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais, Florianópolis/SC, 8 março de 2001



Foto: Acervo do MMC/SC.

Na fotografia, as mães e pais presentes no acampamento participam com seus filhos e filhas da mística no início da marcha do dia 8 de março de 2001. Declaram:

Estamos mobilizadas(os) por nós e por nossos filhos e filhas, na luta para construindo um projeto popular para o Brasil. Em nossas mãos a vida, a esperança e por ela seguimos na batalha em defesa da terra, das sementes, do trabalho digno para mulheres e homens com relações de igualdade. (MMA/SC(a), 2001, [s.p.]).

As místicas, encontros, estudo, mobilizações, audiências foram mostrando para o MMC a necessidade de outra intervenção na agricultura. Naquele dia 8 de março denunciaram os agrotóxicos, os transgênicos, a alimentação industrializada. “As sementes são herança comum de todos os povos e não podem ser apropriadas por quaisquer organizações privadas. O acesso ao material genético é um direito natural da humanidade. Não tem dono.” (MACHADO; FILHO; RIBAS, 2003, p. 255).

Havia entre as mulheres aquelas que praticavam a agricultura agroecológica, que, socializando suas iniciativas no MMC, despertaram, o desejo de aprender e ressignificar o conhecimento guardado na memória aprendidos na infância. Para avançar no processo, constituíram uma equipe formada por dirigentes do MMC/SC, e técnicas(os) identificadas(os) com e pelo MMC que já vinham trabalhando nesta perspectiva para elaborar a proposta inicial relacionada às sementes crioulas. Em junho de 2002, foi apresentada a proposta, sendo avaliada, ajustada e aprovada, recebendo o nome de *Programa de Recuperação, Melhoramento e Produção de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC*²³⁶.

O objetivo geral desse programa é: construir com as mulheres camponesas a experiência prática e teórica de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças como ação concreta das mulheres na construção do projeto popular de agricultura camponesa a partir dos princípios da agroecologia (AMTR-SUL, 2008).

O programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, ou como as mulheres sintetizaram, chamando-o de oficina de sementes, efetivam-se nos municípios. Ali, reúnem mulheres dos grupos de base para estudo, socialização das experiências realizadas nas unidades de produção, avaliam e planejam os próximos passos que envolvem desde o aprofundamento técnico e político²³⁷, articulando prática-teoria-prática. Rosa²³⁸ lembrou: “Uma vez eu fui na casa de uma lá, na casa de uma mulher e lá na casa dela, tinha um monte de árvores. Eu gostei daquilo lá. Daí, por isso que eu gosto de ir lá no Movimento.”

Rosa está se referindo à prática do intercâmbio. Trata-se de visitas práticas de troca de experiência em uma unidade de produção que

²³⁶ Para acompanhar os grupos nos municípios, o Movimento organizou um planejamento de formação e capacitação política, pedagógica e técnica para um grupo de dirigentes e militantes que tinham disponibilidade e condições de assumir a tarefa de exercer a monitoria. Ou seja, cada uma tem a responsabilidade de acompanhar alguns grupos de mulheres nos municípios para estudo e prática da proposta política do “programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças”. Este trabalho nos grupos de base nos municípios ficou conhecido como “oficinas das sementes” (AMTR-Sul, 2008, p. 50).

²³⁷ Nas oficinas de sementes, as monitoras constroem com as mulheres o estudo e a prática. Os temas trabalhados envolvem assuntos como: Desenvolvimento da agricultura; formação, manejo do solo, modelo químico de agricultura e suas consequências para a saúde, agroecologia, desenvolvimento sustentável, recuperação, produção, colheita, secagem e armazenamento de sementes crioulas, reeducação alimentar, soberania alimentar. E também outros técnicas como a compostagem, repelentes, adubo foliar para recuperação do solo ou fortalecimento das plantas (AMTR-Sul, 2008, p. 50).

²³⁸ Diário de campo, 20 janeiro de 2016.

prática a agroecologia. As oficinas de sementes ganham em cada local ou região características específicas, ao mesmo tempo, estão articuladas com a luta das mulheres no conjunto da classe trabalhadora. Isso pode ser constatado na atividade do dia 8 de março em Curitiba/SC. A manifestação tem por objetivo denunciar “[...] o modelo de agricultura química, os transgênicos, a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e pelo fim do pagamento da dívida externa. Ao mesmo tempo, realizaram o lançamento da campanha conta o imperialismo, contra a guerra e pela paz.” (INFORMATIVO DO MMA/SC, 2003, p. 2).

Figura 63 – Abertura das atividades do dia Internacional da Mulher, Curitiba/SC, 8 de março de 2003



Fonte: Acervo do MMC/SC.

As crianças na figura 63: Milena, Letícia, Verônica, juntamente com o casal Marilene e Amilton Pereira, a cesta de alimentos, bandeira do Brasil e do MMC representa, as mulheres com cartazes e bandeiras em suas mãos mostrando a força da agricultura camponesa familiar. Responsável pela “a produção de mais de 70% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro, mesmo com pouca terra e poucos incentivos de financiamentos e créditos para produzir” (MPA, 2010²³⁹).

Essas crianças estão vivenciando a luta de suas mães e pais contra a guerra, pela paz, pela produção de alimentos saudáveis. Após o ato, as mulheres realizaram o seminário estadual de 8 a 10 de março de 2003, que debateu e deliberou sobre o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC.

²³⁹ Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/2010/02/18/censo-agropecuario-confirma-agricultura-camponesa-e-a-principal-produtora-de-alimentos-do-pais/>>.

Figura 64 – Mística de compromisso e encerramento do seminário. Entrega de mudas de couve às participantes, Curitiba 8 de março de 2003



Foto: Acervo MMC/SC.

Na figura 64, as crianças contribuindo na mística de compromisso e socialização de muda de couve para todas(os) as(os) participantes. Eu mesma ainda cultivo a couve de Curitiba, símbolo da resistência da luta do Contestado. A troca de sementes cria laços, aproxima e compromete as mulheres com a recuperação das sementes crioulas.

Para o cultivo das sementes, precisam preparar o solo. Na figura 65, as mulheres estão preparando a compostagem²⁴⁰. Uma técnica de aproveitamento dos dejetos orgânicos convertendo-os em fertilizantes do solo. Após algum tempo de processamento e manejo adequado é utilizado na recuperação da fertilidade do solo (MMC/SC, 2006, p. 71-80).

²⁴⁰ Todo o processo da técnica de compostagem pode ser encontrado em: MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. TECCHIO, Andréia; MACAGNAN, Ivo Severino. Caderno nº 3. *Solo útero do Planeta Terra*. Chapecó/SC: Cooper Graf Ind. e Com. Gráfico Ltda ME, 2006, p. 71-80.

Figura 65 – Mulheres preparando a técnica compostagem



Foto: Acervo MMC/SC.

Quando as mulheres se reúnem nas oficinas de sementes, seja na comunidade ou no município, as crianças acompanham, estão ali observando, aprendendo. Foi o que disse Heitor no CEC “O lixo orgânico, dá fazer adubo em vez de jogar em qualquer lugar”. As mulheres comprovaram a eficiência da compostagem entre outras técnicas de recuperação do solo. Contou Elza²⁴¹, “[...] esses dias o Tonho foi comigo preparar a terra para o plantio. Ele achava que era aquela terra dura, seca, mas não, estava bem fofinha. Estranhou e perguntou. Daí expliquei a cobertura verde²⁴², o pó de brita, a compostagem. Essas técnicas muda o solo. Tá lá pra vê”.

Outro aspecto que mostra a presença das crianças está na logomarca do programa. Assim como o MMC construiu com as mulheres a Bandeira do Movimento, mencionado no primeiro capítulo, encaminharam nos grupos de mulheres a proposta de criar a simbologia do programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC. Metodologicamente, a coordenação propôs alguns critérios e as mulheres se organizaram individualmente ou em pequenos grupos nos municípios e apresentaram sugestões. A direção estadual e coordenação do programa das sementes, seguindo os critérios, definiram a logomarca.

²⁴¹ Diário de campo, Chapecó/SC, 15 de setembro 2017.

²⁴² Refere-se à técnica de cobertura verde do solo que evita a erosão, a compactação e contribui na adubação que associado a outras técnicas como o pó de brita e compostagem que atuam na recuperação da fertilidade do solo. Essas técnicas são estudadas, aprendidas, aplicadas e avaliadas dos encontros que tratam das sementes, plantas medicinais e produção saudável. O como fazer está detalhado nas cartilhas e caderno do MMC.

O lema escolhido foi: “Filhas da terra produzindo sementes crioulas, alimentando sonhos de libertação” e o desenho abaixo. Nele estão mulheres e homens, crianças, sementes, ferramenta de trabalho, cesta de alimentos e outros.

Figura 66 – Logomarca do programa de recuperação produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC



Fonte: Acervo do MMC/SC.

A ideia desse desenho é a representação do local para o Brasil, América Latina. A luta pela recuperação das sementes crioulas não tem fronteiras. É “patrimônio dos povos a serviços da humanidade²⁴³”. Das

²⁴³ “Em junho de 2002, durante a realização da Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em Roma, Itália, a Via Campesina Internacional decidiu implantar a campanha “sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade”. Essa campanha foi formalmente lançada em janeiro de 2003 durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), no Brasil”. (VIA CAMPESINA Campanha da Internacional: sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 471-472, jul./dez. 2012).

sementes crioulas e do trabalho de adultos e crianças vem à alimentação saudável.

Desde os primeiros debates sobre as sementes crioulas, havia entre as dirigentes a preocupação com as plantas medicinais. Na assembleia estadual realizada no Município de Quilombo/SC, em outubro de 2007, deliberaram pelo *Programa saúde integral*. Isto quer dizer, que saúde articula a luta pelo acesso à assistência, à saúde pública e à preservação das espécies de plantas medicinais. Seu objetivo é “[...] valorizar e potencializar o conhecimento popular e coletivo em plantas medicinais e alimentícias. Isso exige atitudes de resistência ao modelo de exploração capitalista e esforço na construção de novas relações entre as pessoas e a natureza” (MMC/SC(a), 2008, p. 13).

Pulga (2014), em sua pesquisa também destacou a luta do MMC pela saúde pública, pela saúde da mulher e sua articulação com as práticas educativas no âmbito da saúde. Segundo a autora, a luta pela saúde das mulheres camponesas passa “[...] por mudanças nas relações de gênero, no respeito à natureza, no modo de produzir, na relação com a terra, a água, os vegetais, os animais e todas as formas de vida” (PULGA, 2014, p. 159). A contribuição do Movimento para efetivar essas mudanças se dá por meio de

[...] ações educativas na área de promoção a saúde da mulher e da família rural, articulando a construção do ser humano integral, a agroecologia, as plantas e as ervas medicinais, a alimentação suplementar, o uso de terapias complementares na atenção à saúde e a luta para garantia de acesso do povo ao direito de ter atenção integral à saúde pública, através do SUS. (PULGA, 2014, p. 159-160).

As práticas educativas no MMC vêm mostrando essa relação de resistência e luta pela agricultura agroecológica e a luta pelo direito à saúde e acesso às políticas públicas como a política nacional de atenção integral à saúde da mulher, o sistema único de saúde, entre outras políticas que tratam da saúde das populações do campo (PULGA, 2014). Dialogando com Eloisa²⁴⁴ sobre o que aprende no MMC, ela contou que “aquele dia que a mãe deu aula, ela falou umas coisas lá... do SUS”. Eloisa se lembrou do SUS. A Saúde Pública de Qualidade é uma luta permanente do Movimento. Sua mãe Elizabeth estava coordenando o estudo sobre saúde da mulher.

²⁴⁴ Diário de campo 20 de janeiro de 2016.

Observei que o programa saúde integral se efetiva nos grupos de mulheres por meio das oficinas de saúde. Nas oficinas as mulheres realizam as práticas educativas, estudam, trabalham na recuperação das plantas medicinais e na organização do horto medicinal. Marilize Beatriz²⁴⁵, que participa das oficinas de saúde, expressou: “[...] eu aprendi a usar as plantas medicinais. A gente aprende no MMC que não precisa pra qualquer coisa estar correndo no médico. A gente aprende ter mais autonomia, cuidar mais da gente, da saúde de todos”. E disse mais:

Eu aprendi, a gente aprende no Movimento que pra estas coisas mais simples do dia a dia, você tem como na tua propriedade, a minha propriedade oferece estas condições com que eu possa tratar minha família, com o que eu tenho em casa, aproveitar o que a natureza oferece. (MARILIZE BEATRIZ)²⁴⁶.

Pelas palavras de Marilize Beatriz, o horto medicinal que compõe o quintal produtivo torna-se um espaço pedagógico de aprendizado e troca de saberes entre mulheres e as crianças. Ouvindo as crianças sobre o assunto das plantas medicinais João Victor²⁴⁷ se referiu a sua mãe dizendo: “quem é perita nisso, é minha mãe. Eu quase não entendo nada. Só conheço a babosa”. Na representação de João Victor, sua mãe tem muito conhecimento sobre as plantas medicinais, mas ele sabe pouco.

Diferente da representação de Rosa²⁴⁸ que explicitou e mostrava com gestos como sua avó preparava as plantas: “Lá na minha vó, na minha vó Rosa, Ela faz remédio de chá. Tem uma estufa. Daí ela coloca um monte, tudo o tipo de chá assim. Ela tem um lugar lá na roça que está cheio de chá, de plantas que dá chá... das plantas medicinais.” Rosa, ao contar como a avó prepara as plantas, evidencia uma relação de proximidade, participante, sabe onde são cultivadas as plantas e como preparam. Há um processo de aprendizagem em construção.

A figura 67 se refere a uma das oficinas sobre o preparo de plantas medicinais durante o IV Congresso do MMC/SC: “Mulheres camponesas na luta por saúde integral”. Estão se organizado para preparar a “pomada milagrosa”.

²⁴⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁴⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁴⁷ Diário de campo, 02 de fevereiro de 2017.

²⁴⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Figura 67 – Oficina de Plantas Medicinais, durante o IV Congresso do MMC: “Mulheres camponesas na luta por saúde integral”, São Miguel do Oeste/SC, 19 novembro 2008



Fonte: Acervo MMC/SC.

O menino está ali, observando atento a explicação e o desenrolar da atividade. Rosa Gris²⁴⁹, monitora das oficinas de saúde, recomenda sempre às mulheres: “[...] mulheres, mães tragam suas filhas(os) para os nossos encontros. Elas(es) precisam aprender. Vocês não sabem o que estas criaturas são capazes de fazer. Elas nos surpreendem. Elas aprendem estando junto com nós”. Rosa, em sua experiência tem a preocupação de mostrar para as crianças as coisas bonitas que a natureza oferece para o cuidado do nosso corpo, da saúde e compartilhar com as novas gerações os saberes herdados dos ancestrais e recriados para responder às necessidades atuais. Envolvidas nas atividades, as crianças constroem referências, aprendem a reconhecer e valorizar os saberes das mulheres/mães relacionados às plantas medicinais.

As mulheres do MMC reconhecem esse conhecimento, herança dos povos indígenas que, com o passar dos tempos, foi se combinando com o conhecimento dos povos negros, caboclos, migrantes e, com muito esforço, foi sendo preservado até nossos dias (MMC/SC, 2014), daí a necessidade de compartilhar esses saberes com as crianças. Para León (2003, p. 218): “As mulheres são, com total evidencia, agricultoras em tempo integral, e as cultivadoras aportam uma contribuição substancial

²⁴⁹ Diário de Campo, 5 de maio de 2015. Depoimento durante a oficina das plantas medicinais, realizada em Quilombo/SC, no dia 5 de maio de 2015. Nesta oficina foi trabalhado o tema: Horto medicinal, legislação dos fitoterápicos e comercialização.

na conservação e na gestão geral dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.”

Para Arenhart (2007, p. 104), “[...] as crianças demonstram aprender os ensinamentos dos adultos, ao mesmo tempo em que colocam as ‘suas marcas’ nas experiências vivencias como sujeitos de seu processo educativo”. O diálogo e a troca de saberes que ocorrem no coletivo vão aos poucos sendo incorporados ao cotidiano das crianças, que começam a identificar os diferentes sistemas, as contradições no jeito de fazer o manejo da terra, de fazer agricultura, da alimentação, de cuidar da saúde, do ambiente, entre outros.

A *Campanha Nacional de alimentação saudável* foi lançada no 8 de março de 2007. O objetivo era provocar o debate na sociedade sobre a importância da alimentação saudável atuando em duas frentes. De um lado, a luta pelo direito à soberania alimentar, que se concretiza na produção diversificada: sementes crioulas, horta, horto medicinal, pomar, criação de pequenos animais e, de outro lado, a luta de resistência e enfrentamento à agricultura convencional, ao agronegócio, À semente transgênica, ao monocultivo, à padronização da alimentação, o domínio das transnacionais sobre as sementes e território (AMTR-Sul, 2008).

A tirania estabelecida pelo controle oligopolista das sementes e pela oferta de novos e variados produtos industrializados para o consumo alimentar alterou, de maneira substantiva, a estrutura e a organização da produção, assim como a dieta alimentar dos camponeses e dos povos indígenas. Introduziu elementos novos na concepção de mundo dessas populações, em particular pela negação do tradicional em nome do moderno. Rompeu a multiculturalidade e esterilizou a diversidade de iniciativas. (CARVALHO, 2003, p. 100).

Carvalho (2003) alerta que a interferência do mercado globalizado sobre a agricultura é insustentável, destrói a biodiversidade e as culturas locais que, nas palavras de Carvalho (2003, p. 95), “são herança comum da humanidade a mais de 10 mil anos”. O trabalho milenar de mulheres e homens permitiu a identificação das plantas alimentícias e curativas que pouco a pouco foram sendo transformadas adaptando-se aos ecossistemas. León (2003, p. 220) constatou em seus estudos que

[...] esse conhecimento em matéria de sementes: colheita, classificação, identificação de propriedades, armazenamento, qualidades

nutricêuticas e culinárias, e a complementação entre elas para prevenir doenças, entre outros passaram historicamente quase despercebidos e menosprezados socialmente e economicamente.

Esse conhecimento adquirido dos ancestrais, com o estudo da agroecologia e as práticas/experiências das mulheres, é socializado nas oficinas de alimentação saudável. “Elas ensinam e ao mesmo tempo, detêm a capacidade de garantir a biodiversidade, a soberania alimentar respeitando e integrando as múltiplas formas de vida.” (AMTR-Sul, 2008, p. 54). Com suas práticas educativas, as mulheres camponesas alertam que, a partir do século XX, o controle da alimentação está se tornando “propriedade de um grupo de empresas privadas estadunidenses e europeias” (CARVALHO 2003, p. 95).

A reportagem sobre a mobilização do lançamento da campanha pela alimentação saudável do MMC mostra a mãe Ana Elza, a filha Anita e a produção de feijão orgânico. As crianças crescem aprendendo que nem toda a alimentação é saudável.

Figura 68 – Alimentação Saudável



Fonte: Acervo.

Antes, durante e depois do lançamento da campanha de alimentação teve todo um planejamento para a proposta chegar às mulheres camponesas nos grupos de base. A campanha de alimentação saudável recebeu o nome de *Oficinas de reeducação alimentar*. Nos municípios, as mulheres camponesas se encontram para estudar sobre a importância da diversificação de alimentos e saúde, organização da dieta alimentar, valores nutritivos dos alimentos orgânicos e dos produtos convencionais, cultura local e regional, consequências dos agrotóxicos, transgênicos, padronização da alimentação. Articulam o político com a prática culinária.

A figura 69 mostra que, durante o encontro, os jovens camponeses do MMC tiveram a oficina de reeducação alimentar. Esse grupo fez panqueca utilizando na massa, cenoura, ora-pro-nóbis, beterraba. E Matheus está ali acompanhando e degustando a cenoura. Assim como Cristiane (figura 77), contribuindo com a vó Lucimar na preparação da massa caseira.

Figura 69 – Oficina de alimentação saudável, Chapecó/SC, 2006



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Figura 70 – Preparando a massa caseira, São José do Cedro/SC, 2016



Fonte: Acervo do MMC/SC.

No processo de preparação dos alimentos, as crianças estão ali experimentando contribuindo, seja no Movimento, seja em casa. Nas oficinas de reeducação alimentar, houve um despertar para a importância da procedência dos produtos, fortalecendo assim o trabalho da produção das sementes crioulas e a retomada do cultivo dos produtos para o autossustento e renda, conforme conta Marilize Beatriz.

A gente fez assim no município várias etapas. Depois disso as mulheres vinham e me dizia: 'Meu Deus, que coisa boa você trouxe pra cá'. Tinha uma época que nossa horta virava um deserto. Não dava nada, muito calor, falta de chuva, daí com esse curso a gente aprendeu a manejar e fazer com que nossa horta fique produtiva o ano inteiro. Que a gente tenha algo para oferecer, mostrar pra família, amigas o nosso serviço o que a gente faz no Movimento. Eu vejo assim, se você quer ter saúde a principal coisa é você mostrar na mesa como você consegue trazer do trabalho, do dia a dia, possa tá oferecendo pra família saúde e qualidade de vida [...] (MARILIZE BEATRIZ)²⁵⁰.

Marilize Beatriz faz referência de como era a horta antes e depois de participar das práticas educativas no MMC e acrescentou que o aprendizado no grupo está contribuindo para a família ter saúde e qualidade de vida, indiretamente isso também é renda. Para isso, há

²⁵⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

necessidade de mudar a matriz produtiva, optar e fazer a agroecologia (CARVALHO, 2003).

Assim como Marilize Beatriz, Natalia²⁵¹ disse: “A gente vem estudar, a gente conversa, a gente troca experiências. Fala sobre o que acontece no Brasil, o que acontece em nossas casas. Troca de experiência com as mulheres de seu grupo.” Eloisa²⁵² disse também que gosta do MMC “porque falam sobre alimentos que faz bem”. Lembrou-se que no centro de formação tem comida gostosa. Quando as mulheres se reúnem nos Centro de Formação, costumam levar os alimentos produzidos por elas para preparar as refeições coletivas como forma de ressarcir as despesas nos dias de formação. Eloisa²⁵³ citou alguns itens: “tem salame, melado batido, gosto das frutas, banana e melão, tem bolo caseiro”

Esses itens citados são característicos da agricultura camponesa, ou seja, as mulheres levam o que produzem e socializam os aprendizados, trocam experiências, mudas, receitas. Enfim, nos encontros sempre têm algo novo a ser compartilhado.

No CEC dialogando com as crianças sobre o que elas sabem fazer, Guerreiro²⁵⁴ logo expressou que sabe “fazer pudim... Fazer bolo”. E perguntou para os colegas: “Quem comeu bolo, levanta a mão? Viu aquele bolo, foi eu e a mãe que fizemos. O bolo de morango.” Rosa disse²⁵⁵: “Estava bem bom”, o que foi confirmado por Camyli²⁵⁶: “Estava gostoso”. É assim que mulheres e crianças aprendem e repartem conhecimentos.

A atitude da militante/mãe de Guerreiro em preparar o bolo juntos para levar para o Centro de Formação e repartir com o grupo é uma prática educativa. A divisão sexual do trabalho é conteúdo trabalhado no MMC. Ali também as crianças vão compreendendo que o trabalho de cozinhar é de todos, não só da mulher. Aprendem que a luta é feita e sustentada pelas mulheres e que o estudo precisa se tornar ação. O conhecimento verdadeiro se dá na interação da “reflexão e ação sobre o mundo para transformá-lo, tornando-se práxis” (FREIRE, 2014, p. 52).

Todo esse trabalho produtivo assumido pelo MMC, que passa pelas sementes crioulas, plantas e horto medicinal, proteção da água, alimentação saudável, contribuiu para ressignificar a produção

²⁵¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁵² Diário de Campo, Quilombo, 20 de janeiro de 2016.

²⁵³ Diário de Campo, Quilombo, 20 de janeiro de 2016.

²⁵⁴ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁵⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁵⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

diversificada produzida principalmente pelas mulheres, que passa a ser chamado no Movimento de *quintal produtivo agroecológico*. De certa forma, o quintal produtivo agroecológica articula as diferentes práticas citadas. Como explicitou Mariza²⁵⁷:

A luta pela libertação também está nas sementes crioulas, no resgate de uma alimentação saudável, sem químicos e venenos inseticidas, de base natural. As ervas medicinais é outra prática educativa, pedagógica. Outra são os quintais produtivos são muito importantes porque serve para o campo e para a cidade. (MARIZA)²⁵⁸.

Mariza chama a atenção para a luta cotidiana. À medida que as mulheres estudam e participam desses debates, vão percebendo o valor de seu trabalho e da produção diversificada, reivindicando em sua unidade de produção uma área acessível para o plantio. Isto porque, em muitas unidades de produção, as imposições da chamada modernização da agricultura interferiram tanto na família que para a mulher produzir a diversidade de alimento, não tinha mais espaço. Como muitas delas sempre resistiram e não deixaram de cultivar a diversidade de alimento continuaram plantando em área de terra normalmente distante de suas casas, em lugares de difícil acesso, nas encostas, terreno pedregoso, onde a máquina não chegava.

Ao conscientizarem-se do valor dessa produção, o desafio para muitas começou por reconquistar uma área de terra acessível, próxima à casa, com disponibilidade de água, de fácil acesso e manejo. A mulher, ao fazer essa opção, assume uma luta que se dá no interior das famílias, principalmente em relação ao marido/pai/sogro pois, no sistema patriarcal e capitalista, a decisão sobre o uso da terra e o investimento em infraestrutura pertence ao proprietário/homem.

Essa luta que as mulheres efetivam individualmente e localmente está articulada com a luta coletiva e global do MMC e demais movimentos do campo que compõem a Via Campesina. Cinelli (2016, p. 171) também constatou esse fazer das mulheres na produção agroecológica “[...] elas individualmente vão se transformando, reivindicam o melhor pedaço de terra para plantar o alimento, voltam a estudar depois de anos fora da sala de aula, dividem as tarefas domésticas para ter tempo de participar dos encontros do Movimento.” As figuras 71 e 72 mostram como as mulheres vão organizando a produção diversificada de autosustento e renda.

²⁵⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁵⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Figura 71 – Unidade de produção de Justina e Otilé Cima,
Quilombo/SC, 2014



Foto: Justina Inês Cima

Figura 72 – Produção de Amoras - Janete Valler e seu filho Victor,
Linha Consoladora – Maravilha/SC



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Cada quintal tem sua especificidade. Na figura 71 é possível observar a diversidade de produtos e a colheita de duas variedades de feijão de vagem e pimentão. Na figura 72, mãe e filho no cultivo de amora

e alho. A amora concentra alto valor nutricional e pode ser consumida *in natura* ou processada na forma de polpa para sorvetes, geleias e outros. As crianças adoram colher amoras, fruta pequena, bonita, tinge a mão, é saborosa. No centro de formação Maria Rosa, as crianças são as primeiras a descobrirem quando as frutas estão maduras. Elas vêm correndo mostrar para suas mães o achado (as amoras), já lambuzadas pelo colorido da fruta.

O quintal produtivo agroecológico é um lugar bom para a imaginação das crianças e o convívio com a natureza. Suas representações explicam o que entendem por quintal produtivo agroecológico. Para Heitor²⁵⁹, “os quintais é um lugar cheio de sementes”. E Eloisa²⁶⁰ confirmou “algum lugar... tipo assim, aonde tem sementes e plantas”. Maria Clara²⁶¹ disse que no quintal “[...] têm cebola, alface, tomate, salsa, brócolis, beterraba, repolho, tem, tem ruga, passarinhos, laranja doce, lima, goiaba, jabuticaba, maracujá e que também não vou dizer tudo.” É a diversidade de sementes sendo cultivada pelas mãos das mulheres, crianças e homens.

Sementes que são colhidas, conservadas, guardadas e reproduzidas, “[...] muitas vezes medidas pelo sagrado e tinham na partilha desse bem comum um valor material e simbólico que se tornava sinônimo da vida, contemporaneamente as sementes transformaram-se em mercadorias, em objetos de negócio [...]” (CARVALHO, 2003, p. 95).

As crianças expressaram que sabem onde estão as sementes, as plantas medicinais. Isso indica que essas mulheres e crianças do MMC têm o controle de suas sementes. Que elas estão envolvidas e contribuindo com suas mães e avós nos quintais produtivos, como explicou Maikeli²⁶² “Lugar que tem plantas medicinais, alimento e tem árvores”. Magnólia lembrou-se “também das flores”. Eloisa²⁶³ contou que “Rosa, eu e Pinha fizemos um álbum de sementes”.

Nas representações das crianças, é possível perceber que os quintais produtivos agroecológicos se referem a um local/espço na unidade de produção que congrega diversidade de sementes, alimentos, plantas medicinais. Elas fizeram álbum de sementes. Uma metodologia que proporciona muitos aprendizados às crianças. Percebem a diferenças entre as sementes crioulas, aprendem a identificá-las.

²⁵⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁶⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁶¹ Diário de campo, 8 de abril de 2017.

²⁶² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁶³ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Preservar a diversidade de sementes e plantas se constitui para o MMC e demais movimento populares do campo, uma luta contra o império capitalista transnacional. Este chega às unidades de produção por meio das sementes híbridas e transgênicas, dos adubos químicos, dos agrotóxicos, das rações para o trato dos animais, pela alimentação industrializada, entre outros. Nas últimas décadas, “[...] as sementes transformaram-se em mercadorias, em objetos de negócios cujo objetivo precípua é o lucro através da exploração e da submissão dos produtores rurais de todo o mundo, [...] por corporações privadas capitalista de âmbito internacional” (CARVALHO, 2003, p. 95-96).

Nesse contexto, os quintais produtivos agroecológicos são expressão de resistência e luta, contrapondo-se a esse modelo, pela diversidade de espécies cultivadas e pelo conhecimento inserido na organização do mesmo. Cada espécie supõe um conhecimento específico para uso, cultivo, manejo, colheita, armazenamento e culinária.

Como já relatei, as representações das crianças no quintal produtivo agroecológico congregam a biodiversidade, Flor de Lins²⁶⁴ relacionou o que tem no quintal produtivo da mãe e do pai: “Feijão, arroz, carne, tem couve, salsinha, repolho e também cebola, flores bonitas, cobrinhas, também tem gengibre, tem bichinho de estimação. [...] tem terra pra brincar, tem balanço, tem rede, tem chuva pra molhar as plantinhas e também tem frutas saudáveis.”

Primeiro aspecto que chama a atenção é a diversidade de plantas alimentícias, plantas medicinais, flores, pomar, entre elas a “carne”. Ela está se referindo a uma planta chamada ora-pro-nóbis²⁶⁵. Também o quintal é o espaço das filhas brincarem. Flor de Lins brinca com a terra, balanço, rede, bichinho de estimação. Na figura 73, ela está brincando com uma borboleta que sua mãe pegou e colocou no pote. Depois ela queria que a borboleta fosse embora “porque ela, ela tem que ir com suas filhinhas pra casa”. Esse contato com a natureza desenvolve relações de sensibilidade e cuidado com a natureza.

²⁶⁴ Diário de campo, 3 de junho de 2017.

²⁶⁵ “Ora-pro-nóbis é uma planta originária do continente americano muito cultivado na região Sudeste do Brasil e muito usada na culinária. É chamada de carne vegetal porque possui bastante proteína. Alimento bem conhecido entre os vegetarianos. Também é rica em vitaminas A, B, C, fibras, ferro e fósforo. Bom para o funcionamento do intestino e aumento da imunidade. Pode ser usada como, salada, chá, refogados, sopa, panqueca e outros.” MMC/SC(a). Relatório da oficina de saúde integral. Tema: plantas medicinais e princípio ativo. Irati/SC, 5 de maio de 2015.

Figura 73 – Quintal produtivo agroecológico. Flor de Lins brincando com a borboleta, seu bichinho de estimação, 3 junho de 2017



Foto: Sandra Marli da Rocha Rodrigues.

Chamou-me a atenção a representação que ela faz do quintal produtivo agroecológico, relacionando as plantas cultivadas com o brincar, a ação da natureza representada pela chuva e pela alimentação quando mencionou as frutas saudáveis e que isso lhe dá saúde quando disse que “as frutas saudáveis são para ficar forte e grande”. Para Collet, Bernart e Piovezana (2015, p. 11746), os quintais produtivos podem “[...] ser espaço pedagógico de ensino aprendizagem entre as gerações e reveladores da opção por um projeto de vida, de agricultura e de sociedade que promova o bem viver de todos os seres vivos”.

Carvalho (2003) enfatiza a necessidade de a população repensar hábitos, atitudes, comportamentos em relação à alimentação. Segundo o autor, não basta ser consumidor(a) é preciso ser cidadã(o). Há uma tendência à padronização da dieta alimentar, o que vem interferir na qualidade de vida e saúde da população. “[...] tudo leva a crer que se caminha para uma tirania das grandes corporações multinacionais sobre a dieta alimentar dos povos em todo o mundo” (CARVALHO, 2003, p. 96).

Na figura 74, a avó e netinha do Município de Saudades/SC mostrando com alegria o cultivo da couve-flor, que é alimento e consciência da importância da produção diversificada e saudável, cujo processo que vem sendo construído pelas oficinas das sementes e das oficinas de reeducação alimentar. As figuras 75 e 76 são do quintal produtivo agroecológico de Lourdes Bodanese no Município de Marema/SC, onde está acontecendo a prática do intercâmbio e troca de

saberes e o menino um pouco mais distante, envolvido com algo que lhe chamou atenção. A figura 76 demonstra o cultivo consorciado e o aproveitamento do espaço. Enquanto o pé de figo refaz suas folhas e frutos é possível cultivar alface. O consórcio²⁶⁶ das plantas frutíferas, alimentícias, medicinais e a criação de pequenos animais compõem a dinâmica da agroecologia e dos quintais produtivos.

Figura 74 – Produto da horta, de Cecília Schbarun e sua neta Danieli, Saudades/SC



Foto: Liane Menegoto / Acervo do MMC/SC.

²⁶⁶ Nos quintais produtivos as mulheres utilizam a técnica do consórcio de cultivares, como: alface, beterraba, cenoura, pimentão, couve, tomate, moranguinhos, temperos, cebolinha, salsa, sálvia, osmarim, alecrim, açafreão, camomila, melissa, hortelã, gervão, e tantos outros. Mais o pomar diversificado: laranja, limão, maracujá, figo, pêssego, abacate, uva, entre outros. A maior parte das espécies citadas é de plantio de época, isto significa manejo permanente de preparo do solo, semeadura, replantio, poda, colheita, secagem, aproveitamento e armazenamento dos cereais, raízes e frutos.

Figura 75 – Quintal Produtivo Agroecológico de Lourdes Bodanese, Marema/SC



Fonte: Acervo do MMC/SC.

Figura 76 – Quintal Produtivo Agroecológico de Lourdes Bodanese, Marema/SC



Fonte: Acervo do MMC/SC.

No quintal produtivo agroecológico sempre tem espécies para plantar, outras para colher. Associado a isso tudo, podem ter a criação de pequenos animais como: galinhas, pato, porco, vacas e outros, inclusive o jardim e o preparo dos alimentos. A partir desse contexto, é possível entender o que destaquei nos capítulos anteriores sobre a intensidade de trabalho da mulher camponesa.

Ainda, depois de colher a produção, precisam organizar o armazenamento, ou seja, parte a necessária para o sustento do grupo familiar. Em muitos casos, as mães compartilham com filhas(os) que moram na cidade, separar e armazenar as sementes para o próximo plantio. Dessa produção pode ter excedente que soma na renda familiar. A renda da produção diversificada normalmente a mulher investe no estudo dos filhos(as), ou na aquisição de roupa de cama e para as crianças, na aquisição de utensílios para cozinha e para casa, entre outros.

Eu vendo mandioca descascada. Faço aproveitamento das cascas da mandioca tratando as vacas e terneiros. E daí tenho o leite. Faço o queijo e as plantas medicinais. Dali, tiro minha principal renda e administro ela. Investi na escola dos filhos. Eu paguei curso para meus filhos [...] paguei em prestação. [...] Eles não tem vergonha de contar. Logo que nós viemos morar ali, nós nem televisão tinha. (LESSI)²⁶⁷.

Lessi representa como as mulheres camponesas organizam sua renda. O excedente vindo da produção diversificada tem em vista atender às necessidades dos filhos(as). No quintal produtivo agroecológico, além do trabalho contínuo, faz-se necessário o planejamento da produção considerando o preparo do solo, a melhor época para a sementeira, replantio, colheita, armazenamento, comercialização. Mas tudo isso depende do tempo: chuva, sol, influência das estiagens ou enchentes; do clima, ameno, frio, calor; da qualidade do solo, da localização, entre outros.

Reafirmo que este trabalho é exigente, desafiador. Permite às mulheres a apropriação de muitos saberes, pois cada espécie tem suas particularidades. Precisa conhecer todo o processo da espécie que pretende cultivar, caso contrário pode comprometer seu trabalho não tendo o resultado esperado. Em síntese, parece fácil dizer: “Ela cuida da casa e da educação dos filhos e filhas, cuida da horta, trata os animais e trabalha na produção” (MMC, 2004, p. 27), mas cada palavra expressa horas e horas diárias trabalhadas. Isso também foi representado por Davi Luís²⁶⁸ que associou: “prática educativa é o trabalho”.

O trabalho agrícola exige dedicação e muita energia, muito esforço humano. É um trabalho cansativo, pesado e, por vezes, penoso pela falta de tecnologia adequada para este tipo de produção. Há mais

²⁶⁷ Diário de campo, Chapecó/SC, 26 de março 2017.

²⁶⁸ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

investimento na produção em grande escala do que para a produção camponesa. Para León (2003, p. 220), “[...] a modernização excluiu as mulheres do acesso a conhecimentos, recursos e tecnologias [...]”. Além do mais a assistência técnica rural governamental ou privada, “[...] ao não se apropriarem concepções de matrizes tecnológicas alternativas às dominantes, sob controle das grandes corporações multinacionais contribuíram direta ou indiretamente para esse desenraizamento dos camponeses e dos povos indígenas” (CARVALHO, 2003, p. 103).

Daí que os quintais produtivos ganham sentido de resistência e de enfrentamento à dominação e tirania do capital, que, para Carvalho (2003), impõe-se em três aspectos: a) pela imposição da produção de monocultivos e das sementes híbridas e transgênicos; b) pela aceitação da ideologia consumista imposta brutalmente pela mídia; c) pelo consumo dos alimentos industrializados e padronizados, abandonando a diversidade regional²⁶⁹.

A artificialização da agricultura pelo crescente uso de insumos de origem industrial, a agroindustrialização dos alimentos, a padronização mundial dos hábitos alimentares da população e a manipulação industrial para a oferta de alimentos com sabores, odores e aparências similares aos naturais, aliados ao aumento da oligopolização dos controles corporativos das cadeias produtivas alimentares, nos indica, entre outros fatores, que inversamente à construção de uma soberania alimentar, se caminha uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais. (STEDILE; CARVALHO, 2011, p. 7).

Para Carvalho (2003, p. 97), essas grandes corporações internacionais sobre a agricultura determinaram profundas “[...] mudanças, tanto na matriz tecnológica e na forma de organização da produção, quanto na matriz de consumo alimentar familiar”. As consequências é a desorganização do modo de vida camponesa, a perda da identidade cultural, social e ética.

Retomando a conversa com as crianças, perguntei sobre a importância das árvores para os quintais produtivos que elas haviam

²⁶⁹ Estes produtos encontrados nos supermercados, “[...] como, os temperos instantâneos, os achocolatados, os flocos de milho, as massas secas, os enlatados ou envasilhados, as margarinas, os óleos vegetais, os refrigerantes, as carnes congeladas, os alimentos prontos para o consumo imediato, etc.” (CARVALHO, 2003, p. 97), chegam a todas as cidades, como também no campo.

mencionado quando falaram das representações dos quintais e Eloisa²⁷⁰ reafirmou que: “lá tem mais plantas, árvores”. Na visão de Heitor²⁷¹ “os quintais faz bem pras árvores e pra nós”. Rosa²⁷² lembrou-se da importância do ar. Mas Pinha²⁷³ interferiu na conversa e disse: “Rosa..., dependendo das plantas..., os pinos né Rosa”.

Interferi e perguntei, dependendo o que? E Rosa²⁷⁴ explicou: “os pinos sugam a água” e Pinha²⁷⁵ complementou “[...] porque se os pinos for plantando, perto dele, não dá pra plantar mais nada. Por causa, sempre quando a plantinha nasce o pinos não deixa ela crescer. Ele têm um cheiro muito forte e ele suga tudo a água da terra.” Heitor²⁷⁶ “Pinos tem cheiro muito podre. Alguma coisa assim”

Elementos das representações das crianças em relação ao monocultivo também foram analisados por Paulilo e Matias (2016, p. 223). “Um dos problemas do reflorestamento é sua grande exigência de água, tanto para o desenvolvimento das florestas de pinus e eucaliptos como para o processo de produção de celulose.” Pinha²⁷⁷ afirmou: “[...] por isso que falam que quando você está num lugar assim cheio de pinus, elas falam que você está num deserto verde.”

As representações das crianças sobre os quintais produtivos trouxeram para o debate no CEC a luta das mulheres camponesas contra os monocultivos de eucaliptos, pinos e acácia. As crianças conseguem ler e interpretar a luta das mulheres. Sabem os prejuízos do deserto verde para a biodiversidade.

Para Paulilo e Matias (2016, p. 221), a ação na Aracruz celulose foi condenada pela mídia e setores da sociedade. Entretanto, os autores afirmaram que cabe à universidade “refletir sobre os fatos sociais”. Em suas pesquisas, levantaram algumas consequências da invasão dos monocultivos que comprometem a produção diversificada feita pelas mulheres; inviabilizam a convivência entre o gado e o reflorestamento porque os pinos e eucaliptos impedem o crescimento de vegetação rasteira para alimentar os animais. Expulsam os camponeses da terra, gera desemprego, reduz a água, criando “deserto de florestas”, (PAULILO;

²⁷⁰ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁷¹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁷² CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁷³ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁷⁴ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁷⁵ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁷⁶ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

²⁷⁷ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

MATIAS, 2016, p. 222-223). Por isso, que as crianças confirmaram o que disse Pinha em sua representação os monocultivos são “desertos verdes”.

As constatações de Paulilo e Matias (2016), bem como, a ação das camponesas também encontra sustentação teórica nos estudo de Carvalho (2003), como já foi citado. Também por León (2003, p. 210), “[...] as sementes transgênicas têm sido fabricadas tão-somente para o monocultivo de vocação empresarial [...]” e impostas à agricultura camponesa familiar.

As crianças que participam como pode ser observado na figura 77 das místicas, ou ao lado da mãe no encontro sobre alimentação saudável, aos poucos constroem suas representações sobre as lutas do MMC.

Figura 77 – Encontro sobre alimentação saudável realizado pelas Regionais do MMC do extremo oeste catarinense (Descanso, São José do Cedro e São Miguel do Oeste/SC). São Miguel do Oeste/SC, 22



Foto: Registro da autora.

Essas crianças que estão no MMC aprendem e constroem suas percepções à medida que vão compreendendo a pedagogia de trabalho do MMC. Estávamos conversando quando Rosa manifestou-se que gosta do planejamento das mulheres do Movimento. Perguntei o que é planejamento e Rosa²⁷⁸ prontamente disse: “[...] é que vocês sabem o dia que tem que fazer as coisas. A hora que tem que fazer. Vocês sabem como que tem que fazer. Vocês não sabem né. Vocês têm que avaliar.” Na representação, Rosa conseguiu definir o objetivo do planejamento: as mulheres se encontram planejam, avaliam e encaminham as ações.

²⁷⁸ Diário de campo, Quilombo, 20 de janeiro de 2016.

Ela observa sua mãe e avó, que são monitoras das oficinas das sementes e das oficinas de reeducação alimentar, preparando e se organizando antes de sair de casa para coordenar a atividade com as mulheres. Elas precisam levar sementes, mudas, plantas medicinais, alimentos e material de estudo. Isso representa para Rosa planejamento, organização, saber o que se faz, onde, quando e por que. As práticas educativas no MMC são um espaço político, pedagógico, cultural, revelador de saberes que estão sendo aprendidas pelas crianças camponesas.

O capítulo teve como objetivo “compreender como as crianças que acompanham suas mulheres/mães/militantes interagem com as práticas educativas no MMC” e, nesse sentido, percebi algumas evidências teórico-empíricas que vêm da dialética entre perguntas e respostas, como foi mencionado na introdução do trabalho. Senão vejamos:

- A infância descrita pelas mulheres camponesas da primeira geração do MMC, em que principalmente as meninas-mulheres, desde muito cedo, deixavam os estudos e as brincadeiras para dedicar-se ao trabalho da casa, no cuidado de irmã(o) e na produção. A “menina-mulher” crescia num ambiente que diuturnamente servia a mãe, o pai, os irmãos, papel que continuava com o casamento, passando a servir e obedecer ao marido. As mulheres camponesas do MMC estão rompendo com a naturalização do papel das mulheres na família e na sociedade, mas sabem que a superação da divisão sexual do trabalho e de todas as imposições do patriarcalismo ainda persiste enquanto desafios.
- Os quintais produtivos agroecológicos são espaços pedagógicos, educativos, transformadores, que possibilitam às crianças camponesas o contato e a convivência com a natureza. Brincam na terra, na chuva, nas árvores, com animais. Acompanham o preparo do solo, a semeadura, o crescimento das plantas, a colheita, o preparo dos alimentos, degustam o alimento cultivado por suas mães e por elas. São crianças que crescem com sensibilidade com a vida, aprendem a gostar dos animais, dos bichinhos, identificam as plantas e sabem sua utilidade como disse Flor de Lins (4 anos) e Maria Clara (7 anos).
- Constatei o protagonismo das crianças nas práticas educativas relacionadas principalmente às místicas. A lição da mística é alimentar o coração e alma das trabalhadoras e trabalhadores com princípios, valores e práticas que identificam e trazem a memória da cultura, do trabalho, da história, da luta feminista e camponesa, que aponta para

o horizonte da humanização e do bem viver. As crianças querem participar, prontificam-se, interagem com as mulheres, o que sugere para o MMC potencializar esta força criativa, a disposição, o imaginário, a iniciativa, a alegria de participar.

- Ouvindo as representações das crianças sobre as práticas educativas relacionadas à recuperação de sementes crioulas, as plantas medicinais, os quintais produtivos agroecológicos, notei que elas estão presentes como sujeito, porque demonstraram que sabem. Esse conhecimento é adquirido pela convivência, principalmente, com as mães, avós, embora convivam com seus pais e outros adultos. Observei que ao mencionar as sementes, plantas medicinais, alimentação saudável, o quintal produtivo, a referência é a mãe e/ou a avó. As crianças pouco fizeram referência ao pai, o que, indica outros estudos para analisar a participação do pai/homem neste aspecto.
- As representações sobre as práticas educativas mostraram o quanto é árdua a luta do MMC pela produção agroecológica. Muitas mulheres camponesas vivenciam cotidianamente a contradição entre a produção no quintal produtivo agroecológico e ao mesmo tempo, a agricultura convencional industrializada; ou a criação de aves, suínos, produção de leite no sistema de integração dependente da indústria e do mercado. Essa contradição na mesma unidade de produção é reveladora do modelo de agricultura capitalista que faz do produto mercadoria para lucrar. Observei que a luta das mulheres é cotidiana, alimentada pelos princípios da transformação da sociedade centrada na produção de alimentos saudáveis e na vida e essa proposta cativa as crianças camponesas.
- As representações das crianças revelaram que as práticas educativas no MMC têm no horizonte o projeto popular de agricultura camponesa agroecológico. Esse projeto se efetiva nas práticas de recuperação das sementes, plantas medicinais, flores, pomar, produção diversificada, criação de pequenos animais, entre outros. Ali no quintal produtivo as crianças atribuem diferentes significados para a sua relação com a natureza.
- Nesse contexto de luta pela transformação da sociedade, o MMC ressignifica a concepção de trabalho da mulher, que precisa ser reconhecido e valorado. Assim também precisa compreender o trabalho das crianças enquanto atividade social. Como disse Arenhart (2007, p. 135), não reconhecer que as crianças camponesas têm responsabilidades com o estudo, alguns trabalhos domésticos, de cuidado de irmã(o), ou no trato de animais que se articulam com o

tempo lúdico “[...] ajuda a construir uma imagem no senso-comum sobre as crianças que as coloca numa condição de inferioridade”. Também é necessário denunciar e lutar incansavelmente pelo fim da exploração do trabalho infantil, como afirmou Silva (2003, p. 200), “[...] deve ser banido totalmente sem exceção, pois é ele que suprime a infância dos filhos da classe trabalhadora assalariada, forçando-as a renunciar às brincadeiras e à escola para ajudar no sustento da família”.

- Notei que os processos formativos e práticas educativas no MMC estão possibilitando as crianças camponesas e mulheres/mães a pensar e praticar outros modos de vida no campo. Recuperam o conhecimento histórico da ancestralidade, de complementaridade com o ambiente, constroem um modo de aprender e conviver, criam e reinventam seus espaços articulando o lúdico, o estudo, o trabalho, a luta, o sonho.

CONCLUINDO PARA RECOMEÇAR PESQUISANDO, LUTANDO E RESISTINDO...

É só quando esquecemos o conhecimento que começamos a saber. (Clarice Lispector - no livro *Do aprendizado ou livro dos prazeres*, 1988, p. 53).

Com essa epígrafe abro as reflexões sobre as conclusões provisórias emergidas do processo de construção de estudo que teve como escopo “o diálogo entre mulheres e crianças do MMC sobre as práticas educativas do movimento”. A metáfora supracitada não significa um apagamento dos conhecimentos que adquiri ao longo da minha trajetória no Movimento e tampouco do conhecimento construído junto às crianças e as mulheres durante o trabalho de campo intitulado CEC. Pelo contrário, os versos pretendem ressaltar a minha humildade enquanto pesquisadora-militante que não se surpreende com o conhecimento acumulado pelos sujeitos da pesquisa (suposto senso-comum), mas que, pelo contrário, reconhece o alto grau de elaboração teórica, imaginativa e propositiva desses sujeitos. “Esquecer os conhecimentos” aqui implica o seu contrário, isto é, recuperar, lembrar e reiterar o movimento dinâmico da história das ações e práticas educativas do MMC vivenciadas pelas crianças, mulheres e suas famílias, visando a encarar, a enfrentar desafios históricos do passado à luz do presente e do devir.

Devo dizer que, enquanto militante-intelectual, tenho compromisso ético-político com o MMC. É também um compromisso político-pedagógico, uma vez que sou organicamente militante do movimento e, simultaneamente, militante do conhecimento crítico e transformador, que trata da atividade intelectual da pesquisa em educação, articulada com os problemas sociais de relevância pública. Trata-se de forjar uma relação orgânica no MMC em articulação com a produção do conhecimento num Programa de Pós-Graduação em Educação, buscando estreitar relações entre movimentos populares e universidade. Nessa linha de posicionamento, ao investigar sobre as práticas educativas à luz do diálogo entre as mulheres e as crianças, o meu intuito, enquanto pesquisadora-militante, é fazer pesquisa, não pelos aspectos da própria atividade que realizo, mas pela forma como essa atividade investigativa se insere na totalidade das relações sociais (DUARTE, 2010).

Isso posto, impõe-se uma socialização da pesquisa para o MMC, uma vez que foi o próprio movimento que, coletivamente, deu os elementos imprescindíveis para a delimitação do objeto – centrado nas

demandas e ações oriundas do mundo das necessidades do movimento. Portanto, o desafio para a pesquisadora militante é ser coerente. Como disse Freire (2002, p. 14): “Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.”

Nesses termos, torna-se imprescindível não apenas socializar os destaques e achados da pesquisa, mas também transformar as evidências empíricas teóricas em possibilidades de novos projetos, debates e diálogos permanentes entre as crianças e as mulheres camponesas, as crianças e suas famílias como um todo, acerca das práticas educativas do Movimento e outras questões. Mas também desejo e espero que essa contribuição possa problematizar as contradições e os possíveis caminhos de intervenção na ação do MMC. Este trabalho trouxe para o cerne da pesquisa o processo político-pedagógico e o papel das representações sociais das crianças e mulheres na construção desse Movimento autônomo, de gênero, de classe, feminista e camponês.

Cabe dizer que a decisão de continuar os estudos enquanto mulher camponesa militante/mãe/trabalhadora e assumir o papel de pesquisadora é uma luta assumida pessoalmente e de compromisso com o MMC. O desafio se torna maior porque vivemos um tempo em que não é possível ficar indiferentes ou ignorar o contexto político de Golpe de Estado, *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e de medidas como a “escola sem partido” e outras que atacam os direitos da classe trabalhadora.

O tempo de pesquisa foi um tempo de muita indignação. Assim que recuperava o caminho feito pelas mulheres camponesas na luta e conquista de direitos, vivenciei reformas neoliberais que retiram direitos, sendo as mulheres e as mulheres camponesas as mais prejudicadas por um governo ilegítimo patriarcal a serviço do capital. Nessa etapa final mais intensa dedicada à pesquisa, o caminho é certo: “concluindo para continuar pesquisando e lutando” com todas aquelas e aqueles que jamais dobraram e dobrarão o joelho para a burguesia capitalista e patriarcal.

O tema/problema dessa dissertação sobre *as práticas educativas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em debate: um diálogo entre as mulheres e as crianças*, como já foi supramencionado, foi construído junto à direção do MMC, transformando-se na seguinte pergunta-problema: *No âmbito do diálogo entre as mulheres e as crianças do MMC, quais as representações sociais sobre o processo formativo e práticas educativas construídas nas lutas do movimento?* A formulação dessa pergunta expressa a preocupação do MMC sobre: como lidar com as crianças que acompanham suas mães/militantes o que também veio ao

encontro de minhas expectativas. Devo dizer que o tema não está concluído, pelo contrário, a produção do conhecimento como luta política precisa continuar e ser ampliada no MMC.

Essa pergunta central trouxe em seu bojo outras “questões de pesquisa”, situadas nos conteúdos dos capítulos: a) O que é ser criança camponesa e qual seu lugar (papel) no Movimento à luz das representações das próprias crianças e das mulheres/mães/militantes do MMC? b) Como as crianças camponesas estão inseridas no processo de organização, formação e lutas do MMC?; c) Quais as contribuições que as crianças camponesas podem dar para a construção do Movimento, em termos de práticas educativas? Essas questões precisam responder ao objetivo: *identificar e analisar as práticas educativas do MMC, no diálogo entre mulheres e as crianças, buscando eleger, nas suas representações, elementos que possam ampliar e potencializar os processos formativos do movimento.*

Como militante/pesquisadora, considero importante fazer críticas e autocríticas ao processo de construção da pesquisa. Nesse sentido, encontrei facilidade no acesso às fontes documentais do Movimento no decorrer do processo de pesquisa. Este me possibilitou ter disponível um vasto material empírico. Os documentos elaborados pelo MMC nesses 34 anos de organização, formação e lutas exigiu um esforço demasiado, tendo em mente identificar nele a presença das crianças. Percebi que, ao eleger o período histórico de existência do MMC para, a partir daí, encontrar as pistas sobre a inserção das crianças do movimento, ficou muito amplo e carecia de foco, para não perder elementos concretos de delimitação do objeto. Esse exercício, devido a minha inserção no movimento, desafiou-me a realizar cotidianamente uma relação dialética de aproximação e distanciamento durante a pesquisa de campo (curso de formação, oficinas, assembleias, reuniões, e círculo epistemológico de cultura e em diversas situações espontâneas do cotidiano). Assim sendo, olhar o Movimento como pesquisadora, por vezes, confundia-se com minha inserção militante.

Entretanto, o desafio de descrever alguns aspectos da história do MMC e encontrar nele, as crianças foi um trabalho gratificante. Sinto que a pesquisa contribuiu para dar visibilidade à presença das crianças na luta do MMC, e mais, a seu modo elas se colocam e interagem com as mulheres nas ações do Movimento.

Também à guisa de crítica e autocrítica, avalio que as contribuições das crianças que aparecem em suas narrativas no CEC, que estão grifados, poderiam ter sido melhor analisadas, como também o

material fotográfico que se encontra no acervo do MMC/SC. Outro aspecto a destacar e que pouco ou nada encontrei em relação à produção teórica sobre a construção do tema/problema que desencadeou nesta pesquisa, principalmente, sobre a presença e o papel das crianças camponesas no MMC. Nem tampouco, sobre as crianças filhas(os) de camponesas(es)/agricultoras(es) que trabalham em regime de economia familiar na região oeste de Santa Catarina, que tem uma especificidade cultural própria da região. É importante destacar que há pesquisas relacionadas às crianças do Movimento Sem Terra e sobre o trabalho das crianças na produção de cebola, fumo, maçã e na indústria calçadista. Também tive acesso a outras pesquisas sobre a exploração do trabalho infantil na região canavieira e outras situações relacionadas às crianças de outras regiões do Brasil.

Diante dessa ausência de estudos nessa direção, esta pesquisa se insurge como uma necessidade de trazer as crianças camponesas do MMC em diálogo com as mulheres para o centro do debate. Mesmo assim, o estudo apresenta limites por não fazer uma análise mais aprofundada sobre as crianças no contexto da agricultura camponesa familiar e suas implicações na região oeste de Santa Catarina. Porém, um ponto positivo nas entrelinhas da pesquisa, enquanto terreno das possibilidades, está no fato de não sustentar uma visão romântica do ser criança camponesa, mas, sim, de uma criança concreta, historicamente situada do âmbito da trajetória do movimento. Além do mais, a pesquisa mostrou lacunas em relação às crianças camponesas para além do MMC, quanto ao acesso à educação, à saúde, ao trabalho, a ludicidade no campo, aos problemas de violência e às relações de gênero, classe, ético/racial, geracional que demandam novas pesquisas.

Também constatei que a luta das mulheres/militantes/mães em criar e organizar o Movimento autônomo e lutar pela libertação das mulheres camponesas de todas as formas de opressão, violência e exploração; pela construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica e pela transformação da sociedade (MMC, 2008) vem trazendo outras perspectivas de vida para as crianças. O MMC é feito de estudo e luta. O que, em outras palavras, é teoria e prática. Muitas mulheres/militantes conceberam e gestaram suas filhas(os) na luta. Crianças cresceram, crescem e se apropriam dos princípios da luta política.

Além desses aspectos, a pesquisa revelou outros destaques e “achados” teórico-empíricos que se situam no âmbito das questões que envolvem o processo formativo no MMC, a infância e práticas educativas.

Assim sendo, os principais pontos podem ser elencados em relação ao MMC.

Sobre o feminismo camponês

- Em relação ao MMC, na luta de gênero e classe, é possível identificar, desde as suas origens, aspectos do feminismo camponês. Para as mulheres camponesas, o feminismo camponês surge na luta de resistência contra o sistema patriarcal incorporado na vida de mulheres e homens e presente em todas as instituições: família, sindicato, igreja, escola e nas instituições políticas, econômicas, jurídicas enfim na sociedade. No final do século XX, as mulheres camponesas sequer tinham nome ou identidade e isso se estendia às crianças e, principalmente, sobre as meninas, que só por nascem meninas, já nasce numa condição inferior aos meninos. Daí que a luta pela documentação ganha importância e significado político e social. Ter nome/documentação significa sair da invisibilidade e conquistar a condição de cidadã e cidadão. Poder ser gente. Poder ser reconhecida como mulher e como trabalhadora que ainda com todas as contradições que precisam ser superadas.
- À medida que as mulheres camponesas de servidoras da igreja começam a participar do processo de formação e envolver-se na luta sindical, percebem-se sem direito de participar, excluídas, sem identidade, sem voz nem vez. A meu ver, no processo de decisão daquelas mulheres de continuar a luta por mudança no sindicato e criar o MMC autônomo de luta, de gênero e de classe, pode-se extrair elementos da luta feminista camponesa. Ultrapassaram os limites da casa, da comunidade, da igreja e organizam o MMC, constituíram uma identidade coletiva, sendo o primeiro Movimento de Mulheres Camponesas autônomo no Brasil.
- O feminismo camponês está na decisão de *sair de casa*. Aquela mulher camponesa, antes sozinha, isolada, submissa, oprimida, explorada percebe que há um ambiente de mudanças em curso na sociedade, não perde tempo, toma decisões. Ainda que pese todas as contradições, toma iniciativas e organiza o cuidado das crianças, começa a distribuir os trabalhos domésticos, arranja tempo para a formação, socializa e problematiza a partir de suas vivências de ser mulher camponesa, a sexualidade, a afetividade, o trabalho, a maternidade, a participação política, a educação em relação às(os)

filhas(os), enfim, constrói estratégias de lutas por direitos e mudança da sociedade.

- Nos documentos do MMC, fica evidente que feminismo camponês é feito de luta política pela libertação das mulheres de todas as formas de opressão, dominação e violência, que implica na luta por relações de igualdade entre as pessoas e com o ambiente e pela transformação da sociedade. São as mulheres camponesas, que organizadas no MMC, estudam, planejam, coordenam, buscam apoio com outras entidades e movimentos e constroem suas lutas articulando os princípios de gênero e classe, nas lutas pela aposentadoria, salário-maternidade, documentação, reconhecimento da profissão, saúde, educação, trabalho produtivo, entre outras. Lutas que levam consigo as experiências da mulher camponesa que diuturnamente estão envolvidas com o trabalho.
- Assim percebi que o feminismo camponês se faz no espaço do trabalho reprodutivo e produtivo, onde as mulheres estão permanentemente presentes. Envolve a casa, seu entorno e a lavoura, por isso, elas nunca param de trabalhar (Maestri, 2005; Heredia, Garcia, Garcia Jr. 1984), nem nos finais de semana, em situação de doença, gestação, independentemente da idade. Suas lutas são de resistência e enfrentamento às manifestações do sistema capitalista e do sistema patriarcal que se revela no seu espaço de vida e de trabalho.
- O feminismo camponês tem as marcas na luta política de resistência e enfrentamento para sair da tripla invisibilidade do sistema patriarcal e capitalista: a) por ser mulher; b) por ser trabalhadora do campo: camponesa, pescadora, extrativista, ribeirinha; c) da invisibilidade de identidade: indígena, negra, migrantes. Ainda que as relações de dominação, violência e exploração continuem a existir, essas condições não são mais vistas como naturais, portanto, a prática educativa da luta é necessária para resistir e enfrentar o patriarcalismo que, de acordo com o MMC(a) (2008) sustenta-se sob quatro pilares que são: nas diferentes formas de violência contra a mulher, na não participação da mulher nos espaços de poder e decisão, na dependência econômica e em não poder decidir sobre seu corpo. Saffioti (2015) mostrou que a dominação patriarcal se dá pelo poder de controle e pelo sentimento de medo. Dimensões que se agravam com o avanço do conservadorismo e exploração capitalista neoliberal. As crianças, em suas representações, mostraram que não se concebem submissas, apresentando estratégias de libertação, de superação e de outras relações.

- Os documentos do MMC revelaram que o feminismo camponês no MMC tem suas “raízes no materialismo histórico-dialético” (AMTR-Sul, 2008, p. 14) na luta revolucionária socialista latino-americana, principalmente, da Teologia da Libertação e da Educação Popular. Essas fontes teóricas contribuíram para desvelar e compreender as relações entre mulheres e homens, a relação das pessoas com o ambiente/agricultura, construir uma consciência crítica de gênero e classe que sustentam a luta por transformação da sociedade e que se expressa na afirmação: “Sem feminismo não há socialismo.” (AMTR-Sul, 2008, p. 14).
- A vida das mulheres camponesas em permanente relação com a terra, a água, as sementes crioulas, as plantas medicinais e aromáticas, as flores, a biodiversidade, o saber que é herança da ancestralidade revela que o feminismo camponês se identifica com vida. Elas constroem com o ambiente uma relação de uso, cuidado e preservação para as futuras gerações. Essa dimensão da vida atrai as crianças camponesas que manifestaram prazer e liberdade de se relacionar com a natureza.
- Ainda, as representações das crianças revelaram que a luta feminista camponesa alimenta princípios da ética e valores do diálogo, solidariedade, sensibilidade, justiça, do respeito às diferenças. Disse Rosa Luxemburgo: “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.
- Em suma, o feminismo camponês articula um saber da ancestralidade que compartilha suas dificuldades e libertações com as novas gerações. Nele, as crianças participam e experimentam desde muito cedo que viver é lutar. As crianças camponesas aprendem com seus pares, estudam, brincam, trabalham e lutam. Em suas representações mostraram que entendem as lutas de suas mães/militantes e se posicionam. As crianças trazem para a luta feminista camponesa alegria, disposição, ousadia e vitalidade, em síntese, uma mística revolucionária.

Constatei também que esses aspectos do feminismo camponês nem sempre foram reconhecidos, tanto do ponto de vista político como acadêmico.

E o que dizer do diálogo entre as mulheres e as crianças do MMC sobre as práticas educativas?

- As práticas educativas no MMC representam luta de superação. Observei que as mulheres camponesas militantes/mães estão

rompendo paradigmas. O ato de dividir a responsabilidade da(o) filha(o) com o companheiro passa a ser uma exigência que vai sendo colocada. Para muitas, quando as crianças vão para a luta no, MMC, tem outro significado, não como no passado, onde a mulher era responsável pelo cuidado das(os) filhas(os), embora haja contradições. Mas também quando as mulheres levam as crianças no MMC, deparam-se ali com um espaço de encontro, de brincar, onde elas passam a tomar parte da luta do MMC. Elas gostam, pedem, insistem em participar. Notei que há um sentimento nas crianças de pertença ao Movimento. Uma identidade de infância camponesa muito próxima à luta das mães/militantes que vem se construindo na liberdade.

- As lutas assumidas pelas mulheres se estende às(os) filhas(os). No congresso de dez anos do MMC, as mulheres apresentaram a proposta política agrícola, crédito para a agricultura camponesa e a aquisição dos produtos da agricultura local para a alimentação escolar. Parte dessa política foi implementada recentemente, depois de décadas de luta. As mulheres do MMC afirmam que: Alimentação saudável é direito de toda criança, é uma forma de preservar a cultura regional, potencializar a agricultura camponesa familiar e incentivar hábitos saudáveis. As crianças que participam com as mães/militantes mostraram que sabem argumentando a importância da alimentação saudável para saúde e bem estar.
- Nas representações das crianças, observei que elas relacionam práticas educativas com o trabalho na perspectiva agroecológica em que a produção da vida ganha um sentido de complementariedade com o ambiente. Assim, o cultivo da produção de alimento, sementes crioulas, plantas e ervas medicinais, pomar, criação de pequenos animais e outros, além de suprir as necessidades básicas, têm a dimensão de preservação dos bens da natureza para as futuras gerações. São práticas locais que se contrapõem ao monocultivo, deserto verde, a padronização da alimentação, os agrotóxicos e outros. Ainda, nas representações, as crianças revelaram consciência da problemática ambiental e disseram que são parceiros(as) e solidários(as) das mulheres/mães na luta em defesa da preservação e conservação da biodiversidade. Repito aqui as palavras de Guerreiro²⁷⁹: “Temos que cuidar do meio ambiente, porque sem o

²⁷⁹ CEC, Chapecó/SC, 01 de fevereiro de 2017.

meio ambiente não podemos ser nada, nada, o ambiente é o início de tudo”.

- Durante a realização do CEC, as crianças, em suas narrativas, disseram que a prática educativa é tudo o que se faz no MMC, ou seja, as práticas educativas no Movimento têm uma intencionalidade, objetivos, além de se constituírem numa prática política e formativa indiscutível por articularem o projeto de vida pessoal e o projeto de transformação da sociedade. É um processo informal e formativo de educação, re-educação que se fortalece na experiência, na resistência, na luta de enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal globalizado e de anúncio da agroecologia.
- As crianças camponesas revelaram que as práticas educativas estão sendo construídas no diálogo com seus pares, no repartir os trabalhos da casa e seu entorno, criando condições para a mãe exercer a militância.
- Também notei o envolvimento das crianças na preparação do material para participar das atividades do MMC. Providenciam o lanche/alimentação, cartaz, bandeira, sementes, plantas medicinais, entre outros, para participar dos encontros e mobilizações com mães/militantes. Essas crianças querem, têm muita disposição e alegria em contribuir para ornamentação dos espaços onde são realizadas as atividades, as místicas, os teatros, os debates e, estando ali, captam a mensagem. Todo esse empenho das crianças nas ações do movimento indica que elas precisam participar mais efetivamente do MMC.

Em relação ao Ser criança camponesa?

- No Brasil, a história das mulheres, assim como das crianças camponesas, são marcadas pela violência, desigualdades, exclusão, exploração e discriminação por viver no campo. O meio rural ainda é, no senso comum, um espaço inferiorizado, desprezado. E as crianças sofrem com essas concepções conservadoras e preconceituosas. Percebo que esse aspecto precisa ser melhor analisado, pois há muito que se caminhar.
- As crianças por meio das representações, mostraram que elas estão construindo concepções de relações diferenciadas que indicam outros valores, que se fazem a partir do diálogo da solidariedade, da corresponsabilidade e do bem viver.

- As crianças camponesas do MMC se concebem como parte da natureza e se relacionam com ela, como pode ser observado em suas falas sobre os quintais produtivos agroecológicos, que, além da diversidade de alimentos é um dos espaços de brincadeiras e saberes. Nele, as crianças vivenciam a sensação, o sentimento de liberdade, relacionando com a natureza: a beleza das flores, as borboletas e outros animais de estimação, as árvores com suas sombras, o balanço para brincar, as frutas saudáveis, a terra e a chuva para brincar. Entre o lúdico e o trabalho, transformam as abobrinhas em microfones, a plantação de amendoim em multidão e falam sobre temas discutidos no MMC e/ou aprendidos com suas mães e avós. Mostraram uma infância diferente de suas mães e avós, que recebiam uma educação marcada pelo patriarcalismo, e que as brincadeiras representavam o papel dado às mulheres: limpar, cuidar, cozinhar, lavar, passar, entre outros.
- A criança camponesa encontra no quintal produtivo agroecológico um espaço político pedagógico para se construir e constituir-se como sujeito, sendo que, desde muito cedo, aprende a identificar e conhecer muitas espécies de plantas e animais. Pode-se dizer que os quintais produtivos agroecológicos são laboratórios de produção e preservação da sabedoria milenar, do conhecimento herdado e aprendido de geração em geração pela vivência, partilha e reflexão. Apropriam-se de uma educação para a autonomia que passa pela construção de relações de igualdade, pelo trabalho, pela vida social, pela cultura, pela luta e pela defesa do ambiente.
- São crianças que têm uma leitura da realidade do seu entorno, do mundo. Falaram da pouca participação política da mulher no Executivo e Legislativo, da problemática migratória, das guerras, do governo, que retira direitos das trabalhadoras(es), da violência. Elas sabem e se posicionam em face a essas questões.
- Nas representações, as crianças camponesas do MMC revelaram outra concepção do ser mãe, associando a mãe mulher/lutadora, livre, guerreira, mulher de coragem que tem um projeto de vida e de sociedade construído de muita formação, de muitas marchas, de muitas lutas por direitos. São mães/mulheres que estão num processo de ressignificar as relações a partir dos princípios de gênero, classe social, étnico/racial e geracional. Mães/mulheres que se contrapõem às representações da mãe/mulher servidora, submissa, alienada, oprimida, consumidora, explorada pelo sistema capitalista e patriarcal.

- Suas representações revelaram que são crianças participativas, que convivem num ambiente de diálogo, expõem as contradições, posicionam-se em face ao trabalho doméstico, atitudes e ideias patriarcais. Isso é indicativo do novo que vem surgindo e que se manifesta nas expressões de contestação, resistências, rupturas e enfrentamento cotidiano.
- As crianças camponesas do MMC demonstraram que estão elaborando outras concepções delas próprias como crianças e como infância camponesa. Elas brincam, trabalham, lutam e estudam. Apontaram para o modo de vida em contato com a natureza, que precisam levantar cedo para ir para a escola; contribuem, a seu modo, com o trabalho por estarem permanentemente envolvidos com o ambiente de trabalho, acompanhando sua mãe, pai e adultos no labor que garante seu viver; que lutam com suas mães pelos direitos e se reconhecem na luta das mulheres/mães; que estão no processo de aprender a dividir os trabalhos domésticos, valorizam o diálogo, a solidariedade, a amizade. Relações que se fundamentam em valores e princípios humanitários e emancipatórios presentes nas práticas educativas do MMC, reveladoras de outro pensar e agir socialmente
- Em relação ao trabalho, o assunto é complexo quando se trata das crianças camponesas. Silva (2002, 2003) mostra que o trabalho pode ser concebido como atividade social importante para o desenvolvimento do ser humano e que precisa ser reconhecido e valorado. Arenhart (2007, p. 135) esclarece que “[...] as crianças trabalham e isso não chega ser um problema para o direito da infância, desde que o tipo de trabalho que realizam não as aliene da condição de sujeito e de crianças”. A autora concebe o trabalho na perspectiva marxista, como atividade criadora, construtora e transformadora da realidade, reconhecendo a dimensão humana e digna do trabalho (ARENHART, 2007). No entanto, considero importante reconhecer que essa questão precisa ser mais aprofundada em futuras pesquisas, embora não se trate da exploração do trabalho infantil como acontece no modo de produção capitalista, como mostraram os estudos de Silva (2002 e 2003).
- Quando as crianças expressaram suas representações sobre as práticas patriarcais ao dizer como a violência se concretiza na vida das mulheres, chamou atenção o sentimento de indignação, repúdio de tais atitudes e ideias, apontaram alternativas de livrar-se do sofrimento. Mostraram a necessidade de outras relações, uma abertura para o novo que se deseja construir. Elas têm uma leitura da realidade do seu

entorno, do mundo e com seus imaginários e cultura lúdica. Constroem sua história e cultura. Elas pensam e expressam suas ideias, criam estratégias de superação. Ao acompanharem suas mães na militância, escutam e, por vezes, participam de reflexões que envolvem a vida das mulheres. Aos poucos, constroem outra visão da vida, da família, da divisão do trabalho doméstico.

- Uma nota de destaque sobre as práticas educativas das crianças no interior do Movimento pode ser traduzida da seguinte forma: ao mesmo tempo em que brincam, aprendem e trabalham, principalmente junto com a mãe, com ela também vão à luta. Como disse Magnólia no CEC, as crianças “podem ajudar as mulheres na luta pelos direitos [...] ajudando a mãe e o pai”. Pinha disse “a gente pode participar da luta, como já fizemos e convidar outras crianças”. Isso revela que o espaço do MMC é educativo e construtivo a exemplo de Maikeli e Nataly que expressaram que querem atuar no Movimento. Ao mesmo tempo, Rosa Terezinha disse “nós temos muita esperança nas crianças” e Poliana expressou “as crianças camponesas do MMC dão sentido pra luta das mulheres” o que foi confirmado pelas mães/mulheres presentes.
- Em relação ao conceito de criança camponesa do MMC, percebi que elas desmistificam a eterna infância inocente do campo, sem informação, rude, tosca, enfim “da roça”. Pelo contrário, trata-se de uma infância histórica e politicamente situada na realidade da vida do campo, que tem responsabilidades e regras a seguir, mediada pelo mundo dos adultos. Há, nessa perspectiva, uma identidade de infância camponesa em construção. Uma infância em que se veem participantes, ativas, atentas, dialogam com seus pares, suas mães, pais, adultos. Na hora do conflito, ao expressarem sua teimosia e birra, pode-se extrair dali elementos de que elas se concebem como sujeitos, portanto, como seres de direitos. Crianças camponesas que trazem consigo um ser que pensa, que brinca, que trabalha, que estuda e que luta e sabe que a vida das(es) trabalhadoras(es) é de luta permanente, onde quer que esteja.

Postas todas essas considerações provisórias, que se expressam por meio dos destaques e “achados” da pesquisa, urge, sob forma de síntese conclusiva, dizer que todo o processo de pesquisa (CEC) foi construído em consonância com a participação da pesquisadora-militante. Com efeito, o diálogo entre as mulheres e as crianças do MMC revelou uma riqueza humana enorme em termos geracionais e de alteridade. Durante todo o processo de pesquisa, especialmente nas narrativas das

crianças e das mulheres, foi possível vislumbrar possibilidades de redimensionamento da concepção de feminismo camponês, práticas educativas, criança e infância camponesa. Também nas entrelinhas das vozes e representações sociais das crianças e das mulheres, além das reflexões teórico-conceituais, foi possível ver “luzes”, indicando que a luta do MMC e suas ações em termos de práticas educativas, de formação humana e política, do feminismo camponês são necessária e trazem elementos para construir a resistência e o enfrentamento ao patriarcalismo e ao capitalismo no campo.

Em relação ao método materialismo histórico-dialético, uma autocrítica se impõe: apesar de ter anunciado as leis e categorias desse método, reconheço que: apenas consegui apontar algumas contradições, realizei uma crítica possível ao modo de produção capitalista no campo e outros aspectos do método. Entretanto, devo destacar que, muitas vezes, as leis e categorias foram enunciadas intrinsecamente no texto. Sendo assim, sinto a necessidade de aprofundamento do método nos futuros estudos e pesquisas.

Além do mais, outro destaque se impõe, à guisa de sugestão: considerando o significado real e simbólico das representações contidas nas narrativas das crianças sobre as práticas educativas e o movimento em sua totalidade se faz necessário reconhecer que a participação das crianças precisa ser reconhecida como essencial para o MMC. O desafio é manter um diálogo permanente entre crianças e mulheres durante a realização das ações e práticas educativas do movimento.

Nessas palavras conclusivas, incluo o que, permanentemente, esteve presente no processo de minha constituição na trajetória como pesquisadora e militante no Movimento: a garra e a consciência política das crianças, das mulheres e suas famílias, no sentido de construir, no interior de um movimento popular como o MMC, um projeto societário anticapitalista e antipatriarcal no campo. Em suma, as narrativas desses sujeitos, em tempos da antipolítica e do Golpe à Democracia, propõem, com suas representações, eivadas de vitalidade, coletividade, solidariedade, ousadia, criação e utopia, uma luta em prol da autonomia, da liberdade e da emancipação humana no campo.

Antes de concluir efetivamente, destaco que esta pesquisa possui alguns limites, embora também possibilidades. No terreno dos limites, destaco, em pesquisas posteriores, a necessidade de aprofundar nos clássicos alguns conceitos como intelectual orgânico, o capitalismo no campo, as vicissitudes do trabalho infantil camponês, os conceitos de criança e infância camponesa, patriarcalismo no campo, o feminismo

camponês, entre outros. Contudo, vale ressaltar que esta pesquisa, pelo fato de se constituir como um novo recorte, a partir das demandas do MMC, pode ser considerada como uma pesquisa de caráter exploratório. Ela possui elementos teórico-metodológicos de “partida” que podem detonar processos de referência para a realização de novas pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Para finalizar, mas continuando pesquisando, estudando e lutando, caberia perguntar às crianças e mulheres por que fazem suas místicas, por que lutam contra o patriarcalismo no campo, por que defendem alimentos saudáveis para todas(os), enfim, por que “cantam” em seus encontros, assembleias, manifestações e eventos em geral. E elas poderiam responder a partir dos versos “Porque cantamos”, do grande poeta uruguaio Mário Benedetti:

Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e a vida é nada mais que um alvo móvel

você perguntará por que cantamos

se nossos bravos ficam sem abraço a
pátria está morrendo de tristeza e o
coração do homem se fez cacós antes
mesmo de explodir a vergonha

você perguntará por que cantamos

se estamos longe como um horizonte
se lá ficaram as árvores e céu
se cada noite é sempre alguma
ausência

e cada despertar um desencontro

você perguntará por que cantamos

cantamos porque o rio esta soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem
nome embora tenha nome seu destino

cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o
povo

cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que
cantemos

cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota

cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta

cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas.

(Antologia Poética – Mário
Benedetti –

“só quando transgrido
alguma ordem o futuro se torna
respirável”.

Editora Record).

REFERÊNCIAS

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2017. Mobilização Nacional Indígena: 241 CAIXÕES: **Povos Indígenas resistem no Congresso e denunciam genocídio**. Reportagem e edição: BORBA, Vinícius. Imagens: TUKANO, Daiara. Rádio Yandê. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Omdce6EpyA0>>. Acesso em: 8 maio 2017.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. Sementes nativas: Patrimônio da humanidade essencial para a integridade cultural e ecológica da agricultura camponesas. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão popular, 2003. p. 159-172.

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. **Fé e Eficácia: O uso da sociologia na teologia da libertação**. Edições Loyola, São Paulo: 1991.

ANDRADE, Juliana. Mães da Praça de Maio completam 40 anos de luta pela memória e pela vida. **EBC Agência Brasil**, Buenos Aires, 30 abr. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/maes-da-praca-de-maio-completam-40-anos-de-luta-pela-memoria-e-pela>>. Acesso em: jun. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. **Educação Crítica: Análise**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ARENHART, Deise. Infância, **Educação e MST**: quando as crianças ocupam a cena. Chapecó: Argos, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender com os movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

AUED, Bernardete Wrublewski; (Org.). **Nossas Histórias**. Florianópolis: Insular, 2007.

_____; VENDRAMINI, Célia (Org.). **A persistência do trabalho infantil na indústria e na agricultura em Santa Catarina no contexto brasileiro**. Editora Insular, Florianópolis: 2009.

BABAU Cacique Tupinambá. ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2015. **Montagem do acampamento terra livre 2015**. You tube. KISEDJE, Kamikia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KfUlixY3SQ#action=share>>. Acesso em: 8 maio 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

_____. **Por que sou feminista**. Entrevista em áudio concedida para o repórter: Um programa de Jean-Louis Servan-Schreiber. Versátil Home Video. Simone de Beauvoir e o feminismo. 2007.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Semmus, 1984.

BETTO, Frei. Pelo aspecto religioso, por que as sementes devem ser patrimônio da humanidade? In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 45-47.

BÍBLIA SAGRADA. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

BIROLI, Flávia. Justiça e família. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Feminismo e Política**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 47-62.

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BOFF, Leonardo. **Depoimento de Leonardo Boff para o II ENA**. DVD da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2006.

BOGO, Ademar. **O vigor da mística**. São Paulo: Associação Nacional de Cooperativa Agrícola, 2002. (Caderno da cultura n. 2, MST).

BONI, Valdete. Três décadas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. In: BONI, Valdete et al. (Orgs.). **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017. p. 89-110.

BORTOLETO, Edivaldo José. **II Colóquios do Grupo de Pesquisa, Linha II Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas**. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unochapecó, **23 de outubro de 2015**.

_____. Disciplina: **Teorias e tendências no pensamento educacional**. Primeiro semestre. Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unochapecó, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. 1983.

_____; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um instrumento da educação popular. **Educação Popular**, Uberlândia, v. 6. p. 51-62, jan./dez. 2007.

CADERNOS CEDES. Centro de Estudos Educação e Sociedade. **Infância e educação: As meninas**. Campinas, SP: UNICAMP, n. 56, 2002.

CALDART, Roseli. **Sobre educação do campo**. p. 67 – 86. In: SANTOS, Clarice Aparecida. **Por uma educação do campo**, Brasil; Incra/MDA, 2008.

_____. Roseli; STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Diana (Org.). **Caminhos para transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Aprendizagem**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CINELLI, Catiane. **Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças: Experiência e Identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

_____. **A experiência das e vivida pelas mulheres camponesas: resistência e enfrentamento na luta diária pela libertação**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Puebla: a Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

COLLET, Zenaide. **Mulheres Agricultoras construindo sua história**. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 1996.

_____. **Filhas da terra, produzindo sementes crioulas de hortaliças alimentando sonhos de libertação**. 2003. Monografia (Curso de Extensão Universitária em Realidade brasileira a partir dos pensadores brasileiros) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.

_____. **A identidade da mulher no espaço da agricultura camponesa**. 2005. Monografia (Especialização em Ciências Sociais:

Geografia e História) – Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai, Getúlio Vargas, 2005.

_____; BERNARTT, Maria de Lourdes; PIOVEZANA, Leonel. Movimento de Mulheres Camponesas: os quintais produtivos como práticas pedagógicas. In: EDUCERE, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2015. p. 11.733-11.747.

COSTA, Bianca. Protesto das mulheres na Aracruz completa 5 anos. 2011. **Folha online**, 2011. Disponível em: <<http://boletimmstrj.mst.org.br/protesto-das-mulheres-na-aracruz-completa-5-anos/>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

CONTE, Isaura Isabel. **Mulheres camponesas em luta**: O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres da via camponesa no Brasil, UNORCA/UNIMIN e CONAMI no México. Tese de doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2014.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **O que é a CUT**. [s.d.]. Disponível em: <<http://cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 31 maio 2017.

DUARTE, Newton. **Arte, conhecimento e paixão na formação humana**: sete ensaios de pedagogia histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

DUSSEL, Enrique D. **Ética da libertação**: a idade da globalização e da exclusão. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1977.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org.). **Por uma educação do campo**. Brasília: Inkra; MDA, 2008. p. 39-64.

FINATO, E. M. M.; OLDIGES, Mônica M. T.; PIOVEZANA, Leonel. **Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)**: 30 anos de história e conquista, reafirmando a luta camponesa e feminista. In: Seminário

Internacional de Culturas E Desenvolvimento, 2.; Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas, 2.; Colóquio Catarinense do Ensino Religioso, 5. Chapecó. **Anais...** Chapecó: Argos, 2015. p. 44-57.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 70-90.

FREITAS, Che Guevara Ernesto. **Folha online**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/che-guevara-ernesto.htm>>. Acesso em: 31 maio 2017.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Paulo Freire**: uma bibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

GAMBOA, Sílvio Sánchez(a). Análise da produção do conhecimento em educação: ampliação de sentidos e de desafios. In: SILVA, Mauricio Roberto; PAIM, Elison Antônio; BERTICELLI, Ireno Antônio (Orgs.). **Educação em Análise**: formação de educadores e produção de pesquisas num contexto de desigualdades socioculturais. Passo Fundo: Editora UPF, 2013. p. 19-36.

_____. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

_____. **Projeto de pesquisa, fundamentos lógicos:** a dialética entre pergunta e respostas. Chapecó: Argos, 2013.

GASPARETO, Sirlei A. K. **Planejar para avançar na luta.** Texto base de preparação para o planejamento estadual do MMC, 11 a 13 de novembro de 2004.

_____. **As jovens do Movimento De Mulheres Camponesas (MMC):** trabalho, família e projetos de vida. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.

GONÇALVES, Fátima. Vigília denuncia Judiciário e o governador pelos assassinatos no campo. **Folha online**, 1 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/vigilia-denuncia-judiciario-e-o-governador-pelos-assassinatos-no-campo-cd7e/>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

GOENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002. p. 15-44.

GUBERT, Rosa Ana. **Teatro de camponesas:** práticas teatrais no Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de; GARCIAT, Marie France; GARCIA JR., Afrânio R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina:** análises qualitativas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

HERRERA, Karolyne Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KARL, Marx. **O Capital**. Crítica da economia política. Tomo 1, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KRAMER Sônia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

KRAMER Sônia. **Infância, cultura contemporânea e Educação contra a barbárie**. Parte deste texto apresentado na conferência realizada no “Seminário Internacional OMEP. Infância – Educação Infantil: reflexões para o início do século”. Brasil, jul. 2000.

KROTH, Sirlei A. **Atalhos da Luta: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras de Santa Catarina (1983-1993)**. 1999. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAMARE, Flávia de Figueiredo. “Ser criança” no Brasil: concepções e disputas na sociedade de classes. **Revista Trabalho necessário**, ano 14, n. 24, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **O Direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira. O que falam de escola e saber as crianças da área rural? Um desafio da pesquisa no campo. In: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. p. 73-96.
_____. Brincadeiras de menina na escola e na rua: reflexões da pesquisa no campo. In: CADERNOS CEDES. Centro de Estudos

Educação e Sociedade. **Infância e educação**: As meninas. Campinas, SP: UNICAMP, n. 56, p. 63-80, 2002.

LEÓN, Irene. Mulher, Vida e Sementes. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 209-227.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O problema do incesto. In: CANEVACCI, Massimo (Org.). **Dialética da Família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1976.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti; SEBASTIÃO, Angélica Carlos. **O protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais para o desenvolvimento sustentável** – Brasil, México e Cuba. Florianópolis: POSTMIX, 2011.

LOURENÇO, Luana. **Conheça a história de Margarida Alves, que inspira a Marcha das Margaridas**. 12 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/08/12/conheca-a-historia-de-margarida-alves-que-inspira-a-marcha-das-margaridas/>>. Acesso em: mar. 2017.

LOVERA, Clair et al. (Org.). **Sermões do Bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013.

MACHADO, Luís Carlos Pinheiro; FILHO, Luís Carlos Machado; RIBAS, Clarilton D. E. C. Sementes, Direito natural dos povos. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 245-258.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da Serra**: colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). 2. ed. rev. e ampl. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

MAIA, Gilvanisa. **Música**: apelo de mulher. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2013/03/convite-e-musicas-para-marchar-material-de-sensibilizacao-da-iv-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos a crianças na luta pela terra e pela vida. In: _____ (Coord.). **O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 51-78.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. O processo de trabalho. In: _____. **Os Economistas. O capital. Crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MENDES, Ivete; CIMA, Justina Inês; GASPARETO, Sirlei, K. Cartilha do MMC/SC. **Trabalho de base: Organizando o MMC construímos caminhos de libertação**. Chapecó/SC, [s.d.].

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MITTAL, Anuradha; ROSSET, Peter. Engenharia genética e privatização das sementes: avanço corporativo promove protesto global. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 173-190.

MORAES, Elisângela Marques. **A infância pelo olhar das crianças do MST: ser criança, culturas infantis e educação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MURACA, Mariateresa. **Práticas pedagógicas, populares, feministas e descoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: uma etnografia colaborativa**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MURARO, Rose Marie; BOOF, Leonardo. **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NETO, José Paulo. **Lukács**. São Paulo: Ática, 1992.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a Divisão Sexual do Trabalho e na Reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NUTTALL, Carolyn. **Agrofloresta para crianças**: uma sala de aula ao ar livre. Lauro de Freitas, BA: Instituto de Permacultura da Bahia, 1999.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. Notícia. Censo Agropecuário confirma: agricultura camponesa é a principal produtora de alimentos do país. **Folha online**, 18 fev. 2010. Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/2010/02/18/censo-agropecuario-confirma-agricultura-camponesa-e-a-principal-produtora-de-alimentos-do-pais>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

OLDIGES, Mônica Maria Tourinho. **O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e os Cursos de Licenciatura em Pedagogia**: investigando as possibilidades de intercâmbio e diálogo no âmbito das práticas educativas. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.

OLIVEIRA, Cida de. **Em cinco meses, 36 trabalhadores são assassinados em conflitos no campo**. 25 maio 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/violencia-no-campo-assassinou-36-trabalhadores-rurais-em-cinco-meses>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

PASSINATO, Luciana. Depoimento. In: VIA CAMPESINA. Documentário em áudio. **As Mudanças Romperam o Silêncio**. Produção: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. 2011. (16min 16s). Disponível: <<https://vimeo.com/28948438>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

PAULILO Maria Ignez Silveira; DE GRANDI, Alessandra Bueno; SILVA, Marineide Maria. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2003. p. 15-38.

_____; MATIAS, Iraldo Alberto Alves. Mulheres e eucaliptos. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira (Org.). **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2016. p. 221-228.

_____; (Org.). **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2016.

PELOSO, Ranulfo. Apostila do CEPIS. **Fundamentos da mística**. [s.d.].

PERROTTI, Edmir. A criança e a produção cultural: In: ZILBERMANN, Regina (Org.). **A produção cultural da criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, Chapecó, ano 19, n. 23, 1995.

POLI, Odilon Luiz. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

PULGA, Vanderléia Laodete. **Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RÉCHIA, Karen Christine. Das senhoras dos ‘repolhos’ e das ‘roças’ ou de como nasciam os bebês. In: MORGA, Antônio. **História das mulheres de Santa Catarina**. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001. p. 92-119.

RENK, Arlene. **A reprodução social e suas representações, o caso de Palmitos – SC**. 1997.

_____. **Oeste catarinense**: migrações de ontem e de hoje. Chapecó: Grifos, 1999.

_____. Mulheres Camponesas: experiência de geração. In: MORGA, Antônio. **História das mulheres de Santa Catarina**. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001. p. 218-249.

ROMÃO, José Eustáquio et al. Círculo epistemológico círculo de cultura como metodologia de pesquisa. **Educação & Linguagem**, ano 9, n. 13, p. 173-195, jan./jun. 2006.

ROY, Ana. **Ser mulher**: mística-ética-simbologia-praxe. Rio de Janeiro: Publicações CRB, 1990.

SADER, Emir. **Sete pecados do capital**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAFFIOT, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAINT-GEORGES, Pierre de. **Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político**. 2. ed. Lisboa: Grávida, 2005.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre a igualdade e a diferença**: mulheres camponesas em lutas de gênero. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SARAIVA, Alessandra; MARTINS, Diogo. Analfabetismo na zona rural é o dobro da média nacional, segundo IBGE. **Folha online**, 28 nov. 2012. Disponível em:
<<http://www.valor.com.br/brasil/2919908/analfabetismo-na-zona-rural-e-o-dobro-da-media-nacional-segundo-ibge>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 137-150, 2001.

SCHIAVINI, Rosani; GASPARETO, Sirlei A. K. D. José e o Movimento de Mulheres Camponesas. In: UCZAI, Pedro (Org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002. p. 236-251.

SERAFINI, Mariana. **Da Revolução Sandinista à luta das mães pelo direito a amamentar**. 22 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/284031-1>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

SILVA, Maurício Roberto da. Recortando e colando as imagens da via cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da zona da mata canavieira pernambucana. In: **CADERNOS CEDES**. Centro de Estudos Educação e Sociedade. **Infância e educação: As meninas**. Campinas: UNICAMP, n. 56, p. 23-52, 2002.

_____. **Trama Doce-amarga (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

_____; DICKMANN, Ivo; BERNARTT, Maria de Lourdes. Radiografia do Golpe, neoliberalismo e destruição do Estado, “apagamento” dos direitos sociais, “Educação Temer(ária)” e Escola sem Partido. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 19, n. 40, p. 7-21, jan./abr. 2017.

_____; PIRES; Giovani De Lorenzi. Editorial: O corpo produtivo no mundo do trabalho da Educação Física, Esportes e Lazer. **Motrivivência**, Florianópolis, ano 22, n. 35, p. 7-17, dez. 2011.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos**. 2011. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>>. Acesso em: abr. 2012.

SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto de. **Eles não vivem divisa de terras!** Movimento quilombola e infância no Quilombo Brotas, p. 105-117 In: GEPEDISC. Linha Cultura Infantis. Infâncias e movimentos sociais. Edição Leitura Crítica, Campinas, São Paulo: 2015.

SULLIVAN, Michael; FALCÃO, Dudu. Música: **A Valsa da bailarina**. Música: Xuxa. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/xuxa/valsa-da-bailarina.html>>. Acesso em: jun. 2017.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke et al. A crítica marxista à educação, à escola e à educação física: uma discussão sobre a cultura corporal dos sem-terrinha e a função social da escola do campo. In: SILVA, Maurício Roberto da; PAIM, Elison Antônio; BERTICELLI, Ireno Antônio (Org.). **Educação em análise**: formação de educadores e produção de pesquisas num contexto de desigualdades socioculturais. Passo Fundo: Ed. UPF, 2013. p. 325-348.

TEDESCHI, Losando Antônio. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul**: Identidade e representações sociais (1970 - 1990). Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

TRIVIÑOS, Antônio N. S. **Bases teórico-metodológicas da Pesquisa em Ciências sociais**. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001. (Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis).

UCZAI, Pedro (Org.). **Dom José Gomes**: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.

VALMORBIDA, Itacir Carlos. **A formação política de docentes da rede de ensino para além do capital**: primeiras aproximações à luz de uma leitura materialista histórico-dialética. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2016.

VIANA, Carla Azevedo dos Santos et al. **O acesso da agricultura familiar brasileira às políticas públicas**: a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília: CONAB, 2010. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_04_14_11_19_37_paa_sober_2010-2.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

VIA CAMPESINA. Campanha da Internacional: sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p. 471-472, jul./dez. 2012.

_____. **Documentário em áudio**: As Mudanças Romperam o Silêncio. Produção: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. 2011. (16min 16s). Disponível em: <<https://vimeo.com/28948438>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

VITORINO, Casseiro; GOLDSCHMIDT, Ilka. **Celibato no campo**. [s.d.]. CD-ROM. Documentário.

WHITAKER, Dulce C. A. Nas franjas do rural urbano: meninas entre a tradição e modernidade. In: CADERNOS CEDES. Centro de Estudos Educação e Sociedade. **Infância e educação**: As meninas. Campinas, SP: UNICAMP, n. 56, p. 7-22, 2002.

Outros documentos

AIMTR SUL. Articulação de Instância de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul. Cartilha. Formação e informação: **Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural Sem documentos**, n. 01 – agosto/1994.

AMTR-SUL. Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil. Cartilha do MMC. **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Chapecó/SC, 2008.

AMUCRECH. Associação de Mulheres Camponesas da Regional de Chapecó/SC. **Alimentação escolar saudável, uma necessidade vital**. Chapecó/SC, [s.d.].

ANMTR. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil. **Mulher Trabalhadora Rural Amante da igualdade**. É preciso ter força, garra... Sempre! Gráfica e Editora Pe. Berthier, Passo Fundo/RS, 1997.

ANMTR – Brasil. Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Cartilha: **Saúde pública**: Direito da Mulher. Passo Fundo/RS, 1998.

ANMTR. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Cartilha: **Mulheres trabalhadoras rurais construindo um novo Brasil**. Passo Fundo/RS. Gráfica e Editora Berthier. 2000.

ARTICULAÇÃO NACIONAL. Caderno de formação nº 1. **Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Mulher da roça, pensa um pouco, te organiza e vai pra luta. S.A.I. Sistema de Assessoria aos Movimentos da Classe Trabalhadora. Chapecó/SC, [s.d.].

CIMA, Justina Inês. Poesia: **A nossa luta é de gênero e classe**. In: MMC. Movimento de Mulheres Camponesas. Relatório do Seminário Nacional de Formação: Relações sociais: sexo, raça e classe. Chapecó/SC, 2016

FILHO, Antônio Augusto Korsack; MISSIONEIRO Paulo. **Mulheres camponesas**, p. 11. In: Livreto de canto da XII Assembleia estadual do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC), realizada em Xaxim/SC, 2011.

GASPARETO, Sirlei, A. Kroth. MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Relatório do planejamento estadual. Texto em anexo: **Planejar para avançar na luta**, 2004.

GRIS, Rosa, Relatório da 3ª etapa do curso de formação do Movimento de Mulheres Camponesas, sobre: **Saúde, energia e plantas medicinais**. Quilombo/SC 28 de agosto de 2014.

GRINGO, Antônio. Música: Mulher da roça Encontra-se na cartilha: **Mergulho na história das mulheres do MMA/SC**. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina – MMA/SC, 1997, p. 23 – 24.

INFORMATIVO DO MMA/SC. **Aí vai uma receita**. Quinta edição, mar./abr., 1993.

INFORMATIVO DO MMA/SC. **Primeiro congresso Latino Americano de organizações do campo**. Edição nº 12. Mar./abr., 1994.

INFORMATIVO DO MMA/SC, **Curso sobre gênero e classe ano III**, edição nº 19, maio/ jun., 1995.

INFORMATIVO DO MMA/SC(a), **Participação de nascimento**. Ano III, edição nº 20, jul./ago. 1995.

INFORMATIVO DO MMA/SC, **Hei! Visitei mais duas companheiras do MMA/SC**. Ano III, edição 26, maio/jun., 1996.

INFORMATIVO DO MMA/SC(a), **Parabéns crianças pelo seu dia**. Ano III, edição 27, set/out., 1996.

INFORMATIVO DO MMA/SC, **Crianças! Parabéns pelo seu dia**. Ano IV, edição 33, set/out., 1997.

INFORMATIVO DO MMA/SC(a), **Quem luta sente necessidade de estudar**. Ano IV, edição 34, nov./dez., 1997.

INFORMATIVO DO MMA/SC, **Ser mãe**. Ano VI, edição 42, abril/maio, 1999

INFORMATIVO DO MMA/SC, **Não importa a idade, importa lutar sem medo de ser mulher**. Ano VII, edição Nº 56, julho/agosto, 2001

INFORMATIVO DO MMA/SC(a), **Paródia da música bom, xibom, bom, bom**. Ano VIII, edição nº 58, novembro/dezembro, 2001

INFORMATIVO DO MMA/SC, **Mensagem para o dia das mães**. Ano IX, edição Nº 60, março/abril, 2002.

INFORMATIVO DO MMA/SC, 08 de março de 2003! **Dia Internacional da Mulher**. Ano X, edição Nº 66, março/abril, 2003.

INFORMATIVO DO MMA/SC, **Ser mãe**. Ano XI, mar./abr., 2004.

INFORMATIVO DO MMA/SC(a), **12 de outubro – Dia da criança: Declaração universal dos direitos da criança**. Ano XI, jul./ago., 2004.

KREFTA, et al **Conhecer, prevenir, lutar e cuidar a saúde da mulher**. Cartilha do MMC/SC. Impressão: Cooper Graf Ind. e Com. Gráfico Ltda. ME, Chapecó/SC, 2006.

KROTH, Sirlei A. Poesia: **Ame essa bandeira**. [s.p, s.d.].

MACHADO *et al.* Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC). **Jovem camponesa: Gênero, produção de auto-sustento e renda.** Chapecó/SC: Cooper Graf Ind. e Com. Gráfico Ltda ME, 2006.

MMA(a). Movimento de Mulheres Agricultoras. **A Mulher Agricultora.** Nº 1. Cartilha para os grupos de Base. Montagem de distribuição S.A.I. (Serviço de Apoio e Informação). Chapecó/SC, [s.d.].

MMA(b). Movimento de Mulheres Agricultoras. **A Mulher Agricultora.** Nº 2. Cartilha para os grupos de Base. Montagem de distribuição S.A.I. (Serviço de Apoio e Informação). Chapecó/SC, [s.d.].

MMA/SC. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e Pastoral da Saúde. Cartilha: **Juntas, na roça e na cidade para construir a nova sociedade:** Unidos conquistaremos a saúde. Chapecó/SC, [s.d.].

MMA/SC(a). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. **Da luta não fujo, na luta continuaremos:** 1983 – 1993. 10 anos de MMA/SC, [s.d.].

MMA/SC(b). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Cartilha: **Mulher, organização e trabalho.** Chapecó/SC, [s.d.].

MMA/SC(c) Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Cartilha (sem capa). Chapecó/SC, [s.d.].

MMA/SC(d). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. SBARAINI, Ivone et al. Cartilha: **Gênero e classe.** [s.d.].

MMA/SC(e). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Cartilha: **Da luta não fujo, na luta continuaremos.** Chapecó/SC, [s.d.].

MMA/SC(f). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. **Gênero e classe.** [s.d.].

MMA/SC. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Apostila: **Temas para o 1º Congresso do MMA.** Agosto de 1994.

MMA/SC. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina – MMA/SC. Cartilha: **Mergulho na história das mulheres**. Chapecó/SC, 1997.

MMA/SC. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Documentário: **Quinze anos de história**. HVS, 1998.

MMA/SC(a). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Relatório: II Congresso do MMA/SC: **Nenhuma Trabalhadora rural sem estudar**, Chapecó/SC, setembro de 1998.

MMA/SC. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. **Nossas História, Nossas Lutas**. Gráfica Astro. 2000.

MMA/SC. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. **Dossiê da VIII Assembleia Estadual do MMA/SC**, Concórdia/SC, 2001.

MMA/SC(a). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. **Dossiê do Acampamento e mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais**. Florianópolis/SC, 8 de março de 2001.

MMC – Brasil. Movimento de Mulheres Camponesas – Brasil. Cartilha de estudo nos grupos de base. **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**. Passo Fundo/RS, [s.d.].

MMC(a). Movimento de Mulheres Camponesas Folder: **Mulheres Camponesas rompendo o silêncio e lutando contra a violência**. [s.d.].

MMC. Deliberações do Movimento De Mulheres Camponesas – Brasil. **Uma Afirmação de Muitas Histórias**. Documento Tese do MMC. Brasília, 2004.

MMC(a). Movimento de Mulheres Camponesas. Cartilha: **Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural Sem Documentos**. 5ª edição. Passo Fundo/RS, 2004.

MMC Movimento de Mulheres Camponesas. Documentário em áudio. **Uma afirmação de muitas histórias**. 2005.

MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Caderno 03. **Solo útero do planeta terra.** TECCHIO, Andréia; MACAGNAN, Ivo Severino. Impressão: Cooper Graf Ind. E Com. Gráfico Ltda. ME. Chapecó/SC, 2006.

MMC/SC(b). Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Caderno nº 2. **Alimentação: uma necessidade vital.** Estampa Editora gráfica Ltda. Chapecó/SC, 2006.

MMC/SC(c). Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Cartilha: **Conhecer, prevenir, lutar e cuidar a saúde da mulher.** Impressão: Cooper Graf Ind. E Com. Gráfico Ltda. ME. Chapecó/SC, 2006.

MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. **Uma história de organização, lutas e conquistas.** Cartilha do MMC. Gráfica Rota, 2008.

MMC/SC(a). Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. **Mulheres camponesas na luta por saúde integral: Manejo de horto medicinal e saúde integral.** Impressão Gráfica Rota. Chapecó/SC, 2008

MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Cartilha: **Mulheres camponesas produzindo alimentos saudáveis construindo libertação.** Chapecó/SC, 2010.

MMC/SC(a). Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. **Relatório da 11ª assembleia estadual do MMC/SC: Identidade camponesa e feminista.** Ago. 2010.

MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Cartilha **Horto medicinal legislação dos fitoterápicos e comercialização.** Impressão: Rota Impressos gráficos Ltda. Chapecó/SC, 2014.

MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Relatório do MMC do Seminário **“O Cuidado da casa comum”** - Encíclica Laudato Si, realizado em conjunto com os Movimentos populares, igrejas, sindicatos, pastorais sociais, militantes de partidos políticos. Chapecó/SC, dia 31 de outubro de 2015.

MMC/SC(a). Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Relatório da oficina de saúde integral. Tema: **Plantas medicinais e princípio ativo**. Irati/SC, 05 de maio de 2015

MMC/SC. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Dossiê da Jornada de luta do 8 de março: **Mulheres trabalhadoras na luta por direitos e vida digna**. Chapecó, 2016.

MMC/SC(a). Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Música: **Apelo de mulher**. Composição de Nazaré dirigente do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste do Ceará, 2016, p. 5.

MMC – Brasil. MMC Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Cartilha: **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Chapecó, 2008

MMTR/RS. Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. **Saúde da Mulher da família rural do RS: Saúde e Organização**. Gráfica e editora Pe. Berthier. Passo Fundo/RS, [s.d.].

OMA. Organização das Mulheres Agricultoras. **Não importa onde estiver, sempre mulher**. Cartilha de estudo nos grupos de base, [s.d.].

OMA/SC(b). Organização das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. **A Mulher Agricultora** nº 2. Cartilha para os grupos de Base. Montagem de distribuição S.A.I. (Serviço de Apoio e Informação). Chapecó/SC, [s.d.].

PALUDO Conceição; DARON Vanderléia L. P. In: Cartilha do MMTR/RS. Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Caderno de formação 01. **Gênero, classe e projeto popular: Compreender mais para lutar melhor**. Gráfica Batistel. Passo Fundo/RS. 2011, p. 24.

PINTO, Zé. Música: **Pra mudar a sociedade**. p. 5. In: Livro de canto da XII Assembleia estadual do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC), realizada em Xaxim/SC, 2011.

ZORTEA, Pe. Reneu - Letra; BRAUN, Regina Cardozo – Música. PINHEIRO, Pedro Alves & SILVA, Jocely Salette Pacheco – Interpretação. Música: **O milagre da vida**. In: CD Canções que tocam a vida. BRAUN et al., Produzido por Blue note estúdio. Fabricado por Cooperdisc Editorial Log LTDA. São Paulo. Representado por FONOMIDIA Comércio Fonográfico Ltda. Porto Alegre/RS, [s.d.].

ZORTEA, Reneu; BRAUN Regina Cardozo. Música: Mulher Guerreira. Letra: ZORTEA. Música: **BRAUN**. São Miguel do Oeste – SC, março de 2006.). In: **Livreto de canto** da XII Assembleia estadual do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC), realizada em Xaxim/SC, 2011, p.07.

ANEXO

ANEXO A – Quadros das subcategorias: mulher camponesa, quintais produtivos, luta contra o patriarcalismo/violência, trabalho/dupla jornada, mística, participação política, comunidade

Figura 78 – Categoria: Mulher Camponesa

Subcategoria: MULHER CAMPONESA	
Guerreiro	É as mulheres do MMC. É Movimento de Mulheres Camponesas [...] as mulheres camponesas se reúnem para estudar, para trabalhar e ajudar o Brasil [...] Eu sei que elas são defensoras do meio ambiente , que nem eu. Elas são trabalhadoras, lutadoras, cuidam do meio ambiente e isso me chama atenção . Elas são mulheres fortes. [...] Temos que cuidar do meio ambiente, porque sem o meio ambiente não podemos ser nada, nada, o ambiente é o início de tudo . É que nem a cereja no bolo. É que nem Romeu e Julieta. [...] Eu aprendi antes de vir aqui. Eu aprendi na barriga de minha mãe . Eu ficava escutando lá. Ela falava aqui no Movimento eu ficava lá dentro da barriga da mãe escutando.
Pinha	É mulheres que trabalham no campo.
Guto	Mulheres que procuram e que lutam por justiça. [...] são lutadoras.
Eloisa	Mulheres que cuidam das plantas .
Davi Luís	Lutam por liberdade.
Nataly	Mulheres que se defendem [...] mulheres guerreira .
Camyli	Mulheres que trabalham na roça .
Lucas	Que fazem comida, lavam a roupas.
Maikeli	Que podem ir e voltar aonde quiser ou a hora que quiser.
Eloisa	As mães fazem chá.
Heitor	Elas lutam por liberdade, pelos direitos . [...] Também que elas lutam por vitória e vão em busca da vitória .
Nega	A mulher assim fazia parte da família, mas não era família no caso. Ela não tinha vez, não tinha identidade própria [...] Desde no comércio era o homem que assinava pra mulher .

Figura 79 – Subcategoria: Quintais Produtivos

Subcategoria: QUINTAIS PRODUTIVOS	
Heitor	Os quintais é um lugar cheio de sementes . [...] os quintais faz bem pras árvores e pra a nós. [...] Pinos tem cheiro muito podre. Alguma coisa assim.
Eloisa	Algum lugar... tipo assim, aonde tem sementes e plantas . [...] Rosa, Eu e Pinha fizemos um álbum de sementes . [...]lá tem mais plantas, árvores.
Maria Clara	No quintal têm cebola, alface, tomate, salsa, brócolis, beterraba, repolho, tem, tem ruga, passarinhos, laranja doce, lima, goiaba, jabuticaba, maracujá e que também não vou dizer tudo.
Rosa	Lá na minha vó Rosa, Ela faz remédio de chá. Tem um lugar lá na roça que está cheio de chá , de plantas medicinais e alimento e têm árvores que é bom pro ar. [...] os pinos sugam a água.
Magnólia	É onde plantam flores também.
Flor de Lins	Têm feijão, arroz, carne, tem couve, salsinha, repolho e também cebola, flores bonitas, cobrinhas, também têm gengibre, têm bichinho de estimação. [...] tem terra pra brincar , tem balanço , tem rede , tem chuva pra molhar as plantinhas e também tem frutas saudáveis [...] Borboleta vai embora! [...] porque ela, ela têm que ir com suas filhinhas pra casa.
Lessi	Eu vento mandioca descascada. Faço aproveitamento das cascas da mandioca tratando as vacas e terneiros. E daí tenho o leite. Faço o queijo e as plantas medicinais. Dali, tiro minha principal renda e administro ela. Investi na escola dos filhos. Eu paguei curso para meus filhos [...] paguei em prestação. [...] Eles não tem vergonha de contar. Logo que nós viemos morar ali, nós nem televisão tinha.
Pinha	Rosa..., dependendo das plantas... , os pinos né Rosa. [...] porque se os pinos for plantando, perto dele não dá pra plantar mais nada . Por causa, sempre quando a plantinha nasce o pinos não deixa ela crescer. Ele têm um cheiro muito forte e ele suga tudo a água da terra . [...] por isso que falam que quando você está num lugar assim cheio de pinus, elas falam que você está num deserto verde .

Figura 80 – Subcategoria: Luta contra o patriarcalismo/violência

Subcategoria: LUTA CONTRA O PATRIARCALISMO/VIOLÊNCIA	
Crianças no CEC realizado dia 1 de fevereiro de 2017	Às vezes os homens... maltratam as mulheres [...]. Tem homem que faz assim. Eles quebram alguma coisa. Daí eles pegam alguma coisa afiada tipo e cortam elas. Jogam elas, colocam o travesseiro..., tudo assim [...] é homem mesmo, namorado.
	[...] Existe um programa na TV, assim, que a mulher quando ela se machuca por causa do marido, tipo ele, corta ela, faz ela sangrar coisa assim”. [...] daí a mulher vai lá, liga lá e diz que não foi o marido. Diz que escorregou no tapete, caiu da escada” [...] Elas não querem falar a verdade porque o marido pode fazer coisa pior.
	Batendo.
	Matando.
	Porque não gosta mais da mulher. [...] Ele é covarde. [...] Eu matava meu marido.
	Ele é covarde.
	Tem países que se a mulher não respeitar o homem, quando casada, o homem pode matar ela. Eles matam.
	Porque ter medo de falar se está sofrendo?
	Têm homem casado que tem amante [...] que vai com outra mulher.
	Eu deixava preso. [...] Sabia o que eu ia fazer se um amigo fizesse qualquer coisa comigo? Eu ia dizer, tipo, ia no mercado, buscar minha criança na escola. E daí eu ia na polícia.

Figura 81 – subcategoria: Trabalho/dupla jornada

Subcategoria: TRABALHO/DUPLA JORNADA	
Crianças no CEC realizado dia 1 de fevereiro de 2017 e diário de campo	As mulheres trabalham mais que os homens.
	A mãe trabalha mais.
	O pai é legal, mas que nos trabalhos da casa, Ele manda fazer a coisas e fica sentado [...] A mãe fica brava com ele.
	As mulheres deixam prontas todas as coisas para os homens e ainda os homens reclamam. Fazem comida, lavam roupa, limpam a casa. [...].

Guerreiro	<p>As mulheres trabalham fora. Que nem, as mulheres trabalham aqui no Movimento ai, [...] os homens tem que cuidar da casa. Senão quem fica na casa? [...] Eu lavo a louça e sei fazer comida. [...] Fazem assim, porque eles não sabem pensar direito. [...] Eu lavo a louça e sei fazer comida. [...] Tudo junto. O trabalho é tudo mundo junto, não tem diferença de homem ou mulher. Têm que dividir.</p>
Marilize Beatriz	<p>Eu era uma pessoa que estava sempre presa, em casa, amarrada ao marido, aos afazeres de casa. Criar este desafio dentro de si mesma e dizer não! Eu sou capaz! De sair de casa! De criar o Movimento. De buscar uma vida diferente pra mim. Sou capaz. Sou agora do Movimento.</p> <p>“[...] a gente consegue, agora com as crianças, como posso dizer, assim, distribuir as tarefas dentro de casa com as crianças. [...] A gente vem assim de uma cultura, eu vejo onde agora, vejo muita diferença na educação da criança. [...].</p> <p>Assim a idade, de um lado uma pessoa da mesma idade que teve em casa, já fazia o serviço de casa junto com a esposa. E outra pessoa completamente machista que senta ali e espera. Só, só falta dar comida na boca. E agora a gente consegue por causa do Movimento. O meu filho maior, ali, têm o serviço dele em casa, que ele sabe que tem que fazer mesmo sendo rapaz. Então aqui no MMC eu aprendi muito assim, não tem trabalho de homem ou de mulher. Não, o trabalho de casa a gente faz junto, né. Ele sendo criança, ele tem que saber que as coisas não caem do céu como a chuva. A gente tem que trabalhar, tem que lutar. Ele tem que crescer junto nisso.</p>
Rosa	<p>Lá todas se ajudam. É um companheirismo. [...] É bom quando tem as crianças pra brincar. Tem vez que têm aula, não dá pra ir lá. Eu sempre gosto de ir com a vó nas palestras. [...] têm lugar que a mãe vai e a gente não consegue ir, porque têm aula.</p>
Lucas	<p>Eu faço as coisas lá fora.</p>
Camyli	<p>Eu também ajudo a mãe.</p>

Eloisa	Ajudo a mãe, mas criança é pra brincar estudar . Aproveitar enquanto é criança porque depois de adulto tem que trabalhar.
Maikeli	Dependendo do trabalho.
Pinha	Eu faço, mas não tudo. Não pode carregar sacola muito pesada. [...].
Larissa	Pra criança tem diferença. Trabalho pesado à criança não pode fazer. [...] Tem adulto malvado que roubam as crianças e mandam as crianças fazer tudo.
Heitor	Crianças não pode trabalhar, mas eu também ajudo minha mãe aqui [...] carregar mercadoria. [...] Não! É tudo junto, assim. Muitas vezes os homens deixam só a mulher e a criança trabalhar. [...] o adulto fica tranquilo dormindo e a criança vai lá faz tudo. [...] não pode carregar sacola muito pesada.
Guto	Às vezes vou viajar com meu pai, tem um caminhão. Daí eu ajudo ele descarregar as caixas. Eu levo as mais leves e Ele as mais pesadas.
Nataly	Eu cuido de minha irmã, mas é chato. Cuidar de irmã até que é legal, mas quando ela chora é...
Davi Luís	Eu cuido. Cuidar do irmão é legal. Não! É tudo junto, assim. Muitas vezes os homens deixam só a mulher e a criança trabalhar. [...] o adulto fica tranquilo dormindo e a criança vai lá faz tudo. [...] Eu ajudo no trabalho de casa e no serviço. [...] É, trabalho pesado, assim, não é pra criança.
Amaralinda	Deve ser partilhada as tarefas domésticas entre todos e todas na família ".
João Vitor	Eu só olho.

Figura 82 – subcategoria: Mística

Subcategoria – MÍSTICA	
Maria Clara	Mística? É aquilo que as mulheres apresentam e levam enxada, flores...
Nataly	Mística é trabalhar. [...] Têm mística que é política.
Guerreiro	Não. É trabalhar! Mística é as lutas. Sim! Místicas são as lutas que as mulheres fazem no movimento. [...] lutando, cantando. Lutam cantando e muitas outras coisas [...].
Pinha	Dependendo da mística. Têm mística que tem luta... vamos pra rua. Tem mística que no MMC, não!

Rosa	O que eu mais gosto no Movimento são as místicas . [...] jeito de vocês colocar as coisas lá na frente pra simbolizar o Movimento. As coisas que vocês vão fazer naquele dia . [...] São abertura de eventos , é que insinuam mais o menos o que vai ter presente no evento. [...] Insinuar o que já aconteceu, porque elas estudam bastante e uma vez aqui no Movimento, à noite, teve uma noite cultural e elas fizeram das escravas que, que foram queimadas, etc. [...] dá pra encenar o que está acontecendo agora no Brasil.
Crianças no CEC realizado dia 1 de fevereiro de 2017	O Cunha vai ganhar uma passagem pra sair desse lugar. Não é de carro, nem de trem, nem de avião é algemado dentro do camburão.

Figura 83 – subcategoria: Participação política

Subcategoria: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
Crianças no CEC realizado dia 1 de fevereiro de 2017	Pro Temer sair... Fora Temer!
	O Temer é golpista . [...] Luciane é prefeita .
	Temer é Corrupto .
	A gente tem que falar assim pro Temer, Canalha! [...] Aquele Trump...
	Uma das músicas do MMC que eu mais gosto é aquela: pra mudar a sociedade . [...] diz que pra você mudar tipo, o teu jeito de ser ou o jeito das outras pessoas ser . Você precisa fazer acontecer, não tem que ficar parado. [...] tem poucas mulheres no Congresso.
	Não ficar com medo . [...] o Trump..., Ele, [...] faz guerra com um país bem pequenino não sei qual [...] e todo o mundo tentava sair do país. [...] um piazinho, [...] seis aninhos, daí os pais deles pegaram a mala [...]. Só que veio uma onda [...] ele foi encontrado morto na areia . [...] só sobreviveu o pai daquela criança. [...] Não, não. Foi candidata.
	Temer tem que sair da presidência [...] porque está vendendo a gente pro Estados Unidos .
	Também que volte Dilma .
	A gente tem que falar assim pro Temer: Canalha!
	Temer é mentiroso .

	Luciane tá no Congresso .
	Eles são ladrão de dinheiro .

Figura 84 – Subcategoria: Comunidade

Subcategoria: COMUNIDADE	
Davi Luís	A gente vai na comunidade. Vai na catequese. A gente ajuda nas encenações de natal, a montar o presépio. [...] A gente também ajuda a ler na liturgia. Depois a gente brinca. Têm, às vezes vão na outra igreja em Araçá.
João Victor	Eu também ajudo organizar o presépio e gosto de brincar.
Camyli	Eu ajudo na comunidade. Quando tem festa, no outro dia a gente vai lá ajudar limpar lá. Também ajudo na liturgia, faço as preces. A mãe é ministra da comunidade”.
Maikeli	[...] na comunidade a gente ajuda fazer os encontros e ajuda na comunidade e é bem legal. Eu vou na comunidade. [...] sou líder das crianças. E daí o ano que vem vou ajudar mais ainda, tenho compromisso. Tem coisa que ainda não consigo fazer, mas vou fazer. [...] eu quero ser professora e participar do Movimento de Mulheres.
Nataly	Gosto de morar na roça porque parece que na cidade não tem aonde brincar. Tem mais carro e coisa e lá no interior a gente tem bastante lugar pra brincar e também na comunidade a gente ajuda fazer os encontros e ajuda na comunidade e é bem legal.